

Miguel Rosa dos Santos

**A Expansão das Instituições Católicas, o Ensino Superior em Goiás e o
Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás:
História e Memória**

**Universidade Católica de Goiás
Mestrado em Educação
Goiânia - 2003**

Miguel Rosa dos Santos

**A Expansão das Instituições Católicas, o Ensino Superior em Goiás e o
Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás:
História e Memória**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Dr^a Maurides Batista de Macêdo Filha Oliveira.

Banca Examinadora:

Profª Drª Maurides Batista M. F. Oliveira
(Orientadora - Presidente)

Profª Dra. Maria Esperança F. Carneiro
(Professora do Programa/UCG)

Profº Dr. Luiz Fernandes Dourado
(UFG)

Goiânia, Novembro de 2003

Agradecimentos especiais:

A Deus, pelo dom da vida.

A minha esposa Marinaide, pela compreensão, paciência, apoio e companheirismo.

Aos meus filhos Mailson, Michelle e Michelson, pela aceitação de minha ausência parcial do nosso maravilhoso convívio familiar.

E, de modo particular, aos meus filhos Mailson e Michelson, pela digitação dessa Dissertação.

Aos meus pais (In Memoriam)

José Roza de Miranda e Alcídia Peres dos Santos, pela vida terrena, simplicidade, amor, dedicação, perseverança, amizade e fé.

À Prof^a. Dra. Maria Esperança e ao Prof. Dr. Luiz F. Dourado, pelas ótimas contribuições no momento da qualificação e defesa dessa Dissertação.

À Prof^a Dra. Maurides, pela sua sábia e segura orientação.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse desafio.

Outros agradecimentos:

Aos competentes e dedicados
Professores/Doutores do Mestrado em
Educação da UCG, em especial:

Iria Brzeziski

José Carlos Libâneo

Maria Esperança Fernandes Carneiro

Maria Helena de Oliveira Brito

Marília Gouvea Miranda

Maurides Batista M. F. Oliveira

À ex-Coordenadora do Mestrado em
Educação-UCG:

Prof^a Dra. Elianda F. Arantes Tiballi

À Coordenadora do Mestrado em
Educação-UCG:

Prof^a Dra. Maria Helena de Oliveira Brito

Mais agradecimentos:

Aos nossos entrevistados, que tão gentilmente aceitaram participar deste trabalho. Obrigado pela disponibilidade e pelo espírito de colaboração. Isso, com certeza, muito nos enriqueceu. Sou grato a todos vocês !!!

Ângelo Silva Cavalcante
Antônio José Pôrto Bandeira
Aristides Moysés
Carlos Roberto de Castro
Délio Moreira de Araújo
Eduardo Rodrigues da Silva
Goiaz do Araguaia Leite Vieira
Humberto Tannús Júnior
Joacir Camêlo Rocha
Joadir Costa
José Augusto Costa
Luís Antônio Estevam
Luiz Carlos de Castro Coelho
Nair de Moura Vieira
Veríssimo Aparecido da Silva

Os profetas não são homens ou mulheres
desarrumados, desengonçados, barbudos,
cabeludos, sujos, metidos em roupas
andrajosas e pegando cajados.

Os profetas são aqueles ou aquelas que
se molham de tal forma nas águas da sua
cultura e da sua história, da cultura e história
de seu povo, dos dominados do seu povo,
que conhecem o seu aqui e o seu agora e,
por isso, podem prever o amanhã que eles
mais do que adivinham, realizam...

Eu diria aos educadores e educadoras,
Ai daqueles e daquelas, que parecem com a
sua capacidade de sonhar,
de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar.

Ai daqueles e daquelas que,
Em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro
pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora,
se atrelarem a um passado, de exploração e de rotina.

Paulo Freire. In: Brandão, C.R. (Org.)

Educador: vida e morte.

SUMÁRIO

Sumário	8
Lista de Tabelas	10
Lista de Anexos	11
Resumo em Língua Vernácula	12
Resumo em língua Estrangeira	13
Introdução	14
Capítulo I - O surgimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás e da Universidade de Goiás	23
Introdução	23
1.1 - A educação superior no Brasil	24
1.2 - O ensino superior católico no Brasil	33
1.3 - Dom Emmanuel Gomes de Oliveira e a Universidade Católica de Goiás	36
1.4 - O surgimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás	40
Capítulo II - Da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás ao Departamento de Economia da UCG	51
Introdução	51
2.1 - O surgimento do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO) ..	52
2.2 - A Reforma Universitária de 1968 e o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO)	59
2.3 - O surgimento do Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE) na UCG	69
2.4 - Do ACE ao atual Departamento de Economia (ECO) da UCG	71

Capítulo III - O Departamento de Economia (ECO) da UCG no olhar de alguns de seus co-constructores	76
Introdução	76
3.1 - A importância do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás	77
3.2 - A atual realidade da qualidade de ensino do ECO da UCG	96
3.3 - A importância da pesquisa nas atividades do ECO da UCG	112
3.4 - A Lei nº 5.540/68 e os reflexos da departamentalização na vida do ECO da UCG	125
3.5 - O papel das Avaliações Internas e Externas	131
3.6 - O fechamento do turno matutino do ECO da UCG	155
3.7 - O refluxo na demanda pelo Curso de Ciências Econômicas da UCG	172
Conclusão	203
Referências bibliográficas	213
Fontes bibliográficas	217
Anexos	219

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Professores efetivos do Departamento de Economia da UCG - 2003	100
TABELA 2: Corpo docente, número e percentual, por titulação na UCG, no Curso, no Departamento que oferece o Curso e de outros Departamentos - Curso de Ciências Econômicas - 1999/2	133
TABELA 3: Produção científica, tecnológica e artística dos docentes (últimos 36 meses na UCG), por titulação, número e percentual - Curso de Ciências Econômicas - 1997 a 1999	134
TABELA 4: Inscrição no vestibular, vagas oferecidas e índice de candidato/vaga na UCG e no Curso de Ciências Econômicas - 1996/1 a 1999/1	135
TABELA 5: Alunos ingressantes e diplomados por ano/semestre - Curso de Ciências Econômicas - 1994/2 a 1999/1	136
TABELA 6: Número de alunos ingressantes, alunos que permanecem no Curso e total de alunos por ano/semestre - Curso de Ciências Econômicas - 1994/2 a 1999/1	137
TABELA 7: Índice e conceito geral da avaliação por itens analisados segundo os avaliadores - Curso de Ciências Econômicas - 1999/2	139
TABELA 8: Curso de Ciências Econômicas - Universidade Católica de Goiás - Provão do MEC - 1999 a 2002	141
TABELA 9: Curso de Ciências Econômicas - Universidade Católica de Goiás - Percentual de alunos nos grupos delimitados pelos percentis 25, 50 e 75 da distribuição de notas dos graduandos - MEC - 1999 a 2002	142

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01: Relação dos docentes que lecionaram na Faculdade/Departamento de Economia desde sua fundação até o ano de 1985	220
ANEXO 02: Pesquisas rápidas realizadas - CPE/ECO/UCG	227
ANEXO 03: Reitores da Universidade Católica de Goiás - 1959 a 2003	230
ANEXO 04: Diretores da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás e do Departamento de Economia da UCG - 1950 a 2003	231
ANEXO 05: Professores efetivos do departamento de Economia da UCG - 2002	232
ANEXO 06: Demonstrativo de formandos dos Cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração, da UCG - 1954 a 2000/2	233
ANEXO 07: Grade curricular do Curso de Ciências Econômicas da UCG - 1987/2 (Diurno)	236
ANEXO 08: Grade curricular do Curso de Ciências Econômicas da UCG - 1987/2 (Noturno)	237
ANEXO 09: Grade curricular do Curso de Ciências Econômicas da UCG - 2002/2 (Noturno)	238
ANEXO 10: Relação dos Entrevistados	239

RESUMO

A proposta do presente trabalho, é a de conhecer mais profundamente o processo de constituição da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, atual Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás, bem como, discutir algumas questões relevantes e relacionadas ao seu Curso de Ciências Econômicas. Destacou-se, inicialmente, o contexto sócio-econômico-político do país, do Estado de Goiás e de Goiânia, onde a Faculdade foi criada em 1948 e efetivamente implantada em 1950. Evidenciando a trajetória do ensino superior no Brasil, e a participação da Igreja Católica no processo educacional, mostra também a importância da contribuição de Dom Emmanuel Gomes de Oliveira na criação da Universidade de Goiás, hoje UCG, à qual a Faculdade de Ciências Econômicas seria agregada. Posteriormente, buscou-se desenvolver a forma como a Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás transformou-se no atual Departamento de Economia, fruto da Reforma Universitária de 1968. Depois, foram tratadas algumas questões relativas à construção e realidade atual do Curso de Ciências Econômicas da UCG. Desde seu significado para a economia local e regional, passando pela sua qualidade de ensino, a pesquisa desenvolvida pelo Departamento, as conseqüências da departamentalização, as avaliações institucionais internas e externas, o fechamento de seu turno matutino, até à análise do refluxo da demanda pelo Curso, que vem ocorrendo nos últimos anos. Nesse sentido, essa dissertação procura resgatar alguns aspectos importantes da vida do Departamento de Economia da UCG, ao longo de mais de meio século de atividades.

ABSTRACT

Main purpose of the project is to retrieve and the history of the Economic Science Faculty of Goiás, nowadays known as Department of Economics of the Catholic University of Goiás. It is intended as well to discuss some important points related to its courses in Economics as that college stood in the first line in studies related to Brazilian and to State of Goiás in many fields as political economics, managerial economics, industrial economics, agricultural and cattle raising economics, transportation economics, economic development and other compartments of economic science. The Faculty was created in 1948, its course in economics had the entrance examination in 1949 and the 1950 the course started the classes in economics and accounting. Evidencing the higher education process in Brazil and the Catholic Church partnership in the creation and early history of the Faculty, the help of the Goiânia's archbishop Rev. Emmanuel Gomes de Oliveira contributed to the subsequent creation of the University of Goiás. The Faculty of Economics was thus transferred to this newly created university, which years later became the Catholic University of Goiás, UCG. The Faculty of the Economics then came to be the Department of Economics of UCG as result of the university internal reform in 1968. Points related to the construction, history and development are discussed, as well its teaching quality, its name in economic research, how it was departmentalized, its present academic and institutional structure as Department of Economics; the student, insiders and outsiders evaluation, why and when the morning classes were shut down by UCG's presidency act, the present rummage for the excellency of the course in economics. The dissertation tries therefore to refresh some aspects of the Department of Economics of UCG and how it has traversed and moved along its over fifty years history.

INTRODUÇÃO

"Aqueles que esquecem o passado,
estão condenados a repeti-lo"

George Santayana

Para conhecer, refletir e aprofundar a compreensão dos atos que contribuíram para a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, o atual Departamento de Economia (ECO), da Universidade Católica de Goiás (UCG), muito se utilizará da História.

O contexto sócio-econômico-político, não só do surgimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, mas de toda sua trajetória ao longo de meio século de existência, será evidenciado utilizando-se dos registros históricos.

Para compreendermos melhor a importância do surgimento do ECO da UCG, sua evolução e, principalmente, porque posteriormente veio perdendo gradativamente seu *status* de carro-chefe da trilogia básica: Administração, Contábeis e Economia, serão resgatados alguns aspectos históricos relativos ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil, sua versão como ensino superior católico, a trajetória de vida do Arcebispo Dom Emmanuel Gomes de Oliveira e sua relação com a criação da Universidade de Goiás (atualmente Universidade Católica de Goiás) e também o papel fundamental tanto da Associação Comercial do Estado de Goiás (ACEG) quanto da Federação do Comércio do Estado de Goiás (FCEG), nesse contexto.

Assim, na elaboração dessa dissertação procurou-se preencher os quatro critérios de importância para uma pesquisa histórica: o da originalidade, o da relevância, o da viabilidade e o do interesse pessoal.

Quanto à originalidade, fica evidenciada por se tratar de uma abordagem ainda não explorada nos escassos registros e trabalhos historiográficos sobre o tema em questão. Nesse sentido, há apenas a publicação na *Revista Estudos*, da UCG, com um número especial, em novembro de 1985, de um trabalho desenvolvido pelo Prof. Délio Moreira de Araújo, do ECO/UCG, sobre os 35 anos de vida da *Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás* (atual Departamento de Economia – ECO, da UCG), e a tese de mestrado defendida em 2001, na Faculdade de Educação da UFG, por Tereza Cristina M. Pinheiro Lima, sobre *O Curso de Administração da Universidade Católica de Goiás: Criação e Consolidação*.

No que se refere à relevância do tema estudado e pesquisado, percebe-se sua importância ao demonstrar o quanto foi relevante a criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas num Estado, no caso em questão Goiás, onde a base produtiva de sua economia requeria a formação e uma maior utilização de profissionais com conhecimentos em economia e contabilidade para desenvolvê-lo no início da década de 1950. Mais que isso, é importante também, que fique explicitamente claro como essa Faculdade surgiu e se desenvolveu no contexto econômico-político-social do Estado de Goiás, nesses seus 50 anos de existência.

Sua viabilidade interpretativa está relacionada ao grande número de fontes escritas e orais disponíveis e de fácil acesso.

O interesse pessoal em pesquisar o referido tema, se prende ao fato de, em primeiro lugar, o pesquisador ser um dos docentes do Departamento de Economia da UCG desde 1988 e, em segundo lugar, a consciência da importância de refletir e aprofundar mais no conhecimento da origem do ECO/UCG, sua evolução nesse mais de meio século de atividades e sua inserção na vida da sociedade goiana, goianiense e brasileira.

Quanto ao **percurso metodológico**, procurou-se fazer um resgate histórico, valendo-se de fontes escritas e também orais, visando ressaltar as experiências sociais no seu mundo de complexidade, de contradição e de multiplicidade.

As críticas sofridas pelo Positivismo e, principalmente, a influência provocada pela “Escola dos Annales”, fizeram com que fossem incorporados ao documento escrito, outros modos da

ação humana como a música, a arte, objetos diversos, as paisagens, os valores, as tradições, a religião, etc. Isso contribuiu para que a noção de documento histórico fosse ampliada e, gradativamente, o historiador passou a utilizar documentos em suas investigações com maior diversidade e riqueza de conteúdo.

Com essa perspectiva trabalhamos com uma noção ampliada de **documento**, vendo-o como todo e qualquer suporte material ao qual possa ser atribuída, de maneira arbitrária, científica ou não, a existência de um conteúdo informacional.

Quanto à natureza dos documentos, utilizamos diversos tipos ou espécies como: atas da Faculdade/Departamento, Relatórios, Documentos da Secretaria Geral e do Departamento de Recursos Humanos da UCG, estatutos, anuários, boletins informativos, Leis, Resoluções, Portarias, consulta de periódicos (jornais, revistas), Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UCG, dentre outros.

Por outro lado, no que se refere à utilização da **História Oral**, a dissertação abordou sua forma temática. Ao utilizarmos de fontes orais, foi acreditando que elas podem proporcionar um diálogo mais produtivo e dinâmico com o objeto, permitindo-nos construir um discurso histórico mais consistente e rico.

Foi montada uma rede de 15 (quinze) entrevistados do ECO/UCG entre professores, ex-diretores, atual diretor, aluno atual e ex-alunos, além de dirigentes do Conselho Regional de Economia da 18ª Região - GO/TO (CORECON), do Sindicato dos Economistas do Estado de Goiás (SINDECON) e do Conselho Federal de Economia (COFECON). Essa amostra procurou contemplar pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram e continuam fazendo parte da história e do cotidiano do Departamento de Economia. O professor Dr. Délio Moreira de Araújo, por ser um dos docentes mais antigos e também ex-diretor do ECO/UCG e do IPES/CPE, foi o nosso “ponto zero”.

A oralidade, desde os primórdios da humanidade, sempre teve uma importância fundamental para a reconstituição histórica. Para THOMPSON,

o uso difundido da expressão “história oral” é novo, tanto quanto o gravador; e tem implicações radicais para o futuro. Isto não significa que ela não tenha

um passado. Na verdade, a história oral é tão antiga quanto a própria história. Ela foi a primeira espécie de história (1992, p. 45).

Porém, só no século XX, com o desenvolvimento tecnológico e, principalmente a utilização do gravador, foi possível o registro dos depoimentos e a difusão numa escala maior do uso da história oral.

De acordo com FERREIRA,

a coleta de depoimentos pessoais mediante a utilização de um gravador iniciou-se na década de 40 com o jornalista Allan Nevins, que desenvolveu um programa de entrevistas voltado para a recuperação de informações acerca da atuação dos grupos dominantes norte-americanos. Esse programa veio a constituir o Columbia Oral History Office, organismo que serviu de modelo para outros centros criados nos anos 50 em bibliotecas e arquivos no Texas, Berkeley e Los Angeles. Esse primeiro ciclo de expansão do que se chamou de história oral privilegiou o estudo das elites e se atribuiu a tarefa de preencher as lacunas do registro escrito através da formação de arquivos com fitas transcritas (1994, p. 4).

Assim, é a partir da década de 1950 e, principalmente nos EUA, que vai ocorrer uma maior utilização da história oral nos meios acadêmicos.

Outro grande impulso para o desenvolvimento da história oral ocorreu em meados dos anos 60 e década de 70, nos EUA, em consequência da guerra do Vietnã e das lutas pelos direitos civis dos negros, mulheres, imigrantes, etc., que fez a história oral se afirmar naquele país como uma história militante que procurava dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados sendo, dessa forma, um instrumento de construção de identidades de grupos e de transformação social (OLIVEIRA, 1997, p. 5).

A partir da década de 1970, a história oral começa sua expansão para outros países como Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Austrália e Brasil.

Atualmente, a história oral já se constitui em parte integrante do debate sobre a função do conhecimento social e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais. Sem dúvida, a história oral hoje é parte inerente dos debates sobre tendências da história contemporânea.

Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado com

algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral (MEIHY, 2000, p. 18).

No Brasil, embora as primeiras experiências de utilização da história oral tenha ocorrido no início da década de 1970, foi no começo da década de 1990 que essa veio apresentar uma expansão mais significativa.

Ao utilizarmos das memórias de alguns entrevistados que fizeram e fazem parte da construção do ECO da UCG, foi no intuito de revelar um aprofundamento maior na reconstrução do passado da Instituição buscando complementar outros aspectos relevantes, não registrados pelas fontes escritas até então disponíveis.

Concordamos com AMADO E FERREIRA, que afirmam:

na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes (1996, p. XV).

Assim, a memória representa um papel importante nesse refazer o passado utilizando as experiências do presente. E, nesse sentido, também compartilhamos com as idéias daqueles pesquisadores que pensam a história como uma construção dos homens. Por isso, é que através de nossa rede de entrevistados, construída ao longo da utilização das fontes orais, procuramos conhecer as interpretações de cada um desses agentes construtores do ECO da UCG, através de suas percepções e significados que deram aos fatos históricos. Ao utilizarmos a história oral, buscou-se apreender o significado que os fatos tiveram na voz e visão de cada um dos entrevistados, considerando a diversidade interpretativa e a riqueza da subjetividade contida nos depoimentos.

Ao trabalharmos a memória como um refazer do passado, não a consideramos apenas como a conservação do passado, conforme a concepção de Bergson. Entendemos que a memória está inserida num quadro social. Nesse sentido, Maurice Halbwachs foi o referencial mais apropriado. Ao construir o conceito de memória coletiva, faz preciosas correlações desta com a memória individual, com a histórica, com o tempo e o espaço.

Segundo BOSI,

Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade... (1979, p. 55).

Para Halbwachs, o ato de lembrar exige um espírito desperto, capaz de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora.

Não há evocação sem nenhuma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição (BOSI, 1979, p. 81).

Para Halbwachs, nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas.

... só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo (HALBWACHS, 1990, p. 36).

No entender de Halbwachs, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante, eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. É nessa diversidade que reside a natureza social.

Apenas para reforçar o que já foi exposto, Halbwachs admite que as lembranças têm duas maneiras de se organizarem, podendo ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, havendo então memórias individuais e memórias coletivas.

A memória individual não está inteiramente isolada e fechada.

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade (HALBWACHS, 1980, p. 54).

Porém, é importante ressaltar que, a memória coletiva envolve as memórias individuais, contudo não se confunde com elas.

HALBWACHS distingue assim, duas memórias: uma chamada de interior ou interna, a outra exterior; ou então uma memória pessoal, a outra memória social; ou ainda, memória autobiográfica e memória histórica.

A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira (1990, p. 55).

Continuando seu raciocínio, HALBWACHS faz uma afirmação importante:

não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto (1990, p. 60).

Mais ainda, para ele:

a história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência (1990, p.67).

Assim, é preciso que fique bem claro. A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras

reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.

A memória, para ALISTAIR THOMSON (1997), gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar e, portanto, lembrar, e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo.

Um dos **objetivos** dessa dissertação de Mestrado foi conhecer, refletir e aprofundar a compreensão do processo de constituição do Departamento de Economia (ECO), da Universidade Católica de Goiás (UCG), desde sua criação em 1950, até aos dias atuais.

Outros **objetivos** também foram traçados. Discutir nessa trajetória de mais de meio século de existência do ECO da UCG, tendo como vetores alguns momentos de sua evolução histórica como a criação do Instituto de Pesquisa Econômico-Social (IPES)/Centro de Pesquisas Econômicas (CPE), a departamentalização provocada pela Lei nº 5. 540/68, a eliminação do Turno Matutino do ECO/UCG, as avaliações internas da UCG e as avaliações institucionais implantadas pelo governo federal através do Ministério da Educação (MEC).

Ao longo de toda a pesquisa, nosso objeto de estudo foi sempre sendo reavaliado, buscando responder às novas problematizações que surgiam em virtude do constante diálogo realizado com as fontes.

Diante disso, a **pesquisa** desdobrou-se em torno de dois problemas básicos: o primeiro, qual a relação da criação de um Curso de Ciências Econômicas com o contexto sócio-econômico-político do Estado de Goiás e de Goiânia, a partir da década de 1950? O segundo, o que levou o Curso de Ciências Econômicas do ECO da UCG, a partir da década de 1980, perder seu *status* de carro-chefe da Economia, Administração e Contábeis? Em que contexto econômico-político do Brasil, de Goiás e da UCG, começou a ocorrer o refluxo na demanda pelo Curso de Ciências Econômicas?

No sentido de melhor organizar as reflexões feitas, nossa **dissertação foi distribuída em três**

capítulos, na seguinte seqüência:

No primeiro capítulo procuramos mostrar como se deu o surgimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás e da Universidade de Goiás. Inicialmente , demonstrou-se como a educação superior chega e se desenvolve no Brasil, evidenciando a contribuição do ensino superior católico nesse contexto histórico. Em seguida, foi apresentada a participação do Arcebispo Dom Emmanuel Gomes de Oliveira na criação da Universidade de Goiás, hoje UCG. Por último, chegou-se ao surgimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás.

No segundo capítulo, analisamos a trajetória, desde a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás até ao atual Departamento de Economia da UCG. Essa trajetória começa com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás (FCEG) oferecendo dois cursos: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais. Posteriormente, é criado o curso de Administração de Empresas agregado à FCEG, que passa a denominar-se Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Em consequência da Lei nº 5.540/68 que instituiu a Reforma Universitária no Brasil, implantando a departamentalização, a Faculdade se transforma no Departamento de Ciências Econômicas e Administração (ECO). A partir de 1979, o ECO se transforma no Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE). Com o desmembramento dos cursos do ACE, em 1987, surge o atual Departamento de Economia, utilizando também a sigla ECO, a mesma do primeiro Departamento.

No terceiro e último capítulo procuramos destacar o fruto do diálogo realizado entre as fontes escritas e as fontes orais, evidenciando desde a importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG; passando pela qualidade do ensino oferecido pelo mesmo; pela Lei nº 5.540/68 e os reflexos da departamentalização na vida do ECO da UCG; pelo papel das avaliações internas e externas; pela qualidade da pesquisa na consolidação do ECO da UCG; pelo fechamento de seu turno matutino; até à análise do refluxo ocorrido na demanda pelo Curso de Economia que o ECO da UCG oferece.

CAPÍTULO I

O SURGIMENTO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE GOIÁS E DA UNIVERSIDADE DE GOIÁS

Introdução

Para que possamos entender o contexto histórico-educacional brasileiro do surgimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, atualmente Departamento de Economia - ECO, e da Universidade de Goiás, hoje Universidade Católica de Goiás - UCG, principalmente na década de 1950, é importante que compreendamos que a educação é um fenômeno histórico, onde fica evidenciado que o homem e a sociedade se desenvolvem mediados pela mesma, através da herança dos sistemas cultural, político, econômico e social.

Diante dessa constatação, torna-se necessário valermos da História, mesmo que de forma superficial, para relatarmos as ações que mais contribuíram de maneira concreta para o surgimento e evolução da política educacional brasileira voltada para o ensino superior.

Nesse sentido, a abordagem inicia-se mostrando a diferença básica entre Portugal e Espanha, ainda no século XVI, quanto à disseminação do ensino junto às suas colônias. Passa pela implantação e evolução do ensino superior no Brasil Colonial, Imperial, Primeira República, Era Vargas até à redemocratização ocorrida na segunda metade da década de 1940.

O surgimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás e de uma Universidade no Brasil Central tem muito a ver com a trajetória de vida do grande educador Dom Emmanuel Gomes de Oliveira e das atuações diretas de empresários ligados à Associação Comercial do Estado de Goiás (ACEG) e da Federação do Comércio do Estado de Goiás (FCEG).

Há de se ressaltar também que as implantações da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás e da Universidade de Goiás estão inseridas no contexto e importância que tiveram a "Marcha para o Oeste" e a transferência da capital do Estado de Goiás para Goiânia. Mais tarde, completada com a transferência da capital do país para Brasília.

1.1 - A Educação Superior no Brasil

No século XVI a Espanha tinha oito universidades já famosas em toda a Europa: Salamanca, Valença, Lérida, Barcelona, Santiago de Compostela, Valladolid, Oviedo e Alcalá. Além disso, a Espanha procurou instalar universidades também nas suas colônias americanas. Enquanto isso, Portugal tinha apenas a Universidade de Coimbra e, mais tarde, a de Évora.

De acordo com CUNHA (1986, p. 13), a população espanhola chegava a 9 milhões, enquanto que a portuguesa atingia 1,5 milhão de habitantes. Com mais habitantes e mais universidades, a população letrada espanhola era muito maior do que a portuguesa. Por isso, a Espanha podia transferir recursos docentes para suas colônias sem, com isso, prejudicar o ensino nas suas universidades, o mesmo não acontecia com Portugal.

Portugal além de não incentivar a instalação de universidades, ao contrário, proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil.

No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia (CUNHA, 2000, p. 152).

Em 1550, na Bahia, sede do governo geral, os jesuítas fundaram o primeiro estabelecimento de ensino superior¹ no Brasil. Ao todo, os jesuítas criaram 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Nesses colégios eram oferecidos ensino das primeiras letras e o ensino secundário. Em alguns, acrescia-se o ensino superior em Artes e Teologia. O curso de Artes, também chamado de Ciências Naturais ou Filosofia, tinha duração de três anos. Compreendia o ensino de Lógica, de Física, de Matemática, de Ética e de Metafísica. O curso de Teologia, de quatro anos, conferia o grau de doutor. Cursos superiores foram também oferecidos no Rio de Janeiro, em

¹ Temos que destacar que esses cursos não eram reconhecidos em Portugal como cursos superiores e, sim, somente no Brasil.

São Paulo, em Pernambuco, no Maranhão, em Minas Gerais e no Piauí (CUNHA, 2000, p. 152).

Além dos “Regimentos” formulado por D. João III, Rei de Portugal, o plano de ensino elaborado pelos primeiros jesuítas da recém-criada Companhia de Jesus, que aqui chegaram em 1549, chefiados pelo Pe. Manoel de Nóbrega, em 1599 tivemos a “Ratio Studiorum”. Esta consistia em um plano geral elaborado pelos jesuítas. Era composta dos “studia inferiora” correspondentes, a grosso modo, ao ensino secundário, e dos “studia superiora”, correspondendo aos estudos universitários. Estes últimos, no Brasil, compreendia os cursos de Filosofia e de Teologia.

No período colonial, os jesuítas aqui no Brasil procuravam seguir o mesmo plano pedagógico que utilizavam na Europa. Os cursos de Artes dos colégios brasileiros reproduziam os rituais das universidades européias, muito embora não tenha sido criada uma universidade no Brasil.

Mas, em 1759, os jesuítas são expulsos de Portugal e do Brasil, pelo Marquês de Pombal, primeiro-ministro do Rei português, D. José I. essa medida provocou profundas transformações políticas, econômicas e culturais em Portugal, sendo repercutidas imediatamente no Brasil.

As reformas pombalinas objetivavam reforçar o poder do Estado para que o mesmo pudesse contribuir mais eficazmente para a independência econômica de Portugal. Determinaram o fechamento dos colégios jesuítas e introduziram as “aulas régias”, mantidas pela Coroa através do “subsídio literário” instituído em 1772.

A unidade do sistema educacional foi altamente prejudicada com a instituição das “aulas régias”, sob o ponto de vista formal, uma vez que o que ocorria era a fragmentação na pluralidade de aulas isoladas e dispersas, ministradas nas escolas régias.

Pode-se destacar que, com a expulsão dos jesuítas, o sistema educacional escolar da Colônia se desarticulou. Na verdade, o que houve foi a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico.

Inúmeras foram as dificuldades daí decorrentes para o sistema educacional. Da expulsão até as primeiras providências para a substituição dos educadores e do sistema jesuítico transcorreu um lapso de 13 anos. Com a expulsão, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação (ROMANELLI, 2000, p. 36).

Com o fechamento dos colégios jesuítas no Brasil, tivemos a abertura de aulas de matérias isoladas e a criação de cursos superiores no Rio de Janeiro e em Olinda. Estes tinham o objetivo de preparar profissionalmente os sacerdotes e também a ilustração de leigos.

Com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, o ensino superior passou a ser estruturado em estabelecimentos isolados. O príncipe regente (a partir de 1817, rei D. João VI) não criou universidades, apesar de aqui reproduzir tantas instituições metropolitanas. Em vez de universidades criou cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo (França) naquela conjuntura: de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutidas na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois. Essas eram unidades de ensino de extrema simplicidade, consistindo num professor que com seus próprios meios ensinava seus alunos em locais improvisados. Foram as escolas, as academias e as faculdades, surgidas mais tarde, a partir das cátedras isoladas, as unidades de ensino superior que possuíam uma direção especializada, programas sistematizados e organizados conforme uma seriação preestabelecida, funcionários não-docentes, meios de ensino e local próprio (CUNHA, 2000, p. 153-154). Embora organizados na base de aulas avulsas, para ROMANELLI esses cursos tinham um sentido profissional prático (2000, p. 38). Foram criados cursos e academias de caráter utilitário, objetivando com isso, a formação de burocratas para o Estado.

A reestruturação e ampliação do ensino superior no Brasil, a partir de 1808, segundo CUNHA, fez com que os estudos de matemática, física, química, biologia e mineralogia se deslocassem dos cursos de filosofia, controlados pela Igreja, para os cursos médicos e para a Academia Militar e, muito mais tarde, para a Escola Politécnica que dela se separou (1986, p. 67-69).

O ensino superior sofreu poucas alterações no período do Brasil Imperial. Os destaques mais importantes foram a criação da Escola Politécnica no Rio de Janeiro (1874) e a da Escola de Minas de Ouro Preto (1875). Observa-se, também, a formação do núcleo do ensino superior, o qual evoluiu até à sua estrutura atual.

O Ato Adicional de 1834 dividiu o setor estatal de ensino em duas esferas: uma nacional e outra provincial. Enquanto a esfera nacional era responsável pelo ensino primário e médio no município da Corte e superior em todo o país, a esfera provincial cuidaria do ensino primário e médio nas províncias.

Além das questões relativas à centralização/descentralização do ensino, o Ato Adicional de 1834 provocou uma dualidade de sistemas, com superposição de poderes (provincial e central) relativamente ao ensino primário e secundário (Romanelli, 2000, p. 39). Assim, considerando que as Províncias não estavam equipadas nem financeira e nem tecnicamente para promover a difusão do ensino, o resultado foi que atravessamos o século XIX sem que a educação pública fosse incrementada (SAVIANI, 2000, p. 5).

Após a Proclamação da República em 1889, veio a separação entre a Igreja e o Estado. O ensino religioso foi abolido das escolas públicas. Continua a dualidade no sistema educacional. Na prática, esse sistema dual de ensino representava também uma forma de oficialização da distância que mostrava existir entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação das classes subalternas (escola primária e escola profissional). Na verdade, essa dualidade no sistema educacional brasileiro representava a continuação dos antagonismos em torno da centralização e descentralização do poder.

Durante o período da Primeira República tivemos várias reformas no campo educacional. O acesso ao ensino superior foi facilitado pelas mudanças nas condições de admissão e pela multiplicação de faculdades. De 1891 a 1910, foram criadas no Brasil 27 escolas superiores, sendo 9 de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia, 8 de direito, 4 de engenharia, **3 de economia** e 3 de agronomia. Esse foi o período da primeira expansão do ensino superior no Brasil (CUNHA, 1986, p. 175).

A Reforma Rivadávia da Cunha Corrêa promulgou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, em 05/04/1911. Implantou-se a autonomia das escolas superiores e a instituição do exame de admissão. Verifica-se que durante a vigência da lei orgânica(1911 – 1915) a oferta de ensino superior aumentou bastante. Foram criadas 9 escolas superiores, sendo 6 de medicina, odontologia e farmácia, 1 de direito, 1 de engenharia e 1 de agronomia (CUNHA, 1986, p. 184-185).

A Reforma Carlos Maximiliano Pereira dos Santos consistiu na promulgação de um decreto que reorganizava o ensino secundário e superior no Brasil. Os exames de admissão para a seleção dos candidatos ao ensino superior, criados anteriormente, foram rebatizados de exames vestibulares. Manteve-se a destituição do privilégio dos diplomas do Colégio Pedro II e dos que lhe eram equiparados, de garantir aos seus possuidores matrículas nas escolas superiores, assim como, a instituição da livre-docência, com algumas alterações. Instituiu-se a figura do professor catedrático, substituindo a do professor ordinário da lei orgânica.

A Reforma Rocha Vaz, decretada em 13 de janeiro de 1925, foi a última reforma do ensino secundário e do superior da Primeira República. Ela completou a trajetória de contenção do fluxo de passagem do ensino secundário para o superior, intensificado desde os fins do Império e acelerado nas duas primeiras décadas do regime republicano. O movimento contenedor foi iniciado pela introdução dos exames vestibulares (exames de admissão), em 1911; aperfeiçoado pela exigência de certificados de conclusão do ensino secundário, em 1915; e burilado pela limitação de vagas e a introdução do critério classificatório, em 1925 (CUNHA, 1986, p. 189 – 191).

A Reforma Rocha Vaz, segundo ROMANELLI, representou a última tentativa do período no sentido de instituir normas regulamentares para o ensino, tendo o mérito de estabelecer, pela primeira vez, um acordo entre a União e os Estados, com o fim de promover a educação primária, eliminar os exames preparatórios e parcelados, ainda vigentes e herança do Império. Foi, na verdade, uma tentativa de impor a sistematização sobre a desordem (2000, p. 43).

Ainda no período da Primeira República, e utilizando-se da expressão de LUIZ ANTÔNIO CUNHA (2000), pode-se destacar a criação de universidades passageiras e das primeiras universidades duradouras, bem sucedidas.

Alguns Estados brasileiros, com a autonomia promovida pelo regime republicano, criaram suas próprias universidades, fora do âmbito do poder central. Estas foram consideradas passageiras porque não tiveram vida longa. Como exemplo, CUNHA (2000, p. 161 – 162) afirma que a primeira universidade criada no país, explicitamente com esse nome, foi em Manaus, no estado do Amazonas, em 1909, durante o curto período de prosperidade gerada pela exploração da borracha. Foi extinta em 1926, da qual restou apenas a Faculdade de Direito, incorporada em 1962 à recém-criada Universidade Federal do Amazonas. A segunda universidade passageira foi criada em 1911 e dissolvida em 1917. Trata-se da Universidade de São Paulo, cujos recursos foram oriundos de um “sócio capitalista” que esperava recuperar seu investimento com as taxas cobradas dos estudantes. Em Curitiba, capital do Estado do Paraná, foi criada em 1912, a terceira universidade do país. A iniciativa de profissionais locais recebeu ostensivo apoio do governo estadual, que aprovou dotações orçamentárias e privilégios profissionais para os diplomados de certos cursos. Mas a proibição da equiparação de instituições de ensino superior em cidades com menos de 100 mil habitantes pôs fim ao projeto da universidade, que foi dissolvida.

A primeira instituição de ensino superior que assumiu duradouramente o status de universidade foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 7 de setembro de 1920, através do Decreto nº 14.343. Ela surgiu através da fusão das faculdades de Medicina, de Engenharia e de Direito. O procedimento utilizado para a constituição da Universidade do Rio de Janeiro foi paradigmático para as que vieram depois dela: a reunião de faculdades profissionais preexistentes (CUNHA, 2000, p. 162 – 163). Foi reorganizada em 1931 com a Reforma Francisco Campos e, em 1937, pela Lei nº 452/37, recebe a denominação de Universidade do Brasil, que se estende até novembro de 1965, momento em que passa a chamar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2000, p. 6)

A segunda universidade bem sucedida foi a de Minas Gerais. De acordo com CUNHA, ela foi criada em 1927, utilizando a técnica da organização da universidade por aglutinação, sendo constituída pela justaposição das faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia, já existentes em Belo Horizonte (1986, p. 213).

A terceira instituição universitária bem sucedida foi a do Rio Grande do Sul. Diferentemente

do processo de organização utilizado pelas universidades do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (justaposição de faculdades já existentes), ela surgiu da diferenciação de uma única unidade, a Escola de Engenharia. Conforme CUNHA, fundada em 1896, a Escola de Engenharia de Porto Alegre tinha, em 1928, onze unidades de instituições superiores, fora do esquema tradicional medicina-engenharia-direito, o que fez com que ela fosse chamada de Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, em 1932 (1986, p. 214 – 216). A partir de 1934 ela passou a ser denominada Universidade de Porto Alegre.

O político Getúlio Vargas chega ao poder com a Revolução de 1930. Inicia-se, assim, uma nova era na História do Brasil. Vargas foi chefe do Governo Provisório, garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército (1930 – 34); depois, presidente eleito pelo Congresso Nacional (1934 – 37); ditador sustentado pelo Exército após o golpe de Estado que instituiu o Estado Novo (1937 – 45); quando, em 1945, foi deposto por um golpe militar.

Nos primeiros cinco anos da Era Vargas, desenvolveram-se no Brasil duas políticas educacionais, uma autoritária, pelo governo federal, outra liberal, pelo governo do Estado de São Paulo e pela prefeitura do Distrito Federal (CUNHA, 2000, p. 163).

A ascensão da política educacional autoritária se faz notar após a criação do Ministério da Educação e Saúde e das medidas implementadas pelo primeiro ministro da Educação, Francisco Campos, em 1931, das quais destacam-se a introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a reforma do ensino secundário, a criação do Conselho Nacional de Educação e a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras.

Por outro lado, o liberalismo era usado como arma ideológica da burguesia nas lutas contra a aristocracia. Esse sistema baseado nas idéias dos pensadores ingleses e franceses dos séculos XVII e XVIII, defendia os princípios do individualismo, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia. Quanto à educação, a doutrina liberal defende a independência da escola diante dos interesses particulares de classes, de credo religioso ou político.

Os educadores brasileiros adeptos da corrente liberal, tanto de princípios elitistas quanto de princípios igualitaristas, divulgaram em 1932 um manifesto denominado *A Reconstrução*

Educacional no Brasil, conhecido também como *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, dirigido ao povo e ao governo. Ele apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação. Foi assinado por 26 educadores, dentre os quais encontramos os nomes do Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Júlio de Mesquita (Elitistas) e Anísio Teixeira, Hermes Lima, Paschoal Leme (Igualitaristas).

Estamos entrando na fase que LUZURIAGA (1959), *in* SAVIANI (2000, p.6), chama de “educação pública democrática”. Começamos a enfrentar os problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna, entre eles, o da instrução pública popular. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930), a educação começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional.

Os educadores liberais são responsáveis pela criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 27 de maio de 1933, e pela criação da Universidade de São Paulo, através de um decreto estadual, em 25 de janeiro de 1934, sendo Fernando de Azevedo seu líder pedagógico. E, finalmente, pela criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, tendo Anísio Teixeira como seu primeiro reitor.

Outro acontecimento importante para a Educação durante a Era Vargas foi a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, em 1938. A importância do surgimento dessa entidade estava nas condições necessárias para que os estudantes deixassem de ter uma atuação passiva para se constituírem em uma força política ativa no campo político. Isso devido às transformações políticas, econômicas e sociais, que o Brasil vivenciava desde a Primeira República e também porque a UNE foi criada em pleno “Estado Novo”, regime político ditatorial do governo de Getúlio Vargas.

Deixando de ter um caráter estritamente local, com objetivos assistencialistas, desportivos ou culturais, características das entidades estudantis da época, a UNE surge com uma proposta reformista de política educacional para o Brasil.

A proposta continha, ademais, todo um projeto de política educacional que em nada coincide com o da política autoritária de Vargas, particularmente a expressa no Estatuto de 1931. Defendia-se nele a universidade aberta a todos; a diminuição das “elevadíssimas e proibitivas” taxas de exame e de matrícula, as quais faziam a seleção pelo nível de renda em vez das

“capacidades comprovadas cientificamente”; a vigência nas universidades do “exercício das liberdades do pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna”; o rompimento da dependência da universidade diante do Estado, propondo a eleição do reitor e dos diretores das faculdades pelos corpos docente e discente, representados no conselho universitário; a livre associação dos estudantes dentro da universidade, com participação paritária nos conselhos universitário e técnico-administrativo; a elaboração dos currículos por comissões de professores especializados e representantes estudantis; o aproveitamento dos “estudantes mais capazes” como monitores e estagiários em cargos a serem criados (CUNHA, 2000, p. 169).

Percebe-se que essa proposta, embora inviável politicamente naquele momento, serviu para abrir caminho a uma crítica mais radical do ensino superior brasileiro, retomada pela classe estudantil ao lado dos professores e dos pesquisadores, a partir da década de 1960.

As Leis Orgânicas criadas pelos ministros da Educação, Gustavo Capanema e Raul Leite, no período de 1942 a 1946, reformaram parcialmente os ramos de ensinos Industrial, Secundário, Comercial, Primário, Normal e Agrícola. Criaram também o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Assim, constata-se mais uma vez que a tradição se mantém, ou seja, ao invés de uma reforma geral e coerente no sistema educacional, apenas parte desse é reformado.

Em 1945, com o fim da Era Vargas, o Brasil tinha cinco instituições universitárias, em meio a dezenas de faculdades isoladas. Eram elas, a Universidade do Rio de Janeiro (a partir de 1937, chamada de Universidade do Brasil), a Universidade de Minas Gerais, a Universidade do Porto Alegre, a Universidade de São Paulo e a Universidade Católica do Rio de Janeiro (primeira universidade privada do país e, mais tarde, transformada em Pontifícia). A Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira em 1935, foi dissolvida em 1939, sendo que algumas de suas faculdades foram incorporadas pela Universidade do Brasil (CUNHA, 2000, p. 164).

A Constituição de 1946 definiu a educação como um direito de todos e o ensino primário como obrigatório para todos e gratuitos nas escolas públicas e determinou à União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional.

Daí começa o debate em torno de um novo projeto de reforma geral da educação brasileira, que se prolongaria por um período de 13 anos.

Em 20 de dezembro de 1961, o Presidente João Goulart sancionou a primeira Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mantendo a estrutura tradicional do ensino, à qual ficou assim organizada: ensino pré-primário, ensino primário, ensino médio e ensino superior.

Quanto ao ensino superior, a estrutura já consagrada anteriormente, continuava sem alterações expressivas.

1.2 - O Ensino Superior Católico no Brasil

No Brasil, o ensino jesuíta inicia-se a partir de 1549, através da Companhia de Jesus. Nossa primeira política educacional pode ser considerada desde essa data até 1759, quando os jesuítas são expulsos do Brasil e de Portugal, através das reformas do Marquês de Pombal.

Nesses 210 anos de existência, a política educacional formulada e desenvolvida pelos jesuítas em nosso país, se realiza nos vários colégios e seminários por eles instalados. Utilizando a “Ratio Studiorum”, a partir de 1599, no que tange ao ensino superior específico, através dos “studia superiora”, que correspondiam aos estudos universitários, eram oferecidos os cursos de Filosofia e Teologia, embora não fossem reconhecidos em Portugal como cursos superiores.

Com a Proclamação da República, em 1889, há a separação entre a Igreja e o Estado. Como consequência, o ensino religioso é abolido das escolas. Mas, a reaproximação entre a Igreja e o Estado vai acontecer ainda na Primeira República.

O então Arcebispo de Olinda e Recife, D. Sebastião Leme, em 1916, escreveu uma Carta Pastoral onde defendia o ponto de vista de que a Igreja deveria se unificar e se organizar para poder pressionar o Estado, a fim de que fosse garantida a segurança da comunidade católica. Com isso, uma universidade católica deveria ser fundada, além de criar jornais católicos e organizar os eleitores de modo que viessem ter uma representação política parlamentar.

Quanto ao Estado, logo após a Primeira Guerra Mundial, busca o apoio político-ideológico da Igreja, para fazer frente às ameaças revolucionárias à ordem capitalista. A partir daí, o Estado começa a abandonar sua posição “laicista” e buscar a “colaboração recíproca”.

No dia 30 de abril de 1931, o Presidente da República, Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 19.941, autorizando o ensino da religião nas escolas federais, estaduais e municipais de todo o país (CUNHA, 1986, p. 287). Assim, o ensino religioso passa a integrar o currículo das escolas primárias, secundárias e normais. E, Francisco Campos foi o primeiro ministro titular do recém-criado Ministério da Educação e Saúde.

Em 1932, o Cardeal D. Sebastião Leme, cria a Liga Eleitoral Católica, cujo objetivo era alistar, organizar e instruir os eleitores católicos, em todo o país, assim como canalizar seus votos para os candidatos que aceitassem o programa da Igreja, prometendo defendê-lo na Assembléia Constituinte que viria a ser formada (CUNHA, 1986, p. 250-251). Com a Liga, a Igreja começa a recuperar o espaço perdido, quando consegue eleger a maioria dos candidatos apoiados por ela e, principalmente, incorporar suas exigências na Constituição de 1934.

Está começando a fase que BRUNEAU (1974) chamou de *neocristandade*. A separação política entre o Estado e a Igreja continua, porém, o Estado passa a cuidar da Igreja, isto é, passa a ampará-la. Para BRUNEAU, a rede escolar católica tinha um importante papel de influência,

“por duas razões: primeiro, através da educação religiosa se podia buscar o objetivo de levar as pessoas à salvação; e segundo, a maioria dos alunos das escolas católicas se tornariam membros da elite; de modo que a Igreja podia, presumivelmente, continuar dependendo do apoio social e político, para escorar a influência. A educação promovida pela Igreja formava a elite, porque suas escolas eram particulares e cobravam taxas. Por definição, quem quer que pudesse pagar já era membro da elite e a educação recebida pelas crianças viria confirmar esse status” (1974, p. 123).

Em 1934, foi realizado no Rio de Janeiro um Congresso Católico de Educação. Vivia-se naquele momento, o auge das lutas ideológicas entre as correntes liberais e autoritárias. Um dos objetivos desse Congresso era a criação de uma universidade católica. O Cardeal D. Sebastião Leme ficou responsável pelo projeto, o qual recebeu do Papa apoio institucional e financeiro. Assim, em 1940, foram criadas as Faculdades Católicas, no Rio de Janeiro,

compostas de duas unidades: a Faculdade de Direito e a de Filosofia. Sua organização foi confiada a Alceu Amoroso Lima, presidente da Ação Católica Brasileira, e ao Padre Leonel Franca, que veio ser seu primeiro reitor (CUNHA, 1986, p. 315).

Enquanto isso, outras faculdades católicas isoladas foram sendo criadas. Em 1936, o governo federal reconheceu a Faculdade de Filosofia de São Bento, em São Paulo. Logo em seguida, o Instituto Sedes Sapientiae (criado quatro anos antes, também em São Paulo) e a Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras Santa Úrsula, no Rio de Janeiro.

Em 1943, a Escola de Serviço Social foi incorporada às Faculdades Católicas do Rio de Janeiro que, após criada a Escola Politécnica, foram reconhecidas pelo Estado como universidade, em janeiro de 1946.

Já a Universidade Católica de São Paulo, conforme afirma CUNHA (1986, p. 317-318), teve sua instalação apenas em setembro de 1946. Ela foi formada pela agregação de seis faculdades: as antigas Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento e Sedes Sapientiae, as Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas de Campinas (criadas em 1941) e as recém-criadas Faculdade Paulista de Direito (1945) e Faculdade de Engenharia Industrial (1946).

A partir daí, várias outras universidades católicas foram sendo criadas, passando pela Universidade Católica de Goiás (1959) até à Universidade Católica de Brasília (1997).

Nesse sentido, LIMA destaca que na década de 1940 foram criadas 03 Universidades Católicas no Brasil, 08 na década de 1950 (inclusive a UCG), 06 na década de 1960, 02 na década de 1970 e, completando, apenas a Universidade Católica de Santos em 1986, a Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande (MS) em 1994 e, por último, em 1997 a Universidade Católica de Brasília (2001, p. 30).

Para se ter uma idéia dessa expansão das instituições católicas, “no ensino superior, em que a Igreja entra após 1940, por volta de 1962, 12 das 37 universidades e 134 das 457 faculdades no Brasil eram dirigidas pela Igreja” (SÁ, [s/d], p. 72).

Ainda em relação à expansão das instituições católicas do ensino superior no Brasil, SOUZA procura realçar como a Igreja Católica, através do sistema educacional, buscou contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira e também para a sua própria sobrevivência.

Essa análise da Igreja Católica, a partir da década de 20, mostra como a Instituição procurou se legitimar e garantir seu espaço no campo educacional e a importância que, como instituição religiosa, teve para a constituição da sociedade brasileira. A Igreja buscou na história os elementos que pudessem garantir sua sobrevivência na sociedade brasileira que, durante as décadas de 40 e 50, quando esta deixava de ser agrária e se tornava uma sociedade industrial e, nesse contexto, buscou implementar e consolidar o ensino superior católico no país, através da criação de Instituições de Ensino Superior e, principalmente, de Universidades Católicas (SOUZA, 1999, p. 51).

Quanto a Goiás, veremos que o surgimento de uma universidade estadual tem uma relação direta com a trajetória de vida de Dom Emmanuel Gomes de Oliveira. É o que veremos a seguir.

1.3 - Dom Emmanuel Gomes de Oliveira e a Universidade Católica de Goiás

Dom Emmanuel Gomes de Oliveira nasceu no dia 9 de Janeiro de 1874, em Anchieta (ES). Em 1881, vai para o Rio de Janeiro.

De 1883 a 1887, ele faz seus estudos no Colégio São Luiz, em Itú (SP), dos padres jesuítas que, na época, era o mais conceituado estabelecimento de ensino do país.

Prosseguindo seus estudos, em março de 1888, Dom Emmanuel matriculou-se no Colégio Santa Rosa, em Niterói (RJ), a primeira casa salesiana no Brasil. Na Casa de Formação, em Lorena (SP), Dom Emmanuel fez seus estudos Filosóficos e Teológicos. Em 16 de junho de 1901, Dom Emmanuel é ordenado Sacerdote.

De 1903 a 1911, Pe. Oliveira (Dom Emmanuel) recebe de seu Inspetor, uma missão em Cuiabá, no Mato Grosso, de pacificar os índios Bororos (1908). Essa missão é concretizada

com sucesso (FLEURY, 1985, p. 45-47).

Em 1911, o Pe. Oliveira (Dom Emmanuel) retorna à sua Inspetoria de origem e assume a direção do Liceu Salesiano de Campinas (SP). Em 1917, o então Bispo Auxiliar de Cuiabá, Dom Francisco Aquino Corrêa foi eleito Presidente do Estado de Mato Grosso. Ele convida o Pe. Oliveira para o cargo de Diretor Geral das Secretarias. Após a missão, Pe. Oliveira retorna ao Rio de Janeiro, convocado pelo Núncio Apostólico, Dom Henrique Gasparri, para um período de trabalho diplomático da Santa Sé, como Auditor da Nunciatura Apostólica no Brasil. Em seguida, vai ser Diretor do Colégio Santa Rosa, de Niterói (RJ). Em 27 de outubro de 1922, o Papa Pio XI assina o ato de nomeação do Pe. Oliveira para Bispo de Goiás (FLEURY, 1985, p. 48). No dia 15 de abril de 1923, o Sr. Núncio Apostólico, Dom Henrique Gasparri, faz a sagração do Pe. Oliveira como Bispo, no Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora, em Niterói (RJ).

Em 04 de agosto de 1924, Dom Emmanuel assume a Diocese de Goiás e, logo toma conhecimento da realidade do povo e da região, conseguindo junto à Santa Sé a aprovação para a criação de outras circunscrições eclesiais. Daí, surgem as Prelazias de Jataí, no Sudoeste; a Prelazia de São José do Tocantins, no Meio Norte; e a Prelazia do Bananal, na região do Araguaia. Por fim, Dom Emmanuel consegue permissão da Santa Fé para manter sua residência na cidade de Silvânia, por ficar mais no centro da Diocese.

A Igreja através dos tempos tem seu modo próprio de agir: 1) olha e analisa a realidade; 2) à luz da fé, reflete sobre a situação e enxerga as prioridades; 3) assume compromissos práticos.

Pelo que pudemos constatar, Dom Emmanuel assumiu essa atitude quando chegou a Goiás. Olhando e analisando a realidade goiana, chegou à conclusão de que a prioridade de seu pastoreio deveria ser a Instrução. Nessa época, Goiás tinha um único estabelecimento de ensino: o Liceu de Goiás (FLEURY, 1985, p. 49). Assim, Dom Emmanuel põe mãos à obra. Começa com o tradicional Ginásio Anchieta, em Silvânia. Vem depois, quase que um colégio ou uma escola, em cada uma das cidades da Diocese: Anápolis, Ipameri, Morrinhos, Catalão, Pires do Rio, Formosa, Jaraguá, Pirenópolis, Itumbiara, Goiânia, etc.

Em 16 de dezembro de 1932, o Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira,

convida Dom Emmanuel para compor a comissão que estudaria o local apropriado para a construção da nova capital do Estado de Goiás. Ele aceitou o convite e, posteriormente, foi eleito Presidente dessa comissão, por seus pares (FLEURY, 1985, p. 50 – 51).

Em 15 de agosto de 1933, Dom Emmanuel foi elevado à dignidade de Arcebispo. Com a criação das Prelazias de Jataí, São José do Tocantins e Bananal, existindo já a Diocese de Porto Nacional, a Santa Fé elevou a sede goiana à condição de Arquidiocese.

Como reconhecimento pelo seu trabalho, Dom Emmanuel é cognominado de Arcebispo da Instrução, pelo deputado goiano Domingos Neto Velasco, na sessão da Câmara Federal, do dia 15 de abril de 1948 (POLIANTÉIA, 1948), devido ter fundado 25 escolas paroquiais, 15 ginásios oficializados, 11 escolas normais, 2 escolas de aprendizes agrícola, 1 escola de enfermeiras equiparada à Escola Ana Nery e haver formado o patrimônio da Escola de Farmácia e Odontologia de Goiânia (FLEURY, 1985, p. 49).

Os rumos da criação da futura UCG foram discutidos no ano de 1948, quando realizou-se em Goiânia um Congresso Eucarístico, objetivando comemorar os 25 anos de Bispo vividos por Dom Emmanuel. Uma resolução emergida dos encontros realizados durante esse Congresso, tratava da criação de uma universidade no Brasil Central, sonho do Arcebispo Dom Emmanuel. Porém, para que essa universidade se concretizasse, era necessário que existissem mais escolas de nível superior, ou faculdades, como exigia a legislação em vigor na época.

O resultado foi a Lei nº 192, de 20/10/1948, que criava a Universidade do Brasil Central, constituída das seguintes escolas: Faculdade de Filosofia e Letras, mantida pela Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, entidade patrocinada e mantida pela Diocese, com a finalidade de manter os inúmeros educandários por ela estabelecidos; Faculdade de Direito de Goiás, já federalizada; Faculdade de Odontologia e Farmácia, da Sociedade São Vicente de Paula; Faculdade de Medicina; Faculdade de Engenharia; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Escola de Enfermagem do Hospital São Vicente de Paula; **Faculdade de Ciências Econômicas**; Museu do Estado; Escola de Agrimensura e o Instituto de Educação de Goiás (ARAÚJO, 1985, p. 5). Porém, a criação dessa universidade ficou só no papel, não concretizando na prática.

Observa-se que várias dessas escolas, entre elas a de **Ciências Econômicas**, inexistiam em 1948. Diante desse fato, fica evidenciado que a Lei nº 192, na verdade, não criou universidade alguma. Porém, fica registrado que Dom Emmanuel, ao lado das lideranças empresariais do Estado de Goiás, conjugaram forças e apoios mútuos para que a idéia de fundar uma universidade no Brasil Central fosse concretizada.

Dom Emmanuel, para realizar essa obra gigantesca de instrução em Goiás, teve como braço direito o Bispo Auxiliar Dom Abel Ribeiro, que ocupava o cargo de Inspetor Federal de Ensino em Goiás. Profundo conhecedor de todos os trâmites da complicada burocracia ministerial, era Dom Abel que organizava toda a papelada exigida para a criação e funcionamento de todas as nossas unidades de ensino.

Infelizmente, Dom Emmanuel não viveu o suficiente para ver o seu sonho de criar uma universidade no Brasil Central se realizar. Ele morreu no dia 05 de maio de 1955, no Seminário Santa Cruz, em Silvânia – GO. De seus 81 anos vividos, ele dedicou 33 anos ao Estado de Goiás (FLEURY, 1985, p. 50). Seu sucessor foi Dom Fernando Gomes dos Santos.

No dia 12 de outubro de 1959, o Ministro da Educação Clóvis Salgado, homologou o parecer do Conselho Nacional de Educação e, finalizando o processo de criação, o Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, sancionou o Decreto nº 47.041, em 17 de outubro de 1959, criando a Universidade de Goiás (atualmente, Universidade Católica de Goiás).

Após a criação da Universidade de Goiás, no dia 30 de outubro de 1959, reuniu-se a Sociedade Goiana de Cultura para acertar os atos preparatórios de instalação da Universidade e admissão dos professores das faculdades incorporadas ou agregadas (SGC, Livro de Atas nº 2, 1959). No dia seguinte, 31 de outubro, deu-se a instalação do Conselho Universitário de acordo com as normas estatutárias. O arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, Grão-chanceler da Universidade de Goiás, abriu a sessão, para em seguida nomear como Reitor o padre Paulo de Tarso Nacca, jesuíta, "investindo-o das prerrogativas da função para que as exerça com todos os poderes de representação previstos nos estatutos" (UCG - COU, Livro de Atas nº 1: 31 out. 1959). Dessa forma, a Universidade de Goiás consolidou-se jurídica e patrimonialmente, de acordo com as exigências da época (SOUZA, 1999, p. 93).

Quanto ao nosso objeto de estudo, a **Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás**, vai ser

instalada no ano de 1950, sendo posteriormente uma das faculdades que irão compor a Universidade de Goiás, em 1959, sob o comando do arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos, o primeiro arcebispo de Goiânia.

1.4 - O Surgimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás

Com a Revolução de 30, Getúlio Vargas assume a Presidência da República e dá-se início a uma nova fase de desenvolvimento da economia brasileira. Através do Processo de Substituição de Importações, planeja-se ampliar a indústria local já existente e, principalmente, instalar a indústria de bens de consumo e de bens de capital que o nosso país ainda não produzia internamente.

Deixando de importar esses tipos de bens econômicos, o Brasil não só estaria implantando definitivamente seu parque industrial, consolidando assim o setor secundário que, ao lado da produção dos setores primário e terciário, estariam aumentando o Produto Nacional Bruto mas, também, poderia vislumbrar um grau de desenvolvimento mais sustentado.

Para isso se concretizar, era necessário que o eixo dinâmico da economia brasileira se diversificasse mais, saindo do círculo vicioso que envolviam, principalmente, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro (onde estava o Distrito Federal) e Minas Gerais.

Projeta-se a “Marcha para o Oeste”, ou seja, uma tentativa de unificar mais o nosso mercado interno, onde todas as regiões do país pudessem contribuir com o novo modelo de desenvolvimento econômico proposto.

Nesse cenário, no dia 21 de novembro de 1930, Pedro Ludovico Teixeira é nomeado interventor federal em Goiás, assumindo o cargo no dia 23 do mesmo mês. A partir desse ato começa a ser gerado o projeto de transferência da capital do Estado de Goiás, instalada na Cidade de Goiás, para um ponto físico mais estratégico, onde propiciasse melhores condições de desenvolvimento da economia goiana.

O projeto de Pedro Ludovico Teixeira, em pouco tempo se concretizou. No dia 24 de outubro de 1933 foi lançada a pedra fundamental e, em 1935, consumou-se a mudança provisória de órgãos do Governo para Goiânia.

Percebe-se, assim, muitas alterações na conjuntura socio-econômica e política do Estado de Goiás.

O período de 1930 a 1960 esteve caracterizado por modificações notáveis na ordem estrutural de Goiás. A edificação de Goiânia e a localização estratégica de Anápolis intensificaram a exploração e a ocupação do Centro-Sul regional; a imigração no pós-guerra avançou sobre parte do Médio-Norte e a abertura da Belém-Brasília rearticulou o quadro dos núcleos urbanos no Norte facilitando sua integração aos centros comerciais goianos. A construção da capital federal acarretou abertura de estradas e novas frentes de imigração para o Planalto Central facilitando a integração da região ao comércio nacional. No contexto da **Marcha para o Oeste**, a imigração para Goiás foi substancial, o aparato do Governo Federal foi eficiente na dotação de infra-estrutura e a implantação de Brasília constituiu o ápice do processo (ESTEVAM, 2001, p. 36).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, observa-se no Brasil uma abertura política e um impulso econômico, a partir do governo de Eurico Gaspar Dutra, alterando-se, assim, o contexto político, econômico, social, educacional, cultural e empresarial de nosso país.

Nesse aspecto, em Goiás, particularmente em Goiânia e Anápolis, duas forças vão se unirem no sentido de incrementar o sistema educacional goiano, para fazer frente àquela nova conjuntura econômica nacional. A primeira delas diz respeito aos empresários ligados à Associação Comercial do Estado de Goiás (ACEG) e à Federação do Comércio do Estado de Goiás (FCEG) e, a segunda, estava na Diocese de Goiás, liderada pelos ideais e visão do Arcebispo Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, já explicitados anteriormente.

Dentre a classe empresarial ligada tanto à ACEG quanto à FCEG, pode-se destacar, principalmente, os nomes dos empresários Gilson Alves de Sousa, Henrique Coe, Ismerino Soares de Carvalho, Jaime Câmara, Jeová de Paula Rezende, Joaquim Câmara Filho, Venerando de Freitas Borges e Vicente de Paulo Umbelino de Souza. Eles discutiam a necessidade e a oportunidade de se viabilizar uma escola de nível superior, que formasse os profissionais que o mercado estava a demandar naquele momento histórico, ou seja, uma escola que preparasse novos economistas e novos contadores.

Assim acontecendo, poderia estar sendo resolvido um sério problema estrutural enfrentado pelo empresariado goiano da época, representado pela escassez e até inexistência de uma mão-de-obra gerencial e de contabilidade superior local.

A baixa oferta local de mão-de-obra de nível superior representava a necessidade de ir buscar em outros Estados, com custos e salários elevados, os profissionais exigidos tanto pela legislação em vigor quanto pelo crescimento das empresas goianas.

Nesse sentido, já vimos que a Diocese de Goiás, através do Arcebispo Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, também acalentava essa mesma idéia, transformando-se em pioneira na área da educação e da instrução no Estado de Goiás.

Num esforço conjugado dos empresários da ACEG e da FCEG, já destacados anteriormente, e também da Diocese de Goiás, é criada no dia 10 de setembro de 1949, a Fundação João Daudt de Oliveira, assim batizada, em homenagem a um dos pioneiros homens de comércio no Estado de Goiás.

Conforme o extrato do Capítulo I, dos ESTATUTOS da Fundação João Daudt de Oliveira, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, que trata "Da denominação, sede e fins da Fundação", registra-se que ela não tem fins lucrativos e sua duração não tem tempo determinado. E mais, a Fundação visa:

- I - Manter Escolas Técnicas de Comércio, destinadas a ministrar o ensino comercial gratuito a comerciários e seus dependentes.
- II - Manter uma Faculdade de Ciências Econômicas destinada a ministrar o ensino superior de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais (DIÁRIO OFICIAL, 05/05/1950, p. 3).

A Fundação João Daudt de Oliveira, que tinha como mantenedoras a ACEG e a FCEG, as quais teriam também a responsabilidade de administrá-la, como vimos nos seus Estatutos, foi criada com a finalidade de manter Escolas Técnicas de Comércio e uma Faculdade de Ciências Econômicas, com sede em Goiânia.

Contando com apenas dois anos de vida, a Fundação João Daudt de Oliveira cria a Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás. Logo após, o Sr. Jaime Câmara, como Presidente da Fundação no Estado de Goiás, elabora um *Relatório de Criação e Organização da FCEG*, onde ele reivindica junto ao Governo Federal, a autorização prévia para seu funcionamento. Nesse Relatório, ele faz uma longa exposição de motivos, mostrando a capacidade financeira da entidade mantenedora; fala dos edifícios e instalações; do aparelhamento administrativo; da organização administrativa e didática; do corpo docente; do limite de matrículas; das condições culturais; e da real necessidade do Curso para Goiás. Jaime Câmara finaliza o relatório afirmando que, "por tudo o que foi dito e fartamente comprovado, espera parecer a Fundação João Daudt de Oliveira um pronunciamento favorável dos responsáveis pela causa do ensino no Brasil. Será tal deferimento mais um ato de justiça em favor de Goiás".

Para ser autorizada a funcionar e abrir inscrições para o primeiro concurso de habilitação, o Ministério da Educação exigia que a Faculdade dispusesse de corpo docente contratado, de local adequado, de biblioteca, de recursos financeiros suficientes, além de outras exigências.

De 1949 até 1951, demoradas e exaustivas viagens foram constantemente feitas até à sede do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Os empresários Venerando de Freitas Borges, Vicente de Paulo Umbelino de Souza e Domingos Francisco Póvoa, ligados à ACEG e à FCEG, foram os que mais percorreram esse trajeto, visando legalizar a Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás.

Em 28 de abril de 1950, surge o primeiro Regimento Interno da FCEG. De acordo com VAZ, observa-se que esse Regimento ainda que escrito no pós-guerra, período de democratização do país e da elaboração de uma nova Constituição progressista e avançada, em 1946, traz uma forte herança do Estado Novo (1999, p. 9).

Conforme o primeiro REGIMENTO INTERNO da FCEG, está registrado no Título I, que trata da Definição e Finalidades, o seguinte:

Art.1º - A Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Goiás, com sede na cidade de Goiânia, é um estabelecimento de ensino de grau superior, mantido pela Sociedade Goiana de Cultura, sem escopo de lucro e constitutivo da Universidade de Goiás, regendo-se por este Regimento, pelo

Estatuto da Universidade de Goiás e pela legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Faculdade tem as seguintes finalidades:

- a) ministrar o ensino das Ciências Econômicas, Administrativas, Contábeis, Atuariais, bem como de Sociologia, Política;
- b) efetuar pesquisas nos vários domínios da cultura e das ciências que constituem objeto de seu ensino;
- c) promover a formação integral da pessoa humana, de acordo com os princípios da doutrina católica (REGIMENTO INTERNO DA FCEG, 1950, p. 1).

Esse Regimento Interno da FCEG definiu que o Curso de Ciências Econômicas teria a duração de quatro anos. E também uma proposta de ensino.

O ensino, em linhas gerais, era previsto no Regimento, sobre cinco formas: preleções, debates e arguições, exercícios de aplicação, projetos, excursões e visitas. Proposta avançada para a época, pois conjugava aula expositiva, debate e união da teoria com a prática (VAZ, 1999, p. 9).

É bom ressaltar também que o Parágrafo Único do Art. 1º desse mesmo REGIMENTO INTERNO da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás estipulava que:

Será inteiramente gratuito o ensino aos comerciários e seus dependentes, cobrando-se a metade da taxa aos alunos filhos de comerciantes associados da Associação Comercial do Estado de Goiás ou da Federação do Comércio (28/04/1950, p. 1)

Quanto à forma de ingresso de candidatos à FCEG, o Regimento Interno optava pela realização de concurso de habilitação, de acordo com a Lei nº 20, de 10 de dezembro de 1947.

VAZ chama a atenção para o caráter das penalidades sobre o corpo discente, estabelecidas nesse Regimento Interno. Ele apresenta não somente uma forma de coação e conservadorismo, mas também um afã moralizador típico da moral vitoriana. O clássico roteiro: advertência, suspensão e expulsão, eram previstos nos mais genéricos e banais casos (1999, p. 10).

Enfim, no ano de 1950, a Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás começa a ser estruturada.

A primeira reunião da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas deu-se em 12/05/50, na Associação Comercial, sob a presidência de Jaime

Câmara. Foram empossados os mestres contratados em 1950, os fundadores Ary Demosthenes de Almeida, Alexandre Gabriel, Carlos Gomes de Faria, Domingos Juliano, Francisco Balduino de Santa Cruz, Hélio de Araújo Lobo, Henrique Coe, Joaquim Câmara Filho, José Cândido da Silva, José de Assis Drummond, José Gonçalves Zuza, Maximiano da Mata Teixeira, Othon Nascimento, Ovídio Nogueira Machado Júnior, Venerando de Freitas Borges e Vicente de Paulo Umbelino de Souza (ARAÚJO, 1985, p.8).

Considera-se que a Faculdade de Ciências Econômicas iniciou oficialmente suas atividades de organização no dia 15 de maio de 1950. Nesta data, de acordo com ARAÚJO, as Portarias nº 29 e 30, foram baixadas pela Fundação João Daudt de Oliveira, nomeando respectivamente o Sr. Vicente de Paulo Umbelino de Souza para o cargo de Diretor da Faculdade e o Sr. Domingos Póvoa para o cargo de Secretário-Tesoureiro da mesma (1985, p. 7-8).

Em 05 de novembro de 1950, o Decreto nº 28.954, autorizava o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás e discriminava também os cursos que ela deveria oferecer: o Curso de Ciências Econômicas e o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

Em 1951, organizou-se o Centro Acadêmico e em homenagem à data comemorativa de autorização do funcionamento da Faculdade, o mesmo foi denominado de Centro Acadêmico V de Novembro.

O primeiro Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, o Sr. Vicente de Paulo Umbelino de Souza, solicitou seu afastamento da diretoria em 21 de fevereiro de 1951. Para substituí-lo, foi nomeado diretor outro homem público, professor, empresário e político, de notável prestígio e projeção. Tratava-se do Sr. Venerando de Freitas Borges, primeiro Prefeito de Goiânia, através da Portaria nº 35, de 21/02/1951 (ARAÚJO, 1985, p. 8).

Em 1951, a Faculdade dá início ao seu funcionamento acadêmico-administrativo, no Colégio Estadual de Goiânia, o atual Lyceu, colocado à disposição da Fundação João Daudt de Oliveira, pelo Secretário de Educação do Estado, Ary Demóstenes, funcionando a Secretaria da Faculdade no edifício da Associação Comercial, na Av. Goiás nº 38 (VAZ, 1999, p. 10).

O primeiro exame de seleção ou concurso de habilitação foi marcado para os dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 1951. O edital de convocação especificava que cada curso teria 30 vagas. Como as vagas oferecidas não foram preenchidas nesse primeiro concurso, uma segunda chamada foi convocada para os dias 15, 16 e 17 de março de 1951, através da Portaria nº 03,

de 14/03/1951.

A composição do corpo docente da FCEG no início do seu funcionamento é no mínimo curiosa. Segundo VAZ, encontramos um considerável número de Advogados (09), a maioria, e de 03 Contadores, além de 02 Engenheiros, 03 Desembargadores, e 01 Professor, totalizando 18 professores (1999, p. 11). Para ele, os advogados não possuíam formação específica para ministrar matérias de Economia e Contabilidade. Afinal, suas áreas de estudos estão restritas às Ciências Jurídicas, com exceção do Direito Financeiro ou Tributário. Quanto aos contadores, não se sabe se possuíam curso superior na área. Se os possuíam, devem ter sido formados em outros Estados. Provavelmente, ao que tudo indica, devem ter sido formados pela Escola Secundária, na área Técnica-Comercial, sendo na sua maioria, autodidatas.

Em 07 de novembro de 1951, a Fundação João Daudt de Oliveira fundou o Instituto de Pesquisas Econômicas de Goiás - IPEG, que passou a ter uma estreita ligação com a FCEG, no sentido de proporcionar-lhe as condições de desenvolver estudos científicos e pesquisas sobre a economia estadual e regional. O Capítulo I, dos ESTATUTOS do IPEG, define seus fins, como:

Art. 1º - O Instituto de Pesquisas Econômicas de Goiás - IPEG, órgão da Fundação João Daudt de Oliveira, se regerá pelo presente Estatuto e demais disposições que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - O Instituto, que tem sede e foro em Goiânia, tem por fim proceder a pesquisas e estudos e dar pareceres, tendo em vista esclarecer os problemas ligados, de qualquer forma, à economia regional e nacional. Esses estudos compreenderão, principalmente, os ramos da economia, capitalização e investimentos, política tributária e orçamentária, levantamentos estatísticos sobre produtos específicos e moeda e crédito, bem como sobre assuntos correlatos.

Parágrafo Único - O Instituto tem por fim, ainda, estimular o estudo das ciências econômicas, contábeis e atuariais, em moldes universitários e extra-universitários (ESTATUTOS DO IPEG, novembro de 1951, p. 2).

As aulas da Faculdade de Ciências Econômicas inicialmente foram ministradas em diversos locais como na Escola de Comércio Dom Marcos de Noronha (Rua 21, Centro), na residência do Prof. Hegesipo de Campos Meirelles e, finalmente, na casa de Pedro Ludovico Teixeira (ex- Governador do Estado de Goiás).

Posteriormente, a FCEG iria instalar sua séde própria num terreno situado na Quadra 71, margeadas pelas Ruas 226 e 235 e a 5ª Avenida, no Setor Leste Universitário (ARAÚJO, 1985, p. 12). Essa área foi doada pelo governo do Estado de Goiás, em 10 de junho de 1953, conforme *Certidão de Escritura Pública* registrada no *Cartório da 3ª Circunscrição Imobiliária de Goiânia*, de 18/07/1990.

Em meio a essas transformações que a Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás vinha experimentando, um aspecto relevante que se percebe é o relacionado ao lento crescimento do seu número de alunos, verificado entre os anos de 1951 e 1957. Enquanto os seus cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais ofereciam, nesse período, 30 vagas cada um, nos exames de seleção, surgiram as seguintes quantidades de inscritos:

CURSO	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957
C. ECONÔMICAS	19	19	13	11	29	18	07
C. CONTÁBEIS	20	11	11	12	18	14	11

Fonte: VAZ, 1999, p.13

Por outro lado, percebe-se também que, no período entre 1951 e 1954, houve um crescimento do número de professores da FCEG, devido ao funcionamento de todas as disciplinas nas quatro séries. Assim, o número de professores que, em 1951 era de 08, passou para 11 em 1952, para 20 em 1953, atingindo um total de 25 professores em 1954 (VAZ, 1999, p. 14).

No dia 30 de junho de 1954, no salão de despachos da Cúria Metropolitana, sob a presidência do Arcebispo Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, foi realizada a reunião da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas (FFCEG). Ali, foi comunicado aos presentes que a Associação Comercial do Estado de Goiás pretendia transferir para a Mitra Diocesana a direção e a manutenção da Faculdade. Essa incorporação deveria ocorrer, assim, de acordo com os estatutos da Universidade do Brasil Central, a ser criada.

A partir daí, Dom Emmanuel lidera o movimento cujo objetivo era a criação da Universidade do Brasil Central. Para que isso se concretizasse, a legislação em vigor exigia que, além de outras formalidades estritas, houvesse uma faculdade de filosofia e letras, assim como, outras faculdades.

Conforme o Diário Oficial do Estado de Goiás, de 20 de julho de 1954, na sua secção ineditorial, foi publicado os ESTATUTOS da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás. Neles estão definidos que:

Art. 3º - A Fundação terá sede e foro na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás.

Art. 4º - Tem a mesma por finalidade: manter em pleno funcionamento a Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS, 20/07/1954, p. 4).

Segundo ARAÚJO, numa reunião realizada no dia 22 de julho de 1954, através de escrutínio secreto, foi eleita a primeira diretoria da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, ficando assim constituída: Presidente de Honra, Sr. Orlando Bravo da Rocha Torres (Presidente da ACEG na época); Presidente Efetivo, Dom Emmanuel Gomes de Oliveira; Secretário, Prof. Henrique Coe e Tesoureiro, Prof. Hélio França. No dia 26 de julho de 1954, o Dr. Esmerino Soares de Carvalho foi eleito Vice-Presidente da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas. A ata dessa reunião consta que todos seus signatários foram considerados fundadores da FFCEG. Pela ordem de assinatura são eles: Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, Dom Abel Camelo, Orlando Bravo da Rocha Torres, Henrique Coe, Esmerino Soares de Carvalho, Hélio França, Pe. Francisco Machado da Fonseca (s.j.), Pe. José Jesus Flores, Hélio Lobo, Vicente de Paulo Umbelino de Souza, José Gonçalves Zuzá, Francisco Balduino de Santa Cruz, Hegesipo de Campos Meirelles, Cônego José Trindade da Fonseca e Silva e Waldir Luiz Costa (1985, p. 14).

Quanto a pertencer à futura universidade, em 25 de agosto de 1954, numa reunião extraordinária da Congregação dos Professores, foi decidido que a FFCEG seria agregada à Universidade de Goiás (atual UCG), que estava sendo organizada pelo Bispo Dom Emmanuel. Assim, segundo VAZ, como a Fundação João Daudt de Oliveira deixou de ser a responsável pela Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, esta perdeu a ligação efetiva

que mantinha com o Instituto de Pesquisas Econômicas de Goiás - IPEG (1999, p. 16).

Com a morte do Arcebispo Dom Emmanuel Gomes de Oliveira em 12 de maio de 1955, tanto a Diocese quanto a FFCEG sentiram muito, pela liderança e espírito educador que ele representava. Além do que já destacamos em relação ao seu ideal no que se refere ao ensino superior em Goiás, a Mitra era responsável naquele momento por cerca de 80% do ensino médio goiano.

O Curso de Ciências Econômicas, foi reconhecido no dia 20 de julho de 1955, através do Decreto Federal nº 37.618. Enquanto que, o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais só foi reconhecido no dia 10 de outubro daquele ano, por meio do Decreto Federal nº 38.044.

Após a morte de Dom Emmanuel, os bispos se reuniram e fizeram várias reivindicações à Santa Sé. Dentre elas, estavam a criação de uma Arquidiocese em Goiânia. Com a aprovação daquela reivindicação, segundo CHAER, em 1956, foi criada a Arquidiocese de Goiânia, temporariamente dirigida por Dom Abel Ribeiro Camelo. Em 1957, foi nomeado o 1º Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, então arcebispo de Aracaju (1979, p. 100).

Em artigo, o Pe. José Pereira de Maria comenta sobre Dom Fernando Gomes dos Santos:

Ele foi o 8º bispo de Goiás e o 1º arcebispo de Goiânia. Tomou posse desta Arquidiocese, em 16.06.1957 e faleceu, nesta cidade, no dia 1º de junho de 1985. Logo que assumiu a Igreja Particular de Goiânia (Arquidiocese), teve nítida consciência da missão que lhe era confiada, como pastor da Metrópole que ia cobrir, na época, todo o Centro-Oeste do País (MARIA, 1995, p. 6).

Na Ata da 34ª Reunião da Congregação da FFCEG, realizada em 27 de março de 1957, o Pe. Francisco Machado da Fonseca, da ordem dos jesuítas, comunicou que em espírito de colaboração com as atividades educacionais da Igreja de Goiás, aquela Ordem se propunha enviar ao nosso Estado alguns religiosos de notória competência para coadjuvar na criação da universidade católica local.

No dia 27 de agosto de 1957, o recém-empossado Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, tomou posse como novo Presidente da FFCEG.

Na Ata da 37ª Reunião da Congregação da FFCEG, acontecia no dia 03 de julho de 1959, o Diretor Pe. Paulo de Tarso Nacca comunicou ao plenário a constituição da Sociedade Goiana de Cultura (SGC), a nova mantenedora da Universidade, que sucedia as mantenedoras anteriores. A Congregação, através de votação, decidiu pela incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás à Universidade Católica de Goiás, autorizando a transferência do acervo mediante escritura pública.

A Universidade de Goiás, através de um decreto presidencial, foi reconhecida em 1959.

O ano de 1959 foi de intensa atividade. A recém-criada Sociedade Goiana de Cultura se empenhava em concretizar três grandes projetos: a criação da Faculdade de Direito, a consolidação jurídica e patrimonial da Sociedade e a criação da universidade. A Faculdade de Direito era importante para complementar, com as Faculdades de Filosofia, Ciências Econômicas, Belas Artes, Serviço Social e Enfermagem, o núcleo da futura universidade... A Faculdade de Direito instalou-se no dia 10 de abril de 1959... O trabalho paciente e decidido coroou-se de êxito em 17 de outubro de 1959 com o decreto presidencial nº 47.041 que criava a Universidade de Goiás, primeira instituição universitária do Brasil Central. No dia 8 de dezembro de 1959, o padre Nacca foi designado reitor da nova Universidade (VAZ, 1979, p. 33).

A Universidade de Goiás foi assim instituída em outubro de 1959, pelo decreto assinado pelo Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, equiparada às suas congêneres nacionais.

De início, o núcleo universitário constitutivo da atual Instituição era composto de um total de 08 faculdades, criadas ou mantidas pela Arquidiocese de Goiânia, conforme se relacionam abaixo: Faculdade de Filosofia – criada em 1948 e reconhecida em 1949; Faculdade de Ciências Econômicas – criada em 1950 e reconhecida em 1955; Faculdade de Farmácia e Odontologia – criada em 1945 e reconhecida em 1951, posteriormente incorporada à UFG; Faculdade de Belas Artes – criada em 1952 e reconhecida em 1959; Faculdade de Serviço Social – criada em 1957 e reconhecida em 1962; Faculdade de Direito – criada em 1959 e reconhecida em 1966; Faculdade de Enfermagem - criada em 1944 e reconhecida em 1944; Instituto de Pesquisas Econômicas – Sociais – IPES, criado em 1960 (CHAER, 1979, p. 99).

Assim, nasce a Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, em 1950 e, atualmente conhecida como Departamento de Economia (ECO). Bem como, há a criação da Universidade de Goiás, em 1959, hoje denominada Universidade Católica de Goiás (UCG).

Capítulo II

DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE GOIÁS AO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UCG

Introdução

Após a apresentação de forma breve do histórico sobre a Educação Universitária Brasileira e o Ensino Superior Católico no Brasil, a trajetória da vida do educador e arcebispo Dom Emmanuel Gomes de Oliveira e sua relação com a criação e implantação da Universidade de Goiás (atualmente UCG) e o surgimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, veremos sua trajetória até se tornar no Departamento de Economia (ECO) da Universidade Católica de Goiás (UCG).

Este capítulo tem o objetivo principal de resgatar a história da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás (FCEG), bem como, de sua transformação em Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO). Depois, o ECO ser sucedido pelo Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE) e este ser, finalmente, transformado no atual Departamento de Economia - ECO (novamente a mesma sigla utilizada após a extinção da FCEG).

É importante ressaltar que, conforme foi visto no primeiro capítulo, o núcleo inicial foi a criação da Fundação João Daudt de Oliveira, uma iniciativa arrojada de alguns empresários ligados à Associação Comercial do Estado de Goiás (ACEG) e à Federação do Comércio do Estado de Goiás (FCEG).

A Fundação João Daudt de Oliveira foi transformada posteriormente na Fundação Faculdade de Ciências Econômicas (FFCEG). Esta desapareceu em 1958, surgindo a Sociedade Goiana de Cultura (SGC), mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás (FCEG).

2.1 – O Surgimento do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO)

Destaca-se que, quando da criação e concretização da FCEG, ela foi inicialmente dirigida pelo Prof. Vicente de Paulo Umbelino de Souza, seu primeiro diretor, de 15 de maio de 1950 a 21 de fevereiro de 1951, conforme vimos no 1º capítulo.

Posteriormente, a Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás nos seus primeiros quatro anos de existência, também foi dirigida pelo Prof. Venerando de Freitas Borges, sendo substituído pelo Prof. José Gonçalves Zuza. Sua escolha para ocupar a diretoria da Faculdade, aconteceu no dia 28 de fevereiro de 1955, numa reunião da FFCEG (ARAÚJO, 1985, p.14).

A maioria acadêmica da Faculdade se deu a partir da 25ª Reunião da Congregação, realizada no dia 22 de março de 1955 que, conforme ARAÚJO, decidiu pela introdução do estágio na Faculdade. Ficava definido que cada um dos professores catedráticos orientaria até três alunos estagiários. E o mais importante, o Curso de Ciências Econômicas foi reconhecido naquele ano de 1955, de acordo com o Decreto nº 37.618, de 20 de julho (1985, p. 14 - 15).

A nova sede da FCEG foi concluída no final de 1955, com uma área construída de 2.542 m², oito salas de aula, sala de professores, auditório, biblioteca, secretaria, diretoria e sala da Inspeção Federal. Segundo pessoas ligadas à própria Faculdade, o prédio foi a primeira sede de ensino superior na Praça Universitária (VAZ, 1999, p. 17).

O período letivo do ano de 1956 já iniciou com a Faculdade funcionando nas instalações recém-terminadas no Setor Universitário. A autorização para a mudança para o novo prédio foi emitida no dia 20 de fevereiro daquele ano. As aulas eram ministradas em dois turnos. O matutino que se estendia das 7:30 às 10:40 horas e o noturno das 19:30 às 22:40 horas.

Por essa época o acesso à Praça Universitária era excessivamente difícil, em especial à noite. O asfalto, pela então Rua 10 e hoje Avenida Universitária, não avançava além do Córrego Botafogo. Pela Avenida Anhangüera, uma só pista alfartada ligava a Avenida Paranaíba à 5ª Avenida da Vila Nova. Não havia iluminação pública... o fornecimento de energia, bastante precário, padecia de interrupções frequentes, obrigando à suspensão das aulas. Em fila indiana, podiam ver-se os grupos de estudantes descendo, quase tateando em

meio ao negrume noturno, até à Alameda Botafogo e à Avenida Paranaíba (ARAÚJO, 1985, p.15).

No dia 27 de março de 1957, o Prof. Napoleão da Costa Ferreira, foi designado como o novo diretor da Faculdade, substituindo o Prof. José Gonçalves Zuza, conforme a Ata da 29ª Reunião da Congregação. Na sua gestão, o Pe. Francisco Machado da Fonseca, da ordem dos jesuítas, apresentou uma proposta no espírito de colaboração com as atividades educacionais da Igreja de Goiás, se prontificando a enviar ao nosso Estado alguns homens de notória competência para coadjuvar na criação da universidade local. Posteriormente, a resposta da Faculdade seria positiva e viabilizaria a universidade em Goiás. Nessa mesma gestão, observa-se que a demanda pelo Curso cresce e, atento a este crescimento no ano de 1957, o edital do vestibular trazia uma novidade: o número de vagas por curso fora elevado para 40 (ARAÚJO, 1985, p.16). Foi também nessa gestão, conforme já visto no Capítulo 1 dessa dissertação, que no dia 20 de dezembro de 1958, numa reunião solene realizada no salão da Cúria, foi celebrada a agregação da FCEG à SGC, a nova mantenedora da Faculdade.

Em maio de 1959, o diretor da FCEG, Prof. Napoleão, fora sucedido pelo Pe. Paulo de Tarso Nacca, jesuíta. Ele, enquanto religioso, era um dos componentes do grupo responsável pela viabilização da universidade no Estado de Goiás.

A escolha teve, pois, caráter de cunho prático, qual era aplainar o caminho em direção a esse intento. Para que o Pe. Nacca pudesse concorrer à lista tríplice para a diretoria, era necessário que ocupasse função docente. O Prof. Waldir Luiz cedeu-lhe sua cátedra, contornando desse modo o impecilho legal (ARAÚJO, 1985, p.17).

Assim, o Pe. Nacca torna-se no primeiro Reitor da Universidade de Goiás (atualmente UCG), reconhecida em 1959, através de um decreto presidencial. Seu mandato na reitoria se estendeu de 1959 a 1962.

Com a criação e funcionamento da Universidade de Goiás, percebe-se que a FCEG administrativamente pouco mudou em relação à sua autonomia. Porém, muitos acreditam que houve um aprimoramento do nível de ensino, após a sua agregação à UG. Tanto que em 1960 é criado o Instituto de Pesquisa Econômico-Social (IPES) pela FCEG. Ele surgiu no dia 09 de novembro de 1960, tendo como primeiro diretor o Prof. Vincenzo Falcone. O IPES deveria funcionar com mestres pesquisadores da FCEG e da Faculdade de Serviço Social. No entanto

coube à FCEG mantê-lo até 1973, quando foi jurisdicionado diretamente à reitoria da UCG, na intenção de transformá-lo em um órgão de pesquisa de toda a Universidade (ARAÚJO, 1985, p.64 - 66).

Outra constatação observada por ARAÚJO (1985, p.18), conforme a lista dos docentes da FCEG no ANEXO 1, é que com a criação da Universidade, o grupo de professores fundadores, quase como se fosse em atitude de corpo gesto, se afastou da Faculdade.

Em 1961, o Pe. Francisco Martins Corrêa, também jesuíta, assumiu a direção da FCEG, substituindo o Pe. Nacca. Na sua gestão que se prolongou até dezembro de 1962, a Faculdade se consolidou como peça integrante da Universidade de Goiás.

De dezembro de 1962 a julho de 1964, a FCEG teve como seu diretor, o professor e também padre jesuíta na época, Délio Moreira de Araújo, o qual substituía o Pe. Francisco Martins Corrêa.

Nessa gestão, foi extinto o Conselho Técnico-Administrativo (CTA), atendendo a legislação universitária da época. Para substituí-lo, foi criada uma assessoria formada de professores, diplomados pela Fundação Getúlio Vargas, que passaram a lecionar na FCEG. Esses professores foram contratados para fazerem parte da equipe do Governo do Estado de Goiás, na gestão do Dr. Mauro Borges Teixeira.

Segundo ARAÚJO, foi introduzido o período básico, comum aos cursos oferecidos até então pela Universidade. Por um ato ministerial, o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi desdobrado em dois cursos específicos: Ciências Contábeis e Ciências Atuariais. A FCEG decidiu oferecer apenas o Curso de Ciências Contábeis, uma vez que não havia oportunidade no mercado local para atuários. Com a introdução do Curso de Administração, em 1963, a FCEG passou a ministrar três cursos, por ordem de reconhecimento: Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração de Empresas (1985, p.19).

De acordo com a decisão da 46ª Reunião de Congregação, realizada no dia 4 de setembro de 1963, as disciplinas foram organizadas por áreas, conforme quadro abaixo:

Departamento ou Área	Coordenador
Ciências Administrativas	José de Assis Drummond
Ciências Contábeis	Antônio Augusto A. Coutinho
Ciências Econômicas	Vicenzo Falcone
Ciências Jurídicas	Sebastião Ribeiro
Ciências Auxiliares	José Fernando Gontijo

Fonte: ARAÚJO, 1985, p.19.

Outro destaque dessa gestão do Prof. e Pe. Délio, foi a polêmica e difícil decisão tomada pela Congregação da FCEG, de introduzir, a partir de 1964, a cobrança de anuidades. A extinção da gratuidade do ensino, estava relacionada com a primeira Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 4.024, sancionada em 20/12/1961, e também era fruto da crise financeira, gerada pela intranquilidade política que marcou profundamente o Brasil nos anos de 1962 a 1964. Com isso, as verbas federais vindas de Brasília, tiveram suas remessas suspensas imediatamente.

Para se ter uma idéia dos reflexos dessa crise financeira na FCEG, ARAÚJO cita dois exemplos: primeiro, o dos professores fundadores que ficaram quase dois anos sem receberem seus vencimentos; segundo, a ligeira redução voluntária dos salários, medida adotada por decisão unânime da Congregação da Faculdade. Este, transformando-se num caso talvez inédito e único na Universidade. Para fazer frente a esse contexto de caráter negativo, a FCEG inicia a partir de 1964 a cobrança de anuidade. Uma atitude difícil de ser tomada, porém, sumamente necessária para sua auto-sustentação financeira. Nesse sentido, ele relembra um episódio interessante. Visando dispensar a cobrança dessa anuidade, um grupo de alunos, à margem do Centro Acadêmico V de Novembro, chegou a propor a agregação da FCEG à Universidade Federal de Goiás. Iniciativa que foi fracassada (1985, p. 20 - 21).

Embora em meio a crises financeiras, a Faculdade foi se consolidando e, nesse período, houve também a ampliação do acervo e do espaço da biblioteca, a criação de uma sala de estudo, a introdução de seminários de economia brasileira para todos os cursos. Ressalte-se que para completar esse quadro favorável, a FCEG foi equipada com um projetor cinematográfico de 16 mm, o qual teve grande utilidade na disciplina "Seminários de Economia Brasileira".

Segundo VAZ, ex-Reitor da UCG, a FCEG deveu sua consolidação permanente, sua estruturação definitiva e o impulso que lhe gerou extraordinário crescimento, à gestão diretora instalada em dezembro de 1962 e que se afastou em julho de 1964 (1979, p.35).

Pode-se afirmar que, no final de 1963, tanto a FCEG quanto a Universidade de Goiás, estavam assim realmente implantadas e consolidadas. Isso não quer dizer que as duas instituições não enfrentassem crises, principalmente financeiras. A implantação do Regime Militar, a partir de março de 1964, foi um reflexo da intranquilidade política e econômica que o Brasil vivia naquele momento.

Com a introdução do Curso de Administração de Empresas na FCEG, em 1963, a grande novidade do início do ano letivo de 1964, foi a nova denominação da instituição: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de Goiás. Assim, adequava-se o nome do estabelecimento à sua finalidade e Administração. Lembrando que a Contabilidade, por ser considerada como ciência e técnica administrativa, ficara *ipso facto* incluída na área das ciências e técnicas gerenciais (ARAÚJO, 1985, p.21).

Seguindo o procedimento implantado desde 1961 pela Universidade de Goiás quanto à nomeação dos diretores das Faculdades, uma livre escolha do Reitor, o Prof. José Lobo Filho foi escolhido pelo Reitor Pe. Ormino Viveiros do Castro, S.J., para suceder o Prof. Délio Moreira de Araújo na direção da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, em junho de 1964.

O Prof. José Lobo Filho, ex-aluno da Faculdade, dirigiu a mesma de junho de 1964 até fevereiro de 1969. Nesse período, foram bem acentuadas tanto a centralização quanto a perda de autonomia, em especial nas áreas administrativa e financeira.

Até 1964, as faculdades se auto-administravam independentemente. Contratavam o seu pessoal docente e administrativo. Cobravam anuidades. Possuíam tesouraria própria e subvenções independentes. Com a criação da Universidade, as operações administrativas foram progressivamente uniformizadas. Na Faculdade, esse procedimento teve início no segundo semestre de 1964, e por volta de 1968, a centralização já se achava completa...(ARAÚJO, 1985, p.22).

A turbulência política e econômica vivida pelo Brasil naquele período, tinha seus reflexos na

vida acadêmica. Ao lado da centralização e perda de autonomia, as imposições e restrições pedagógicas implantadas pelo regime político ditatorial vigente, dificultavam bastante a administração da Faculdade.

Nesse período, houve constantes atrasos dos pagamentos mensais dos professores da Faculdade gerando, naturalmente, descontentamentos dentro da categoria. Muitos desses professores, por esse motivo e visando um complemento nas suas rendas, optaram por lecionar também na Universidade Federal de Goiás. A consequência direta desse procedimento foi o fim da docência de dedicação integral na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas.

Com a saída dos professores, o corpo docente da Faculdade aos poucos foi sendo constituído por ex-alunos da mesma, superando assim, o número dos professores que tinham se formado em outras instituições. Em 1985, praticamente dois terços de seus docentes tinham saídos de seus bancos.

Outro destaque dessa gestão fica por conta da nova postura assumida pelo IPES. Conforme a Ata da 48ª Reunião de Congregação, realizada em 27 de fevereiro de 1967, o Prof. Vicenzo Falcone volta a ser o seu diretor. Em 1968, convidados pelo diretor da Faculdade, o Prof. Pe. Guaraci Pacheco e o Prof. Délio Moreira de Araújo, ambos jesuítas, passam a compor também, respectivamente, a diretoria e a chefia de pesquisa do IPES. Com uma mentalidade nova, o Instituto desenvolveu diversos trabalhos contratados junto a empresas e órgãos públicos. Mais ainda, ministrava cursos rápidos em várias áreas de interesses da comunidade e do empresariado. Assim, até ser transferido e ficar subordinado diretamente à Reitoria da UCG, em 1973, o IPES procurou desempenhar seu papel nas atividades da Faculdade.

A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de Goiás, em 1968, conforme relatório elaborado pela Secretaria Geral, tinha 184 alunos matriculados no Curso de Ciências Econômicas; 59 alunos no Curso de Ciências Contábeis e 43 alunos no Curso de Administração de Empresas. Isso significa que a Faculdade tinha um total de 286 alunos matriculados regularmente naquele ano. E, nesse sentido, o Curso de Ciências Econômicas com seus 184 alunos matriculados, só perdia para o Curso de Direito, que tinha 413 alunos matriculados.

Outras mudanças administrativas ocorreram a partir de fevereiro de 1969. O Prof. Orris do

Rego Lima, contador formado na própria Faculdade, assumiu a direção desta, substituindo o Prof. José Lobo Filho. Por solicitação do novo diretor e aprovação da Reitoria, foram nomeados dois vice-diretores: o ex-aluno e Prof. Goiaz do Araguaia Leite Vieira, para o período noturno e o Prof. Délio Moreira de Araújo, para o turno matutino. É importante observar que, nas gestões do Prof. Délio (1962 – 1964) e do Prof. José Lobo (1964 – 1969), como diretores da Faculdade, eles tiveram apenas um vice-diretor. Cargo que foi ocupado pelo Prof. José Porfírio Teles nos dois mandatos distintos. Outra alteração se refere à nomeação do vice-diretor para o período matutino. Ele tinha a responsabilidade de organizar esse turno, visando dotar a Faculdade com mais essa opção, possibilitando a ampliação da demanda pelos seus cursos. Porém, o mesmo só foi implantado definitivamente na Faculdade, em 1972.

De acordo com o REGIMENTO INTERNO, de outubro de 1970, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade de Goiás, em seu Art. 3º afirma que os Cursos mantidos pela FCEG serão ministrados em 2.700 horas.

Destaca-se que foi na gestão do Prof. Orris, que a Faculdade, fruto de uma decisão da 54ª Reunião da Congregação, realizada em 24 de março de 1970, iniciou o processo de reconhecimento do curso de Administração de Empresas. Este só foi concretizado em 03/05/1971, através do Decreto Federal nº 68.578 (CFE/MEC).

A Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e o Decreto-Lei nº464, de 11 fevereiro de 1969, implantaram a Reforma Universitária no Brasil. Nela exigia-se que a menor fração da estrutura universitária deveria ser o Departamento, o qual congregaria as disciplinas afins.

Na UCG, segundo CHAER, a implantação definitiva da reforma deu-se em 1972, com a extinção das faculdades e organização da Universidade em dois Centros (Centro de Ciências Humanas e Centro Técnico Científico), com 10 Departamentos tendo à frente um Diretor e o 1º Ciclo de Estudo Gerais (1979, p. 103).

Com isso, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas é extinta e em seu lugar surge o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO) da Universidade Católica de Goiás.

Conforme o Art. 1º do *Ato* que fixa a *Estrutura e Funcionamento do Departamento de*

Ciências Econômicas e Administrativas da UCG, assinado pelo Reitor José Carlos Lima Vaz, em 1977, o Departamento é uma unidade constitutiva do Centro Técnico Científico da Universidade. Ele concentra acadêmica, científica e administrativamente as atividades de pesquisa e ensino concernentes ao seu setor, incluindo disciplinas afins (Art. 48 do Estatuto da UCG).

A seguir, serão analisados alguns aspectos da Reforma Universitária de 1968 e os impactos promovidos pela departamentalização das faculdades e das disciplinas no ECO da Universidade Católica de Goiás.

2.2 – A Reforma Universitária de 1968 e o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas da UCG

Já foi destacado que a primeira Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1961, em relação ao ensino superior, pouco alterou a legislação anterior. Ela manteve a estrutura tradicional do ensino, ficando assim organizada: ensino pré-primário, ensino primário, ensino médio e ensino superior.

Quanto à Reforma Universitária de 1968 do Regime Militar, em grande parte, assimilou a experiência acumulada no âmbito de instituições do próprio Estado, bem como as demandas estudantis. Porém, a reforma não deu continuidade ao projeto anterior, uma vez que, ao incorporá-lo, ela tentou de todas as formas inviabilizar o projeto de uma universidade crítica e democrática, reprimindo e despotilizando o espaço acadêmico.

Nesse contexto, GERMANO aponta várias iniciativas do Estado pós – 1964, no âmbito do ensino superior:

- a) relatório encomendado pelo MEC ao professor norte-americano Rudolph Atcon, concluído em 1966. A contribuição de Atcon diz respeito ao aspecto privatizante da política universitária do Regime.

- b) Na esteira dos Acordos MEC – USAID foi constituído um grupo de trabalho denominado Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES). Essa equipe também produziu um documento, concluído em 1968, que continha análise sobre a educação brasileira e proposições acerca da reforma universitária. O Relatório partia do pressuposto de que a educação era essencial ao desenvolvimento econômico da sociedade e sugeria a adoção de medidas como: sistema de créditos, organização departamental, ciclo básico e ciclo profissional, etc. Concedia também grande ênfase à privatização do ensino. Defendia a gratuidade do ensino público apenas no tocante ao primário, conforme explicitava a Constituição de 1967. Nos níveis secundário e superior, o ensino público deveria ser gratuito apenas para aqueles que provassem falta de recursos.
- c) Em meio ao protesto estudantil, antes dos resultados conclusivos e mesmo da constituição de certas comissões e grupos de trabalho, formados em função do ensino superior, o governo introduziu as primeiras definições da reforma universitária, expressas através dos Decretos-Lei nº 53, de 18/11/1966, e nº 252, de 28/02/1967. Com base em experiências anteriores – UnB, Universidade do Brasil e UFMG – o ministro Moniz Aragão generaliza para o âmbito das universidades federais, com vistas ao pleno aproveitamento das vagas e à racionalização das atividades acadêmicas, a adoção do ciclo básico e a organização de departamentos, agrupando disciplinas afins de determinada área de conhecimento. Com isso, fica mais evidente a necessidade de relativizar o “peso” da USAID na definição da reforma universitária. Desse modo, através do ponto IV, da “Aliança para o Progresso”, da USAID e outras agências e programas, os EUA procuram exercer influência e até mesmo impor seus interesses no campo da educação. No período 1960 – 1964, no Brasil, a “Aliança para o Progresso” e a USAID destinaram recursos à educação primária e à alfabetização de adultos – sobretudo no Nordeste – tendo mesmo financiado as experiências iniciais de Paulo Freire em Angicos, no Rio Grande do Norte. Discordando dos rumos do Governo Goulart, a USAID suspendeu os seus financiamentos para retomá-los após o golpe de 1964.
- d) Em 1966, começam a surgir as primeiras experiências de extensão universitária, no contexto pós-golpe, com a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bem como, com a organização do chamado Projeto Rondon, como resultado do “Primeiro

Seminário de Educação e Segurança Nacional”, promovido conjuntamente pela então Universidade do Estado da Guanabara e pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército.

- e) Em 1967, num momento de plena ascensão da “linha dura” militar, o Governo Costa e Silva constitui mais uma comissão com a finalidade de analisar a crise estudantil e sugerir mudanças no sistema de ensino, notadamente nas universidades. Essa comissão era presidida por Meira Matos, um general de brigada pertencente ao corpo permanente da ESG e comandante das forças militares brasileiras que participaram, sob a hegemonia dos EUA, da invasão à República Dominicana em 1965. Era composta de mais quatro membros: o coronel aviador Waldir de Vasconcelos, secretário geral do Conselho de Segurança Nacional; o promotor de justiça Affonso Carlos Agapito da Veiga e dos professores, Jorge Boaventura de Souza e Hélio de Souza Gomes. Foi feito um contundente diagnóstico da educação no país, identificando as suas deficiências e precariedades ao mesmo tempo em que foram feitas sugestões para solucioná-los. O pensamento militar estava expresso através da idéia da “construção da potência”, da necessidade de combater a subversão para atingir tal meta e da concepção da educação como instrumento de desenvolvimento. Fica patente a preocupação com a hegemonia, com a imagem da “revolução” e com a realização da reforma universitária como condição imperativa de desmobilização dos estudantes. Além de incorporar as idéias básicas necessárias à expansão e racionalização da universidade, como a adoção do ciclo básico, ciclo profissional, matrícula por semestre, alteração no regime de trabalho dos professores, inclusive com melhoria salarial, etc., o Relatório concedeu particular atenção aos itens referentes à ordem e à disciplina. Ele enfatizava a necessidade de restaurar a autoridade, no âmbito escolar. Por último, engrossando a corrente privatista, a Comissão proclama a necessidade de expandir o ensino e, ao mesmo tempo, de conter despesas. O Regime, portanto, encontra-se diante de um dilema, pois ao mesmo tempo que necessita expandir o sistema educacional, como forma de se legitimar perante amplos setores da sociedade, encontra um obstáculo de ordem material: a falta de recursos. O Estado está comprometido com a expansão da infraestrutura e com a concessão de subsídios ao capital.
- f) Extrapolando a esfera estrita do Estado, a questão educacional passa a procurar também

setores das classes dominantes. Entre outubro e novembro de 1968, realizou-se no Rio de Janeiro, um *Forum* denominado “A Educação que nos convém”, organizado pelo IPES, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e com a colaboração do Jockey Club Brasileiro. Estiveram presentes figuras expressivas da República brasileira como: Roberto Campos, Golbery do Couto e Silva, Mário Henrique Simonsen, Glycon de Paiva, Fernando de Bastos D’Ávila, etc. A preocupação em *reformular* para *desmobilizar* está presente com todas as letras nos objetivos do *Forum*. Além deste propósito, outros mais podem ser apontados, como: estabelecimento de uma relação direta entre educação e mercado de trabalho (segundo o figurino da “teoria do capital humano”); a questão do ensino pago; a necessidade de racionalizar o sistema educacional; a profissionalização do ensino médio, encaminhando propostas que, a nosso ver, antecipam aspectos que serão contemplados na Lei 5. 692/71 (A Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus). O *Forum* apresenta nas suas conclusões várias recomendações. Citaremos apenas algumas delas que tiveram desdobramentos posteriores como: extensão da escolaridade obrigatória para 8 anos (primário + ginásio), abrangendo a faixa etária de 7 a 14 anos; expansão do ensino médio “ a toda a população na idade escolar até 18 anos”, assegurada a gratuidade nesse nível de ensino; “democratização da universidade (...)através da organização de um currículo flexível que possibilite oferecimento de *n* tipos de cursos adequados à demanda do processo de desenvolvimento econômico e social...” (2000, p. 123–132).

O então Presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, em 2 de julho de 1968, baixou um decreto criando um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), estipulando o prazo de 30 dias para concluir os estudos e apresentar uma proposta de reforma universitária.

Conforme afirma SAVIANI, o próprio Presidente da República designou os membros do GTRU que ficou assim constituído: Fernando Bastos de Ávila, Fernando Ribeiro do Val, João Lyra Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Newton Sucupira, Roque Spencer Maciel de Barros e Valnir Chagas, aos quais se juntou posteriormente o deputado Haroldo Leon Peres. O ato de nomeação incluía também os nomes dos estudantes João Carlos Moreira e Paulo Bouças. Entretanto, apesar dos esforços do governo para obter a participação oficial dos estudantes, estes se recusaram a participar (2000, p. 22).

O Relatório Geral elaborado pelo GTRU foi encaminhado para um grupo de nível

ministerial, integrado pelos ministros da Fazenda, Antônio Delfim Netto; do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso; da Justiça, Luiz Antônio da Gama e Silva e da Educação, Tarso Dutra. O Congresso Nacional recebeu a Mensagem Presidencial contendo o projeto de lei, no dia 7 de outubro de 1968. Depois de marchas e contra-marchas, o presidente da República sancionou com diversos vetos o projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Surgiu assim, no dia 28 de novembro de 1968, a Lei nº 5.540/68, mais conhecida como Lei da Reforma Universitária. O Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, cuidou de sua implantação.

Resumindo, tanto a Lei nº 5.540/68 quanto o Decreto-Lei nº 464/69, vieram reafirmar princípios já adotados na legislação anterior e a estrutura, já em implantação. Para tanto, ficaram logo definitivamente consagradas em lei as seguintes mudanças:

1. *Organização* – a lei exige que o ensino superior passe a ser ministrado preferencialmente em Universidades e só excepcionalmente em estabelecimentos isolados. As disciplinas afins serão congregadas em Departamento que, na estrutura universitária, constitui sua menor unidade.

2. *Administração* – além do Reitor, que responde pelo executivo na Universidade, a administração passa a ser exercida pelos seguintes órgãos principais:

2.1. Um órgão central de coordenação do ensino e da pesquisa;

2.2. Um Conselho de Curadores, quando se tratar de autarquia, composto de membros da Universidade, representantes do MEC e membros da Comunidade, ao qual compete a fiscalização econômico-financeira da Universidade.

Nas unidades, além do Diretor, existirá um Conselho Departamental ou uma Congregação, com funções deliberativas, e um Colegiado de Coordenação Didática.

A representação de todas as categorias docentes, assim como a Representação discente, está presente sempre em todos órgãos de direção superior das unidades e da Universidade.

3. *Cursos* – A Universidade, através de suas unidades, deve promover cursos de graduação, pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização.

Os cursos de graduação compõem-se de:

1 - *Um Ciclo Básico*, comum, para áreas afins, visando à:

a) recuperação de insuficiências evidenciadas pelo concurso

- vestibular, na formação de alunos;
- b) orientação para a escolha da carreira;
- c) realização de estudos básicos para ciclos ulteriores.

2 -*Um Ciclo Profissional*, composto de cursos de curta e longa duração (ROMANELLI, 2000, p. 228 – 229).

Confirmando e reforçando o teor da Lei nº 5. 540/68 e do Decreto-lei nº 464/69, outro parecer sobre os mesmos.

Com efeito, a reforma assimilou certas demandas e reivindicações oriundas do movimento estudantil e de parcela do professorado. Ao mesmo tempo incorporou, embora de forma desfigurada, experiências tidas como renovadoras, como a desenvolvida na UnB. Ela introduziu a estrutura departamental e extinguiu a cátedra; adotou o sistema de créditos por disciplina e periodicidade semestral; dividiu o curso de graduação em duas partes, um ciclo básico e um ciclo profissional; modificou o regime de trabalho dos professores com a introdução da dedicação exclusiva; estabeleceu que as instituições de ensino superior deveriam se organizar preferencialmente sob a forma de universidade; definiu as funções de ensino e pesquisa como indissolúveis no ensino superior. Assim, de acordo com o artigo 2º da Lei 5. 540/68, “o ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado nas universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados...”. A reforma acarretou, finalmente, a efetiva implantação da pós-graduação, tornando possível a pesquisa universitária, ainda que permeada de notórios limites (GERMANO, 2000, p. 145).

Ainda sobre o mesmo assunto, mais um parecer.

O projeto de reforma universitária procurou responder a duas exigências contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar de 1964 que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional.

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária procurou atender à primeira demanda proclamando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolindo a cátedra, instituindo o regime universitário como forma preferencial de organização do ensino superior e consagrando a autonomia universitária cujas características e atribuições foram definidas e especificadas. De outro lado, procurou atender à segunda demanda instituindo o regime de créditos, a matrícula por disciplina, os cursos de curta duração, a organização fundacional e a racionalização da estrutura e funcionamento (SAVIANI, 2000, p. 24).

O Regime Militar iniciado em 1964, além dessa Reforma Universitária de 1968, elaborou

também uma Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, através da Lei nº 5. 692/71, de 11 de agosto de 1971.

Nesse sentido, o redirecionamento do sistema educacional do Regime Militar e especificamente da Reforma Universitária de 1968, implicou a incorporação de duas dimensões: *restauração* e, ao mesmo tempo, *renovação*.

Restauração, porque, ao se revestir de legalidade, possibilitou o completo aniquilamento, por parte do Estado de Segurança Nacional, do movimento social e político dos estudantes e de outros setores da sociedade civil. A ordem foi restabelecida mediante a centralização das decisões pelo Executivo, transformando a autonomia universitária em mera ficção, bem como pelo uso e abuso da repressão político-ideológica. A institucionalização das triagens ideológicas, a cassação de professores e alunos, a censura ao ensino, a subordinação direta dos reitores ao Presidente da República, as intervenções militares em instituições universitárias, o Decreto-Lei 477/69 como extensão do AI-5 ao âmbito específico da educação e a criação de uma verdadeira polícia-política no interior das universidades, corporificada nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), atestam o avassalador controle exercido pelo Estado Militar sobre o ensino...

Renovação, na medida em que propunha mudanças efetivas para o ensino superior. Tanto é assim que um crítico contundente da política educacional pós-1964, como Florestan Fernandes... escreve que, “por mais severa que sejam as críticas a serem feitas à natureza e às implicações tecnicistas (as tecnocráticas) das orientações dominantes no GT, uma coisa é patente. Pela primeira vez se tenta equacionar os problemas do ensino superior tendo em vista relações entre meios e fins, questões de custeio e de captação de recursos, problemas de crescimento e de programação ou planejamento educacionais”. Para Fernandes, “as recomendações do GT representam, por sim mesmas e por suas conseqüências acumulativas (se forem conduzidas à prática e se rotinizarem), um primeiro passo na direção do caminho certo” (GERMANO, 2000, p. 133 e 145).

Numa análise mais geral, percebe-se que o ensino superior refletiu a situação do país durante o Regime Militar. Nesse contexto analítico e procurando fazer algumas considerações conclusivas à cerca desse período, GERMANO apresenta várias constatações. A primeira delas, é que de fato houve uma notável expansão da matrícula desse nível de ensino. Segundo dados do MEC, 95.691 alunos estavam matriculados no nível universitário no ano de 1960, enquanto que, havia um total de 1.418.196 em 1986.

Outra constatação, trata-se de que este crescimento seguiu a estrutura de desigualdade social e regional existente no Brasil e adequou-se à política privatista adotada pelos governos

militares. De acordo com um estudo realizado em 1988 pelo Instituto de Planejamento Econômico Social (IPEA), apenas 33,03 % das 447.300 vagas oferecidas anualmente ao país para o nível superior pertenciam às redes oficial (federal, estadual e municipal). As 66, 97 % restantes eram ofertadas pelas instituições de ensino particular.

Assim sendo, essa política de expansão do ensino superior refletiu o inverso do que era estabelecido no Artigo 2º da Lei 5.540/68, pois os estabelecimentos isolados passaram a constituir a “regra” e a organização universitária, a *exceção*. Em 1983, o Brasil contava com 868 instituições de ensino superior, das quais somente 67 eram legalmente classificadas como universidades, sendo 47 públicas e 20 privadas. Constata-se, portanto, que a política de ensino superior não se constituiu em instrumento de equidade social, como se propunha, mas, ao contrário, de conservação da estrutura de desigualdade.

A divisão do trabalho entre rede pública e rede privada conduziu a um redimensionamento das relações entre educação e mercado. A política e a legislação educacional se propunham a negar autorização de funcionamento a cursos que não fossem compatíveis com as exigências do mercado de trabalho. O que prevaleceu na prática, do ponto de vista das escolas particulares, foi a lógica empresarial de obtenção de lucros mediante a realização de baixos investimentos que proporcionassem, em contrapartida, retornos elevados. Neste caso, o que interessa à rede privada de ensino não é uma suposta preocupação com o destino social dos seus alunos, ou formar um contingente de profissionais que “corresponda às exigências do mercado de trabalho”.

Quanto à distribuição regional do ensino superior, constata-se a prevalência do padrão de desigualdade existente no país. Assim, em 1988, das 871 instituições de ensino superior existente, 64,45 % estavam localizadas na região Sudeste. Somente o Estado de São Paulo concentrava 34, 4 % das escolas e as outras regiões, os 18, 82 % restantes.

GERMANO registra também que desde 1983 – ápice do período recessivo – o número de instituições de ensino superior se mantém praticamente estável. E que, apesar da acentuada expansão ocorrida a partir da década de 70 – época do “milagre econômico” - o Brasil ainda é um país deficitário em educação superior.

Finalizando essas constatações, GERMANO assinala que o princípio da indissolubilidade entre ensino e pesquisa também não foi posto em prática, conforme estabelecia a Reforma de 1968, acarretando graves conseqüências à qualidade do ensino de graduação. Isso aconteceu devido a vários motivos, dentre os quais: a) as instituições de ensino superior privadas – exceto as Universidades Católicas – não fazem pesquisas; b) no âmbito das universidades públicas, poucas levaram adiante uma política de pesquisa; c) por outro lado, a indissolubilidade entre ensino e pesquisa acabou por privilegiar a pesquisa e a conseqüente desvalorização do ensino; d) a pesquisa, por sua vez, passou a ser desenvolvida quase sempre no âmbito dos programas de pós-graduação, por uma “elite” intelectual que recebia financiamento de fontes externas à universidade; e) esse modelo provocou distorções, na medida em que tal “elite” se afastou dos cursos de graduação (que ficaram a cargo dos professores menos qualificados), e pelo grau de autonomia que têm os programas de pós-graduação com relação às universidades em que estão sediados (2000, p. 151 – 155).

Diante de tudo isso, fica evidente que a Reforma Universitária de 1968, formulada pelo Regime Militar, tinha o firme propósito de conter as mobilizações estudantis e os possíveis focos de resistência ao movimento de 1964 existentes nas universidades. Porisso, tanto a *restauração* da ordem , quanto a contemplação de alguns elementos de *renovação*, foram objetivos claros dessa reforma do ensino superior.

Na Universidade Católica de Goiás, conforme já destacado, a concretização dessa reforma universitária só aconteceu por volta do ano de 1972. Confirmando e reforçando o destaque feito anteriormente por CHAER, o ex-Reitor da UCG, Pe. José Carlos de Lima Vaz, destaca o nascimento da Universidade de Goiás, seus primeiros anos e sua expansão.

A implantação definitiva da reforma se deu em 1972 com a extinção das faculdades e organização da universidade em dois centros (Centro de Ciências Humanas e Centro Técnico Científico), dos departamentos e do primeiro ciclo de estudos Gerais. O número de alunos evoluiu de 1.543 em 1968 para 3.615 no final de 1973. Em 19 de julho de 1971, pelo Decreto Presidencial nº 68.917, a Universidade de Goiás mudava oficialmente seu nome para Universidade Católica de Goiás, consagrando deste modo o qualificativo que o povo de Goiânia há tempos já lhe atribuía (VAZ, 1979, p. 37).

A departamentalização das faculdades exigida pela Lei nº 5.540/68, fez surgir na

Universidade Católica de Goiás, o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO). A transformação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas em um Departamento da UCG, trouxe algumas conseqüências, que discutiremos a seguir.

Houve uma desfiguração dos cursos de Economia, Administração e Contabilidade, tendo em vista a perda do enfoque gerencial e profissionalizante de muitas disciplinas. Em conseqüência da perda das disciplinas, vários mestres foram transferidos para outros departamentos. Devido ao não aproveitamento desses professores, muitos deles foram até demitidos.

A departamentalização provocou rapidamente no corpo discente a perda de sua identidade com o respectivo curso. Os alunos do ECO, além do Ciclo Básico ou Primeiro Ciclo de Estudos Gerais – PCEG, passaram a cursar disciplinas em até seis outros departamentos da UCG, como por exemplo: Ciências Jurídicas – JUR, Filosofia e Teologia – FIT, Ciências Biológicas e Geociências – CBG, História e Ciências Sociais – HCS, Matemática e Física – MAF e Psicologia – PSI. Com isso, dificultou-se mais os procedimentos indispensáveis para a formação profissional dos Administradores, Contadores e Economistas.

Os efeitos dessas mudanças são avaliados de forma negativa por ARAÚJO, ao afirmar que, se por um lado ela coibiu a viabilidade de altos níveis de formação profissional, por outro lado, cerceou a criatividade acadêmica. Ele cita o exemplo do quanto ficou mais difícil a organização e condução de um curso de extensão. Muita burocracia e tecnocracia interdepartamentais para a realização de um simples curso de curta duração. Antes, a Faculdade era responsável diretamente pelos docentes, pelas disciplinas e pelos funcionários. Ele continua afirmando que com a departamentalização, as secretarias das antigas faculdades foram transformadas em secções da Secretaria Geral. Os Departamentos perderam todo o acervo bibliográfico para a Biblioteca Central. Os equipamentos de audio-visual da ex-Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas foram todos transferidos para um órgão centralizador. Em 1973, o Departamento perde o IPES, o qual foi transferido para a Reitoria da UCG. Em curtas palavras: o ECO deixava de ser uma unidade auto-suficiente de formação profissional integral para se tornar numa unidade ministradora de aulas de determinadas disciplinas (1985, p.24 – 25).

A discussão sobre a Lei nº 5.540/68 e os reflexos da departamentalização na vida do ECO/UCG será retomada mais adiante.

A seguir, será mostrado como o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO) se transformou no Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE).

2.3 - O Surgimento do Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE) na UCG

A transformação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas no Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO), fruto da opção institucional com base na Reforma Universitária de 1968, levou o ECO a buscar sua nova identidade.

A departamentalização trouxe o regime de créditos, uma alta rotatividade do corpo docente, centralização da determinação dos currículos dos cursos, várias alterações aprovadas pelas autoridades acadêmicas extra-departamentais.

Percebe-se assim, que essas mudanças estruturais provocadas pela Reforma Universitária de 1968, e que se consolidou na UCG por volta de 1972, inicialmente, provocou muitos transtornos para o corpo administrativo e docente do ECO, bem como, para os seus alunos.

O primeiro Diretor do ECO, nesse momento quando constatamos uma perda de identidade, foi o ex-aluno e professor José Umbelino dos Santos. Sua gestão se estendeu de 1972 a 1974 e teve como Vice-Diretor, o professor Joadir Costa. A missão de ambos foi organizar o Departamento, para que o mesmo não perdesse por completo sua identidade. Todos os esforços se concentraram no sentido de amenizar os efeitos da Reforma Universitária de 1968.

O ex-aluno e professor Reinaldo Fonseca dos Reis, em 1974, substituiu o Prof. José Umbelino dos Santos na direção do ECO, mantendo como Vice-Diretor, o Prof. Joadir Costa. O mandato do Prof. Reinaldo foi curto. Convidado pelo governo estadual para ocupar cargo de responsabilidade, o Prof. Reinaldo entre ocupar uma função pública e/ou continuar como

Diretor do ECO, optou pela primeira alternativa. Destaca-se o ato de responsabilidade demonstrado por ele, ao preferir desligar-se da direção do ECO, ao invés de acumular os dois cargos, uma prática constante dentro da UCG. Ainda em 1974, o Prof. Reinaldo Fonseca dos Reis foi substituído na direção do ECO pelo seu Vice-Diretor, o Prof. Joadir Costa. Os destaques de sua gestão, que durou até 1979, foram para o despertar do interesse do corpo docente, o início concreto da busca da identidade do Departamento, a estagnação das mudanças curriculares e a introdução da política de fomento à estabilidade do corpo docente. O Prof. Joadir na sua gestão como diretor do ECO, preparou o caminho para seus sucessores.

A partir de 1974, passou a competir ao diretor designar um professor que o substituísse nos impedimentos. Em geral, era escolhido um dos coordenadores de curso. Por esse motivo, desapareceu a figura do vice-diretor.

Em 1979, o ex-aluno e professor José Mauro de Oliveira assumiu a direção do ECO, substituindo o Prof. Joadir Costa. Ele dirigiu o Departamento só por alguns dias. Devido ao surgimento de uma boa oportunidade profissional em Brasília, ele solicitou o afastamento do cargo e da UCG. Em 1979, o Prof. Francisco Carlos Vélez Gonzales foi nomeado pelo Reitor para responder entre o afastamento do Prof. José Mauro e a nomeação do novo diretor.

Outro ex-aluno e professor, Eugênio Brito Jardim, substituiu o Prof. José Mauro de Oliveira na direção do ECO, ainda em 1979. É importante registrar que sua escolha deu-se através de uma lista tríplice aprovada pela Congregação do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas e não mais por indicação direta da Reitoria da Universidade. Prática esta que vinha acontecendo desde 1957, sendo abolida no final da gestão do Reitor Pe. José Carlos de Lima Vaz.

O Prof. Eugênio dirigiu o Departamento por dois mandatos, no período de 1979 a 1984. Nesse intervalo de tempo, a opinião de muitos professores é a de que o ECO conseguiu reencontrar sua verdadeira identidade. Foi controlada a rotatividade do corpo docente. Os currículos dos cursos de Administração e de Contabilidade foram reformados conforme as novas diretrizes do Conselho Federal de Educação. O nível do ensino apresentou sensíveis melhoras. Foram tomadas algumas providências no sentido de se instalar definitivamente o Escritório Modelo de Contabilidade. Com a abertura política, também foram criados mais dois centros

acadêmicos. Ficando assim, um para cada curso específico do ECO. Nesse sentido, destaca-se que o Departamento passou a ser o único da UCG, com jurisdição acadêmica sobre mais de um curso – Administração, Contabilidade e Economia – e com três centros acadêmicos.

Com isso, também em 1979, atendendo a uma reivindicação do Centro Acadêmico do curso de Contabilidade, tanto a denominação quanto a sigla do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO), foram alteradas para Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE).

A seguir, finalizando este Capítulo, será mostrada a trajetória do Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE) até se transformar no atual Departamento de Economia (ECO) da Universidade Católica de Goiás.

2.4 – Do ACE ao Atual Departamento de Economia (ECO) da UCG

Na gestão do Prof. Eugênio Brito Jardim, ainda em 1979, iniciou-se a implantação do programa dos cursos de pós-graduação lato sensu. Visando atender a necessidade de aprimoramento didático e pedagógico dos professores, inicialmente, foi programado um curso de especialização para o corpo docente do ACE.

Esse curso de especialização produziu efeitos marcantes na qualidade da docência, podendo-se afirmar que a ele se deve, em parte é verdade, a baixa rotatividade dos docentes após 1979 (ARAÚJO, 1985, p.27).

Na avaliação de vários docentes o curso deu bons frutos e por isso pode expandir sua iniciativa na direção da pós-graduação lato sensu nas áreas da Administração, Contabilidade e Economia.

Houve também a mobilização de alunos que solicitavam a realização de atividades ligadas às pesquisas de campo. Para atender a essa reivindicação, foi formada uma Equipe de Estudos Econômicos e Sociais (ECOS), composta de professores e alunos, a qual desenvolveu vários trabalhos, sendo alguns publicados; realizou levantamentos e pesquisas para órgãos estaduais

e municipais de planejamento urbano e regional. Dentre os docentes que participaram da ECOS, pode-se destacar Délio Moreira de Araújo, Francisco Carlos Vélez Gonzales, Joadir Costa, Antônio Vitalino Pereira e Floriano de Menezes.

Em 1984, na sucessão da direção do Departamento a escolha foi feita através de uma lista tríplice, de onde o Magnífico Reitor da UCG, Pe. José Pereira de Maria, designou o ex-aluno e professor Silvio Fernando Leite, terceiro nome relacionado, para substituir o Prof. Eugênio Brito Jardim na direção do Departamento de Administração, Contábeis e Economia.

Pouco depois de ser empossado, o Prof. Silvio Fernando Leite solicitou afastamento do cargo por três meses. O Prof. Nivaldo José Mendes foi nomeado, pelo Reitor, diretor *pro tempore*. Foi o único diretor *pro tempore* na história do Departamento de Administração, Contábeis e Economia.

Em agosto de 1984, o Prof. Silvio Fernando Leite retornou à direção do ACE. Sua gestão centrou-se na concretização do processo de melhoria do Departamento. Nesse sentido, destaca-se o ambiente tranqüilo na área acadêmica, inclusive foi dada continuidade ao período, sem maiores conturbações da ordem estudantil, com os semestres letivos ocorrendo normalmente. Contribuiu para a melhoria do Curso a conclusão das novas instalações físicas da Biblioteca Central da UCG próxima à área do Departamento, no segundo semestre de 1983. Esse ato veio compensar as dificuldades sofridas pelo ACE, quando a biblioteca da Faculdade foi absorvida pela Universidade durante a efetivação da departamentalização. Isso, sem dúvida, facilitou aos alunos do Departamento o acesso ao acervo bibliográfico da Biblioteca, o qual era o maior do Estado de Goiás.

Num esforço coletivo para melhorar a qualidade do Curso, no segundo semestre de 1983, foi inaugurado o primeiro laboratório do ACE. Tratava-se do Escritório Modelo de Contabilidade, que passou a funcionar em março de 1984.

Somada a essa ação, foram os esforços do Prof. Silvio Fernando Leite, como diretor do ACE, a tentativa de trazer de volta o IPES para junto do Departamento, uma vez que se encontrava subordinado à Reitoria da UCG. Embora tenha lutado muito nesse sentido, não obteve o sucesso almejado.

O ano de 1984 teve um caráter duplamente jubilar: bodas de prata da Universidade Católica de Goiás e 35 anos da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás. Nesse sentido, o Prof. Silvio Fernando Leite apoiado pela Congregação, lançou um programa comemorativo dos 35 anos da criação do ACE, realizando uma sessão solene no terraço da Biblioteca Central, no dia 20 de novembro de 1984. Foram homenageados os professores fundadores, os ex-diretores e os ex-vice-diretores. Foi rememorada a fase histórica de organização e reconhecimento da Faculdade e da Universidade de Goiás (UCG).

Finalizando essa etapa jubilar dos trinta e cinco anos iniciais do ACE, foi proposta uma reunião solene da Congregação, para o dia 5 de novembro de 1985, na Catedral Metropolitana de Goiânia, junto aos jazigos de Dom Emmanuel e Dom Fernando Gomes dos Santos. Segundo ARAÚJO, essa reunião solene teria o objetivo de dar posse ao novo diretor do ACE e prestar uma homenagem ao novo Reitor eleito, Prof. Pedro Wilson Guimarães e, também, aos primeiros semeadores da Federação do Comércio e da Associação Comercial do Estado de Goiás, aos mestres e funcionários, e aos alunos e amigos que já participaram da vida do Departamento (1985, p. 28 - 31).

Em 1º de junho de 1985, morre Dom Fernando Gomes dos Santos. Esse fato afetou e muito, tanto a UCG quanto o ACE. Pois, Dom Fernando além de fundador da Universidade Católica de Goiás, foi também seu Grão-Chanceler durante 26 anos. Nesse período, comandando a Arquidiocese de Goiânia e a Sociedade Goiana de Cultura (mantenedora da UCG), seu trabalho de evangelização foi pautado na defesa dos direitos humanos e na opção pelos menos favorecidos. Assim, seu compromisso pastoral era transformar a estrutura social, principalmente da sociedade goianiense e goiana.

O Prof. Silvio Fernando Leite, diretor do ACE, no final de junho de 1985, motivado por problemas de saúde, solicitou seu afastamento da diretoria. Nessa data ainda faltavam três meses para o término de seu mandato. Com isso, o Reitor da UCG, designou o Prof. Nivaldo José Mendes para substituir o Prof. Silvio e completar sua gestão como diretor, e também, coordenar o processo de eleição para composição da lista tríplice, da qual sairia o novo diretor do Departamento.

O Prof. Nivaldo José Mendes, através da Portaria nº 257/85 - GR, foi designado como diretor do Departamento de Administração, Contábeis e Economia, a partir de 15 de julho de 1985, em substituição ao Prof. Silvio Fernando Leite, que teve seu Contrato rescindido em 23 de agosto de 1985.

De 1986 a 1989, a Reitoria da UCG foi comandada pelo Prof. Pedro Wilson Guimarães, sendo que ele foi o primeiro Reitor da Universidade Católica de Goiás eleito que não pertencia ao Clero. Até àquele momento, a Instituição havia tido cinco reitores que eram padres pertencentes à congregação dos jesuítas.

Foi durante a sua gestão, em dezembro de 1987, que o Reitor da UCG, Prof. Pedro Wilson, autorizou o desmembramento dos Cursos do Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE). Fruto desse ato, e atendendo uma reivindicação do pessoal da Administração, são criados três novos Departamentos independentes, com seus respectivos cursos: Departamento de Administração, Departamento de Ciências Contábeis e Departamento de Economia.

A professora LIMA observa o quanto foi importante para o Curso de Administração o desmembramento dos três cursos naquele momento. Foi a partir desse ato do Reitor, que o curso se consolidou, cresceu e, posteriormente, se tornou num dos cursos mais procurado dentre os demais oferecidos por outros Departamentos da UCG.

O fato mais significativo, no entanto, que representou a consolidação do curso no interior da UCG e confirmou a necessidade de sua autonomia acadêmica e administrativa, ocorreu em dezembro de 1987, na gestão do Prof. Pedro Wilson Guimarães, à frente da Reitoria, quando os Cursos do Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE) foram desmembrados, passando a compor, na estrutura da Universidade, os Departamentos de Administração, Economia e Ciências Contábeis. Tal fato possibilitou a independência acadêmica do curso de Administração, a maior integração de seu corpo docente, a maior autonomia das ações específicas que possibilitaram o seu crescimento e desenvolvimento (LIMA, 2001, p.168-169).

Daí, surgiu o Departamento de Economia, que adotou a sigla ECO, a mesma usada quando a Faculdade foi transformada em Departamento. Seu primeiro diretor foi o Prof. Valdivino José de Oliveira, designado pela Portaria nº 833/87 - GR, para um mandato de dois anos, iniciado em 10 de dezembro de 1987.

Seu sucessor na direção do ECO, foi o Prof. Luiz Carlos de Castro Coelho, designado pela Portaria nº 648/89 - GR para, inicialmente, um mandato de dois anos, a partir de 04 de agosto de 1989. Porém, ele foi diretor do Departamento de Economia (ECO) até 31 de julho de 1995. Na sua gestão prolongada, houve a realização no começo da década de 1990 de um Curso de Especialização em Teoria Econômica, promovido pela UCG em convênio com a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Esse Curso foi realizado aqui mesmo em Goiânia, e foi coordenado pelo Prof. Aristides Moysés. O ponto positivo da realização desse Curso foi, sem dúvida, a oportunidade que ele possibilitou a mais de uma dezena de professores do Departamento de Economia da UCG de realizarem o mesmo, na busca de melhor qualificação do quadro docente do Departamento.

Em 01 de agosto de 1995, através da Portaria nº 414/95 - GR, o Prof. José Augusto Costa foi designado para ser o novo diretor do Departamento de Economia da UCG. Ele foi reconduzido para um 2º mandato à frente do ECO, que terminou em 05 de agosto de 2001. A sua gestão, também prolongada, conviveu com problemas no Departamento que culminaram com o fechamento do turno matutino do Curso de Ciências Econômicas, devido à demanda insuficiente para o mesmo, em relação ao número de vagas oferecidas no vestibular. Essa questão, será melhor analisada no próximo capítulo dessa dissertação.

Por último, o atual diretor do Departamento de Economia da UCG, é o Prof. Eduardo Rodrigues da Silva. Ele foi designado para exercer esse cargo, através da Portaria nº 1.258 - CHN/GR, para o período de 06 de agosto de 2001 a 05 de agosto de 2004.

Várias outras questões relacionadas ao processo gradativo de redução da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas da UCG, que vem ocorrendo nos últimos anos, serão também melhor analisadas no capítulo III dessa dissertação. Assim, serão destacadas as principais ações implementadas nesta gestão atual do Prof. Eduardo Rodrigues à frente do ECO, para revitalizar o Curso e reverter o quadro negativo que se instaurou no mesmo, principalmente, a partir da década de 1980.

Capítulo III

O DEPARTAMENTO DE ECONOMIA (ECO) DA UCG NO OLHAR DE ALGUNS DE SEUS CO-CONSTRUTORES

Introdução

Após termos visto o processo de criação, bem como, a trajetória do Departamento de Economia (ECO) da UCG, nesses mais de cinquenta anos de existência, neste capítulo, serão abordadas algumas questões que têm influenciado, e muito, o seu desempenho.

Assim, utilizaremos também de fontes orais, através de entrevistas com alguns daqueles que já tiveram e continuam tendo uma relação direta ou indireta, com esse processo de construção histórica do ECO da UCG, o que torna a reflexão além de dinâmica, mais participativa e mais democrática.

Nesse sentido, os selecionados para participarem desse trabalho, constituem-se numa amostra bem representativa e diversificada, dentro dos propósitos inicialmente traçados. Assim foram escolhidos alguns docentes que estão atuando no Departamento de Economia. Dentre estes, estão alguns ex-diretores e o atual diretor do ECO. Alguns docentes que já dirigiram e dirige atualmente o Centro de Pesquisas Econômicas (CPE) ou o IPES e a ECOS. Outros que, além da docência, já participaram da vida administrativa e acadêmica do Departamento, como também, da direção superior da Universidade Católica de Goiás. Alguns alunos egressos do Curso de Ciências Econômicas do ECO da UCG, que atualmente estão obtendo sucessos na vida profissional, seja na esfera pública ou privada, seja como dirigentes classistas, atuando no Conselho Regional de Economia da 18ª Região – Goiás/Tocantins, no Sindicato dos Economistas do Estado de Goiás e na Cooperativa dos Profissionais de Economia em Goiás. Também, um aluno que ainda está cursando a graduação no ECO, é ex-presidente do Centro Acadêmico de Economia e um dos três atuais Coordenadores Gerais do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UCG. Por último, um ex-aluno do ECO, que é atualmente Conselheiro Efetivo do Conselho Federal de Economia (COFECON), bem como, um economista paulista,

ex-professor, que é o Presidente atual do COFECON.

Assim, utilizando-se da reconstrução do passado através das memórias presentificadas desses construtores do ECO da UCG, serão feitas reflexões sobre algumas questões importantes nesse mais de meio século de sua existência. Começando pela importância do Curso de Ciências Econômicas no Brasil e na Universidade Católica de Goiás. Passando pela qualidade do ensino oferecido pelo ECO da UCG. Pela Lei n.º 5.540/68 e os reflexos da departamentalização na vida do ECO da UCG. Pelo papel desempenhado pelas avaliações internas e externas. Pela importância da pesquisa na consolidação do ECO da UCG. Pelo fechamento do turno matutino do ECO da UCG e, por último, pelo refluxo na demanda pelo Curso de Ciências Econômicas da UCG.

3.1 – A Importância do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás.

Antes de discutirmos o Curso de Ciências Econômicas aqui da Universidade Católica de Goiás, necessário se faz mostrar como o ensino superior de Economia chega ao Brasil e ganha importância.

A criação dos primeiros cursos, o surgimento de associações e a regulamentação da profissão, constituem as três etapas do processo de passagem de uma ocupação em profissão.

No Brasil, o ensino superior de Economia teve como matriz o ensino técnico comercial que começou no início do século XIX, quando da chegada da Família Real Portuguesa. Assim, o ensino de Economia tem origem em duas vertentes: uma ligada aos cursos de Direito e Engenharia, e outra, no ensino técnico comercial, de onde surgiram os primeiros cursos superiores de Economia.

As origens do ensino de Economia no Brasil datam do início do século XVIII. Entretanto, sua constituição formal, com a criação do primeiro curso superior, só se deu em 1905. Ao longo de um século, o ensino de Economia esteve vinculado a dois níveis de ensino: superior e técnico. No ensino

superior, encontramos cadeiras versando sobre Ciência Econômica nas estruturas curriculares dos cursos de Direito e Engenharia. No entanto, foi do ensino técnico comercial a vertente da qual emergiu o primeiro curso superior de Economia (CASTRO, 2001, p. 16).

A destacada atuação política e acadêmica de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835), bacharel em Direito Canônico e Filosófico pela Universidade de Coimbra, autor da obra *Princípios de Economia Política* (1804), segundo CASTRO, o credenciou para ser considerado o decano dos economistas e marco da primeira intenção do ensino de Economia no Brasil. Ele foi o responsável pelo conhecimento dos brasileiros, logo na primeira década do século XIX, dos pressupostos do liberalismo econômico defendido por Adam Smith, na Inglaterra, quando da publicação da “*Riqueza das Nações*” (1776). No final do século XVIII, José da Silva Lisboa, foi nomeado secretário da Mesa de Inspeção e Agricultura e Comércio da Bahia, fazendo com que conhecesse bem o setor agroexportador da economia brasileira. Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, devido às Guerras Napoleônicas, ele teve uma participação no ato de 28 de janeiro de 1808, que promulgou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Seu título se justifica também, devido ao recebimento da concessão da propriedade e regência de uma cadeira de Aula Pública, através do decreto real de 23 de fevereiro de 1809. Porém, esta cátedra, que seria a primeira manifestação concreta do ensino de Economia no Brasil, não se concretizou, transformando-se, simplesmente, em um marco de intenção (2001, p. 17).

A primeira entidade representativa da categoria, foi o Instituto da Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro, criado em 14 de outubro de 1932, pelo seu mentor principal, Lafayette Belfort Garcia. Tinha como objetivos: estudar os problemas econômicos, difundir a Ciência Econômica e defender a profissão.

O Instituto da Ordem dos Economistas de São Paulo, foi a segunda entidade representativa da categoria. Criado em 11 de janeiro de 1935, por iniciativa, principalmente, de Frederico Hermann Jr., Ferdinando Rubano e José da Costa Boucinhas. Seu objetivo maior também era a defesa dos interesses e das aspirações da nova classe, os bacharéis em Ciências Econômicas.

O ensino comercial no Brasil tem sua origem em 1809, com a constituição das “Aulas de Comércio da Corte”. Em 1856, surge o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que tinha como

referência a Escola de Comércio de Paris. Em 1902, o Instituto é substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, destinada à educação superior de comércio, mantendo dois cursos: geral e superior. O estudo da Ciência Econômica é transferido para o curso superior (Castro, 2001, p.20 – 22). E a trajetória continua.

Em 1909, é criada a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Esta primeira faculdade de Economia carecia, contudo, de respaldo oficial, pois o ensino das Ciências Econômicas e Comerciais só foi homologado em 20 de maio de 1926, através do decreto n.º 17.329 (CASTRO, 2001, p. 24).

Em 19 de dezembro de 1938, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ), por iniciativa de representantes das associações em conjunto com engenheiros, advogados e homens públicos de renome nacional. Esta Faculdade passaria a compor a estrutura da Universidade do Brasil, em 1946. Hoje, esta Faculdade é o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Eugênio Gudín, quando assumiu a direção da Faculdade em 1943, iniciou contatos para obter recursos com a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Seu presidente era João Daudt de Oliveira, que nutria particularmente interesse e preocupações com o ensino superior, inclusive acalentando o projeto de criar a Universidade do Trabalho. As relações entre a Faculdade e a ACRJ intensificaram a tal ponto que em 1945, no dia 24 de dezembro, a FCEARJ foi incorporada à Fundação Mauá, criada (nesta mesma data) e vinculada à Associação Comercial, que com isto comprometia-se a cobrir os gastos da Faculdade, via Fundação Mauá. (...) Finalmente, em 1945, ocorreu um fato que se transformou no marco institucional do ensino de Economia no Brasil: foi promulgado o decreto n.º 7.988, em 22 de setembro, que criou o curso de Economia na Universidade do Brasil, através da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Além disso, fixou um novo e inovador currículo de Economia, que passaria a ser adotado por todas as escolas do país (CASTRO, 2001, p. 35).

Assim, estava implantado o primeiro curso universitário de Economia no Brasil.

Ressalta-se que o primeiro currículo efetivo de Ciências Econômicas homologado pelo Poder Público através do decreto n.º 7.988 foi elaborado por uma comissão composta por Eugênio Gudín, Maurice Byé e Octávio Gouvêa de Bulhões, encaminhado ao ministro Capanema, em 13 de maio de 1941. Já nesta época, Gudín e Bulhões eram professores da FCEARJ, que viria se transformar na FNCE da Universidade do Brasil (CASTRO, 2001, p. 58).

No que se refere à valorização formal do curso superior de Economia, observa-se pelas mudanças ocorridas na titulação obtida, que o decreto de 1905 não fazia nenhuma referência ao título que o diploma outorgava; o de 1926 graduava em Ciências Econômicas e Comerciais e o de 1931 titulava em “Bacharel em Ciências Econômicas”. Segundo CASTRO, este fato demonstra o esforço em nivelá-lo, ao menos nominalmente, ao status dos bacharéis de longa tradição: advogados, médicos e engenheiros (2001, p. 86).

Já a profissão de economista só foi regulamentada em 13 de agosto de 1951, através da promulgação da Lei n.º 1.411, de autoria do deputado federal do Rio Grande do Sul, Fernando Ferrari. Ela estabeleceu também as normas de organização da profissão, através da criação do Conselho Federal de Economistas Profissionais e dos Conselhos Regionais. O decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952, tratou da regulamentação dessa Lei.

O Conselho Federal de Economia teve como primeiro presidente, o Sr. Heitor Campelo Duarte, no ano de 1952.

De acordo com CASTRO, em 1968, através da Resolução 283, foi promulgado o Código de Ética que, na verdade, não passou de um ato burocrático, devido ao completo descolamento entre o seu conteúdo e a realidade da profissão e as condições éticas do mercado de trabalho (2001, p. 43).

Nesse contexto, percebe-se que um grupo de economistas sempre estiveram preocupados com a regulamentação da profissão. Com ações de caráter corporativistas, seus objetivos estavam na delimitação, controle e expansão do mercado de trabalho, ou seja, a “reserva de mercado”. Tinham um forte atrelamento ao aparelho do Estado.

Com a massificação do ensino de Economia verificada nos últimos dez anos, surgem mais economistas do que o mercado demandava. Isso provoca a falta de condições para garantir a “reserva de mercado de trabalho”. Os Conselhos de Economia, na opinião de muitos economistas, vão se tornando órgãos eminentemente burocráticos, sem nenhuma função de relevância social, exceto a de lutar por novos espaços no mercado de trabalho. Oferecem uma carteira de identidade profissional que proporciona um “status social”, porém não um emprego de economista no mercado de trabalho. O que se assiste é uma concorrência cada

vez mais acirrada, principalmente, com os profissionais de Administração e Contabilidade.

Considerando essa concorrência, em particular, com os profissionais advindos do Curso de Administração, LIMA faz uma comparação do número de alunos matriculados no ensino superior do Brasil, nos cinco cursos mais procurados pelos alunos, nos anos de 1984 e 1994. Enquanto as Engenharias, em 1984, ocupavam o 1º lugar, com 138.478 alunos matriculados; a Administração vinha em 2º lugar, com 135.519 alunos; seguidos pelo Direito, com 134.490 alunos; pela Pedagogia, com 105.442 alunos e por Letras, com 93.383 alunos. Já em 1994, a situação era a seguinte: a Administração passou a ocupar o 1º lugar, com 195.603 alunos matriculados; seguida pelo Direito, com 190.712 alunos; pelas Engenharias, com 154.540 alunos; pela Pedagogia, com 114.365 alunos e pelas Ciências Contábeis, com 102.900 alunos (2001, p. 173-174).

Por outro lado, em 1977, outro grupo inicia o chamado “Movimento de Renovação dos Economistas”. Passam a ocupar, gradativamente, a direção das entidades que representam a categoria. Agora, os Conselhos de Economia começam a ocupar e criar espaços políticos de crítica à política econômica adotada pelo regime militar instaurado no Brasil, a partir de março de 1964.

Esse Movimento de Renovação dos Economistas, de certa forma, contribuiu em dois aspectos importantes. O primeiro deles, foi para o processo de redemocratização do nosso país. E o segundo, foi sua relevante e pioneira contribuição, para a qualificação da profissão. Nesse sentido, os Conselhos de Economia tiveram uma participação efetiva na Reformulação do Currículo Mínimo do curso de Economia. Fruto de um trabalho elaborado pelo professor Armando Mendes, o MEC publicou a Resolução n.º 011, em 1984, criando o Novo Currículo Mínimo. Este conseguiu sintetizar um consenso dos melhores cursos de Economia do país naquele momento, onde muitos dos professores envolvidos no seu processo de elaboração, exerciam cargos eletivos nos Conselhos de Economia.

Dessa forma, notamos que o sucesso alcançado pelo Movimento de Renovação dos Economistas quanto à qualificação da profissão, via implantação de um Novo Currículo Mínimo, utilizando os Conselhos de Economia, foi viabilizado por dois motivos. O primeiro, trata-se do grande corporativismo e burocracia que os Conselhos estavam impregnados. Era

urgente a necessidade de reverter essas questões. O segundo, está na ampliação que o Conselho Federal provocou na sua área de atuação estadual. Por isso, a utilização do sistema COFECON/CORECON's, principalmente.

Nesse sentido, CASTRO observa que, durante o período do Regime Militar, as práticas corporativistas foram intensificadas, principalmente na fase conhecida por “milagre brasileiro” (1968 – 1973), quando o crescimento econômico provocou um aumento na oferta de emprego. Durante essa fase, o Conselho Federal criou, somente em 1971, doze Conselhos Regionais, nos Estados de Alagoas, Amazonas, Goiás, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso e Acre. Estes Conselhos foram constituídos, quase todos, no dia 09 de dezembro de 1971 (2001, p. 43).

Voltando agora para a questão específica da importância do economista e do Curso de Ciências Econômicas, um depoimento importante neste trabalho foi o do atual Presidente do Conselho Federal de Economia, o economista Carlos Roberto de Castro. Para ele, o economista tem o seu diferencial.

Olha, eu sempre digo que o economista é um Cientista Social diferenciado. É um Cientista Social privilegiado. Porque alia o conhecimento da Teoria Econômica, da Ciência Social, da História, da Sociologia, com os fundamentos da Teoria Econômica, aliados com o instrumental quantitativo que lhe permite dar uma visão bastante ampla da realidade social, e da História também, principalmente, né? A realidade, social, interpretá-la e, ao mesmo tempo, dar uma contribuição de qual seria a tendência, prá onde está se caminhando. Ter uma posição muito crítica em relação àquilo que está acontecendo em termos sociais. E eu acho que é um profissional, um cientista muito importante para a formação ... um formador de opinião. E para o próprio processo de desenvolvimento do país. O economista tem um papel muito importante nisso aí, nesse processo. (Entrevista de Carlos Roberto de Castro).

Quanto à importância do Curso de Ciências Econômicas implantado no Brasil e a sua contribuição para o desenvolvimento do nosso país, Carlos Roberto acrescenta.

Eu não tenho dúvida quanto a esse respeito. Eu acho que a contribuição dos economistas brasileiros nesse processo de desenvolvimento e da industrialização brasileira, foi marcante. Foi muito importante. O processo, a participação dos economistas, se nós pegarmos o início da década de 1950, né, quando se começou a falar em planejamento econômico. Se nós tivermos o Celso Furtado, a criação da SUDENE, do BNDS, Roberto Campos, Bulhões, Rogério (...). Então, esses foram os precursores da nossa chamada

Economia, Ciência Econômica contemporânea, né, brasileira. Então eu acho que é inegável. Eu fico muito chateado quando de maneira jocosa, ou até mesmo de piada, querem atribuir as desgraças que o país passou, aos economistas. Pelo contrário, eu acho que os economistas deram uma contribuição muito importante para o processo de desenvolvimento desse país. (Entrevista de Carlos Roberto de Castro).

Na Introdução dessa dissertação, já foi destacado que o “ponto zero” de nossas fontes orais utilizadas foi o Prof. Délio Moreira de Araújo. Leciona no ECO da UCG desde 1962 até hoje, tendo sido seu diretor na ainda Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, no período de 1962/64. Para o Prof. Délio,

a Economia não é somente uma ciência quantitativa, é uma ciência de negócios. É uma Ciência Social, primariamente. Portanto, como Ciência Social, a Economia tem como objetivo procurar sempre a melhoria das condições de uma sociedade. Tanto as condições materiais, como também as condições culturais. E também, proporcionar os meios, através de estudos bem fundamentados, os meios necessários para se conseguir esse objetivo. (Entrevista de Délio Moreira de Araújo).

Sobre o mesmo tema é interessante registrarmos a representação que o professor Eduardo Rodrigues da Silva tem da profissão. Para ele, as Ciências Sociais têm amplos espaços para a busca e a solução dos problemas sociais que se passa com esse Estado, com esse Município, com essa Nação, nesse Hemisfério Sul, enfim, no mundo inteiro. A Ciência Econômica, especificamente, ela tem uma ampla inserção nesse processo. Que ela vai desde as análises das empresas, dos consumidores, no âmbito da microeconomia, e aí quando falamos empresa, é desde pequenas empresas até estruturas de mercados oligopolizados.

Tem também a parte do estudo da macroeconomia, que tenta identificar através dos indicadores macroeconômicos, a questão do crescimento, do desenvolvimento, dos problemas estruturais, de emprego, desemprego. No campo externo, tenta aproximar a interação econômica, financeira e produtiva do país, com o resto do mundo.

Enfim, está também na Economia, o estudo das desigualdades, da produção agrícola, da produção industrial. Da produção de uma forma geral. E em síntese, digamos que uma perfeita definição da Economia, no meu entendimento, ao contrário daquela tradicional que diz que Economista é pra estudar a escassez, eu diria que Economia é a ciência que estuda a riqueza do homem e produzida pelo homem. Que dá aquela atração muito mais bonita. Em vez de se estudar a falta, vamos estudar o que se faz. E como que se distribui, que é o mais importante (Entrevista de Eduardo Rodrigues da Silva).

Quanto à importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG para a economia goiana e do Centro-Oeste, principalmente, e sua contribuição nesse mais de meio século de existência, o Prof. Eduardo afirma que,

os nossos registros aqui apontam que o início do Curso de Ciências Econômicas foi no ano de 1949. E de lá pra cá, nós já temos dezenas de turmas formadas nessa Instituição. E é fácil saber, e até responder à sua pergunta, é só observarmos as pessoas que têm dirigido o município de Goiânia, que têm dirigido o Estado de Goiás. Boa parcela das pessoas que estão nesse segmento, tanto no setor público quanto no setor privado, teve sua passagem aqui pelo Departamento de Economia... São os profissionais formados nessa casa que têm buscado de forma incisiva a trabalhar na questão do desenvolvimento, do crescimento econômico. Como já disse, atuando nas diversas esferas da produção. Tanto na esfera pública, quanto na esfera privada (Entrevista de Eduardo Rodrigues da Silva).

Na avaliação do Prof. Luís Antônio Estevam ,

nós vivemos num mundo capitalista. E a Ciência Econômica é voltada para a investigação da acumulação e distribuição da riqueza capitalista. Com o avanço do capitalismo em todas as instâncias do homem, a formação do economista, ela tem sido obrigada a ampliar seus conhecimentos, deixando de ser meramente uma técnica e voltando a ser uma ciência. (Entrevista de Luís Antônio Estevam).

Em termos da importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG, para o Prof. Luís Estevam, ela pode ser dividida em vários momentos. A trajetória do Curso de Ciências Econômicas da UCG está relacionada com duas dimensões. Uma delas trata-se da evolução do pensamento econômico dos últimos cinquenta anos, quanto às diretrizes da política institucional, principalmente governamental. Em termos de política econômica, nos anos cinquenta até aos anos oitenta, o planejamento econômico foi muito forte no Brasil, e o pensamento econômico girava em torno do desenvolvimento. Desenvolvimento da nação. E, principalmente, com uma bandeira nacionalista de desenvolvimento. Mas, com o avanço do espírito e da ética capitalista sobre todas as instâncias da sociedade, sobre a política, sobre o direito, sobre as artes, etc., onde a lei maior hoje é o ganhar dinheiro, forçou a procura por Economia também a tornar-se uma procura meramente por uma técnica econômica. E não por uma ciência de entendimento econômico. Nisso a história econômica foi abandonada.

Em segundo lugar, em termos de políticas institucionais, na visão do Prof. Luís Estevam, como nós tínhamos planejamento no Brasil, e planejamento em Goiás, o Curso de Ciências Econômicas da UCG, foi assim o germe da criação de vários planejadores, tanto em nível nacional, como em nível de Estado. Economistas da UCG participaram da elaboração do Plano do Governo Mauro Borges. Além do mais, participaram no planejamento do Governo Irapuã, do Governo Leonino, do Governo Ary Valadão, e assim por diante. Economistas formados no ECO estão nas instituições como a ACIEG, FIEG, nas diretorias das empresas, etc. E o atual Governo também tem-se utilizado de vários economistas formados pela UCG.

Na área empresarial também. Vários economistas que estão aqui... que passaram por aqui, hoje são pequenos e médio empresários, em atuação aqui em Goiás. Agora, ele tem contribuído de uma forma áurea num momento em que havia uma política econômica. (Entrevista de Luís Antônio Estevam).

Para o Prof. Antônio José Pôrto Bandeira, a Ciência Econômica é fundamental para a compreensão da realidade.

Não só para a compreensão da realidade mas, para a intervenção na realidade, se você imaginar, especialmente a partir de Adam Smith pra cá, a Ciência Econômica sempre teve a pretensão de procurar entender a realidade, intervir nessa realidade e modificar essa realidade. Eu acho que é importante essa parte do conhecimento científico global, exatamente por esse papel. É uma Ciência que sempre esteve na linha de frente das grandes discussões. Em nível local, em nível regional, em nível nacional, em nível internacional. Só por isso, na minha opinião, já bastaria pra gente entender a importância da Ciência Econômica... É lógico que temos economistas e economistas, não é? Nós não temos um único conceito de Economia, aliás, se fala muito em Ciências Econômicas. Porque você tem, exatamente, na minha compreensão, por estar no campo das Humanidades, você tem vertentes diferentes de compreensão dessa realidade, que é tão diversa. E portanto, o diagnóstico também é diverso. E o prognóstico pras intervenções também são diversos, em função exatamente dessa Ciência, ou dessas Ciências chamadas Econômicas, terem paradigmas diferentes. E nesse sentido, apesar das nossas diferenças e, aliás, essas nossas diferenças faz com que as Ciências Econômicas sejam de fato dinâmica, polêmica, inovadora, renovadora e, em alguns momentos, um elemento de vanguarda. (Entrevista de Antônio José Pôrto Bandeira).

Quanto ao caso específico da importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG, o prof. Antônio Bandeira diz que podemos avaliá-lo sob alguns aspectos. Um aspecto é o aprofundamento do conhecimento das Ciências Econômicas. Ele acha que, nesse sentido, ao longo desses cinquenta anos, o Curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás, em maior ou menor grau, tem contribuído nesse aprofundamento das teorias

econômicas, no entendimento do conhecimento na área de Economia.

Outro aspecto que a gente pode avaliar é a nossa inserção no mercado de trabalho. Aí nesse sentido, o Prof. Antônio Bandeira acha que, em algum momento se a gente for imaginar o Curso de Ciências Econômicas até a década de 1980, ele teve uma participação muito grande na intervenção no mercado de trabalho em Goiás, e em Goiânia. Várias pessoas que se formaram no Curso de Ciências Econômicas tiveram papéis importantes, do ponto de vista da empresa privada e também do setor público. Aí a gente pode fazer uma lista enorme de pessoas, no setor público, por exemplo, que tiveram papel importante na condução da economia goiana e goianiense. Isso é um elemento importante.

Outra coisa é que, até a década de oitenta, a gente pode ver que uma parte significativa... até porque nós éramos o único curso aqui... nós podemos ver que uma parte... mesmo sendo o único curso... nós poderíamos ter pouca procura, mas nós tivemos muita procura no Curso de Ciências Econômicas, que é um elemento importante pra balizar, ou pra sustentar essa importância do Curso de Ciências Econômicas no contexto da economia goiana. (Entrevista de Antônio José Pôrto Bandeira).

Outro entrevistado neste trabalho foi o Prof. Goiaz do Araguaia Leite Vieira. Para ele, o papel das Ciências Econômicas no contexto do conhecimento para o desenvolvimento da sociedade, de forma sintética, é o papel genérico da Ciência.

De ajudar o homem a aliviar o seu sofrimento. De procurar uma vida mais farta, mais saudável e mais longa. E especialmente a Ciência Econômica, que vem passando por muitas reformulações mas, na minha concepção, o papel da Ciência Econômica é de auxiliar o homem na sua labuta pra extrair da natureza o necessário para viver bem e melhor. (Entrevista de Goiaz do Araguaia Leite Vieira).

No que se refere à importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG, nesse mais de meio século de sua existência, o Prof. Goiaz do Araguaia entende que é um Curso que trouxe a preocupação econômica de utilizar de forma mais adequada, mais equilibrada, mais correta, os recursos que a população do Estado de Goiás, mais especificamente de Goiânia, dispõe para produzir riqueza. De levar aquele objetivo de fazer as coisas com menor custo, portanto com o máximo aproveitamento. E se formos considerar que esse Curso, no período referenciado, formou bastante gente, que conseguiu prosperidade na vida atuando como economista. Embora seja um Curso com muitas limitações, mas nós temos pessoas bem

sucedidas na sociedade goianiense, na sociedade goiana, como empresários, como profissionais liberais, como literatos e executivos do setor público, do setor privado, graças ao Curso que aqui recebeu.

Acho que tem dado a sua contribuição. O desenvolvimento, embora seja um processo muito amplo, mas não tenho dúvida de que a dimensão econômica é a preponderante. E nisto, o papel do economista, seja no setor público, seja no setor privado, tem-se destacado sim. A contribuição é altamente positiva. (Entrevista de Goiaz do Araguaia Leite Vieira).

Na avaliação de Ângelo Silva Cavalcante, aluno atual do Curso de Ciências Econômicas da UCG, o qual optou pelo Curso, e é bom que se ressalte, em primeira opção, isso aconteceu por plena convicção. Pela beleza do Curso em si.

Pela consistência, pelo instrumental teórico que esse Curso tem, e pelo que ele podia me passar e me passou, não é? Pelas possibilidades reais de compreender o mundo, de compreender a produção, de compreender porque tão poucas pessoas têm tanto, e tantos não têm nada. Compreender um pouco da história do meu país, compreender um pouco da forma como o nosso povo vive, e como esse Curso poderia me instrumentalizar para intervir na realidade. (Entrevista de Ângelo Silva Cavalcante).

No que tange ao papel das Ciências Econômicas, fica claro para o aluno Ângelo Silva que,

o conhecimento econômico exerce um papel central, não é, no que diz respeito à construção de uma nova ordem social, né, na perspectiva de construir igualdade, de inserir o ser humano numa outra ordem de vivência, de sociabilidade, de produção. Eu penso que a Ciência Econômica, historicamente, ela tem desempenhado esse papel. Ela é uma Ciência Social e que tem norteado a sociedade no sentido de seu avanço produtivo, do seu avanço econômico, e tem exercido isso. Agora, penso que novos desafios virão pra Ciência Econômica, não é? Dentre os quais eu citaria a urgência da Ciência Econômica em estar estabelecendo novos rumos, novos rumos pro mundo. Eu acho que esse desafio que está posto pra humanidade, a Ciência Econômica terá um grande papel a desempenhar. (Entrevista de Ângelo Silva Cavalcante).

Em se tratando da importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG para a economia goiana e regional, e suas contribuições na atualidade, o discente Ângelo Silva acredita que o Curso exerce um papel preponderante no que diz respeito à economia regional. Para ele, existe uma gama enorme de profissionais que saíram do ECO da UCG instrumentalizados para trabalhar em todos os níveis da sociedade. Desempenharam bem e desempenham ainda hoje muito bem esse papel. É um Curso que tem estado presente nas principais discussões no

que diz respeito ao desenvolvimento do nosso Estado, em todos os níveis. E esse papel, ele é claro e muito presente pra toda sociedade, pra toda produção científica existente aqui, com certeza, lá se encontra um profissional das Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás.

Olha, a gente pode estar citando a princípio, né, as grandes contribuições que os profissionais das Ciências Econômicas da Universidade Católica têm contribuído, não é, no tocante à problemática do transporte, né, no nosso Estado. Nós temos aí inúmeros dados, inúmeras pesquisas, inúmeras intervenções desempenhadas aqui, não é, pelo nosso Centro de Pesquisas Econômicas, pelos profissionais daqui desse Centro de Pesquisas dessa Universidade. E sem falar nas próprias políticas de desenvolvimento que foram deflagradas aí, desde o começo da década de 1980, não é, pelo Governo do Estado, preponderantemente, e que tiveram a presença de inúmeros profissionais dessa Escola de Economia. (Entrevista de Ângelo Silva Cavalcante).

Outro depoimento utilizado neste trabalho foi o da Prof^a. Nair de Moura Vieira. Quanto ao papel das Ciências Econômicas no desenvolvimento da sociedade, ela afirma que,

as Ciências Econômicas, ela vai fornecer, e fornece, um embasamento teórico para os estudiosos do assunto, onde a gente passa a dominar um volume de conteúdos de várias ciências que vão servir de embasamento para a aplicação na realidade, como a forma de transformar essa realidade em busca de um desenvolvimento. Por isso que nós contamos com o conhecimento de outras disciplinas auxiliares, como a Matemática, a Estatística, a própria Econometria. A História que vai fazer com que nós entendamos o que está acontecendo hoje, de acordo com o que já ocorreu no passado, e a gente possa vir a fazer algumas previsões do que possa ocorrer no futuro, não é? Assim como a História, temos também o Direito. Porque alguns momentos em que estamos elaborando alguns projetos ou alguns planos, nós temos que ter um conhecimento jurídico e todo o aspecto legal de colocar em vigor, ou não, determinada elaboração desse plano, determinadas etapas desse projeto. Então, as Ciências Econômicas, eu considero uma Ciência que vai nos fornecer várias alternativas pras buscas de implementação de novos projetos, ou de novos planos, em busca de um crescimento, ou em busca de uma estabilização econômica, ou de uma melhor repartição de renda e riqueza. (Entrevista de Nair de Moura Vieira).

Com relação à importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG e suas contribuições à economia goiana e regional, a Prof^a. Nair de Moura acredita que está refletida muito no desempenho dos nossos alunos egressos do nosso Curso.

E se agente observar os grandes cargos ocupados no Estado, e que exigem um conhecimento muito grande dessa Ciência, essas pessoas que desempenham essas funções, foram formadas dentro da Universidade Católica de Goiás. E

conseqüentemente, dentro do Departamento de Economia. Então, eu acredito que o Departamento tem muito a contribuir ainda, como está contribuindo e já contribuiu, para a formação, crescimento, desenvolvimento do Estado. Então, com isso, ao repercutir esse... Ao aluno lá fora, ao se repercutir como profissional, ele também está repercutindo os conhecimentos adquiridos aqui no Curso, no Departamento e na Universidade. Ele acaba projetando, não só a si, como também a UCG.

Sim. Sem dúvida nenhuma. Haja visto o desempenho dessas pessoas, e quando são solicitados profissionais de alto conhecimento e domínio das Ciências Econômicas, geralmente procuram esses alunos que passaram por aqui. (Entrevista de Nair de Moura Vieira).

O Prof. Aristides Moysés é outro entrevistado que nós utilizamos nessa dissertação. Quanto ao papel das Ciências Econômicas no contexto do conhecimento para o desenvolvimento da sociedade, ele afirma que,

o Curso de Ciências Econômicas tem um grande mérito, que é oferecer aos seus alunos uma visão ampla, não só do fenômeno econômico, mas ele oferece uma visão ampla da sociedade. Claro que isso pode ser relativizado. Tem escolas que vão avançar mais, tem escolas que vão avançar menos. Possivelmente a nossa Escola não avance tanto nessa visão da Economia como uma Ciência Social e, portanto, uma Ciência ampla. Nesse sentido, eu diria que o Curso de Ciências Econômicas, ele é de extrema importância, que os profissionais de outras áreas... Hoje muito menos, até por conta da restrição do mercado de trabalho... Mas muitos profissionais de outras áreas também acabaram optando por um segundo curso, e o Curso de Ciências Econômicas acabou sendo uma alternativa. E nós podemos citar como exemplo o próprio Bresser Pereira, que a formação original é na área de Direito. Um outro exemplo é o Simonsen, que é engenheiro e que se notabilizou na vida profissional como economista. (Entrevista de Aristides Moysés).

Quanto à importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG e suas contribuições para o desenvolvimento da economia goiana e regional, durante seus mais de cinquenta anos de atividades, o Prof. Aristides Moysés, acha que o Curso deu grandes contribuições. Basta verificar no mercado de trabalho, seja na iniciativa privada, como no poder público, vários profissionais se destacam até mesmo a nível nacional e que passaram por essa instituição. Então, ela tem uma contribuição, deu uma contribuição. Isso é inegável. Agora, pra ser exigente, poderíamos, quem sabe, desejar até mais. Poderia ter contribuído mais. No passado, o Curso de Ciências Econômicas, até porque talvez fosse o único aqui no Estado de Goiás, então ele acabou tendo uma relevância realmente reconhecida. Hoje, até por conta, também, das sucessivas crises econômicas que vêm ocorrendo e da falta de respostas aos problemas

econômicos que afetam a grande maioria da população, o Curso de Ciências Econômicas acabou caindo num certo descrédito. Mas, outras escolas abriram e em todas elas tem demanda. Então, o Curso de Ciências Econômicas em si tem um papel importante na sociedade goianiense. E o Curso de Ciências Econômicas da UCG, em especial, devido à sua contribuição que vem sendo dada há mais de meio século.

Eu creio que sim. E essa contribuição tem sido dada através dos alunos que aqui foram formados e que se tornaram profissionais reconhecidos no mercado de trabalho. Seja no campo da iniciativa privada, seja no campo do setor público (Entrevista de Aristides Moysés).

Outra fonte oral utilizada é o Prof. Luiz Carlos de Castro Coelho. Para ele, hoje, as Ciências Econômicas ainda estuda a escassez dos recursos.

E tudo que é escasso precisa ser estudado, precisa ser planejado. E o planejamento econômico, ele tem que ser feito, tanto estatal, como no setor privado. Assim sendo, eu entendo que as Ciências Econômicas dentro desse contexto hoje, ela é de grande valia. Embora tenha tido um decréscimo em termos, vamos dizer, de procura nos nossos Departamentos, na disciplina. Mas a gente verifica hoje, principalmente no Governo atual, que a Economia é o carro-chefe de um planejamento econômico, de um Governo que queria desenvolver o seu país. Tanto no desenvolvimento material quanto no desenvolvimento social. (Entrevista de Luiz Carlos de Castro Coelho).

Quanto à importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG e suas contribuições para a economia goiana e regional, nesse mais de meio século de existência, para o Prof. Luiz Carlos, o Curso de Ciências Econômicas é o carro-chefe da Universidade Católica. Talvez muita gente não saiba disso. Mas ele foi um dos primeiros cursos a ser iniciado na Universidade. Ele abriu as portas para toda essa situação. Naquela época, a população, o setor privado, o setor de comércio, buscava esse Curso. Então, o Prof. Luiz Carlos entende o Curso de Ciências Econômicas como sendo a base estrutural da Universidade Católica. É um Curso que tem que ser revisto, tem que ser avaliado, e tem que ser trabalhado com muita seriedade, para que o mesmo não seja dilapidado na sua estrutura.

Eu digo que ele deu uma base de sustento hoje, para Secretarias até de Planejamento do Estado de Goiás. Porque de lá surgiu vários estudos com a economia, do nosso Curso de Ciências Econômicas, até mesmo com professores e alunos advindos do nosso Curso. Hoje, o nosso Secretário da Fazenda do Estado é economista formado pela Universidade Católica de Goiás. E era também o Secretário de Planejamento do Governo anterior. Isso é a importância do nosso Curso. (Entrevista de Luiz Carlos de Castro Coelho).

O Prof. Joadir Costa é outro entrevistado por nós nessa dissertação. Para ele, o papel das Ciências Econômicas no contexto do conhecimento para o desenvolvimento da sociedade, está em procurar trabalhar a complexidade dos aspectos econômicos.

O que eu acho importante na Ciência Econômica é que ela nos ajuda a ter uma visão mais clara de uma complexidade muito grande que são os aspectos econômicos de uma sociedade. Esse trabalhar com uma complexidade que ocorre nas Ciências Econômicas sempre me chamou a atenção. (Entrevista de Joadir Costa).

Em se tratando da importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG e suas contribuições para a economia goiana e regional, em mais de cinquenta anos de existência, o Prof. Joadir Costa acredita que é muito expressiva nesse contexto histórico.

Bom, eu acho que o Curso de Ciências Econômicas tem sido de uma importância muito grande aqui na Região, né? Haja visto que na realidade ele não foi criado pela Universidade Católica, mas sim pela Associação Comercial. É um Curso que nasceu, que surgiu pra atender uma necessidade imediata do empresariado goiano, né? Eu acho que essa contribuição que o Departamento tem dado à Região Centro-Oeste, etc., tem sido, não só através das pesquisas realizadas pelo Departamento e pelos cursos oferecidos, mas principalmente pelo fornecimento de pessoal para ocupar cargos públicos. Os principais cargos na área de Economia hoje, são realmente ocupados por ex-alunos do Departamento de Economia da Universidade Católica. Eu acho que isso é um grande indicador, um bom indicador da importância desse Curso para a Região. (Entrevista de Joadir Costa).

Para o Prof. José Augusto Costa, outro entrevistado por nós, o papel das Ciências Econômicas pode assim ser resumido.

Se você considerar que a vida é uma intensa atividade, é uma intensa luta pela sobrevivência, viver não é fácil. viver é lutar para conseguir as condições de melhoria do bem-estar. As Ciências Econômicas é um dos ramos das Ciências Sociais, que eu acredito, que tenha por objeto tornar essa luta mais amena. Ou seja, A Ciência Econômica vai instrumentalizar os ser humano pra fazer com que a luta pela sobrevivência seja mais amena. Ou, em outras palavras, para que a vida seja mais digna de ser vivida. (Entrevista de José Augusto Costa).

No que se refere à importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG e suas

contribuições para a economia goiana e regional, durante esses mais de cinquenta anos de existência, o Prof. José Augusto, acredita que, é inegável que os aspectos econômicos estão permeando toda a nossa vida. Nós não conseguimos separar isso. É uma coisa interessante de notar. Nós não conseguimos separar os fatos essencialmente econômicos da vida o cidadão. Porque a nossa vida está tão impregnada de fatos e atos econômicos e que nem todos eles são resolvidos por economistas. E nem todos eles também são resolvidos por instrumental econômico, e conscientemente a partir de uma abordagem econômica. Mas é inegável, por outro lado, que o atual desenvolvimento do Estado de Goiás deve muito a posições claramente definidas de alguns economistas, inclusive formados pelo nosso Departamento. Nós temos um marco extremamente importante na história de Goiás que é a própria introdução do planejamento econômico, que começa no Governo Mauro Borges. Ele contou com a ajuda de alguns dos nossos professores do Departamento de Economia, menos na sua elaboração, e mais na sua execução. E é inegável a contribuição desse planejamento na época do Governo Mauro Borges, pro atual estágio de desenvolvimento no qual se encontra o Estado.

Ele afirma que nós temos que levar em consideração que não começamos como Curso de Ciências Econômicas. Nós começamos como Curso de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais, e depois foi enriquecido com Administração.

Nós temos várias áreas de conhecimento. Então, quando a nossa origem, na qual um Departamento acadêmico, é da classe empresarial, a ACIEG, a FIEG, né, esses órgãos patronais. É extremamente interessante você notar o seguinte, que é a classe patronal que cria uma instituição voltada para o planejamento. Não a classe política que o faz, mas a classe patronal. Isso mostra, inclusive, a visão de longo prazo que a classe patronal tinha naquela época. Eles não trouxeram um curso qualquer. Trouxeram um Curso de Ciências Econômicas, trouxeram um Curso de Contábeis, exatamente porque a visão deles era dinamizar o mundo dos negócios em Goiás. (Entrevista de José Augusto Costa).

O economista Humberto Tannús Júnior também foi entrevistado por nós nessa dissertação. Ele considera que o papel das Ciências Econômicas no contexto do conhecimento para o desenvolvimento da sociedade, está relacionado diretamente com a área social.

É, isso aí eu acho que é uma coisa bastante rica, né, Miguel. Por exemplo, se você for conversar com um leigo hoje, uma pessoa que não é da área, você vai ver que pra ele a Ciência Econômica é uma ciência exata. Ele relaciona a Economia com uma ciência exata que mexe com número, como se fosse uma Engenharia, como se fosse uma Matemática, uma coisa assim. E eu acho que a Ciência Econômica, ela tem muito mais a ver com o social. Quer dizer que

a Ciência Econômica, ela é pra mim uma Ciência Social, nada mais que social. (Entrevista de Humberto Tannús Júnior).

Quanto à importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG e suas contribuições para a economia goiana e regional, nesses mais de cinquenta anos de existência, o economista e ex-aluno do ECO da UCG, Humberto Tannús, assim se posiciona. Na época que fez seu vestibular na Universidade Católica de Goiás, foi um período que ele concorreu a uma vaga com outros seis ou sete candidatos. Naquele momento, também, era uma Faculdade extremamente respeitada a nível de Estado como um todo. Havia ali estudado ex-alunos que tinham uma grande penetração no Estado. Então, era uma Faculdade com os Cursos de Ciências Econômicas, Administração e Contábeis, e o Curso de Ciências Econômicas era o carro-chefe dos três Cursos. Tanto é que era Faculdade de Ciências Econômicas.

Por isso, eu entrei na vida pública, na época, saindo de um estágio. Eu fazia estágio na Secretaria da Fazenda, e fazia estágio na Junta Comercial. E fui chamado como estagiário pra participar da... como estagiário ainda pra trabalhar na Metais de Goiás S/A, que era empresa de exploração de mineração no Estado de Goiás. (...) eu fui contratado, na época, por necessidade, por competência, na época, e por atuar na área. Então eu posso dizer que o Curso pra mim foi muito bom. (...) Toda a vida, toda a vida... Em minha vida profissional eu trabalhei com orçamento, eu trabalhei com planejamento em vários órgãos. Mas sempre na área pública. A não ser o período em que eu fiz uma consultoria no SEBRAE, em termos de consultoria e tal, mas sempre trabalhei na área pública. (Entrevista de Humberto Tannús Júnior).

Entrevistamos também nessa dissertação o economista Veríssimo Aparecido da Silva. Ele entende que o papel das Ciências Econômicas no contexto do conhecimento para o desenvolvimento da sociedade, pode ser explicado da seguinte forma.

Eu considero as Ciências Econômicas o Curso mais completo que você pode ter, em termos de inserção competitiva no contexto do desenvolvimento em qualquer área da atividade do sistema econômico. As Ciências Econômicas, elas dão um embasamento teórico e prático para que o cidadão possa exercer a sua profissão em todas as áreas do conhecimento em que necessitem de técnicos gabaritados para o exercício do crescimento econômico e o desenvolvimento das suas atividades. (Entrevista de Veríssimo Aparecido da Silva).

Quanto a importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG e suas contribuições para a economia goiana e regional, nesses mais de cinquenta anos de sua existência, o economista Veríssimo Aparecido se expressa que é de fundamental importância. A participação do

economista na formulação dos planos, programas e projetos vinculados à área pública ou à área privada, ela faz com que o grau de confiabilidade na certeza de resultados positivos, ela seja uma referência dentro de cada uma dessas atividades em que o economista participa. Tanto é que, hoje, tanto a iniciativa privada, como as entidades públicas, elas não abrem mão da participação do economista. Que tem em sua formação, todos os elementos que condicionam a certeza de que, em termos teóricos, a elaboração de planos, projetos e programas, estarão dentro de um rigor extremamente benéficos para os objetivos a que se propõem qualquer tipo de atividade.

Para ele, nós tivemos vários casos, porque tivemos colegas egressos da Universidade Católica de Goiás que ocupam e ocuparam, ao longo desse últimos cinquenta anos, cargos de elevada importância na condução da política econômica para que os benefícios sociais pudessem chegar até à sociedade. Então, a participação de colegas na Secretaria de Finanças, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Planejamento, e mesmo alguns colegas chegando à posse como Deputados Federais, Deputados Estaduais e alguns Prefeitos em municípios no interior, eles puderam executar o que aprenderam nos bancos da academia. E com isso, o Estado de Goiás ganhou por ter o seu crescimento embasado no conhecimento teórico advindo dessas pessoas que passaram pela Universidade Católica de Goiás.

Nós tivemos a participação de colegas na extinta SUDECO, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, onde ali pudemos ter uma visão de bloco econômico a nível interno. (...) tivemos ainda a participação de colegas que passaram em concursos no Banco Central, na formulação, e mesmo no Ministério da Agricultura, no Ministério do Desenvolvimento Industrial, que chamava-se antigamente Ministério da Indústria e Comércio, e no Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda, em Brasília, e que esses colegas puderam participar da formulação das políticas que levaram à criação dos chamados pólos de desenvolvimento. Nós tivemos o Pólo Centro, que foi um importante vetor de desenvolvimento em termos de financiamento para atividades produtivas no Centro-Oeste. Nós tivemos o Pólo Amazônia (...) Nós tivemos o programa especial da Região Geo-Econômica de Brasília (...) E ainda nós tivemos o Pólo Nordeste, em termos de Goiás, em que grandes trabalhos foram feitos. Já existem delineados rumos do Nordeste, em termos de infra-estrutura, em termos de atividades produtivas, atividades prestacionais de serviços, que estão saindo da base teórica pra base prática, em função de trabalhos de colegas nossos egressos da Faculdade de Ciências Econômicas. (Entrevista de Veríssimo Aparecido da Silva).

Também foi entrevistado nessa dissertação o economista Joacir Camêlo Rocha, ex-aluno e ex-docente do ECO da UCG. Para ele, o papel das Ciências Econômicas no contexto do

conhecimento para o desenvolvimento da sociedade, se resume em que,

a Economia hoje é como se fosse o sangue na veia de todos. Não só privativo dos bacharéis ou dos economistas. Hoje, praticamente todos os profissionais têm de ter um conhecimento básico de Economia. A Economia hoje é... O economista hoje é o profissional do desenvolvimento. É ele que formula as políticas públicas. É ele que implementa essa políticas. Então, é de muita importância a Economia para o desenvolvimento. É um profissional muito requerido e responsável, em parte, pelo planejamento. Porque todos nós sabemos que o planejamento como um processo, ele é a geratriz de todos os outros serviços. É decorrente do trabalho do economista. Eu considero a profissão do economista uma alavanca dentro do processo de desenvolvimento. (Entrevista de Joacir Camêlo Rocha).

Quanto à importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG e suas contribuições para a economia goiana e regional, nesses seus mais de cinquenta anos de existência, o economista Joacir Camêlo, faz as seguintes reflexões. Nós estamos constantemente mudando. E a Universidade nesse meio século, ela tem perseguido, com certeza, melhores resultados. Apesar das mudanças, das transformações, porque passa o conhecimento, a Universidade hoje, ela está sob a égide de regras do Governo Federal. Mas a Universidade é pioneira, ela tem batalhado, ela conseguiu sobreviver, tem lutado pela qualidade do ensino, com certeza. E tem formado ao longo do tempo vários profissionais, muitos profissionais que têm sido úteis para a sociedade.

Para Joacir, ele jamais poderia estar onde está, como profissional graduado hoje no Governo, pois ele é pós-graduado, se não tivesse cursado a Universidade. Ele enfrentou a USP, uma universidade de alta qualidade, com repercussão no mundo inteiro, enfrentou o curso de Pós-Graduação e se bacharelou na UCG. E conseguiu sair bem, apesar de que outros colegas, de outros Estados, não deram conta do Curso. E ele considera que conseguiu na Universidade Católica de Goiás uma formação boa, conseguindo se sobressair nesse Curso de Pós-Graduação da USP.

Ah, com certeza. Com certeza. Eu tenho vários colegas de Governo, com mais de trinta anos, formados na Faculdade, que são hoje profissionais responsáveis por vários segmentos, tanto na iniciativa pública quanto da iniciativa privada. Todos egressos da Universidade Católica de Goiás. (Entrevista de Joacir Camêlo Rocha).

Depois desses depoimentos diversos, desses olhares de vários ângulos, confirma-se que as Ciências Econômicas realmente estão permeadas do conhecimento de outras ciências e que

são estreitamente ligadas ao ramo das Ciências Sociais. Com isso, uma de suas preocupações centrais está em como produzir e distribuir a riqueza, visando um bem-estar melhor para a sociedade.

Em relação à importância do Curso de Ciências Economia da UCG e suas contribuições para a economia goiana e regional, no olhar de alguns de seus atuais professores e outros ex-professores, ao longo desse mais de meio século de sua existência, ficou claro o seu pioneirismo e suporte para o desenvolvimento do município de Goiânia, do Estado de Goiás e até da região Centro-Oeste, ao fornecer os recursos humanos mais preparados para atingir os objetivos almejados, seja na iniciativa pública, seja na iniciativa privada.

3.2 – A Atual Realidade da Qualidade do Curso do ECO da UCG

Sabe-se que a qualidade de ensino à qual uma instituição se propõe a oferecer no sentido de uma formação sólida, consistente e que dê resultados positivos, depende de diversos fatores.

Dentre vários desses fatores pode-se destacar o plano estratégico de gestão da instituição, seu projeto político-pedagógico, que contemplam os níveis do ensino, da pesquisa e da extensão.

Isso envolve investimentos em instalações físicas adequadas; em equipamentos audio-visuais com tecnologia moderna; em bibliotecas atualizadas; na formação dos docentes; em currículos adequados às necessidades específicas de cada região; num sistema de avaliação contínuo e eficaz; no processo de seleção de seus alunos; na integração com as entidades de classes patronais e de empregados, tanto públicas quanto privadas; assim como, na inserção dos recém-formados no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Nesse contexto, o Plano Estratégico de Gestão da Universidade Católica de Goiás, na sua primeira versão, numa cronologia temporal estipulando como curto prazo o período de 2003/2004, médio prazo de 2004/2006 e longo prazo de 2006/2010, destaca que no seu Projeto Político-Pedagógico, durante toda a sua história, a UCG procurou manter-se fiel à sua identidade e à sua missão: é uma Instituição de Ensino Superior, Católica, Comunitária e Filantrópica. Isso tudo fica caracterizado pela:

- Integração de Ensino – Pesquisa – Extensão: uma prática curricular.
- Inserção Regional: a procura de soluções concretas que privilegiam os marginalizados sociais.
- Comunidade Acadêmica: a participação solidária de todos os segmentos.
- Autonomia: o respeito à ação colegiada.
- Criatividade: a eficiência na procura de soluções.
- Diálogo: a vivência da fraternidade.
- Administração: a priorização do serviço à Academia.
- Pós-Graduação: a excelência na educação continuada.
- Extensão: a produção e apropriação social do conhecimento, a serviço da comunidade.
- Avaliação: o instrumento necessário de todo planejamento (2003, p. 18).

Enquanto isso, temos o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UCG, editado em agosto de 2002, pela direção do Departamento de Economia, no intuito de priorizar um sólida formação do economista, e também, esclarecer de forma objetiva aos interessados pelo Curso de Economia, quais são seus objetivos políticos e pedagógicos.

Esse Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas do ECO da UCG teve início em 1999, através de um processo intenso e contínuo de discussão interna e externa ao Curso. A prioridade era a realização de uma profunda análise crítica do Curso de Economia, cuja meta final seria a oferta de um curso de graduação de boa qualidade.

Nesse sentido, o PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, do Curso de Ciências Econômicas, do ECO da UCG, assim define como objetivo do Curso:

possibilitar ao aluno uma formação sólida, imprescindível para o sucesso profissional. Assim, tendo como base a filosofia exposta na Resolução nº 11, de 1984, o objetivo do Curso de Ciências Econômicas da UCG é, de um lado, formar profissionais que tenham capacidade técnica para analisar e apresentar soluções pertinentes a questões econômicas nas suas diversas dimensões e áreas.

Por outro lado, pretende dotar o aluno de uma base teórica e histórica sólida, que o capacite a compreender os processos econômicos de forma ampla, fazendo as ligações necessárias com outras áreas afins do conhecimento, visando sobretudo a análise da economia brasileira. Isso quer dizer que o Curso tem como objetivo não somente formar um competente técnico, dotado de instrumental matemático e estatístico, mas um economista com visão crítica, que tenha sensibilidade para inserir preocupações sociais no

contexto econômico e que utilize os conceitos teóricos sem preconceitos, para a busca de soluções criativas (2002, p.10).

Como atingir esse objetivo? Pelo PROJETO, o Curso de Ciências Econômicas procurará manter um perfil pluralista, onde as diversas correntes teóricas apresentadas, possam permitir aos alunos assimilarem as diferentes visões que caracterizam as Ciências Econômicas.

Essa diversidade pode ser comprovada através da qualificação do seu corpo docente, bastante variada em termos de instituições e áreas de concentração escolhidas em nível de pós-graduação.

Além da diversidade teórica, o Curso de Graduação em Economia da UCG tem procurado fornecer ao aluno diversidade também de atuação ao se formar, para atuar em empresa pública ou privada ou, ainda, prosseguir seus estudos em cursos de pós-graduação, ou seja, o Curso de Graduação deverá se constituir no passo inicial dentro do processo contínuo de educação permanente (2002, p. 10).

Para isso, o Departamento de Economia da UCG, além da Congregação de seu corpo docente, é administrado por um diretor que, por sua vez, é assistido por comissões auxiliares de ensino, pesquisa e extensão. Pelo PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, há uma articulação entre essas comissões, ao desenvolverem as diversas linhas de trabalho do ECO.

Na Comissão de Ensino os desafios são basicamente dois: aumentar a qualidade do ensino ministrado e ampliar a oferta de cursos que se mostrem viáveis e relevantes para o Departamento. Dessa forma, consoantes com o novo ordenamento institucional para o ensino superior (LDB) e com a necessidade de consolidação da imagem do Departamento, tanto em nível interno quanto externo, deverão ser repensadas, entre outras coisas: suas diretrizes curriculares, o trabalho em sala de aula, a metodologia de ensino, os subsídios didáticos e a relação professor/aluno.

A segunda Comissão é a da Extensão Universitária no seu sentido comumente usado: eventos, seminários, consultorias, prestação de serviços e outros. Um item a ser priorizado pelo Departamento é, sem dúvida, a sistematização de ofertas de cursos ao Departamento objetivando possibilitar a criação de condições tanto para aumento da capacitação do corpo docente, quanto para o fortalecimento de sua dedicação. Ademais, esses cursos funcionarão como um embrião do mestrado.

A terceira Comissão é a de Pesquisa. Essa é a área em que o Departamento possui um amplo espaço de crescimento e que, ao mesmo tempo, constitui seu maior desafio, principalmente com seu Centro de Pesquisas Econômicas. Trata-se, também, de um campo em que a variedade de nichos e especificidades regionais possui amplas possibilidades a serem contempladas (2002, p. 8).

Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, além de mostrar o objetivo do Curso e de como é feita a gestão do Departamento, ele aborda também outros aspectos. Inicia, apresentando algumas considerações gerais sobre a UCG. Faz um

breve histórico da Sociedade Goiana de Cultura (SGC), fala da identidade e missão da UCG, e algumas considerações gerais sobre o ECO.

Sobre o Curso de Ciências Econômicas da UCG, além de seu objetivo, ele traça um perfil do ingresso e do egresso, e do campo de trabalho do Economista. Apresenta ainda as habilidades e competências do Profissional Economista.

Depois, ele aborda as metodologias, concepção curricular e estrutura geral. Neste item, são detalhadas as origens da reformulação do Curso, sua concepção curricular, as inovações curriculares, a grade curricular, a tabela de equivalências e o ementário.

Na seqüência, o Projeto mostra a inter-relação entre ensino, pesquisa, monografia e extensão. Aqui, ele apresenta o papel do Centro de Pesquisas Econômicas (CPE) e o Regulamento da Monografia.

Finalizando, ele apresenta alguns instrumentos, os quais podem proporcionar um processo permanente de avaliação. Assim são considerados a própria avaliação interna desenvolvida pela UCG, através da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, feita por docentes e discentes. A realização semestral do Conselho de Ensino, com a participação de professores e alunos. Bem como, os Encontros dos Núcleos Temáticos para acompanhamento e avaliação do processo de implementação das novas diretrizes curriculares, buscando superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem.

Completando o seu conteúdo, o Projeto relaciona o corpo docente do Departamento de Economia, com a titulação, tanto dos professores efetivos quanto dos convidados, no ano de 2002. Por ele, percebe-se que o ECO da UCG está constituído de 29 professores efetivos e 10 professores convidados. Todos com titulação mínima de Especialista e máxima de Doutor.

A Tabela nº 1, apresenta a relação dos docentes efetivos do Departamento de Economia, da UCG, em 2003, já atualizada em relação à titulação.

Pela Tabela nº 1, nota-se que o ECO da UCG, atualmente, conta em seu quadro de professores com 11 Especialistas, 2 Mestrandos, 8 Mestres, 2 Doutorandos e 6 Doutores, perfazendo um

total de 29 docentes efetivos. Por esses números e titulações, vê-se que o ECO já chegou aos quase 50% em seu quadro de Mestres e Doutores (14 ao todo, sem contar os 2 Mestrandos e os 2 Doutorandos). Portanto, um percentual de titulação bem acima dos 33% exigidos pelo MEC. Isso por si só, já representa um bom indicador da qualidade do Curso de Ciências Econômicas oferecido pelo Departamento de Economia da UCG.

Tabela nº1

PROFESSORES EFETIVOS DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA - 2003

ORD.	PROFESSORES	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
1	Antônio José Porto Bandeira	Mestre	Horista = 4 h	40 h
2	Aristides Moysés	Doutor	TC 2 = 30 h	40 h
3	Augusto César	Especialista	TI = 40 h	40 h
4	Carlos Leão	Doutor	TI = 40 h	08 h
5	Darlene Ramos Dias	Doutoranda	Horista = 4 h	40 h
6	Délio Moreira de Araújo	Doutor	TI = 40 h	40 h
7	Éber Vaz	Mestre	TC 1 = 20 h	40 h
8	Eduardo Rodrigues da Silva	Mestre	Horista = 4 h	40 h
9	Eurídice Batista da Paixão	Especialista	TC 1 = 20 h	40 h
10	Fábio Cirilo Martinez Barbato	Especialista	TC 2 = 30 h	40 h
11	Gesmar José Vieira	Mestre	TI = 40 h	40 h
12	Goiaz do Araguaia L. Vieira	Mestre	TI = 40 h	40 h
13	Jairo Martins Fernandes	Mestre	TI = 40 h	40 h
14	Jean-Marie Lambert	Doutorando	Horista = 4 h	-----
15	Jeferson de Castro Vieira	Doutor	Horista = 8 h	40 h
16	Joadir Costa	Especialista	TI = 40 h	40 h
17	José Afonso Rodrigues Alves	Especialista	TI = 40 h	-----
18	José Augusto Costa	Especialista	TI = 40 h	40 h
19	José Zica dos Santos	Mestrando	Horista = 6 h	06 h
20	Luiz Alberto Gomes Oliveira	Especialista	TI = 40 h	40 h
21	Luís Antônio Estevam	Doutor	TI = 40 h	40 h
22	Mauro César de Paula	Mestre	TI = 40 h	40 h
23	Mauro Jardim Amorim	Especialista	TC 1 = 20 h	40 h
24	Miguel Rosa dos Santos	Mestrando	Horista = 4 h	40 h
25	Nair Moura Vieira	Mestre	Horista = 4 h	40 h
26	Sérgio Duarte de Castro	Doutor	Horista = 4 h	40 h
27	Vicente Luiz Cardoso	Especialista	TI = 40 h	40 h
28	Wilson Costa Ferreira	Especialista	TC 2 = 30 h	40 h
29	Wirson Bento de Santana	Especialista	TC 2 = 30 h	40 h

Fonte: DEPARTAMENTO DE ECONOMIA e DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, UCG, 2003.

Nota: Segundo o **Estatuto da Carreira Docente da UCG**, o regime de dedicação semanal é assim composto: **Horista** ou Hora-Aula; **TC 1** = Tempo Parcial ou Contínuo (20 h); **TC 2** = Tempo Parcial ou Contínuo (30 h) e **TI** = Tempo Integral (40h).

Ainda sobre a discussão da qualidade da Graduação do Curso de Ciências Econômicas no Brasil e, especificamente na UCG, vamos aqui valer do olhar diversificado de alguns entrevistados nesse trabalho.

Para o atual Presidente do COFECON, o economista Carlos Roberto de Castro, a última reforma que ocorreu no Currículo Mínimo do Curso de Ciências Econômicas no Brasil, em 1984, teve vários aspectos positivos para o Curso. Por exemplo, ele foi o primeiro curso superior, que introduziu o que nós chamamos hoje de flexibilização curricular. Por quê? Porque você estabelecia um elenco de disciplinas como necessárias para um currículo mínimo, pra toda a instituição de ensino. E dava uma flexibilidade, da ordem de quarenta por cento, aproximadamente, para que a instituição, juntamente com o aluno, elegeu aquelas disciplinas que ele achava mais conveniente pra ele. Isso aí era justamente pra poder assegurar as características regionais. Por exemplo, uma região como Goiás, Centro-Oeste, onde o agrogêcio é o motor da economia, você tem que enfatizar disciplinas que tenham uma relação direta com essa característica. Então é abrir essa possibilidade, esse é um ponto.

Outro ponto positivo, para Carlos Roberto, foi a Monografia como obrigatória, como termo de conclusão do Curso. A apresentação de uma dissertação no final do Curso. Justamente para forçar o aluno, o futuro economista, a colocar no papel as suas idéias, a ser treinado para apresentar relatórios e ter método de apresentação. Uma metodologia de apresentação de um trabalho, de um relatório, de um artigo, o que quer que seja.

Esses foram os aspectos que eu acho positivos. O pluralismo metodológico também. Quer dizer, não se devia enfatizar essa ou aquela corrente de pensamento econômico. Isso também foi marcado muito claro. Agora, a única coisa... Isso também é uma coisa muito controversa, né, o problema da duração do Curso. Há pessoas que acham que até cinco anos é pouco. Um curso noturno deveria ter mais. Mas no momento se fez essa distinção entre diurno e noturno, quatro e cinco anos... (Entrevista de Carlos Roberto de Castro).

Por outro lado, o COFECON se posiciona totalmente contra a proposta que está sendo colocada pelo Conselho Nacional de Educação e referendada pelo Ministério da Educação. De acordo com as Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores estabelecida pela nova LDB, há uma proposta geral para todos os cursos superiores que, na opinião do Presidente do COFECON, é ruim, é lamentável sob todos os aspectos. Ele elenca uma série de fatores tais como: primeiro, a Monografia deixa de ser obrigatória; segundo, o Curso pode ser oferecido em três anos; terceiro, não se fala mais em currículo mínimo, fala-se em conteúdo, em

matérias, em blocos. E que fica a critério da instituição de ensino montar o seu currículo. Ela tem total liberdade, total independência de montar o seu currículo da maneira como ela achar melhor.

Ele acha que isso é uma liberalização exagerada, que vai descaracterizar completamente a formação do economista. Porque não podemos abrir mão de uma formação comum a nível nacional, pelo menos em cinquenta por cento da carga, do conteúdo.

No nosso caso de Economia, não temos que fazer um grande esforço pra se ajustar à proposta da LDB 9394/96. À sua proposta inicial que coloca cinquenta por cento. Posteriormente, é que se veio falar em liberdade total da instituição de ensino.

E não se fala mais em pluralismo. Não se fala mais em carga horária, de blocos de disciplinas. Fica uma coisa muito solta, muito frouxa. Então, há um sério risco de você descaracterizar completamente a nossa formação. (Entrevista de Carlos Roberto de Castro).

Diante dessas preocupações e com um posicionamento definido, o COFECON, preocupado como a possibilidade de perda da qualidade do Curso de Ciências Econômicas no Brasil inteiro, tem procurado gestionar junto ao Governo Federal, na sua esfera de Educação, reverter esse quadro preocupante.

Nesse sentido, o presidente do COFECON, diz ter apresentado inclusive uma proposta oficial, como alternativa, e está acompanhando atentamente o desenrolar dos fatos.

Olha, quando saiu o Parecer nº 146, de 2001, 13 de maio, quando tivemos conhecimento que ia sair, ainda não tinha sido editado, nós já sabíamos que uma das propostas era a eliminação da Monografia. Nós imediatamente tivemos uma audiência com o o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof. José Carlos de Almeida, que por sinal é economista, é Reitor lá da Católica de Salvador, e transmitimos a ele a nossa preocupação. Mas foi em vão, porque logo em seguida, foi homologado pela Ministra Interina da Educação, não o Paulo Renato, foi homologado o Parecer. E daí reunia onze cursos num só, num Parecer só, Economia, Direito, Contabilidade, Administração, Dança, Música, Teatro, Hotelaria, Secretaria Executiva... Ou seja, eles tiveram a capacidade de fazer uma diretriz curricular pra Ciência, Arte e Técnica, né, numa coisa só. Reuniram tudo e acharam que estavam fazendo uma grande coisa. Aí nós não tivemos êxito. Fizemos uma reunião juntamente com a ANPEC/ANGE. Tivemos no Congresso da ANGE no ano passado. Extraímos uma nota. Mandamos essa nota ao Conselho. Pedimos uma audiência com o Ministro da Educação, e ele nos atendeu, em maio. Foi o mês que saiu a ... foi sair no dia 13. Quando foi no final do mês de maio, o Ministro nos recebeu. Daí nós apresentamos

toda a nossa argumentação, porque que nós éramos contra. Daí, quando eu estava expondo as razões, como eu expus pra você, porque que nós éramos contra, daí ele falou: “não, mas agora a LDB não fala mais em currículo, ela fala em diretrizes, então isso é uma coisa que tem que ser observada, é uma coisa geral, está lá na Lei”. Então eu disse pra ele: Ministro, o senhor foi um dos componentes do Grupo de Trabalho que fez a outra de 1984. O senhor participou, o senhor sabe que o Curso de Ciências Econômicas, ele já é flexível, ele não está... ele está pagando o que ele não fez. Aí ele ponderou. Aí quando eu falei dos três anos, ele falou: “ não, mas os três anos eu não aprovei ainda. Não aprovei, não vou aprovar. Isso aí é uma discussão”. E realmente não foi aprovado, está sendo discutido. Aí quando toquei nesse assunto que o Curso de Ciências Econômicas... aí ele falou: “bom, então, apresente aqui uma proposta, do que vocês... e eu vou pedir pra não soltarem a Resolução, sem antes ouvirem os economistas”. E nós apresentamos imediatamente. No dia seguinte, nós apresentamos. Isso foi em maio do ano passado. Aí a OAB entrou com uma ação judicial bloqueando para o Curso de Direito. Aí o Conselho Nacional de Educação recuou e revogou esse Parecer, e ele está sendo rediscutido. Ele está sendo rediscutido e nós estamos acompanhando. E pra isso... não só acompanhando. O Conselho foi mais além, ele contratou o Prof. Armando Dias Mendes pra ser o nosso consultor, pra fazer um trabalho, de elaborar uma proposta definitiva dentro dessa nova concepção de Diretrizes Curriculares para a Economia. (Entrevista de Carlos Roberto de Castro).

Para o Presidente do COFECON, a qualidade de um Curso de Ciências Econômicas passa também, com certeza, pela qualificação de seu corpo docente, bem como, pela sua forma de exigir dos seus alunos uma capacidade de raciocínio.

Olha, eu acho que ele deveria ter no seu quadro, professores qualificados, né, com um grau de Mestrado, Doutorado. Pessoas com uma boa formação, um bom conhecimento da teoria em cada área, né, da sua disciplina, uma boa formação. E ao mesmo tempo, exigir do aluno uma capacidade de raciocínio. Induzi-lo cada vez mais a pensar, né? A raciocinar de forma abstrata, sabe, a treinar esse raciocínio abstrato. Porque eu sempre digo que o Curso de Economia, o grande mérito dele, é que ele ensina você a pensar e a agir, a tomar decisão (Entrevista de Carlos Roberto de Castro).

Ainda, segundo Carlos Roberto, até pouco tempo atrás, se exigia muito a especialização. Hoje as empresas querem pessoas generalistas para tomar decisão. E o Curso de Ciências Econômicas proporciona todo o instrumental para se aprender a pensar, pra se aprender a tomar decisão. Para fazer uma análise com uma visão mais ampla das coisas, do que qualquer outro curso.

Vários são os olhares sobre o atual Curso de Ciências Econômicas da UCG, e sobre as possibilidades de melhoria do mesmo. Vejamos algumas delas. Quanto à qualidade de ensino do Curso de Ciências Econômicas oferecido pelo ECO da UCG, o seu atual diretor, o Prof.

Eduardo Rodrigues, destaca alguns fatores que, na sua visão, são fundamentais. Primeiramente, no seu entendimento, há que se buscar sempre manter o currículo do Curso atualizado, de forma que a graduação dada aqui na UCG seja a mesma dada na UNICAMP, na USP, na UFRJ. Enfim, nas universidades de ponta do país.

Segundo, é preciso que tenhamos condição de selecionar, cada vez mais, alunos no processo seletivo.

Terceiro, ele acha que esse é crucial, há que se fazer sempre o trabalho de envolvimento do estudante no Curso, durante o Curso, através de Seminários do Centro Acadêmico, do DCE. Enfim, um aluno mais participativo, tanto na vida acadêmica quanto na sua vida universitária. Ou seja, de um modo geral, certamente ele terá um melhor aproveitamento na Instituição, durante o seu período de graduação e, posteriormente, também.

Portanto, ele vê que esses fatores como currículo e bibliografia atualizada, juntamente com uma maior participação efetiva dos alunos e, logicamente, com uma formação dos docentes, no sentido de melhor qualificá-los, são extremamente importantes.

O Departamento de Economia até o ano de 1997 não contava com Doutores formados aqui no Brasil, menos o Prof. Délio Moreira, que tem um título de PhD. De 1997 pra cá, na verdade antes, né, em 1997 foi a primeira defesa de tese do Prof. Estevam. Depois, seguida pela defesa de tese, também de doutoramento, do Prof. Sérgio e do Prof. Aristides, do Prof. Jeferson. E agora estamos aguardando pra esse ano ainda, a tese de doutoramento da Prof^a. Darlene. Tivemos ainda, antes, a tese do Prof. Carlos Leão. Em termos de dissertação de Mestrado, o Departamento cresceu de forma considerável. (...) Sobre a titulação, enquanto o MEC exige aqui 33% do quadro sejam Mestre e Doutor, nós já estamos quase dobrando essa exigência legal. (Entrevista de Eduardo Rodrigues da Silva).

O Prof. Délio Moreira também concorda que a qualidade do Curso de Ciências Econômicas tem uma relação direta com a qualificação dos professores. Mas, não apenas com isso. Depende de outras ações que devem ser aprimoradas e implementadas de formas diferentes das práticas atuais. Primeira coisa, um corpo docente altamente qualificado e entrosado com a problemática local. A Economia não pode ser um ciência abstrata. Tratar, por exemplo, só do desenvolvimento, desenvolvimento teórico. Depois, existem as diversas correntes econômicas e o mundo é altamente evolutivo.

Para ele, o que está ocorrendo atualmente é que, o Curso de Ciências Econômicas está precisando acompanhar mais de perto seus alunos. Nossas monografias, via de regra, são muito boas. Porém, são muito boas teoricamente falando. Mas que a gente precisava rever um pouco então certos assuntos das monografias. Quer dizer, acompanhar melhor os nossos alunos.

Depois, para o Prof. Délio, nós devemos lembrar de uma coisa, que a Universidade crescendo demais, perdeu um pouco a sua capacidade de planejamento de longo prazo. De modo que falta para nós um planejamento assim, mais integrado. Um planejamento de verdade. Mais ainda, a separação muito rígida entre diversos Departamentos da UCG tem trazido diversos problemas. Por exemplo, para o nosso aluno de Economia especificamente, ele deveria ter um laboratório de redação para a disciplina Português. Isso orientando monografia, vê-se claramente. E também, depois, um pouco de oratória. Falar corretamente.

De acordo com ele, temos também um pequeno problema na área de métodos quantitativos. Nossos alunos já reclamaram disso. Por exemplo, cálculo muito abstrato, para quê? Estamos precisando de coisa mais aplicada, coisa que vamos precisar mesmo na Economia. A Estatística é necessária também.

Depois, os nossos alunos, ao menos pelo que eu tenho conversado com eles, estão querendo mais contato, mais apoio dos professores. Nós não temos espaço pra isso. Nós não temos horário para isso. (...) Depois, também falta entrosamento com outros Departamentos. (Entrevista de Délio Moreira de Araújo).

Para o Prof. Luís Estevam, o Curso de Ciências Econômicas deve procurar acima de tudo formar não apenas um economista mas, formar um cidadão. E o mesmo apresenta alguns problemas e possíveis crises que o Curso apresenta.

Ele desconfia muito daqueles alunos que passam pelas faculdades aí, com a intenção única de inserção no mercado de trabalho. Na verdade não é isso. Isso tem contribuído para a proliferação de cursos de baixíssima qualidade. Hoje tudo vira mercadoria. Então, o Curso de Ciências Econômicas tem importância enorme como reflexão para o cidadão sobre o capitalismo, e para o planejamento econômico. Duas coisas que estão sendo jogadas fora, pela nova procura do Curso, que é meramente técnica.

Para ele, nós temos uma luta ideológica muito grande dentro do Curso de Ciências Econômicas da UCG. Hoje nós temos, pelo menos, um respeito mútuo, e isso foi o grande avanço que conseguimos, de não levar isso para as salas de aula. E como a Ciência Econômica é uma ciência que permite esses dois paradigmas, um é ortodoxo, seguindo a linha mais liberal, e o outro é heterodoxo, que se identifica mais com a linha socialista. As Ciências Econômicas permitem, porque se trata de paradigmas, de visões diferentes de mundo. No Departamento de Economia é bastante definido isto.

Eu acho que a grande saída, seria a pesquisa. Porque a pesquisa seria o elo de ligação entre tudo. Deixaríamos de lado o achismo. Deixaríamos de lado a opinião subjetiva. Porque a pesquisa, ela é inteiramente objetiva e científica. E o avanço que nós estamos tendo no Departamento de Economia, pode melhorar bastante o Curso. (Entrevista de Luís Antônio Estevam).

Já o Prof. Antônio Bandeira faz uma correlação entre a qualidade e a diversidade. Para ele, isso é fundamental, além de outras questões também relacionadas, como a qualificação do corpo docente, que ainda é precária no Curso; uma boa biblioteca, pois a nossa está defasada; e que uma grande possibilidade de melhoria do Curso está na implementação da pesquisa.

Para ele, qualidade de ensino depende de algumas coisas. Por exemplo, vamos pontuar assim, depende de um quadro docente qualificado, pós-graduado. E ele acha que é montando a história do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica, de uma forma mais científica, é que a gente pode inclusive dar um salto de qualidade que precisa no Curso. Daí, ele acha importante essa pesquisa nessa direção.

Segundo, é extremamente importante essa coisa do corpo docente qualificado. E ele considera que seja qualificado, e de uma qualificação mais diversificada. É qualidade e diversidade.

Outra coisa, o Prof. Antônio Bandeira entende que precisamos ter uma biblioteca setorial. Uma biblioteca que atenda às necessidades do Curso de Ciências Econômicas. Que seja moderna, e não essa modernidade que hoje a gente ouve no sentido meio vulgar, meio banal.

Uma outra questão, eu acho que é fortalecer o Centro de Pesquisas Econômicas. Na minha opinião, esse talvez seja o elemento fundamental hoje pra nós termos um Curso com uma qualidade diferente, não só porque a concorrência grande, né, mas principalmente pra garantir que as nossas intervenções na economia goiana e goianiense, e quem sabe até centro-

oestina, seja uma intervenção balizada mais no conhecimento, mas científico, não é?... Na minha opinião, não há ensino sem pesquisa. Porque a pesquisa é que se faz dar esse salto de qualidade na direção de um curso mais avançado, mais vanguarda, mais pioneiro e mais polêmico. (Entrevista de Antônio Pôrto Bandeira).

O Prof. Goiaz do Araguaia não fez uma avaliação direta do Curso mas, para ele, a qualidade vem quando há um envolvimento de todos. Vários elementos devem enriquecer a formação. O homem, a sociedade humana evoluiu e hoje nós estamos numa dependência extremada do processo produtivo. E nesse processo produtivo é preciso que todo mundo se envolva. E uma universidade que se isola, quer dizer, vive em reflexão, vive exclusivamente pra desenvolver o intelecto, sem estar inserida na dinâmica, sem estar inserida nas contradições, nos problemas, nas dificuldades, nas inúmeras discussões que a Economia moderna produz sistematicamente, é uma universidade alienada.

Então, quando se fala, universidade que forma para o mercado de trabalho versus universidade que forma para o desenvolvimento intelectual pleno do aluno, ele entende que nós precisamos ter a sensatez de buscar um equilíbrio entre essas formas.

Portanto, para o Prof. Goiaz do Araguaia, a organização educacional de hoje tem de encontrar esse equilíbrio, ou seja, formar simultaneamente o homem de uma forma integral. Esse equilíbrio é o grande desafio.

Agora, essa formação tem de estar enriquecida com os elementos éticos, morais, filosóficos, antropológicos, religiosos, sob pena de formar um indivíduo apenas produtivo. (Entrevista de Goiaz do Araguaia Leite Viera).

Nesse sentido, o Prof. Goiaz do Araguaia concorda com a formação do cidadão reflexivo. Aquele cidadão que está vendo, participando e tentando, às vezes, mudar, transformar pra melhor a realidade.

Neste entrecruzar de olhares, outra avaliação interessante foi a do Prof. Dr. Aristides Moysés. A qualidade do Curso, para ele, está centrada na sua fundamentação teórica e na possibilidade de uma inserção prática no mundo profissional. Porém, ele entende que o Curso apresenta algumas carências. Ele apresenta como um problema o quadro de professores que não foi renovado no Curso, e a falta de aprofundamento teórico dos professores.

Bom, estruturalmente o Curso tem tudo pra oferecer. Ele está estruturado

com essa concepção onde teoria e prática se interpenetram. Isso na sua estrutura curricular. A estrutura curricular dele sinaliza e aponta pra uma formação nesse sentido. Agora, nós temos muitas carências. E aí, eu diria que tem muito a ver até com a formação do quadro de professores que não se renovou. Muitos se especializaram, mas acabaram se especializando muito mais em função de atividades às vezes fora da Universidade, fora do Departamento. E eu sinto que há ainda uma carência do ponto de vista teórico muito grande por parte do nosso quadro de professores. Agora, o Curso em si, a sua estrutura permite, possibilita a formação de alunos com essa visão mais ampla. (Entrevista de Aristides Moysés).

Já o Prof. Joadir Costa tem uma opinião divergente pois vê que a qualidade de ensino do Curso de Ciências Econômicas está ligada à qualificação do corpo docente. Nesse sentido, ele acha que o quadro de professores do ECO da UCG mudou de forma significativa. Que hoje nós temos um quadro bastante qualificado. Quanto à orientação didático-pedagógico, também o nosso Curso tem acompanhado tudo aquilo que acontece no nível nacional. Em alguns fatos, como o que se refere à Monografia, o nosso Departamento serve até como referência nacional. E ele centra os problemas do Curso na falta de uma visão melhor sobre a natureza da profissão do economista.

Agora, eu acho também que seria necessário que o Departamento percebesse... tivesse uma visão bem clara da natureza da profissão do economista. Que, na minha opinião, mudou muito a partir do início da década de noventa pra cá. Antes o economista trabalhava como um empregado pra informar, e agora, cada vez mais, o economista é solicitado pra ser um prestador de serviço, ou um profissional liberal. Eu acho que isso muda muito a forma de ensinar. Ensinar pra alguém que vai trabalhar num emprego formal é muito diferente do que ensinar pra alguém que vai trabalhar como consultor, ou como um profissional liberal. (Entrevista de Joadir Costa).

Um outro ângulo da questão é aqui abordado pela Prof^a. Nair de Moura. Ela entende que a qualidade de ensino está em fazer o aluno dominar o conteúdo teórico do Curso. Para isso, ela defende uma participação maior da Coordenação Pedagógica junto aos professores do Departamento de Economia.

Bom, os parâmetros essenciais... não tem como a gente falar em um Curso de Ciências Econômicas, sem que o aluno domine completamente a teoria econômica. Então, para isso nós temos que contar com um desempenho muito grande... desempenho e empenho, e muito grande por parte do corpo docente, em repassar e cobrar do aluno. Que às vezes, só repassar não é suficiente, se não houver a cobrança, não há um comprometimento maior do aluno em assimilar esse conteúdo.

Bom, eu acredito que um desempenho, não digo vigilância, mas uma participação maior da Coordenação Pedagógica junto ao corpo docente. Seja em forma de cursos de atualização, seja em forma de seminários, ou em

formas de passar novas maneiras, uma... sei lá, um aperfeiçoamento didático, por parte dos professores, pra que assim, eles se atualizem mais. (Entrevista de Nair de Moura Vieira).

Quanto à ótica dos alunos várias são as opiniões. Para o aluno do ECO da UCG, Ângelo Silva, embora a proposta do Curso de Ciências Econômicas seja bem fundamentada, ele enxerga alguns problemas nos níveis de seu ensino, pesquisa e extensão. Considera importante também, na formação do economista, o resgate de alguns valores essenciais.

Para ele, o Curso de Ciências Econômicas, mesmo tendo essa proposta fantástica, essa proposta educativa, essa proposta formativa, claramente fundamentada, a gente percebe ainda no cotidiano do Curso alguns problemas. Alguns problemas que dizem respeito ao ensino, que dizem respeito à pesquisa, à extensão. Como que isso está sendo desempenhado. A problemática do cotidiano, ela se reflete nesse tripé obviamente. A gente percebe que deveriam haver mais investimentos na pesquisa. Deveríamos desenvolver mais mecanismos de inclusão dos estudantes na pesquisa. Precisariamos assim, estar trabalhando mais com a didática dos professores. Ele acredita que isso é um problema sério que nós temos no Departamento de Economia. Temos bons mestres, muitos bons mestres, que claramente tem uma consistência do saber. Agora, o que mais preocupa, é como isso é transmitido para os estudantes.

Eu acho que as Escolas de Economia que se prestam a formar só economistas, elas estão inevitavelmente fadadas ao fracasso. Isso é algo presente. E a sociedade como está posta, com os novos desafios conjunturais, ela mostra isso com muita clareza. Nós não precisamos só de economistas. Nós não precisamos só de sociólogos. Nós não precisamos só de engenheiros. Nós precisamos de economistas, mas economistas-cidadãos, economistas-homens, economistas-espíritos, presenças. Nós não precisamos só das mais variadas ciências especificadamente. Precisamos de tudo isso junto, não é, mas com aquele quê de vida, de espírito. Eu penso que... Eu não sei professor, alguns dizem que essa coisa da pós-modernidade, tem destituído isso, tem tirado valores. A gente precisa resgatar algumas coisas que são importantes. (Entrevistas de Ângelo Silva Cavalcante).

No olhar do Prof. José Augusto, a qualidade de ensino do Curso de Ciências Econômicas depende da qualificação e dedicação de sua equipe professores.

Veja só, corpo docente qualificado e dedicado. O resto é consequência. Qualquer curso tem a sua qualidade diretamente relacionada com a qualidade do seu corpo docente. (Entrevista de José Augusto Costa).

O Prof. Luiz Carlos diz que a qualidade de ensino do Curso de Ciências Econômicas depende de seu conteúdo programático e da formação de seus docentes, e aponta vários problemas no Curso da UCG como por exemplo:

Olha, vai muito também, inicialmente, dos professores. É óbvio que não há... Não se pode fazer um Curso separadamente com relação ao conteúdo programático. Eu acredito que o Curso de Ciências Econômicas hoje, ele não pode trabalhar só a parte teórica, mas tem também que envolver o mercado. Hoje, o economista, ele recente disso. A falta de uma estrutura prática dentro do nosso planejamento. Dentro da nossa vida programática. Então, é necessário que una-se, lógico, a extensão, no caso acadêmico, à prática. E também, mais do que nunca, a especialização, o mestrado, o doutorado para os nossos professores. (Entrevista de Luiz Carlos de Castro Coelho).

Dentre os diversos fatores analisados que são considerados fundamentais para uma melhor qualidade de ensino do Curso de Ciências Econômicas oferecido pelo ECO da UCG, há um consenso entre os entrevistados nessa dissertação, em torno da formação, da qualificação de seu corpo docente.

Assim, considerando que a formação do professor dever contemplar o saber específico, o saber pedagógico e o saber político-social, surge a questão da dedicação integral ou parcial ao ensino de Economia desse docente.

Todos os entrevistados também chegaram a um consenso, com algumas observações mais específicas. O consenso está na importância de se ter na Congregação dos Professores do Curso de Ciências Econômicas, tanto professores com dedicação integral ao ensino, quanto professores que têm também uma inserção, uma experiência concreta na atividade econômica profissional, ou seja, no mercado de trabalho.

No primeiro caso, pressupõe-se que com a dedicação integral à academia, esse professor tem mais tempo para aprimorar sua formação. Seja estudando mais, pesquisando mais, preparando melhor suas aulas, participando diretamente da vida do dia-a-dia tanto do Departamento, quanto da Universidade.

No segundo caso, o professor que além da docência, exerce outras atividades profissionais fora da Universidade, isso pode propiciar uma grande oportunidade dele fazer com mais

propriedade a relação teoria/prática com seus alunos. Mesmo sabendo que esse professor terá, com certeza, um menor tempo de dedicação à Universidade, ao Departamento.

Nesse sentido, o ECO da UCG, segundo o seu atual diretor, o Prof. Eduardo Rodrigues, dos seus 29 professores efetivos, aproximadamente 14 deles encontram-se num regime de atividade vinculada exclusivamente à Universidade Católica de Goiás. Isso demonstra um certo equilíbrio entre a dedicação integral e a dedicação parcial de seus docentes. O que não deixa de ser um ponto positivo para o Departamento de Economia da UCG.

Algumas observações específicas dentro do contexto dessa reflexão. O Prof. Luís Estevam acha que a docência não funciona em tempo parcial. O professor deve ser “*full time*”, ou seja, é o tempo todo, dentro da casa dele, em outros lugares. É uma coisa de sacerdócio.

Para o Prof. Goiaz do Araguaia, o importante é que o docente encare com responsabilidade, com seriedade, o trabalho que ele exerce na Universidade/Departamento.

O Prof. Antônio Bandeira destaca-se que outro componente importante é o comprometimento desse docente com aquilo que a Instituição estabelece, seja na sala de aula, seja na pesquisa.

Já o Presidente do COFECON, o economista Carlos Roberto, acha que está faltando, além de tudo, é uma orientação pedagógica nos cursos superiores. Porque nenhum professor se julga. O professor acha que não precisa, ele sabe tudo. E, às vezes, ele é péssimo para transmitir. Não consegue transmitir aquele conhecimento que ele tem. Ter um núcleo pedagógico para fazer inclusive treinamento com o professor, dar aula de representação. Isso é uma coisa que deveria ser comum nas universidades.

Por último, destaca-se a importância na qualificação do docente a realização de especializações, de mestrados, de doutorados, etc. Além disso, pode-se incluir aí, a realização de Cursos de Metodologia do Ensino Superior. E no caso específico da UCG, participar do Curso de Docência Universitária que ela oferece periodicamente.

Assim, os diversos saberes profissional, pedagógico e político-social, devem ser complementares. Não basta ser um competente economista no mercado de trabalho para ser

um bom professor de Economia. O contrário também é válido. Não basta fazer graduação, especialização, mestrado e até doutorado em Economia, para se tornar em um excelente professor. O processo deve ser integral. Lembrando sempre que, como regente de uma sala de aula, ele não é apenas um economista mas, acima de tudo, ele é professor.

3.3 – A Importância da Pesquisa nas Atividades do ECO da UCG

Em 07 de novembro de 1951, a Fundação João Daudt de Oliveira criava o seu Instituto de Pesquisas Econômicas de Goiás - IPEG. Inicia-se, assim, a pesquisa econômica na Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás – FCEG, que tem continuidade com o surgimento do Instituto de Pesquisa Econômica e Social – IPES, criado em 09 de novembro de 1960, pela própria FCEG. Seu primeiro diretor foi o Prof. Vicenzo Falcone, que era docente da Faculdade e técnico da Federação das Indústrias de Goiás – FIEG. O IPES era constituído de um corpo de docentes pesquisadores, em maior número pertencentes à FCEG, e também da Faculdade de Serviço Social.

Visando torná-lo um órgão de toda a Universidade, em 1973, o IPES foi transferido para a subordinação direta da Reitoria da UCG. Porém, logo em seguida, ele foi desativado.

Em 1976, o Prof. Délio Moreira de Araújo, organizou a ECOS – Equipe de Estudos Econômicos e Sociais, no Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas – ECO, sucessor da FCEG, e sem nenhum vínculo formal com a UCG. A ECOS surgiu, resultado de esforços no sentido de se criar um novo órgão de pesquisas, visando a complementação acadêmica, mediante pesquisas e estudos diversificados dos discentes e aproveitando o potencial reprimido dos docentes do ECO, e a partir de 1979, de seu sucessor, o Departamento de Administração, Contabilidade e Economia – ACE.

A ECOS foi bastante ativa até 1986. Alguns dos professores que participavam da mesma, além de seu fundador, foram o espanhol Francisco Carlos Vélez Gonzalez, Joadir Costa, Floriano de Menezes, José Augusto Costa e Antonio Vitalino Pereira.

Relacionamos abaixo algumas das atividades/estudos desenvolvidos tanto pelo IPES como

pela ECOS:

- 1) Mercado consumidor goiano de bolachas, o qual possibilitou a instalação da MABEL em Aparecida de Goiânia, sendo a primeira indústria de bolachas do Estado de Goiás.
- 2) Inúmeros trabalhos encomendados pela FIEG e ACIEG.
- 3) Vários artigos publicados em jornais e revistas “Estrada de Ferro” e “Revista Ferroviária” do Rio de Janeiro.
- 4) Cursos de curta duração: “Economia do Transporte Ferroviário”.
- 5) Cursos em parcerias com o IEL – Instituto Evaldo Lodi e o SENAC: marketing, comercialização e outros.

Em 1987, foi criado o Centro de Pesquisas Econômicas – CPE, no âmbito do atual Departamento de Economia (ECO) da UCG. Seu corpo de pesquisadores é formado por professores doutores, mestres e graduados do ECO, mais estagiários e alunos voluntários do Curso de Economia da UCG.

O CPE do ECO da UCG tem desenvolvido trabalhos, estudos regionais e pesquisas rápidas sobre economia, setores econômicos, formação básica da estrutura produtiva de Goiás e outros tópicos correlatos.

Ao longo de sua existência, o Centro de Pesquisas Econômicas já teve os seguintes Coordenadores:

Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira = 1986

Prof. Dr. Luís Antônio Estevam = 1987 – 2000 (julho)

Prof. Dr. Délio Moreira de Araújo = 2000 (julho) – 2001 (agosto)

Prof. Ms. Antônio José Pôrto Bandeira = 2001 (agosto) – 2002 (julho)

Prof. Dr. Luís Antônio Estevam = 2002 (julho) – ...

Em seu Núcleo de Concentração sobre o Estado de Goiás, a temática de estudos do CPE é a Estrutura e Dinâmica da Economia de Goiás. Para isso, existem dois Programas: Formação Econômica de Goiás e Estudos Especiais. O Programa “Formação Econômica de Goiás” está estruturado em 3 Projetos:

Projeto A1 – Surgimento das Estruturas (1722 – 1929)

Mineração, Estrada de Ferro, Fazenda Goiana,

Triângulo Mineiro, Agropecuária, Crise de 1929,
Viajantes e Comércio.

Projeto A2 – Modificações nas Estruturas (1930 – 1969)

Construção de Goiânia, CANG, Infra-estrutura,
Imigração, Comércio, Construção de Brasília,
Mato Grosso Goiano e Planejamento Estatal.

Projeto A3 – Transformações Estruturais (1970 – 1990)

Crédito Rural, Êxodo Rural, Agropecuária, Tecnologia,
Urbanização, Agroindústria, Emprego Rural e Planejamento Estatal.

Já o Programa “Estudos Especiais”, está estruturado em 5 Projetos:

Projeto B1 – Indicadores Econômicos

IMEG e Ambiente de Negócios.

Projeto B2 – Blocos Econômicos

Mercosul, União Européia e Ásia.

Projeto B3 – Banco de Dados

Goiânia em Dados e Goiás em Números.

Projeto B4 – Pesquisas Espaciais

Micro-regiões (Entorno DF), Meso-regiões (Nordeste Goiano),
Grande Goiânia e Divisão Tocantins.

Projeto B5 – Pesquisas Setoriais

Agropecuária, Finanças Públicas, Turismo, Comércio,
Ramos Industriais, Agroindústria, Serviços e
Infra-estrutura Básica (Hidrovia/Ferrovia).

Dentre várias contribuições do Centro de Pesquisas Econômicas do Departamento de Economia da UCG, destacam-se:

- 1) O estudo da formação da rede de transportes terrestres no cerrado brasileiro foi utilizado pela Fundação Cebrac, de Brasília, para a análise do impacto ambiental da hidrovia Tocantins – Araguaia – Rio das Mortes.
- 2) Participações em várias comissões:
 - Comissão do Censo de 2000, do IBGE. O Prof. Délio Moreira de Araújo foi

representando a UCG;

- Comissão de Tarifa do Transporte Intermunicipal, representando a UCG;
- Comissão de Tarifa do Transporte Alternativo de Goiânia, representando a UCG;
- Comissão da Taxa de Embarque dos Terminais Rodoviários de Goiânia, representando a UCG.

As comissões relativas ao Transporte, apresentadas acima, são todas subordinadas à Agência Goiana de Regulamentação – AGR, órgão do Governo do Estado de Goiás. Além dessas comissões, o CPE representa a UCG em diversas outras comissões e entidades fora da Universidade.

- 3) A idéia do metrô de Goiânia nasceu na ECOS e o CPE desenvolveu-a. O primeiro estudo foi realizado em 1984, o qual foi apresentado ao Sr. Henrique Santillo, na época, candidato ao Governo de Goiás, que o endossou.
- 4) Fornece artigos, dados e informações solicitadas pela imprensa diária e semanal de Goiânia, pelas emissoras de Rádio e TV, pelos órgãos de classe produtoras, etc.
- 5) Subsídios freqüentes às consultas de pequenos empresários à procura de idéias novas, ou para avaliarem a situação de seus negócios, ou adquirirem conhecimento mais correto de oportunidades e de rumo para suas empresas.
- 6) Desenvolvimento de metodologias e processos de pesquisas, cálculo e dimensionamento de amostras, e em consultoria estatística aplicada à economia e aos negócios. Assessoria, consultoria e desenvolvimento de metodologia para pesquisas econômica, de mercado, de viabilidade, de comercialização, de imagem, e outras tipologias econômicas e empresariais.

Outros destaques, são para alguns estudos e projetos, também que o CPE já realizou e continua realizando. O Indicador da Movimentação Econômica Geral de Goiânia – IMEG, é um deles. Quantificava o nível da atividade econômica geral do município de Goiânia e era muito consultado por empresários, entidades de classes, dirigentes de negócios e órgãos públicos. O IMEG foi suspenso em 1999, devido à empresa telefônica, ao ser privatizada, não mais forneceu a estatística de pulsos telefônicos. Tentou-se outro indicador substitutivo, mas não foi possível. Também o transporte coletivo alternativo não oferecia dados confiáveis relativos aos transporte por ele efetuado.

O Projeto de Pesquisas Rápidas (PR), coordenado pelo Prof. Dr. Délio Moreira de Araújo,

também faz parte desses destaques. De 1999 aos dias atuais, já desenvolveu 40 pesquisas rápidas, objetivando subvencionar com dados e informações econômicas e mercadológicas, iniciantes e projetos de interesse para o Estado de Goiás, para a cidade de Goiânia, para a região do Aglomerado e para a UCG. Dessas 40 pesquisas rápidas já realizadas, 12 referem-se ao assunto “Transporte Coletivo Urbano”, 10 ao assunto “Religião” e 15 ao assunto “Tráfego Urbano e Infrações”. (Ver a relação completa das PR’s no ANEXO 2).

Destaca-se também o projeto Informações para Terceiros. De 1999 a novembro de 2001, foram repassadas mais de 2.800 informações a interessados. Internamente, a Coordenação de Teologia é uma das atendidas.

O CPE, no Programa “Formação Econômica de Goiás”, que estuda a formação das estruturas produtivas desde 1722 e suas transformações e evolução até o presente, publicou em 2001, pela Editora da UCG, a obra: “Goiás – ensaio de contribuição para o estudo da formação e estrutura dos transportes na área do cerrado brasileiro”, de autoria do professor pesquisador Délio Moreira de Araújo.

Já no Programa “Estudo Especiais”, que desenvolve estudo em várias outras áreas e inclui, também, um banco de dados sobre Goiânia e o Estado de Goiás, o CPE publicou duas obras. Em outubro de 1996, numa parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEM) da Prefeitura de Goiânia e a UCG, o CPE juntamente com a Vice – Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis publicou o documento “Goiânia em Dados – 1996”, o qual concentra informações variadas sobre a realidade econômica e social da capital goiana. E em dezembro de 1998, o CPE publicou a outra obra. Fruto de um convênio estabelecido entre a Universidade Católica de Goiás e a CCN – Central de Consultoria e Negócios, surge a primeira edição do compêndio “Goiás em números”, com dados atualizados sobre múltiplos aspectos do Estado de Goiás.

Atualmente, o CPE, através de alguns de seus professores pesquisadores, está desenvolvendo os seguintes projetos:

- “Mudanças organizacionais na cadeia produtiva do tomate” – Prof^ª Darlene Ramos Dias
- “Perfil urbano em Goiás e Goiânia” – Prof. Aristides Moysés.

- “Política Fiscal em Goiás” – Prof. Goiaz do Araguaia Leite Viera.
- “Causas da mortalidade das pequenas empresas em Goiânia” – Prof. Éber Vaz

E como último destaque, registra-se que o Centro de Pesquisas Econômicas do ECO da UCG tem cópias arquivadas de 1.144 monografias de alunos que concluíram a graduação do Curso de Ciências Econômicas, de 1989/1 a 2002/2. Versando sobre os mais variados temas da economia do Estado de Goiás, da Região Centro-Oeste e do Brasil, envolvendo tanto a teoria econômica quanto situações do mercado de trabalho e empresarial. Esse acervo monográfico, ao lado de uma mini-biblioteca setorial, o CPE coloca à disposição dos interessados em realizar estudos e pesquisas no departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás.

Visto como surgiu, evoluiu, e se encontra atualmente, a pesquisa econômica no Departamento de Economia da UCG, através das atividades desenvolvidas pelo IPES, ECOS e CPE, veremos agora uma análise da importância dessa pesquisa, sob o olhar de alguns entrevistados nesse trabalho.

Para o atual diretor do ECO da UCG, o Prof. Eduardo Rodrigues, o CPE está passando por um processo de mutação, visando o seu crescimento e fortalecimento, para se tornar uma referência na Região Centro-Oeste.

Para ele, o CPE hoje, recebe uma participação muito maior de nossos professores. Quando ele assumiu a direção do Departamento, não lembra precisamente o número existente de projetos de pesquisas, mas atualmente temos doze projetos de pesquisas em andamento, elaborados pelos nossos professores titulados, vinculados ao Centro de Pesquisas Econômicas. Existe uma estrutura no CPE, onde tem uma funcionária e alguns estagiários trabalhando no mesmo. Mas, na verdade, na sua opinião, o CPE está apenas germinando uma semente. Ele ainda precisa receber muita água, receber muita luz para que possa crescer e se fortalecer, enquanto um centro de pesquisas. E vamos trabalhar pra isso. Vamos tentar fazer do nosso Centro de Pesquisas, um centro de referência dentro da Região Centro-Oeste, principalmente, se implantados os Cursos de Mestrado e de Especialização, em que poderemos criar *links* diretos, ligados diretamente a esses cursos. Promovendo assim uma maior interação da pesquisa no Curso de Ciências Econômicas.

Então, de forma mais incisiva, nós temos trabalhado com os professores de Economia, para que eles montem os seus projetos de pesquisas, para que isso venha no futuro revitalizar o Centro de Pesquisas. Agora, o que acontece ainda é aquilo que você colocou, as pesquisas, elas são isoladas. Então, o Centro, ele tem ainda que se tornar um centro. Ele tem que juntar. Ele tem que aglutinar. Ele tem que estimular. Ele tem que crescer, não é? Mas é uma tarefa muito difícil. É uma tarefa muito árdua. (Entrevista de Eduardo Rodrigues da Silva).

O atual coordenador do CPE, o Prof. Luís Estevam, entende que o Centro de Pesquisas Econômicas do ECO da UCG avançou muito ultimamente. O CPE, ele é mais conhecido do que realmente o que ele é. Nós temos encomendas de várias instituições de pesquisas, que não conseguimos avaliar. Pesquisas rápidas que nós não conseguimos realizar. Várias delas, por falta de condições mesmo. Mas o CPE, ele tem um nome maior do que ele é. A Câmara dos Vereadores, quando faz um evento de Economia, de Meio-Ambiente de Goiás, etc, o CPE recebe lugar à mesa. Ele acha a pesquisa rápida importante para a mídia da própria Universidade. Para ela ganhar das outras universidades. O Prof. Délio, por exemplo, com as pesquisas rápidas, está toda hora nas televisões, nos jornais. Quantas vezes as pesquisas nossas, com relação à Cachoeira Dourada, por exemplo, foi manchete no jornal. Pesquisa de economia informal em Goiânia, os próprios jornais ficam procurando. Para ele, isso é ótimo para o Curso de Ciências Econômicas, porque propaga o Curso e a própria Universidade. Mas não é essa a função do CPE. Isso é uma coisa marginal.

A função do CPE são os projetos de pesquisas dos professores que vão agregar conhecimento e valor científico, né? E nós temos seis projetos em andamento, dentro da Universidade. Então eu acho que pesquisa pode ser o grande diferencial da Universidade Católica frente a essas outras. Porque aonde impera puramente a técnica não tem pesquisa. (Entrevista de Luís Antônio Estevam).

Para o Prof. Délio Moreira, ex-coordenador do CPE, a Universidade Católica de Goiás não tem prestigiado certos centros de pesquisas. E o CPE é um deles. Para se ter uma idéia disso, a UCG não tem catálogo, não tem arquivo organizado de nada produzido pelo IPES. Tudo que existe, está jogado debaixo de uma arquibancada aqui do Ginásio de Esportes da UCG.

Outra coisa que também às vezes choca um pouco é que o trabalho aqui é quase todo voluntário. A Universidade não tem prestigiado certos centros de pesquisas, aqui na Católica, não tem. (...) Essa área que nós estamos ocupando agora é invadida... Praticamente de 1973 até agora nós estamos sendo tratados mais ou menos assim, oh espera as ordens superiores e depois vocês funcionam de acordo com aquilo. (...) Então está faltando até instalação física (Entrevista de Délio Moreira de Araújo).

Outra coisa que é muito importante também, na visão do Prof. Délio, é a fiscalização quanto ao cumprimento do horário por parte de nosso corpo docente. Se o professor tem que ficar das vinte e trinta até às vinte e duas horas orientando monografia, que fique, mesmo que não compareça ninguém.

Outro ex-coordenador do CPE, o Prof. Antônio Bandeira, acha que o Centro de Pesquisas Econômicas é o braço direito e o braço esquerdo do Departamento de Economia e constitui-se na espinha dorsal do Curso de Ciências Econômicas da UCG.

Na sua opinião, é fundamental a relação que o estudante tem com o Curso. Essa relação, ela pode ser, e tem sido, no geral, uma relação também muito formal, cartorial. Que o aluno vai, paga o curso, assiste aula, volta pra casa, pega ônibus, outros vão de carro, dormem, trabalha o dia inteiro, e à noite vão pro Departamento de Economia. Ali assistem aulas e vão pra casa. Quer dizer, essa é uma relação formal. Uma relação que não cria nível de intimidade nenhuma com o Curso.

Para o Prof. Antônio Bandeira, a alegria é fator determinante pra um curso caminhar bem. E essa alegria no mundo acadêmico, no mundo do conhecimento, ela é construída diferente da que se constrói numa relação familiar. Ela é diferente a partir da ciência. E a ciência pode ser exaustiva, mas pode ser também uma coisa alegre de se ver, de se fazer, de se construir, de se pensar.

Aí nesse sentido o Centro de Pesquisas Econômicas, na minha opinião, é isso. A possibilidade que o aluno tem de não ser, e eu não acho que ele tem de ser passivo na sala de aula, mas é momento do seu curto tempo que ele passa na Universidade, onde ele pode ser um agente ativo. (...) Isso é o Centro de Pesquisas. É o lugar onde o aluno pode descobrir, pode propor sem medo. Sem nenhum medo. Sem nenhum tipo de constrangimento. Aliás, é na Universidade, e na minha opinião, é particularmente, no caso do Curso de Ciências Econômicas, no Centro de Pesquisas Econômicas, o lugar onde o aluno tem a liberdade ampla de ser exatamente o que ele é, enquanto aluno de Economia. (Entrevista de Antônio José Pôrto Bandeira).

Para o Prof. Luiz Carlos, na sua gestão como diretor do Departamento de Economia, a UCG não deu o apoio necessário ao Centro de Pesquisas Econômicas.

Eu peguei o início do IPES como aluno, e depois peguei o CPE como diretor e professor... Eu reputo como um dos grandes, eu acho que foi um dos baluartes aqui dentro da Universidade, e tinha à frente uma pessoa também que tinha um carisma muito grande, chamado Prof. Délio. Délio hoje é um decano dessa Universidade. É uma pessoa que nós temos que reputar o trabalho que ele já fez na área de pesquisa, para a Universidade e para o Departamento de Economia, nós temos que tirar o chapéu. É uma pessoa digna de ser sempre lembrada, e eu sempre lembro e sigo o seu exemplo (Entrevista de Luiz Carlos de Castro Coelho).

Agora, para o Prof. Luiz Carlos, é óbvio que a Universidade, na sua época, não dava o apoio necessário ao IPES, e nem ao CPE. Tivemos, na sua gestão, sala para o CPE, documentos para o CPE, mas com muitas dificuldades. Carga horária pra professor, pra pesquisa, era zero, negativa. Então, muitas vezes ele viu professores da área de pesquisa, desenvolvendo trabalho por conta própria, como o Prof. Délio. Então, ele acha que os resultados que foram produzidos pelo IPES e pelo CPE, foram simplesmente dignos dos professores que tiveram à frente, não pela Instituição em si.

Segundo ele, foi naquela época, que começamos a colocar todo o estudo de pesquisa no jornal Diário da Manhã. Muitas pessoas ligavam para saber a respeito dos índices publicados. Tínhamos vários contatos nesse trabalho desenvolvido pelo CPE.

O Prof. José Augusto, ex-diretor do ECO da UCG, acredita que, como o Curso de Ciências Econômicas está em crise, o CPE também está em crise.

O CPE, ele é o que o nosso corpo docente é. Nós não conseguimos fazer nada maior do que a gente mesmo, não é? Como nós, como Curso de Economia, estamos em crise, o CPE está também em crise. Porque o CPE somo nós. Então, qualquer atitude que nós tomarmos no sentido de redirecionarmos o Curso de Ciências Econômicas, automaticamente está contemplado aí o CPE. Nós não podemos dizer se o CPE está no caminho certo ou errado, se nós não sabemos pra onde é que está indo a Economia. (Entrevista de José Augusto Costa).

Já o Prof. Goiaz do Araguaia entende que o CPE tem um bom trabalho de pesquisa. Porém, o número de professores envolvidos com projetos de pesquisas ainda é pequeno. Devido o Curso de Ciências Econômicas não contemplar um programa de pesquisa, o Departamento através do CPE, tem sobrevivido de projetos individuais de alguns professores pesquisadores.

Para ele, é importante que alguns professores tenham mantido acesa essa chama da indagação. E o Centro de Pesquisas Econômicas já tem um bom trabalho de pesquisas. Mas ainda é

pequeno o número de professores envolvidos com projeto de pesquisa. Mas isso é um estágio, é assim mesmo, numa sociedade nova. E o número de pessoas com tempo disponível para a pesquisa, ou com tempo a locar pra pesquisa, é pequeno. Em que pese isso, o Departamento, através do CPE, já é bastante consultado, é bastante acionado pra se pronunciar a respeito dos acontecimentos, sejam de conjuntura, sejam acontecimentos mais antigos. Mas ainda não somos um Curso fundado nesse critério. Nós não temos extensão. O Curso não tem programa de extensão. O Curso não tem programa de pesquisa. Temos pesquisadores do Departamento com projetos individuais, mas que não foram concebidos pro pressão, ou por decisão do Curso. Não é do colegiado, da Congregação. São ações ainda pessoais, mas que ele acredita que, gradualmente, elas se integrarão e vão germinando. E, mais cedo ou mais tarde, o corpo docente, juntamente com os representantes dos alunos, estarão produzindo programa de pesquisa vinculado ao currículo.

Mas isso é o embrião. Quem sabe aquelas discussões que nós tivemos por muito tempo a respeito do Curso, dos nossos problemas, avancem. Que sejam retomadas e possamos agregar ao nosso trabalho diário, a função de extensão, de levar o conhecimento para os agentes econômicos, né, tanto empregados, como empregadores, entidades filantrópicas... De tal modo que a Ciência Econômica possa ser utilizada mais extensamente e profundamente pela sociedade goiana. Mas ainda não alcançamos esse patamar, né, do ensino apoiado na pesquisa e realimentado pela extensão. (Entrevista de Goiaz do Araguaia Leite Vieira).

Para o Prof. Aristides Moysés a pesquisa é um dos pilares fortes do processo de aprendizagem. Para ele, no ECO, nós ainda valorizamos muito o ensino, mesmo com algumas deficiências. A pesquisa, ela nunca ocupou um lugar de destaque no Departamento de Economia.

Eu pessoalmente tenho uma avaliação crítica ainda do CPE. Eu ainda acho que o CPE ainda é talvez um armazenador de informações que estão aí na imprensa. Informações que estão disponíveis, em qualquer *site* econômico você encontra. Então, eu acho que ainda é isso. Já melhorou bastante. Porque, por iniciativa pessoal de professores, já cadastraram seus projetos de pesquisa na VPG, através do Centro de Pesquisas. Agora, eu, por exemplo, tenho três projetos de pesquisas, mas é como se eu não fizesse parte do CPE. Eu não sinto que há um corpo de pesquisadores que se articulam, né? (Entrevista de Aristides Moysés).

Então, ele acha que o Centro de Pesquisas ganhou notoriedade lá fora, mas se você for procurar pesquisadores de fato, o nosso CPE ainda não se constituiu enquanto um centro de pesquisas propriamente dito.

O que o Prof. Aristides Moysés acredita é que falta ao CPE se impor enquanto um órgão. Por exemplo, ele sempre defendeu essa idéia de que o Centro de Pesquisas deveria ter o seu corpo de pesquisadores. Agora, os pesquisadores que estão lá, são individualizados. Eles não fazem parte de estrutura do CPE. A carga horária que ele tem, é uma carga horária pessoal. Ele sempre defendeu a idéia de que o Centro de Pesquisas deveria ter a sua carga horária.

Mas, segundo ele, temos que profissionalizar a pesquisa dentro do Departamento de Economia da UCG. E ela não está profissionalizada. Os projetos são atomizados, são estanques.

Enquanto isso, o Prof. Joadir Costa também defende a idéia de que o CPE tem de desenvolver um trabalho sistemático. Para isso, segundo ele, o CPE necessita de professores pesquisadores com carga horária dedicada especificamente ao Centro de Pesquisas Econômicas do ECO da UCG. Ele tem sentido assim, que não é possível fazer um trabalho sistemático dentro do CPE, se não houver algumas pessoas que passem pelo menos uma manhã, uma tarde trabalhando no mesmo, para atender as pessoas que vêm de fora. E também, para dar uma certa continuidade ao trabalho lá desenvolvido. Para ele, parece que é impossível desenvolver um trabalho de pesquisa com poucas horas de trabalho, ou com um carga horária marginal. Ou então, muito pior ainda, com trabalho voluntário. O trabalho voluntário no CPE é muito importante. Sobretudo se os estudantes têm um maior interesse em trabalhar de forma voluntária. Mas, ele acha que é necessário haver um núcleo de duas ou três pessoas, pelo menos dois ou três técnicos, que permaneçam diariamente no CPE.

Eu acho que o investimento até não é pesado. O investimento é um investimento até pequeno. Porque, o que me parece importante é que haja um núcleo de pessoas... Não precisa nem ser professor assim de mestrado, doutorado, com alta qualificação, pode ser pessoas... duas ou três pessoas assim, graduadas, né, mas que o essencial é que tenha tempo pra se dedicar ao instituto, né, ao Centro de Pesquisas. Justamente pra fazer esse contato, não é, esse tipo de relacionamento, de relações públicas com as empresas e com as instituições que demandam serviço do CPE. (Entrevista de Joadir Costa).

Já a Prof^a. Nair de Moura, acredita que o Departamento de Economia da UCG, através do CPE, tem um espaço muito grande ainda para ser ocupado na economia regional. E isso pode ser feito através das pesquisas. Ela entende que quando foi elaborado um projeto para o CPE e

que ele coloca que a grande preocupação deve ser a linha de pesquisa de desenvolvimento regional, ele já está deixando claro a sua linha de pesquisa.

Agora, eu acho que está faltando um pouco mais a divulgação dessas pesquisas. E também um compromisso dos professores de assumirem essas pesquisas aqui no Departamento. E que se forme aqui dentro um corpo de pesquisadores. É como se fosse lá no Departamento todo, uma Congregação que fica individualizada, o mesmo está acontecendo no CPE. Então, está refletindo a mesma realidade de lá. Então, aquele espírito de Congregação, de corpo, de grupo, não está ocorrendo. As pessoas estão fazendo pesquisas no CPE, mas pesquisas individualizadas, que muitas das vezes o Departamento não sabe que essa pesquisa... O Departamento, digo o restante da Congregação, não sabe que essa linha de pesquisa está sendo desenvolvida. E às vezes ali dentro nós teríamos excelentes pessoas contribuindo, inclusive com fontes de dados que ela tem acesso. (Entrevista de Nair de Moura Vieira).

Para o aluno do atual Curso de Ciências Econômicas da UCG, Ângelo Silva, o Centro de Pesquisas Econômicas é de fundamental importância.

Nossa, o Centro de Pesquisas é o marco, não é? É de fundamental importância esse ambiente de estudo maximizado, eu diria, não é? É um ambiente que estabelece uma relação muito interessante com as empresas, com os governos, nos seus três níveis, não é? E eu percebo claramente que, se ele bem utilizado, se ele bem vivenciado, o aluno, ele consegue avançar por demais na sua constituição de conhecimento, né? Então, é de fundamental importância. (...)

Eu não tenho participado... É mais por falta de tempo, né? Oportunidade tem sim. Eu acompanho algumas pesquisas, né?... Tem algumas coisas interessantes assim. Agora, por conta das atribuições, eu não estou podendo me dedicar, infelizmente, mais à pesquisa. (Entrevista de Ângelo Silva Cavalcante).

O economista Joacir Camêlo entende que a pesquisa é fundamental, também, para avançarmos no campo profissional. Porque é através da pesquisa que se descobre, e que se vai transformando e mudando as coisas. Ele acha de grande importância a prioridade dentro da universidade à pesquisa. Porque toda investigação, ela trás no seu bojo inovações. E as inovações representam avanços. E avanços representam modernidade e conquista de novos horizontes, novos tempos, novos resultados.

A visão do Estado, segundo ele, é que a universidade é tida como uma agência de desenvolvimento. Ela exerce um papel suplementar, um papel de parceria. Mas essa parceria não tem sido forte como deve ser. Ele acha que as universidades deveriam estar inseridas com mais ênfase no Estado. Até porque são entidades que não visam lucro, e sim produção de

conhecimento. E que deveria o Estado estar usando mais as universidades, e vice-versa.

O que se sabe é que a universidade é um repositório de conhecimento, e de produção de conhecimento, e que tem que estar a uso ou à disposição da sociedade. Agora, como materializar essas questões, isso vai depender de quem comanda, da diretoria, da própria direção da universidade com o Governo, né, com os segmentos de Governo. Eu acho que tanto o Governo do Estado, o Federal, com o Municipal, todos têm que estar envolvido nessa questão. Porque o desenvolvimento é fruto de materialização, da integração de ações. Todas ações convergem para o mesmo público, é o alvo final de tudo. (Entrevista de Joacir Camêlo Rocha).

Por último, o atual Presidente do SINDECON – GO, o economista Veríssimo Aparecido, entende que a pesquisa de mercado é fundamental para a inserção nesse mercado cada vez mais competitivo. Ele é favorável a uma parceria do Sindicato dos Economistas do Estado de Goiás com o Centro de Pesquisas Econômicas do Departamento de Economia da UCG.

Para ele, o que podemos fazer é um curso de extensão na área de pesquisa de mercado. Porque o Sindicato atua nesse momento apenas conforme a demanda. Se houver demanda nesse sentido, nós estaremos organizando os cursos, de preferência, em parceria com o Conselho Regional de Economia do Estado de Goiás e com o Departamento de Economia da UCG, e colocando à disposição dos interessados.

A pesquisa de mercado, segundo o economista Veríssimo Aparecido, é tão fundamental, que hoje em dia, não se consegue abrir qualquer negócio, sem que tenha um embasamento teórico de qual seria o seu mercado. O mercado fornecedor, pra trás, e o mercado consumidor, pra frente. Então, a inserção competitiva nesse mercado que está extremamente competitivo no início desse século XXI, onde qualquer cidadão que for montar uma estrutura produtiva, sem se preocupar com esse aspecto de pesquisa, ele pode estar jogando dinheiro fora. E a função dos economistas é evitar que isso ocorra.

Olha, nós tivemos em contato com o pessoal desse Centro de Pesquisas, e nós achamos interessantíssimos esses trabalhos que ali são realizados. Em princípio nós estivemos propondo uma parceria que acabou não acontecendo. Mas a gente pode voltar a buscar, porque o que mais se necessita no sistema econômico, nos dias de hoje, é você ter um trabalho que possa dar uma visão de uma realidade, pra que você possa estabelecer políticas públicas, políticas de desenvolvimento, políticas de crescimento econômico. Então, nada mais interessante que a universidade esteja aparelhada e equipada para fazer esses estudos, esses trabalhos, esses projetos, e em parceria com o Sindicato. Nós não somos avessos à idéia e estaremos pensando numa forma de atuarmos conjuntamente, não só o

Sindicato, como o próprio Conselho Regional de Economia. Para que a gente possa até divulgar que a Universidade faz esse tipo de trabalho, para que a sociedade não fique onerada quando busca informações técnicas e econômicas para fins produtivos. (Entrevista de Veríssimo Aparecido da Silva).

Diante do exposto, é perceptível a importância da pesquisa para o Departamento de Economia da UCG. Vimos pelo que já foram produzidos pelo IPES, ECOS e CPE, o quanto o Curso de Ciências Econômicas da UCG já contribuiu para a economia goiana e regional.

Se o Centro de Pesquisas Econômicas do ECO, receber mais apoio institucional e se estruturar melhor, principalmente, no sentido de desenvolver uma pesquisa sistemática, dentro de uma linha de atuação previamente definida, ele realmente pode tornar-se uma referência para a economia do Estado de Goiás e a da Região Centro-Oeste.

Assim, nesse sentido, a pesquisa passa a ser o grande diferencial que o Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia da UCG, via Centro de Pesquisas Econômicas, apresenta frente a outros cursos, tanto interna quanto externamente.

3.4 - A Lei nº 5.540/68 e os Reflexos da Departamentalização na Vida do ECO da UCG.

Conforme já visto no Capítulo II, mais especificamente no item 2.2 dessa dissertação, a Reforma Universitária criada pela Lei nº 5.540/68, de 28/11/1968, incorporou de forma desfigurada as experiências anteriores. Acrescentou as recomendações privatistas de Rudolph Atcon, dos assessores da USAID e da Comissão Meira Matos. Baseou-se na “teoria do capital humano”, onde há um vínculo direto entre a educação e ao mercado de trabalho e entre a educação e a produção. Além de estar inserida no contexto da Ideologia da Segurança Nacional.

Na Universidade Católica essa Reforma Universitária se concretizou por volta do ano de 1972. Com a departamentalização exigida pela Lei nº 5.540/68, surge o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO), substituindo a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas.

Este Departamento congregava os três cursos: Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e o de Administração de Empresas. Em 1979, passou a ser denominado de Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE). Através da Lei nº 8.713/86, o Curso de Administração de Empresas passa a se chamar apenas Curso de Administração.

Em dezembro de 1987, o Prof. Pedro Wilson Guimarães, Reitor da UCG, autorizou o desmembramento do Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE), em três novos Departamentos. Surgem assim, o Departamento de Administração, o Departamento de Contábeis e o Departamento de Ciências Econômicas, sendo que este último passa ter a sigla ECO.

É nesse contexto que alguns de nossos entrevistados, fizeram várias reflexões sobre os efeitos dessa Lei nº 5.540/68 na UCG. Começando pelo Prof. Délio Moreira, que afirma o quanto os cursos de Economia, Administração e Contabilidade foram desfigurados, tendo em vista a perda do enfoque gerencial e profissionalizante de muitas disciplinas. A departamentalização provocou rapidamente no corpo discente a perda de sua identidade com o respectivo curso. Isso foi muito ruim para os Departamentos.

Para ele, de certo modo, no final da década de 1960, com a Reforma Universitária, nós talvez, aqui da Universidade Católica, tenhamos nos departamentalizado demais. Ele acredita que isso ocorreu. Também, é possível recuperar a identidade perdida. Alguns Departamentos perderam bastante. O nosso de Economia foi um deles.

Então, essas regiões cinzentas assim, essas áreas de contato, de impermeabilidade entre os cursos, nós separamos, quando nós não devíamos. A FEA. Por que a FEA da USP funciona tão bem? Porque continua a mesma coisa, tudo junto. Se eu vou receber o diploma de Administração, mas agora, porque aí foi uma área de concentração. Nós tivemos uma boa base de análise econômica, uma boa base de análise contábil, coisa que o nosso administrador não tem. (Entrevista de Délio Moreira de Araújo).

O Prof. Joadir Costa vê na departamentalização alguns pontos negativos, porém, ele encontrou um ponto positivo para a mesma. Ele pegou a departamentalização como aluno e dois anos depois como professor. Ainda estava sendo implantada. Realmente, o Departamento de Economia, na época, perdeu completamente a sua autonomia. Quer dizer, tudo que acontecia do ponto de vista administrativo, acontecia aqui na própria Faculdade. Com a departamentalização, isso foi sendo alterado.

Outra coisa que mudou muito, na sua opinião, foi o espírito de grupo. Porque, como anteriormente a gente estudava por série, então, começava-se da primeira até a última série com a mesma turma. E com a departamentalização e o regime de créditos, isso acabou completamente. Quer dizer, os laços entre os estudantes, laços de amizades, laços de relacionamentos, foram interrompidos assim, de forma abrupta.

Agora, por outro lado, eu acho que houve um aspecto muito positivo, é que a adoção do regime de crédito, como foi feita na Católica, permitiu a entrada de alunos na Universidade, que de outra forma não teriam condições de entrar, por questão financeira. Quer dizer, a adoção do regime de crédito permitia que o aluno, ao pegar um número menor de disciplinas, ele conseguia uma mensalidade de acordo com o seu orçamento. (Entrevista de Joadir Costa).

Para o Prof. Goiaz do Araguaia, a departamentalização em relação à qualidade de ensino aqui praticada, não tem nenhuma relação. A nova forma de organização pouco alterou a prática do ensino. Até porque, na nossa Universidade, segundo ele, o professor tem uma liberdade ampla e irrestrita em sala de aula. Mas, ele vê outros problemas advindo com a departamentalização.

No tocante à autonomia administrativa, segundo ele, realmente a nossa Faculdade tinha controle administrativo total, da receita e da despesa. Agora, inevitavelmente, uma organização que cresce, ela vai se burocratizando. Não inevitavelmente, mas tem sido assim, ela vai estruturando as funções, vai aumentando o número de pessoas envolvidas nas funções gerenciais. Isso inevitavelmente provoca o distanciamento entre o elemento que executa as tarefas específicas, fim da organização, e os que executam as tarefas meios. Cresce o aparato burocrático.

Para o Prof. Goiaz do Araguaia, a separação dos três Departamentos no nosso caso, não se deveu a uma determinação superior. Não foi seguindo um modelo organizacional da Reitoria ou da Sociedade Goiana de Cultura. Foi muito mais uma intensa disputa ideológica que travou-se dentro do Curso de Ciências Econômicas, que levou a essa separação. Quando, no início dos anos 70, que o movimento estudantil era forte e os líderes estudantis puxavam luta para dinamizar mais, para arejar os Cursos de Ciências Econômicas, de Administração, e de Contabilidade. Porque, no entender dos alunos, parecia assim, um Curso muito conservador. Não havia debate, não havia discussão. O modelo econômico era da ditadura do regime militar, em que pesem os ganhos econômicos, mas com custos sociais elevadíssimos, e isso

não estava presente na sala de aula. De um modo geral, os professores se negavam a aceitar críticas ao Governo, críticas político-econômicas. Então, os alunos, muito mais do que alguns professores, do que os professores, eram a força ali de frente, pra cobrar mais realismo dentro do Curso de Ciências Econômicas. E isso foi num crescendo, crescendo de tal forma, que a fissura foi se instalando dentro do corpo docente. Ele afirma com muita tranquilidade porque tão logo voltou do mestrado, ele entrou mesmo numa luta de frente e debateu muito com os colegas. E foi ficando assim fogoso nas lutas ideológicas, nos debates, porque concordava plenamente que os Cursos de Ciências Econômicas, de Administração e o de Contabilidade seguiam uma trajetória reacionária, extremamente reacionária. Porque a economia provocando malefícios crescentes, e o Curso de Ciências Econômicas, o de Administração e o de Contabilidade, tomavam como estudo uma realidade harmoniosa, equilibrada. Que isso era coisa de comunista, coisa de agitador, trazer discussão sobre os problemas econômicos da dívida externa e de arrocho salarial. Que isso não é coisa pra trazer pra dentro da Universidade. Então, foram desenvolvidas muitas lutas ideológicas dentro da Faculdade. E isso foi levando a uma tendência de separar os Cursos, pra ver se diminuía o conflito político.

E assim, consolidou-se essa idéia de dividir o Departamento em três Cursos. Talvez, até tendo contemplado aí uma necessidade de controle da Instituição por quem tenha de assumir o poder superior, né? Mas não foi em decorrência da reforma universitária. (Entrevista de Goiaz do Araguaia Leite Vieira).

O Prof. Antônio Bandeira acha polêmica essa questão da Lei nº 5.540/68.

Eu acho que enquanto Faculdade você tem um peso maior. Você tem condições de internamente negociar melhor. Mais autonomia de fato, não é? Eu acho que sim. Agora, é que na vida, tem algumas coisas que são postas pra gente, não é? E aí eu acho que essa reforma, foi uma reforma de fato autoritária, não é? Não contemplou na época as necessidades de um setor, ou de uma parte do território brasileiro que produz conhecimento, porque tem outras que produzem também, mas tinha um setor que produz conhecimento que eram as Faculdades. Eu acho que foi... isso a departamentalização. Além disso, a mudança de seriado pra regime de crédito também acabou criando uma dispersão, não só do ponto de vista social, mas do ponto de vista científico, extremamente importante nas universidades brasileiras. Nós estamos meio que recompondo a partir dessa experiência, na minha opinião, traumática, dos sistemas de créditos, essa coisa de conhecimento. Você não tem mais momentos densos de discussão, porque as pessoas estão espalhadas pelas universidades. Mesmo nas Federais em alguns momentos nós temos isso também. (Entrevista de Antônio José Porto Bandeira).

Enquanto isso, o Prof. Luiz Carlos acha que a departamentalização provocou perda na qualidade e também na estrutura, porque tudo o que nós temos de pedir, temos que pedir a

quem? Aos Vice-Reitores, ao Reitor e até à Sociedade Goiana de Cultura. Provocou uma fragmentação nos Cursos. Fragmentou-se os Departamentos, cada um com seu diretor. E cada um tendo suas idéias, querendo crescer no seu mundo. Eles não olham a Universidade como um universo.

Para ele, perdemos espaço físico, perdemos professores com titulação. Com isso, tivemos de reconstruir o Departamento de Economia. Tivemos que reconstruir espaço. Quando ele entrou como diretor, também teve que assumir essa situação. Recebendo do Prof. Valdivino José de Oliveira, foi uma dificuldade imensa. Por quê? Nós não tínhamos espaço físico. O espaço físico era de apenas uma salinha, com móveis totalmente defasados, estragados, material estragado, não tinha computador. Quer dizer, diante de tudo isso, nós perdemos. Enquanto que, outros diretores, que tinham maior influência junto à direção superior, passaram a ter ganho com isso. Ele diz que o Departamento de Economia não perdeu apenas por essa fragmentação.

Para o Prof. Luiz Carlos, o problema foi também de gestão. A gestão valeu muito. Nós tínhamos que ter brigado mais pelo nosso Curso. Porque, por exemplo, se a Administração existe hoje, se ela tem um Conselho Regional, nós também temos um Conselho Regional mais antigo que a Administração.

Perdemos tanto a hegemonia estrutural, como a administrativa. E poderíamos ter um fortalecimento com a unificação desses três Cursos que foram desmembrados, não é? Eram três que mandavam na Área I que, por sinal, é que tinham um grande poder de influência nas decisões da Universidade. (Entrevista de Luiz Carlos de Castro Coelho).

Para o Prof. José Augusto, a departamentalização trouxe mais prejuízos do que benefícios. Ele chegou, inclusive, a apresentar uma proposta de se implantar um novo Curso. No nosso caso, ele acredita que a departamentalização trouxe mais prejuízos do que benefícios, por uma razão muito simples. A departamentalização separou uma área de conhecimento, na Área I, que está na base de todos os problemas que nós temos pra frente. Quer dizer, nós tínhamos ali uma área de negócios. E ao fazer a departamentalização, criamos três Departamentos estanques que, como os outros Departamentos da Universidade, não conversam entre si, não trocam experiências entre si. E acabaram formando verdadeiros feudos. O resultado imediato da separação desses três Departamentos, é que nós estamos formando economistas que não tem nenhum conhecimento de Contabilidade e sem conhecimento de Administração. Nós

estamos formando contadores sem nenhum conhecimento de Administração e sem nenhum conhecimento de Economia. Estamos formando administradores com pouco, ou nenhum conhecimento de Economia ou de Contabilidade. Ou seja, essas três áreas: Economia, Contábeis e Administração, parece que não poderiam ser separadas. Porque, no seu conjunto, ela forma o que nos interessa, que é a área de negócios. Então, a departamentalização impediu a consolidação de uma das áreas mais promissoras da Universidade, que é a área de negócios.

Nós vamos tentar recuperar agora. No último ano do meu mandato como diretor eu tentei recuperar isso, juntando novamente, colocando um Curso de Análise de Negócios, porque nós crescemos como negócio. Nós conseguimos descobrir isso quando fizemos 50 anos. Marcamos uma comemoração junto com a ACIEG, em que os empresários receberam muito bem, como se nós estivéssemos voltando à nossa origem, né? Mas eu acredito que o nosso futuro ainda seja exatamente esse, sabe? A tendência é de que essas áreas vão todas se juntar e formar verdadeiramente uma área de negócios. Essa área de negócios tem futuro. (Entrevista de José Augusto Costa).

Essa proposta de criação de um novo Curso de Análise de Negócios, apresentada pelo ex-diretor, o Prof. José Augusto, na época, não foi aprovada pela Congregação dos Professores do Curso de Ciências Econômicas. Ela optou por reestruturar e melhorar o Curso já existente.

Finalizando essas reflexões, no olhar de alguns depoentes ouvidos nesta dissertação, o atual diretor do ECO da UCG, Prof. Eduardo Rodrigues, acredita que o Plano Estratégico de Gestão lançado recentemente pela Universidade Católica de Goiás pode minimizar os efeitos negativos dessa departamentalização.

Esse aspecto, ele é notório, todos têm conhecimento disso, inclusive a Reitoria. E o Plano Estratégico que foi lançado agora recentemente, no mês... neste mês passado, no mês de março, dentre uma das metas, encontra-se a questão de ampliar a autonomia departamental. Portanto, é de conhecimento, a Universidade tem trabalhado no sentido de minimizar os efeitos causados por essa departamentalização. (Entrevista de Eduardo Rodrigues da Silva).

Mediante essas reflexões, fica evidente que a Lei nº 5.540/68, através de sua departamentalização imposta, na UCG, provocou profundas mudanças. Não só pela transformação, no caso específico analisado aqui, da Faculdade de Ciências Econômicas de Administrativas para o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas, como também, pela condições que ela propiciou para o acirramento das lutas ideológicas travadas internamente, bem realçadas pelo Prof. Goiaz do Araguaia.

Chegou-se no ponto de provocar a separação do ECO em três Departamentos distintos e independentes. Nessa fragmentação, fica mais latente a perda de autonomia, de identidade, e por não dizer, da qualidade em geral do ensino oferecido pelos cursos tanto do Departamento de Economia, quanto dos Departamentos de Administração e de Ciências Contábeis. No geral, todos perderam. A chamada Área I da UCG, através de seus Departamentos ali instalados, ficou enfraquecida. E o atual Departamento de Economia, particularmente, também perdeu muito *status*, principalmente, relacionado aos seus co-irmãos: Administração e Ciências Contábeis.

3.5 – O Papel das Avaliações Internas e Externas

A avaliação é um importante instrumento no planejamento, na gestão de uma instituição. O sistema de avaliação para obter bons resultados, deve trabalhar com metas pré-estabelecidas, ter uma metodologia bem definida, ser permanente e flexível. Assim, facilita um *feed-back* com possíveis correções e orientações no processo de gestão da instituição.

Nesta dissertação, abordaremos alguns aspectos da Avaliação Institucional desenvolvida pela Universidade Católica de Goiás, através de sua Vice-Reitoria Acadêmica, junto aos seus Cursos de Graduação e, em particular, ao Curso de Ciências Econômicas.

Também será analisada a avaliação feita pelo Ministério da Educação, através do Exame Nacional de Cursos (ENC), popularmente conhecido como Provão, implantado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, através do ministro Paulo Renato de Souza.

Quanto à Avaliação Institucional da UCG, serão apresentados alguns aspectos considerados mais relevantes, extraído do Relatório Final: “Avaliação do Curso de Ciências Econômicas”, Caderno da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (VA) – 32, de circulação interna, publicado em maio de 2000.

A finalidade desse Relatório é informar o resultado da Avaliação do Curso de Ciências Econômicas, em 1999/2, à Reitoria, Vice-Reitoria e, especificamente, à Comissão de Avaliação Institucional, à Assessoria de Planejamento da Reitoria e ao Departamento de

Economia.

A Avaliação dos Cursos de Graduação da UCG tem por objetivos:

- verificar a produção científica, tecnológica e artística dos docentes do Curso, o desempenho docente, assim como a distribuição de sua carga horária na programação acadêmica;
- identificar os pontos fortes e fracos da caminhada do aluno da UCG, desde o seu ingresso, permanência, participação até à sua diplomação e ingresso no mercado de trabalho;
- verificar o grau de satisfação dos docentes e discentes quanto ao currículo e ao apoio acadêmico e administrativo;
- retroalimentar, periodicamente, o planejamento de Cursos (2000, p. 1).

Nesse processo são avaliados os docentes, os discentes, a proposta e operacionalização curricular, além da infra-estrutura e apoio acadêmico-administrativo. Tudo isso envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração.

O Curso de Ciências Econômicas é oferecido na modalidade de bacharelado. Teve seu reconhecimento através do Decreto nº 37.618, de 20/06/1955. Seu currículo mínimo é o aprovado pela Resolução nº 11, de 06/06/1984, do Conselho Federal de Educação, possuindo uma carga horária mínima de 2.700 horas. O currículo pleno do ECO/UCG tem 212 créditos, distribuídos numa carga horária de 3.180 horas. Sendo que, o período matutino é composto de 9 semestres, enquanto o período noturno totalizam 10 semestres.

Em relação à avaliação do corpo docente, a Tabela nº 2, apresenta a titulação acadêmica. O índice de qualificação do corpo docente obteve o conceito “D”, numa ordem de conceitos variando de “A” (melhor) até “E” (pior).

O Relatório comenta, conforme a Tabela nº 2, que dos 62 docentes que lecionaram no Curso de Ciências Econômicas em 1999/2, apenas 26 (41,94%) pertenciam ao Departamento de Ciências Econômicas e 36 (58,06%) pertenciam a outros Departamentos. Que a taxa de docentes apenas graduados, de 22,58%, é muito elevada. Daí, o Relatório fazia duas

recomendações: a primeira, evitar a contratação de docentes apenas graduados, mesmo como convidados; e a segunda, estimular os docentes graduados a cursarem pelo menos especialização.

Tabela nº 2

CORPO DOCENTE, NÚMERO E PERCENTUAL, POR TITULAÇÃO NA UCG, NO CURSO, NO DEPARTAMENTO QUE OFERECE O CURSO E DE OUTROS DEPARTAMENTOS. CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – 1999/2

TITULAÇÃO	UCG		CURSO					
			TOTAL		ECO		OUTROS DEPARTAMENTOS	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Graduado	253	22,61	14	22,58	05	19,23	09	25,00
Especialista	517	46,20	33	53,22	13	50,00	20	55,56
Mestre	276	24,66	12	19,36	05	19,23	07	19,44
Doutor/Livre Docente	73	6,53	03	4,84	03	11,54	00	00,00
T O T A L	1.119	100,00	62	100,00	26	100,00	36	100,00

Fonte: CPD/DRH/CPA-VA

Outro aspecto importante desse Relatório ainda em relação ao corpo docente, trata-se da produção científica, tecnológica e artística, conforme pode ser observada na Tabela nº 3.

Neste item o Curso obteve também o conceito “D”, numa ordem de conceitos variando de “A” (melhor) até “E” (pior).

De acordo com a Tabela nº 3, o Relatório comenta que dos 62 docentes que lecionam no Curso de Ciências Econômicas, somente 10 (16,13%) declararam alguma produção. E faz uma recomendação que, este item poderá ter a sua avaliação elevada, se houver mais mestres e doutores lecionando e produzindo.

Tabela nº 3

PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E ARTÍSTICA DOS DOCENTES (ÚLTIMOS 36 MESES NA UCG), POR TITULAÇÃO, NÚMERO E PERCENTUAL CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – 1997 A 1999

GRADUADO			ESPECIALISTA			MESTRE			DOUTOR			TOTAL GERAL		
N	Com Produção		N	Com Produção		N	Com Produção		N	Com Produção		N	Com Produção	
	N	%		N	%		N	%		N	%		N	%
14	00	0,00	33	05	15,15	12	03	25,00	03	02	66,67	62	10	16,13

FONTE: DOCENTES/VPG/UCG

Resumindo os itens avaliados em relação ao corpo docente, o resultado foi o seguinte: 1) Índice de Qualificação do Corpo Docente = conceito “D”; 2) Índice de Carga Horária Docente = conceito “B”; 3) Índice de Carga Horária por Atividade = conceito “C”; 4) Taxa de Produção Docente = conceito “D”; 5) Índice de Avaliação de Desempenho Docente conceito “A”. O Índice Geral do Corpo Docente ficou com o conceito “C”.

Quanto à avaliação do corpo docente, um dos itens avaliados foi a demanda no Vestibular. A Tabela nº 4 apresenta o número de inscritos, o número de vagas e o número de candidatos por vaga, na UCG e no Curso de Ciências Econômicas, de 1996 a 1999.

Pelos números apresentados na Tabela nº 4, o Relatório comenta que tem sido baixo o índice de procura para o Curso de Ciências Econômicas da UCG, conseguindo apenas o conceito “E” (pior de todos).

A década de 1990, conforme LIMA, para o Curso de Administração da UCG, foi um período de franca expansão (2001, p. 200). Ao contrário, o Curso de Ciências Econômicas da UCG, comparado com os cursos de Administração e Ciências Contábeis, não apresentava a mesma

tendência. No ANEXO 6, dessa dissertação, que apresenta o demonstrativo de alunos formados nos cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração, da UCG, no período de 1954 a 2000, essa situação pode ser comprovada. De 1990 a 2000, enquanto o Curso de Ciências Econômicas formou 884 alunos, o de Ciências Contábeis formou 1.680 alunos e o de Administração formou 1.882 alunos.

Tabela nº 4

INSCRIÇÃO NO VESTIBULAR, VAGAS OFERECIDAS E ÍNDICE DE CANDIDATO/VAGA NA UCG E NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS * 1996/1 - 1999/1

ANO	TURNO	UCG			CURSO		
		INSCRITOS	VAGAS	CAND/VAGA	INSCRITOS	VAGAS	CAND/VAGA
1996/1	Mat.	4 684	880	5,32	90	50	1,80
	Not.	4 834	920	5,25	95	50	1,94
1996/2	Mat.	3 407	860	3,96	65	50	1,30
	Not.	3 408	920	3,70	76	50	1,52
1997/1	Mat.	4 788	910	5,26	57	50	1,14
	Not.	4 922	970	5,07	86	50	1,72
1997/2	Mat.	3 545	910	3,90	72	50	1,44
	Not.	3 626	1 030	3,52	106	50	2,12
1998/1	Mat.	3 724	670	5,56	80	50	1,60
	Not.	2 716	690	3,94	109	50	2,18
	Vesp.	899	160	5,62	-	-	-
	Int.	2 955	470	6,29	-	-	-
1998/2	Mat.	3 511	720	4,88	98	50	1,98
	Not.	2 689	730	3,68	100	50	2,00
	Vesp.	1 597	160	9,98	-	-	-
	Int.	2 222	410	5,42	-	-	-
1999/1	Mat.	3 090	740	4,18	80	50	1,60
	Not.	3 510	910	3,86	105	50	2,10
	Vesp.	2 117	1 480	1,43	-	-	-
	Int.	3 037	610	4,98	-	-	-

FONTE: CPD/Com. Vest. /SG/UCG.

Já a Tabela nº 5, apresenta o número de alunos que ingressaram no Curso, bem como, o número destes que permaneceram no Curso, no período de 1994 a 1999. Apresenta também o total de alunos do Curso em cada semestre do período analisado.

Diante dos dados contidos na Tabela nº 5, o Relatório faz dois comentários. O primeiro, é que a partir de 1994/2, ingressaram no Curso de Ciências Econômicas um total de 1.169 alunos, sendo que destes, apenas 540 (46,19%) permaneceram no Curso em 1999/1. O segundo comentário, é que o Curso de Ciências Econômicas é ministrado com 9 períodos para o turno matutino e 10 para o noturno. Não foi possível, naquele momento, coletar os dados separados por turno, portanto os alunos do turno matutino que concluíram o Curso no período certo (1998/2) não permanecem no Curso em 1999/1.

Diante disso, o Relatório recomenda a implantação de um sistema de acompanhamento pedagógico dos alunos do Curso de Ciências Econômicas, principalmente daqueles com dificuldade de aprendizagem.

Tabela nº 5

ALUNOS INGRESSANTES E DIPLOMADOS POR ANO/SEMESTRE – CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – 1994/2 - 1999/1

SEMESTRE	INGRESSANTES	DIPLOMADOS
1994/2	095	87
1995/1	105	40
1995/2	119	59
1996/1	117	34
1996/2	117	32
1997/1	125	24
1997/2	132	34
1998/1	129	19
1998/2	102	35
1999/1	128	47
TOTAL	1.169	411

Fonte: CPD / SG / UCG.

Outro item avaliado refere-se ao sucesso obtido na Graduação do Curso de Ciências Econômicas. Isso é feito analisando o número de alunos ingressantes e diplomados por ano/semestre no Curso.

Pela Tabela nº 6, que analisa esses dados no período de 1994/2 a 1999/1, o Relatório comenta

que dos 95 alunos que ingressaram no Curso em 1994/2, 47 (49,47%) concluíram o mesmo em 1999/1. O índice dos que não concluíram o Curso (50,53%), de certa forma, está próximo do índice de evasão bruta, igual a 53,80%, apresentado pelo Relatório.

Tabela nº 6

NÚMERO DE ALUNOS INGRESSANTES, ALUNOS QUE PERMANECEM NO CURSO E TOTAL DE ALUNOS POR ANO/SEMESTRE – CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – 1994/2 - 1999/1

ANO/SEMESTRE	INGRESSANTES	PERMANECEM NO CURSO (EM 1999/1)	TOTAL DE ALUNOS DO CURSO
1994/2	95	18	615
1995/1	105	34	620
1995/2	119	47	635
1996/1	117	43	654
1996/2	117	58	651
1997/1	125	61	670
1997/2	132	60	690
1998/1	129	67	725
1998/2	102	62	744
1999/1	128	90	722
TOTAL	1.169	540	-

Fonte: CPD / SG / UCG

Neste item, o Curso de Ciências Econômicas da UCG obteve o conceito “C”, na ordem de conceitos também variado de “A” (melhor) até “E” (pior).

Resumindo os itens avaliados em relação ao corpo discente do Curso de Ciências Econômicas, em 1999/2, o Relatório apresenta os seguintes resultados:

- 1) Índice Candidato/Vaga.....conceito = “E”
- 2) Taxa de Permanência no Curso.....conceito = “C”
- 3) Taxa de Sucesso na Graduação.....conceito = “C”
- 4) Taxa de Participação de Alunos em Bolsa.....conceito = “E”
- 5) Índice de Acompanhamento de Egressos.....conceito = “C”

O índice Geral do Corpo Discentes obteve o conceito “D”.

Além dessa avaliação do corpo docente e do corpo discente do Curso de Ciências Econômicas da UCG, o Relatório avaliou também a Proposta e Operacionalização Curricular, através dos alunos e professores do Curso, obtendo o conceito “C” no geral desse item.

O último item avaliado e apresentado pelo Relatório, trata-se da Infra-estrutura e Apoio Acadêmico-Administrativo, também na visão dos alunos e professores do Curso de Ciências Econômicas. Seu índice geral também proporcionou a obtenção do conceito “C”.

Conforme a Comissão de Avaliação, o resultado nos mostra que o Curso de Ciências Econômicas da UCG em 1999/2, obteve o conceito “C”, como Avaliação Final do Curso.

CONCEITO	ESCALA
A	3,40 a 4,00
B	2,80 a 3,39
C	2,20 a 2,79
D	1,60 a 2,19
E	1,00 a 1,59

FONTE: Comissão de Avaliação/UCG.

Pela Tabela nº 7, percebe-se que o Curso obteve uma pontuação de 2,43 que é fruto da média simples dos quatro índices gerais avaliados. Pelas regras estabelecidas, o conceito “C” varia numa escala de 2,20 a 2,79 pontos.

Na sua Conclusão, o Relatório após fazer algumas considerações de cada item avaliado, sintetiza as recomendações, com a finalidade de superar os pontos fracos, para que possa acontecer um salto qualitativo na melhoria do Curso de Ciências Econômicas da UCG.

Em relação ao corpo docente, os pontos fracos estão relacionados à qualificação e produção científica, tecnológica e artística. Duas recomendações neste caso: os docentes apenas graduados devem cursar pelos menos especialização em sua área de atuação ou docência universitária e; os docentes especializados devem ser estimulados a cursar mestrado ou

doutorado, aumentando assim o número de mestres e doutores, e com isso aumentam as possibilidades do crescimento dos índices de produção e, conseqüentemente, melhorando a pontuação e os conceitos do Curso.

Tabela nº 7

**ÍNDICE E CONCEITO GERAL DA AVALIAÇÃO POR ITENS ANALISADOS
SEGUNDO OS AVALIADORES – CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – 1999/2**

ITENS AVALIADOS	ÍNDICE	CONCEITO
Índice Geral do Corpo Docente	2,46	C
Índice Geral do Corpo Discente	1,94	D
Índice Geral da Avaliação da Proposta e Operacionalização Curricular	2,60	C
Índice Geral da Avaliação da Infra-Estrutura e Apoio Acadêmico-administrativo	2,52	C
Avaliação Final do Curso	2,43	C

Fonte: COMISSÃO DE AVALIAÇÃO / UCG

Quanto ao corpo discente, o Relatório conclui que a avaliação é fraca. Os pontos fracos estão nos itens: participação de alunos em bolsa (conceito “E”), candidato/vaga no vestibular (conceito “C”). Apresenta como recomendações: incrementar a participação de alunos em atividades relevantes tais como pesquisa e monitoria voluntária, uma vez que o número de bolsas remuneradas é limitado na UCG; realizar maior divulgação do Curso junto às instituições de 2º Grau e Cursinhos, visando aumentar o número de candidatos/vaga nos vestibulares; implantar um projeto de acompanhamento dos profissionais formados em Ciências Econômicas visando conhecer e acompanhar a situação dos profissionais no mercado de trabalho quanto às deficiências sentidas na sua formação universitária e quanto à desatualização diante do avanço científico e tecnológico, bem como, analisar o Curso concluído, nos seus diversos aspectos, tendo em vista a retroalimentação para melhoria de sua qualidade.

No tocante à Proposta e Operacionalização Curricular, foi avaliada como regular pelos alunos

(conceito “C”) e positivamente pelos docentes (conceito “B”). Os pontos fracos apresentados pelos alunos, considerando a somatória dos conceitos “D” e “E” e acima de 40%, foram os seguintes: integração entre teoria e prática (62,2%); integração entre ensino, pesquisa e extensão (54,4%); adequação do currículo ao perfil do profissional tal qual você percebe (44,4%) e orientação ou acompanhamento por parte da coordenação do curso/área (43,3%). Na avaliação dos professores, os itens que tiveram maior índice de avaliação negativa coincidem com a dos alunos, na sua maioria. A única divergência ocorreu com relação ao item integração entre ensino, pesquisa e extensão, considerado fraco pelos docentes. Quanto às recomendações, o Relatório explicita que cabe à direção do ECO, junto à Congregação, analisar os pontos fracos e realizar ações para saná-los.

No que diz respeito à Infra-estrutura e Apoio Acadêmico-administrativo, o Relatório registra que a infra-estrutura foi avaliada medianamente tanto pelos alunos (conceito “C”) como pelos professores (também conceito “C”). Dos pontos que se destacaram negativamente (conceitos “D” + “E”) houve coincidência entre docentes e discentes, no que se refere às condições gerais dos prédios, e disponibilidade de equipamentos de informática. Os alunos reclamam de falta de recursos audiovisuais e os professores das condições de permanência na Universidade. A recomendação é que, para a melhoria desses itens, é necessária a tomada de providências administrativas do Departamento de Economia junto à administração central da UCG.

Além dessa e outras avaliações internas, o Curso de Ciências Econômicas da UCG também começou a ser avaliado pelo Exame Nacional de Cursos (ENC) do Ministério da Educação, a partir de 1999.

O ENC, mais conhecido como Provão, começou a avaliar os cursos em 1996. Até 2002, o ENC já havia avaliado 24 cursos em todo o Brasil.

O ENC foi criado pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995, e regulamentado pelos Decretos nº 2.026, de 10/10/1996 e nº 3.860, de 09/07/2001, objetivando construir um indicador de qualidade do ensino nos cursos de graduação. Conforme o MANUAL DO PROVÃO – Sistema de Avaliação do Ensino Superior,

o ENC verifica a aquisição dos conhecimentos e habilidades básicos dos

grupos de concluintes dos cursos de graduação, e seus resultados produzem dados por instituição de ensino superior, categoria administrativa, município, estado e região. Assim, são constituídos referenciais que permitem a definição de ações voltadas para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais (2001, p. 11).

O ENC é de caráter obrigatório, sendo anual a sua periodicidade. O seu resultado final é expresso através de conceitos que variam de “A” (excelente) até “E” (fraco).

Nesse sentido, o Curso de Ciências Econômicas da UCG obteve as seguintes avaliações do ENC:

1999 = conceito “D”

2000 = conceito “D”

2001 = conceito “D”

2002 = conceito “C”

Tabela nº 8

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (UCG) - PROVÃO DO MEC - 1999 a 2002

ANO	CONCEITO	EVOLUÇÃO (%)	GRADUANDOS PRESENTES	% RESPONDENTES
2002	C	7,40	97	100,00
2001	D	0,10	67	100,00
2000	D	(-) 2,80	86	95,30
1999	D	-	73	95,90

Fonte: INEP / MEC

Pelos dados apresentados nas Tabelas nº 8 e 9, percebe-se uma pequena, mas significativa melhoria, na performance do Curso de Economia da UCG nas avaliações feitas pelo ENC. Na Tabela nº 8, verifica-se uma evolução percentual de 0,10 em 2001 para 7,40 em 2002, o que provocou uma mudança no conceito de “D” em 2001 para “C” em 2002. Já a Tabela nº 9, demonstra que houve um avanço nos percentuais de ocorrências de notas acima de 5,0. No

grupo de percentis de 50 a 75, evoluiu de 11,90 em 2001 para 25,80 em 2002. Enquanto que no grupo de percentis de 75 a 100, evoluiu-se de 4,50 em 2001 para 13,40 em 2002. Em consequência disso houve um retração nos percentuais de ocorrências de notas inferiores a 5,0. No grupo de percentis de 25 a 50, baixou-se de 47,80 em 2001 para 27,80 em 2002. Já no grupo de percentis de 0 a 25, a baixa foi de 35,80 em 2001 para 33,00 em 2002.

Tabela nº 9

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

PERCENTUAL DE ALUNOS NOS GRUPOS DELIMITADOS PELOS PERCENTIS 25, 50 E 75 DA DISTRIBUIÇÃO DE NOTAS DOS GRADUANDOS - 1999 a 2002

ANO	P0 – P25	P25 – P50	P50 – P75	P75 – P100
2002	33,00	27,80	25,80	13,40
2001	35,80	47,80	11,90	4,50
2000	48,80	17,40	27,90	5,80
1999	38,40	34,20	24,70	2,70

Fonte: INEP / MEC

No Artigo “*O baixo desempenho dos cursos de economia no Provão 2002*”, escrito na Revista de Conjuntura de out./dez. de 2002 do CORECON (Conselho Regional de Economia) e do SINDECON (Sindicato dos Economistas) do Distrito Federal, pelo economista José Luiz Pagnussat, os cursos de Economia foram, mais uma vez, reprovados no ENC (Provão). A nota média nacional do Exame 2002 foi 29,7, ficando pouco acima das médias dos anos anteriores: em 2001 foi 26,0; em 2000, 26,2; e em 1999, 28,4.

PAGNUSSAT é Conselheiro do CORECON/DF, professor da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e da Universidade Católica de Brasília (UCB), e também é Membro da Comissão de Avaliação do Curso de Economia do INEP/MEC. Nesse mesmo Artigo, ele considera que, a Política de Avaliação dos Cursos Superiores, implementada pelo MEC, vem cumprindo eficientemente o seu papel de dar transparência para a sociedade sobre a qualidade do ensino de graduação, além de fornecer informações relevantes para as

coordenações de cursos implementarem ações que possibilitem a melhoria do ensino.

Para ele, essa política assume especial importância em razão da expansão da oferta de cursos e vagas no Ensino Superior. Entre 1990 e 2001, o número de cursos de graduação cresceu 158%, passando de 4.712 para 12.155 cursos, sendo que 63,8% (7.754) dos cursos são mantidos por instituições privadas.

Em síntese, ele considera que essa expansão ocorre com maior participação de IES (Instituições de Ensino Superior) privadas e em cursos noturnos, além de haver uma maior interiorização do ensino superior. Esta tendência de “privatização” do ensino superior deverá acentuar-se nos próximos anos, dada a restrição orçamentária pública e o grande número de instituições privadas que surgiu nos últimos anos.

Por outro lado, ele entende que a importância da avaliação, e em especial do Provão, se reforça, ainda mais em razão da proposta das novas diretrizes curriculares, de flexibilização dos currículos de graduação, possibilitando às Instituições de Ensino Superior implementarem projetos pedagógicos mais inovadores, e permitindo a diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições, de forma a melhor atender às necessidades específicas de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem. O ENC e a avaliação das condições de ensino, que compõe o Sistema de Avaliação da Educação Superior, são, hoje, instrumentos de planejamento dos cursos.

Para finalizar, cabe registrar que os dados mostram significativos investimentos, das diversas instituições, na melhoria das condições de ensino: instalações físicas, bibliotecas, materiais didáticos e sobretudo na qualificação do corpo docente. O processo, entretanto está apenas iniciando-se, há a necessidade de grandes avanços, especialmente nos projetos pedagógicos e nas práticas de ensino, para a efetiva melhoria da qualidade do ensino (PAGNUSSAT, 2002, p.38).

E agora, para completar essa abordagem sobre as avaliações, tanto interna quanto externa, dos cursos de graduação, feitas pela UCG e pelo MEC, serão apresentadas as análises de algumas de nossas fontes orais utilizadas nessa dissertação.

Para o Presidente do COFECON, Carlos Roberto, existe muita crítica em relação ao Provão.

E muita coisa que me deixou muito preocupado. Eu fiquei sabendo na semana passada, de uma reunião que eu tive... retrasada, lá em Brasília, que houve uma reunião aí não sei com quem desses órgãos que congregam, e foi,

nominado pela turma da UNE, pela esquerda lá da UNE, que eles fizeram Assembléia. Chegaram à decisão que a sociedade é contra o Provão, então que deve ser extinto o Provão. Eu acho isso um absurdo, você extinguir e não apresentar nada no lugar, né?

Eu acho que o Provão, ele tem que ser aperfeiçoado, mas ele não pode ser eliminado. (Entrevista de Carlos Roberto de Castro).

O Prof. Eduardo Rodrigues, atual diretor do ECO da UCG, considera que a avaliação institucional da Universidade Católica de Goiás, pelo menos nos últimos períodos, tem sido insuficiente e ineficaz. Insuficiente porque ela, até um certo tempo, só estava avaliando os professores convidados. Portanto, não tínhamos uma noção dos professores efetivos. E isso é um problema gravíssimo. E ineficaz, porque a estrutura como ela era feita até o semestre passado, era por questionários e esses questionários, eles não eram muito bem elaborados.

Então, nós temos aí, um problema de ordem técnica e temos também um problema de ordem de qualificação dos questionários. Se nós passamos a investir numa nova etapa, que eu acredito ser uma etapa importante, que foi fazer essa avaliação via Internet. Entretanto, temos dados precisos de que a participação foi extremamente pequena. (...)

Na atual estrutura, com base nos dados dessa avaliação, não se pode fazer nada. (Entrevista de Eduardo Rodrigues da Silva).

Quanto às avaliações feitas pelo MEC, o Prof. Eduardo Rodrigues afirma que está aguardando a definição da data da próxima visita dos avaliadores. Embora na última avaliação feita pelo MEC, o Curso de Ciências Econômicas da UCG teve uma performance muito ruim em vários critérios, ele acredita que muita coisa mudou para melhor.

Para ele, na última avaliação do Curso de Ciências Econômicas que foi feita pelo MEC, nós tivemos uma má avaliação em muitos critérios. E com base nessa avaliação, tem-se procurado tentar atacar os nossos pontos deficientes. Está-se aguardando, talvez pra esse ano ainda, uma nova avaliação da condição do ensino do Curso de Ciências Econômicas. Sabe-se que quando há uma mudança de governo, igual a que aconteceu agora no nível federal, o Ministério da Educação passa por uma reestruturação, e essas mudanças acabam por comprometer os calendários, os cronogramas pré-estabelecidos. Então, atualmente ele não tem uma definição precisa de quando deverá ser a nossa próxima avaliação. Mas acredita que, quando os avaliadores chegarem aqui, já vão encontrar um Curso com um currículo novo em vigência. Com uma participação em termos de seminários, palestras e de eventos promovidos pelo Curso. Teremos um espaço melhor, já que construímos o prédio novo da Área I. Teremos um quadro institucional de professores muito mais qualificados. Teremos programas com ementas

e bibliografias já atualizadas e nisso já estamos na fase de conclusão desses trabalhos.

Porém, para o Prof. Eduardo Rodrigues, ainda teremos uma biblioteca com problemas de espaço físico e de inadequação bibliográfica, a ausência de um laboratório de informática e ainda uma condição de espaço físico também inadequado, já que a Universidade não tem salas para os professores.

Enfim, temos plena consciência de que avançamos em muitos pontos. Mas também temos plena consciência que outros pontos não conseguimos alcançar. Mesmo porque são pontos institucionais. Não dependem só da boa vontade da Congregação da Economia. (Entrevista de Eduardo Rodrigues da Silva).

Para o Prof. Délio Moreira, o Provão tem que ser atualizado. A Economia é dinâmica demais. Vamos começar pelo Provão: D, D, D. Depois de um certo esforço e da boa vontade do Diretor e de alguns professores, subiu-se para C. O nosso aluno está desatualizado. Depois que o Departamento procurou atualizar, a avaliação foi melhor.

Devemos lembrar de uma coisa, a última vez que veio comissão do MEC pra avaliar o Curso aqui, encontrou essas monografias, que um dos verificadores aí do MEC disse: “olha, isso aqui é de nível praticamente de doutorado”. Quer dizer que alguns orientadores são capacitados e alguns alunos também. (...) Se nós, todos os orientadores, a Escola tivesse condições boas de orientar monografia... Então, é difícil orientar direito. É, o senhor está vendo que é preciso voltar algumas coisas antigas. O Curso precisa ser revisto com certa profundidade. (Entrevista de Délio Moreira de Araújo).

Quanto às avaliações institucionais, o Prof. Délio Moreira afirma que a Universidade Católica de Goiás às vezes não sabe fazer uma avaliação. Ela deveria ser feita com todos os alunos. O Centro de Processamento de Dados – CPD deveria desenvolver um programa para isso. Não só todos os alunos serem entrevistados, mas também cotejar a avaliação deles. Avaliar a Universidade, cada um dos professores e todos os alunos. E depois cotejar isso também. A avaliação precisava ser um pouco mais científica.

Outra coisa também que seria muito interessante, na visão dele, seria a Universidade modificar um pouco a sua tática de matrícula. Fazer a negociação ser mais fácil. Então, o problema aqui é a gente saber fazer melhor a avaliação e também saber negociar mais, em tempo hábil. Dar até abatimento pro aluno que se matricular em tempo. Para no primeiro dia de aula já estar tudo resolvido.

Criar incentivos. Se você pagar a sua mensalidade de fevereiro até o dia 10

de fevereiro, 5%, 4%. Lá no último dia útil de fevereiro, aí já não há nada mais. A Universidade não tem isso, no entanto tem ajudado outras escolas. Nós precisamos então, modificar um pouco a nossa avaliação, torná-la mais atualizada. (Entrevista de Délio Moreira de Araújo).

A avaliação interna é um procedimento indispensável, cada vez mais indispensável, na opinião do Prof. Goiaz do Araguaia. Para ele, infelizmente a nossa Universidade ainda não tomou a sério. Fala-se muito, mas não foi feito quase nada em termos práticos para, pela avaliação, chegarmos a uma mudança de comportamento.

Ademais, só se avalia aquilo que é projetado. Avaliar por avaliar, não tem um parâmetro pra dizer, cumpriu ou não cumpriu. Alcançou ou não alcançou. Por exemplo, para ele, a avaliação que o MEC vem procedendo nas escolas, Provão e avaliação institucional, ela é inconseqüente. Porque não é divulgado, não é publicado o que deve ser feito em cada curso, para a partir desse programa, do projeto para cada semestre, esses quesitos serem avaliados. Esses quesitos serão objeto de avaliação. Avaliação por meio de tais instrumentos. Munido disso, o executor das tarefas lá do projeto, ele tem sempre presente que o desempenho dele vai ser aferido por esse, e por aquele outro aspecto, aferido por tais instrumentos.

Então você tem como executor das tarefas, como professor em sala de aula, o referencial claro e preciso do que você tem de fazer no dia-a-dia, para chegar no final do semestre cumprindo aquelas tarefas todas... Sem esses requisitos, sem esses preliminares, a avaliação fica sem qualquer função gerencial. (Entrevista de Goiaz do Araguaia Leite Vieira).

Quanto ao Provão e as outras avaliações executadas pelo MEC, o Prof. Goiaz do Araguaia acha que tem que mudar. Mas tem que ter os parâmetros, tem que ter os referenciais. O MEC não produziu um referencial. Tem as diretrizes curriculares, mas é insuficiente. Isso é insuficiente. As diretrizes de como desenvolver aquele curso, mas tem que ter é o que cada departamento, cada disciplina, cada curso, cada núcleo de disciplinas deve programar para o período. Identificando claramente quais são os aspectos que serão objetos de avaliação. E avaliação por quais instrumentos. E por quais agentes aquele desempenho deverá ser avaliado, o aluno, o funcionário, outros. Se isso não é posto com toda clareza, o processo de avaliação é tendencioso. É um processo de avaliação, ou puramente ideológico, ou puramente punitivo, ou puramente policialesco. Mas não é pedagógico, não é pra aumentar o rendimento do professor e do aluno em sala de aula, no sentido de que ambos cresçam intelectualmente. E, sobretudo o aluno, que é o que passa pela universidade, alcance o objetivo fundamental, que é a autonomia intelectual.

É uma avaliação, como eu disse, uma avaliação inconseqüente. Ela pode ser manipulada, pode ser utilizada pra fins escusos, né? Eu não vejo que esteja vinculada a um projeto de fazer progredir a escola no Brasil. (Entrevista de Goiás do Araguaia Leite Vieira).

O Prof. Joadir Costa acha que toda instituição, principalmente instituição de ensino tem que ter o seu sistema de avaliação.

Então, nesse ponto eu acho que a Universidade está de parabéns, porque ela fez, e vem fazendo, um esforço muito grande pra implantar esse sistema. O que a gente sabe é que ainda é uma coisa incipiente, e às vezes é muito difícil, e há muitas limitações na hora de se fazer essa avaliação. Mas acho que o ponta-pé inicial foi dado, que foi implantar o sistema, né? E sobretudo criar essa mentalidade de que nós estamos constantemente em avaliação. (Entrevista de Joadir Costa).

Devido à mudança de Governo, saindo Fernando Henrique Cardoso e entrando Luiz Inácio Lula da Silva, o Prof. Joadir Costa receia se vai haver continuidade na avaliação feita pelo MEC. Para ele, o Provão também não é um sistema de avaliação perfeito. Porque muita coisa não é avaliada, muita coisa não é vista. Às vezes uma universidade sai mal no Provão, mas ela tem outras qualidades que o Provão não mostra.

Mas ele acha que já é um grande passo, o fato do MEC ter um sistema pra avaliar a universidade. O difícil é quando o MEC não tinha.

Então, eu penso assim, que o fato do Departamento ter saído mal, não está tanto no problema assim, de qualificação do Curso, do Curso estar oferecendo uma qualidade ruim. Mas é uma questão de ênfase. Eu tenho percebido assim, que os últimos Provões tem dado uma ênfase muito grande no núcleo teórico do Departamento. Agora, na sala de aula, a gente tem sido muito exigido por parte dos alunos em dar uma ênfase maior nos aspectos profissionais, nas aplicações práticas, etc. Então, vamos dizer assim, se o nosso cliente pede aplicações práticas e o nosso avaliador pede ênfase (risos) nos aspectos teóricos, então a ... Eu acho que é necessário muita discussão pra gente encontrar um meio termo, um ponto assim, de equilíbrio. (Entrevista de Joadir Costa).

Na visão do Prof. Aristides Moysés, a Universidade Católica de Goiás não tem proporcionado um *feed-back* de suas avaliações sobre o corpo docente. Ele não sentiu ainda os efeitos dessa avaliação institucional da própria Universidade. Ele diz que, do ponto de vista pessoal, não tem tido nenhum *feed-back* se ele é um bom ou um mal docente, do ponto de vista institucional. Agora, ele acha que a avaliação institucional é importante. Ela tem que ser conseqüente. Eu tenho que fazer avaliação, tenho que apurar, vou chegar a determinados

resultados. Agora, o que significa isso? Se a avaliação institucional detectar que tem professores que não correspondem. A Universidade tem que tomar uma posição.

O Prof. Aristides Moysés afirma que nunca viu professor da Universidade Católica ser demitido ou ser punido, ou qualquer outro tipo de advertência, porque o desempenho dele está abaixo do determinado.

Para ele, a avaliação enquanto processo, obviamente que ela vai considerar essa possibilidade. Escuta aqui professor, o seu desempenho é insatisfatório. O que está acontecendo? Vamos reverter isso? E aí tem-se um prazo. Você é só graduado? Então, você vai dar um jeito de fazer uma especialização ou fazer um mestrado. E a Universidade irá propiciar essas condições.

O processo de avaliação precisa ter conseqüências positivas e negativas. Positiva, o professor que for bem avaliado, ele vai ser condecorado, ele vai ter visibilidade a isso. Agora, os professores que não correspondem e ainda fazem disso aqui apenas um “bico”, ele tem que ter conseqüência em cima disso. (Entrevista de Aristides Moysés).

Quanto ao processo de avaliação desenvolvido pelo MEC, o Prof. Aristides Moysé tem uma visão positiva do conjunto.

Eu tenho uma visão positiva desse processo, inclusive do Provão, que muita gente se posiciona contra. Que, de fato, como instrumento de avaliação, ele ainda continua precário, né? Mas eu acho que ele serve de referência, ele é um parâmetro. O Provão poderia ser melhor se ele pudesse avaliar o aluno também desde quando ele chega. Que o Provão deveria avaliar o que ... e ele não faz isso ... avaliar o que a Universidade aportou em termo de conhecimento ao aluno que chegou. Nós sabemos que o aluno que chega, ele chega num determinado nível. Então era preciso comparar o aluno como ele chega e como ele sai. Aí sim, aí eu acho... E além do mais, o Provão também não pode ser um instrumento pra penalizar só a instituição. Porque ele penaliza a instituição. O aluno, se ele fizer... muito alunos, por exemplo, não vão fazer... ou quando vão, não fazem. Respondem de qualquer jeito, pra poder... não se importam com a nota que vão tirar, e aí quem é penalizada é a instituição, apenas a instituição. Era preciso então, que a nota do Provão, ela tem que ter ... ela também tem que exercer um papel pedagógico em cima do aluno que faz... Se ele sair mal na prova, isso vai ter uma repercussão na vida dele. Por enquanto ainda não... Eu acho que essa avaliação externa é importante. Eu acho que quando o MEC usa o Provão como um instrumento de avaliação da instituição, é uma peça, mas ele não olha só isso. Ele vem, ele observa a biblioteca, ele observa o quadro de professores, ele observa instalações, esse conjunto, né? Mas o que aparece, o que repercute na mídia é o resultado do Provão. (Entrevista de Aristides Moysés).

Para o Prof. Antônio Bandeira, a avaliação é uma atividade continuada e não pontual. Ela não deve ser padronizada. Ele acha que no geral, as avaliações respondem muito pouco às necessidades do ensino superior de uma forma mais continuada, de uma forma mais de médio e longo prazo. Agora, o que não dá é dizer que não existe avaliação. A gente como se fosse avestruz, que em algum momento, diante de algum perigo, enfia a cabeça na areia, numa atitude como se o problema não existisse. Para ele, o problema existe e o que precisa é de fato percebermos a realidade do Provão e das avaliações que são feitas internamente. É preciso que a gente se organize e tenha ações coletivas na direção de discutir o que está posto.

Já que existe o Provão, de ter um Provão que contemple realidades diferentes, regionais, não é? Condições diferentes do que é ensino privado, do que é ensino público. Não dá pra você dizer que tem de fazer a mesma avaliação pro ensino público e pro ensino privado, né? São diferentes, não é? O financiamento das condições materiais de existência dessas Faculdades, desses Departamentos, ou desses Cursos de Economia, melhor, são diferentes. E a gente precisa avaliar considerando as diferenças. Eu acho que nós temos uma mania muito grande no Brasil, é muito grande isso, padronizar o que não possível ser padronizado. E avaliar de forma padronizada o que é desigual. (Entrevista de Antônio José Porto Bandeira).

preocupação é que há muito tempo ele vem participando dessas avaliações, e continua vendo No entendimento do Prof. Luiz Carlos, nós temos dois tipos de avaliações, aquela que te dá um retorno para que possa melhorar as condições da parte acadêmica e outra que te possibilita uma resposta sobre o contexto do todo da Universidade. O importante é a correção das falhas apontadas pelas mesmas.

Ele acha que essas avaliações internas foram muito producentes. Mas ele viu também certas avaliações que não tiveram resultados. Como diretor do Departamento, ele viveu várias situações de professores que não tinham nenhum cabedal para dar aula. Várias avaliações péssimas de professores, de ambiente, da biblioteca, e não se fazia nada. É produtor, desde que saiba utilizar-se dos resultados dessas pesquisas. Sem nenhuma situação de amor ou ódio, mas trabalhar a pesquisa racionalmente, com técnicas. Assim tem-se uma resposta importante.

Agora, para o Prof. Luiz Carlos, o ponto importante é atacar essas falhas. Sua os mesmos defeitos, as mesmas virtudes, as mesmas vicissitudes produzidas pelos mesmos professores, e não são chamadas a atenção deles. Ou seja, eles vão até aposentar dessa forma, chegando sempre atrasados, não vão lançar matérias, não vão fazer seus planos de aulas, não vão fazer

planos de ensinios, etc. Para ele, a Universidade faz avaliação, mas ela só simplesmente avalia pra demonstrar que avaliou, mas os resultados não chegam de forma mais firme, com mais cobrança. Não no sentido punitiva, mas cobrança pra direcionar as pessoas que estão em dificuldades.

Chega uma hora que cai em descrédito. Já aconteceu isso. Alunos nossos falam assim: “vem cá, qual o resultado disso aqui? Eu nunca vi ter resultado disso aqui?” O que está faltando nos nossos alunos é a conscientização. O que está faltando nos nossos professores é a conscientização. (Entrevista de Luiz Carlos de Castro Coelho)

Quanto ao Provão aplicado pelo MEC junto aos cursos superiores de graduação, o Prof. Luiz Carlos não considera que ele seja um instrumento de avaliação da qualidade de ensino. Porque a partir do momento que nós precisamos de conscientizar o aluno, e o professor mesmo, a mostrar pra ele o que está acontecendo no Provão. O que está acontecendo em algumas universidades é que, dois meses antes de qualquer Provão, tem um cursinho. Então virou uma forma de cursinho e isso não é qualidade. Ele acha que, se tem que fazer um cursinho pra saber o que vai cair no Provão, e treinar o aluno pro Provão, o que vai acontecer? Esse Curso que estou fazendo de um semestre, de dois semestres, de dez semestres, não está valendo nada. Que qualidade é essa que eu estou mensurando?

Será que nós detectamos que é o nosso Curso que não está tendo a qualidade necessária dentro do semestre todinho? Ou é o nosso Curso que precisa de uma reavaliação? Ou os nossos professores? Ou os nossos alunos que já começaram a conscientizar disso? Então, essa avaliação é muito abrangente. (Entrevista de Luiz Carlos de Castro Coelho).

Para o Prof. José Augusto, todo o problema de qualquer avaliação é o que fazer com os resultados. No caso específico da UCG o que falta é gestão. Do ponto de vista das técnicas de avaliação, do projeto de avaliação, ele considera que no caso da Universidade Católica é impecável. Principalmente se for dado continuidade a esse trabalho, e ele precisa ser continuado.

Para ele, o nosso problema é de gestão. Que atitudes tomar frente aos resultados. Numa avaliação feita pelo MEC nos impõe ações imediatas, e numa avaliação feita pela própria Universidade não impõe essas ações assim de imediato. Uma avaliação externa tem o poder de nos movimentar. Uma avaliação interna, por mais competente que ela seja, como a nossa, ela não nos permite mudanças tão rápidas como a avaliação externa. Está amarrada exatamente ao estilo de gerência da Universidade. Porisso, as duas modalidades de avaliações são

extremamente importantes.

Um sistema de avaliação é um instrumento de gestão. E só se justifica você avaliar alguma coisa, se você se propôs a fazer alguma coisa, está? Se você não se propõe a fazer nada, avaliar pra quê? Então, se eu for avaliar o Curso de Economia, eu tenho que ter algum parâmetro. O nosso Curso de Economia se propõe a quê? Aí a avaliação passa a ter sentido. Porque aí os indicadores me dizem quão longe ou quão próximo eu estou desses objetivos que eu fixe pra ele. (...) Daí a importância de você ter um projeto político-pedagógico, mas que nesse projeto você tenha objetivos quantificados, ou seja, métodos. Porque aí sim tem sentido você fazer avaliação. (Entrevista de José Augusto Costa).

Quanto ao Provão do MEC, o Prof. José Augusto acha que hoje ele é um mal necessário.

Há necessidade do Provão. Até porque... Acredito que toda universidade do porte da Universidade Católica tem o seu sistema de avaliação. Porém eu não sei te dizer porque esse sistema de avaliação próprio não permite gestões efetivas de mudanças. Nesse aspecto é inegável que o Provão tem mexido com praticamente todo o ensino superior, não é? Ele tem colocado... Ele tem aflorado coisas que nós já sabíamos que existia. Quer dizer, o nível de nosso aluno realmente é ruim. Cursos do Brasil inteiro, de nossa Faculdade também, não é, de qualidade questionável. Agora, Provão pelo Provão, eu não acredito que ele vá longe. Mas se tem de notar o seguinte, que além do Provão, existem outras ferramentas que nós devíamos levar a sério. As visitas que o MEC faz, deviam ser levadas mais a sério. Agora, tudo isso entra num estilo de gestão da Universidade que é colegiada. As decisões, as decisões são difíceis. A mudança na Universidade é um processo muito lento... (Entrevista de José Augusto Costa).

Na visão da Prof.^a Nair de Moura, a avaliação feita pela UCG ainda não apresenta resultados práticos. Já o Provão realizado pelo MEC tem contribuído para melhorar o Curso de Economia e também os outros cursos.

Para ela, a avaliação interna, até hoje não apresenta resultado. Porque, o professor que é bem ou mal avaliado, até hoje, só fica no papel. E o aluno já está cansado de avaliar. Porque o próprio aluno cobra, avaliar pra quê? Se a gente avalia mal, se a gente coloca que o professor não sabe dar aula, que o professor não tem domínio de conteúdo, que ele não comparece, que a maioria das vezes ele não dá aula. Esse professor continua dando aula do mesmo jeito pra outras turmas que virão, e vai perpetuando essa situação. Isso é o que se escuta dos alunos.

A proposta da Reitoria passada, na sua visão, era exatamente essa, não deixar a avaliação simplesmente parar no papel. A segunda etapa agora era o levantamento de toda essa apuração. Detectar os professores com problemas, digamos assim, didático-pedagógico, e

encaminhá-los para um reforço. Os problemas de conteúdo teriam que ser conversados com esses professores, exigindo deles uma participação em cursos, ou mesmo dando um prazo pra que isso ocorresse, caso o professor tivesse o compromisso e a responsabilidade, o profissionalismo de assumir as suas falhas. Em determinada situação, seria até o caso de uma redução de carga horária futura.

Ela acredita que a avaliação não deve ser simplesmente a aplicação de questionário e tabulação. Tem que procurar soluções. Nós temos que apresentar alternativas. E a Universidade tem que conhecer quais são as alternativas e o conhecimento final dessa avaliação. Porque avalia, levanta, faz percentuais, fazem gráficos e fica por ali. Dentro dessa avaliação nós temos que levantar todos os nossos pontos fracos e os nossos pontos fortes. Aí nós temos que reforçar mais ainda os nossos pontos fortes. E tentar eliminar os nossos pontos fracos, ou tentar chegar próximo disso.

Agora, quanto à avaliação externa, e no caso do Provão, a Prof^a Nair de Moura acha que contribuiu sim. E tem contribuído, não só para o Curso de Ciências Econômicas, como para todos os outros cursos. Ela tem servido de parâmetro nacional. Tanto é que aqui no Curso de Ciências Econômicas, tem-se presenciado que essa nova direção tem buscado junto aos alunos, dar um determinado reforço em algumas disciplinas, que ela acha que o aluno, ou esqueceu, ou não foi bem assimilado aquele conteúdo que deveria ser dado durante o Curso. O Departamento está resgatando isso numa forma assim, de um curso intensivo. É uma forma de resgatar pro aluno todo o conhecimento pra ele ir para o Provão mais bem preparado.

Eu acho que ainda há algumas falhas que precisam ser corrigidas. Inclusive serve para o professor. Que o professor, ele já tem também acompanhado o Provão e tem percebido o conteúdo, a própria bibliografia, isso faz com ele se atualize, e repasse pro aluno aquilo que precisa ser repassado. (Entrevista de Nair de Moura Vieira).

Em relação ao Provão, o Prof. Luís Estevam acha que é difícil falar, porque é uma opinião puramente subjetiva. Mas, diante do contexto, ele propõe o rodízio de professores nas disciplinas, objetivando a retomada da vitalidade do Curso de Economia da UCG.

O Provão, ele tem uma característica definida. O Provão de Economia, tá? Ele concentra na parte quantitativa da Economia, e nos méritos da Economia, de modelos da economia neoliberal, desculpe, neoclássica, tá? Então, grande parte... A maioria absoluta das questões trata disso. Periféricamente é que ele trata de alguma coisa de história, de história

econômica, ou alguma coisa de economia brasileira, mas ele concentra nisso, tá? E o nosso desempenho tem sido ruim no Provão, sabe? E eu já propus o rodízio de professores, pra de alguma forma nós jorrarmos sangue novo nessas disciplinas, entendeu? Porque... Eu não estou falando mal, porque são bons professores, sabe? Mas foram os mesmos professores, nas mesmas disciplinas que estão dando hoje, isso há treze anos atrás. Então, eu acho que o rodízio é muito importante pra vitalidade, da retomada da vitalidade do Curso de Economia. Não que os professores sejam ruins, mas que se você ficar dez, quinze anos dando a mesma disciplina, de repente você já não está preocupando em agregar conhecimento novo algum, né? A tendência do ser humano é se acomodar nesse aspecto, certo? E sem falar que o conhecimento econômico, ele exige história econômica, ele exige teoria econômica, e exige conhecimento de política econômica. Se você ficar num eixo só, desses, você não se torna um economista ao todo, entendeu? (Entrevista de Luís Antônio Estevam).

Para o aluno Ângelo Silva, a avaliação é sempre um desafio. Ele acha que a avaliação da UCG tem que ser aperfeiçoada. É preciso que haja mais investimentos na docência. Já o Provão aplicado pelo MEC, na sua visão, é completamente ineficaz.

Para ele, percebe-se que a Universidade vem fazendo um esforço em estar avaliando, em estar mensurando essa qualidade, de docência que nós temos. Ele acha que isso tem de ser aperfeiçoado, tem de ser aprofundado. Que é urgente que a Universidade desenvolva outros mecanismos de avaliação.

São duas coisas aí que são incompatíveis. E aí ele se refere basicamente à modalidade do professor convidado, que é utilizado aqui na Universidade. O professor convidado, que é um professor a um custo menor e que depois é avaliado. Também é uma contradição. Que na medida em que se quer ganhar de um lado, perde-se de outro. Não que os professores convidados não tenham qualidade, não é isso que ele está dizendo. O que ele está dizendo é que é preciso que haja investimento de verdade em professor, na docência. É preciso que haja investimento pra valer na atuação, na experiência, na formação, na didática, na linguagem, na coerência, na forma como esse profissional trabalha, na sua disciplina e a na sua linguagem com os estudantes. E tem-se percebido, diz ele, que não está falando só do professor convidado, está-se falando inclusive dos professores mais antigos.

Uma problemática muito séria, segundo ele, é que a avaliação que existe é a avaliação formal, que está caracterizada na Universidade. Mas existem as reclamações espontâneas que surgem. Os alunos vão, de tempos em tempos, no Departamento, vão nas instâncias da Reitoria,

reclamam, brigam, falam. E o que se percebe é uma morosidade muito grande da efetivação de uma política clara de valorização da docência. A avaliação se enquadra numa forma política de padronizar a docência.

Agora, quanto ao Exame Nacional de Cursos do MEC, Ângelo Silva diz que exige muita produção, muita crítica, e críticas sérias. Críticas muito bem fundamentadas, críticas consistentes com relação a esse modelo que se mostra completamente ineficaz, inócuo. Você vê aluno que não tem produção nenhuma, que durante quatro, cinco anos, não escreveu um único artigo. Nunca se fez presente, nunca se mostrou interessado pela vida acadêmica, faz um Provão e tira uma nota até razoável. Quer dizer, você vê algumas aberrações como essa. Ele acha que essa questão precisa ser ampliada. Que o Provão, não que ele tenha que desaparecer, mas que precisa ser aperfeiçoado. Ele é extremamente injusto. Esse instrumento de mensuração, não mensura, não mede. Vê-se que tem até cursinho pra Provão.

Eu acho que essas notas baixas que nós tivemos no Provão, essas notas, elas são nossas. Elas são nossas, sabe? Por isso que eu tive uma discussão com um professor, o professor disse: “ah, vocês tiraram nota baixa ...”. Não, essa nota é nossa, é sua também. (Entrevista de Ângelo Silva Cavalcante).

Para o economista Humberto Tannús, o Provão é uma boa forma de avaliação, embora não tenha 100% de validade. Ele diz que o Conselho Federal de Economia tem acompanhado essa avaliação. Em termos gerais, a avaliação feita dos Cursos de Economia em todo o Brasil não é das melhores. O COFECON irá realizar uma pesquisa sobre o perfil do economista, sobre a formação do economista. Em relação às Faculdades, Departamentos de Economia, da qualidade de seus ensinamentos, pelo menos até agora não tem nada previsto nesse sentido. Mas é uma possibilidade que pode ser estudada.

O SINDECON – GO entende como positiva esses Provões. Segundo seu Presidente, o economista Veríssimo Aparecido, a partir do momento que nós tivermos os alunos das nossas faculdades saindo bem nesse Provão, nós estaremos sinalizando à própria entidade, que ela está no caminho certo. Caso contrário, alguma coisa de errado está acontecendo. Então, a partir desse momento, do insucesso nesse Provão, mostra que você está na hora de arrumar a sua casa.

Segundo o economista Joacir Camêlo, a iniciativa de se avaliar é louvável. Porque toda atividade, ela tem que ter uma avaliação pra ver o resultado. Tem que ter um *feed-back*, um

custo-benefício positivo. Para ele, os critérios utilizados é que às vezes não são os mais recomendáveis. É preciso que esse Provão, que foi muito combatido aí, e veio muito rapidamente, sem uma discussão com a sociedade, sem audiências públicas, ver que critérios, que melhores critérios seriam adotados para essa avaliação.

As nossa entidades classistas goianas, como o SINDECON, a Cooperativa e o CORECON, na visão de Joacir Camêlo, não têm se preocupados muito com essa questão da avaliação. Até porque, ele acha que essa função, ela é suplementar. Eles têm funções específicas. Enquanto o CORECON fiscaliza, o SINDECON defende a profissão do economista. Por outro lado, Joacir Camêlo, entende que é possível e necessário haver uma parceria entre esses órgãos representativos da categoria dos economistas e as entidades que fazem essas avaliações e que são avaliadas, principalmente, na formatação dos critérios.

Concluindo a análise apresentada neste tópico da dissertação, percebe-se claramente, pelo dados ilustrados e pelas reflexões feitas, que tanto as avaliações institucionais desenvolvidas pela UCG quanto às aplicadas pelo MEC, principalmente, o Exame Nacional de Cursos ou Provão, necessitam de aperfeiçoamentos para atingirem seus objetivos básicos.

3.6 – O Fechamento do Turno Matutino do ECO da UCG

O fechamento do turno matutino do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás tem representado, também, um marco histórico na vida do ECO da UCG.

O Prof. Orris do Rego Lima assumiu a direção da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEG) em fevereiro de 1969. Naquela época, a Faculdade oferecia seus cursos no turno noturno. Então, o novo diretor, com a aprovação da Reitoria da UCG, nomeou dois vice-diretores: o Prof. Goiaz do Araguaia Leite Vieira, para o período noturno, e o Prof. Délio Moreira de Araújo, para o período matutino.

Ressalta-se, que o turno matutino até então não funcionava na FCEG. O Prof. Délio Moreira ficou com a responsabilidade de organizá-lo. E esse turno matutino só veio ser implantado

definitivamente na Faculdade, em 1972.

Desde então, para quem se interessava em fazer o Curso de Ciências Econômicas na UCG, tinha as duas opções de turnos: matutino e noturno.

Pela Tabela nº 4, apresentada no item 3.4 dessa dissertação (p. 132), percebe-se que o número de vagas oferecidas para o Vestibular do Curso de Ciências Econômicas da UCG era o mesmo tanto para o turno matutino quanto para o turno noturno, ou seja, havia 50 vagas para ambos os turnos. Outra constatação advinda da observação dessa Tabela nº 4, é a de que o número de candidatos por vaga do turno noturno era pouco superior ao do turno matutino. Por exemplo, em 1996/1, o turno noturno obteve o índice de 1,94 candidatos por vaga, enquanto que o turno matutino ficou em torno de 1,80. Já em 1999/1, esse mesmo indicador apontou um índice de 2,10 para o turno noturno e de 1,60 para o turno matutino.

Ainda observando a Tabela nº 4, percebe-se que o número de candidatos por vaga do turno matutino que era de 1,80 em 1996/1, baixou para 1,30 em 1996/2, chegando a 1,14 em 1997/1. Depois esse indicador apresentou um período de crescimento. Em 1997/2 subiu para 1,44, em 1998/1 para 1,60 e em 1998/2 atingiu 1,98. Já em 1999/1 voltou a baixar, chegando a 1,60.

O turno noturno, nesse mesmo período considerado na Tabela nº 4, apresenta um comportamento um pouco diferente do turno matutino, em relação a esse indicador do número de candidatos por vaga no Vestibular. Em 1996/1 o índice foi de 1,94, baixando para 1,52 em 1996/2. Em 1997/1, subiu para 1,72 e em 1997/2 continuou subindo e chegou em 2,12. Em 1998/1, continuando a fase de crescimento, atingiu o índice de 2,18. Porém, em 1998/2, voltou a baixar e registrou 2,00. Em 1999/1, volta a subir, ficando em torno de 2,10.

Contudo, numa reunião de Congregação dos Professores do Departamento de Economia da UCG, realizada no dia 14 de dezembro de 1999, o Prof. Wolmir Therezio Amado, Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos, fez a comunicação do encerramento do Curso de Ciências Econômicas no turno matutino. Está assim registrado na Ata dessa reunião.

A palavra foi passada ao Prof. Wolmir que fez uma explanação do contexto geral do ensino superior quanto às avaliações da Comissão de Especialistas do MEC e do Provão, cobrou a participação do Departamento no processo de

avaliação do Provão e atenção no fornecimento das informações à equipe de especialistas, como também a atualização da bibliografia e obras para o Biblioteca. Falou sobre a mudança no eixo da demanda por cursos novos, no Vestibular, e no perfil do aluno atual, onde a maioria ainda é adolescente; observou as novas linguagens a serem utilizadas com esse aluno. Lembrou que enquanto estiver na coordenação, não manterá cursos de graduação sem demanda – cursos deficitários. Disse que a decisão de fechar o curso matutino pode ser reversível e que o Departamento, com seus professores, pode se dedicar àquilo que ele sabe fazer melhor por exemplo: pesquisa econômica. Falou que o Curso pode dar sua contribuição em outra vertente como especialização ou outro caso. Cobrou decisões rápidas como as que já ocorreram em outros Departamentos e também publicações. Mostrou que se deve criar cursos novos, para isso devemos ser mais ousados. Cobrou uma integração dos professores e rapidez nas decisões (ATA DA REUNIÃO DE CONGREGAÇÃO DOS PROFESSORES DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UCG, dez./ 1999, p. 1).

Após esse ato, muitas ações foram realizadas. O Prof. José Augusto Costa, na época, diretor do ECO, convocou e coordenou diversas reuniões da Congregação de Professores do Departamento de Economia da UCG, com o objetivo de levantar os pontos fracos e fortes do Curso, do Departamento e da UCG, para subsidiar as futuras decisões.

Depois de várias dessas reuniões e de uma exaustiva discussão desses pontos fracos e fortes, o diretor do ECO propôs à Congregação de Professores a implantação de um novo curso voltado para a área de negócios, chamava-se Curso de Análise de Negócios. Porém, a Congregação não o aprovou. Ela optou, como alternativa a essa postura de implantação de um novo curso, primeiramente, pensar e reformular o atual Curso de Ciências Econômicas. Principalmente, no sentido, de atualizar a sua grade curricular, visando torná-lo um Curso mais atrativo e mais sintonizado com a realidade que a Economia vive nos dias atuais.

Nesse período, desde o fechamento do turno matutino do ECO até o presente momento, algumas alterações ocorreram na cúpula diretiva da UCG e do Departamento de Economia. A Prof^a. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, Reitora da UCG desde 1994, foi sucedida pelo Prof. Marivaldo Cortez Amado, em 2001. Este, por sua vez, em 2002, foi sucedido pelo Prof. Wolmir Therezio Amado (Ver ANEXO 3).

No Departamento de Economia, em 1999, iniciou-se novo processo de sucessão departamental. Foi aprovada em reunião da Congregação de Professores, com a participação de representantes do Centro Acadêmico, uma lista tríplice contendo os nomes dos professores Eduardo Rodrigues da Silva, Antônio José Pôrto Bandeira e Fábio Cirilo Martinez Barbatto.

Essa lista tríplice foi enviada à Reitoria da UCG, que designou o Prof. Eduardo Rodrigues da Silva, para ser o novo Diretor do Departamento de Economia, com um mandato a partir de 06 de agosto de 2001 a 05 de agosto de 2004 (Ver ANEXO 4).

Após um longo processo de discussão ocorrido entre os professores e alunos do Departamento de Economia e, também, com representantes das entidades de classe, em agosto de 2002, o ECO da UCG lançou o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas.

Nesse Projeto Político-Pedagógico acima de tudo, está a nova grade curricular do Curso de Ciências Econômicas, com vigência a partir do semestre 2002/2. Ela conviverá com a grade anterior, vigente desde o semestre de 1987/2, até que todos os alunos matriculados na mesma concluem o Curso (Ver ANEXO 5). Essa nova grade curricular além de seguir a filosofia e as determinações da Resolução nº 11/1984 do Conselho Nacional de Educação, procura transmitir uma base teórica sólida e flexível, no sentido de proporcionar aos alunos uma maior autonomia intelectual, com mais capacidade de expressão escrita e oral. Procura também contemplar a realidade econômica local, brasileira e mundial, levando em consideração o campo de trabalho, habilidades e competências do profissional economista.

Outra ação que foi implementada no sentido de reverter esse quadro negativo, foi em relação ao Provão do MEC. Já vimos que a performance do Curso de Ciências Econômicas da UCG desde que começou a ser avaliado pelo Provão não foi das melhores. De 1999 a 2001 ficou enquadrado sempre no conceito “D”. A partir daí, por iniciativa do diretor do Departamento de Economia e da participação voluntária de alguns professores, iniciou-se a realização de aulas de reforço abordando o conteúdo específico exigido pelo Provão do MEC. Essas aulas são destinadas somente para aqueles alunos que se inscrevem para o Provão e, geralmente, são realizadas fora do horário normal, principalmente aos sábados, no 3º horário do turno matutino. Os resultados dessa ação, ao lado de outras ações tomadas visando a revitalização do Curso, já começaram a surtir efeitos positivos. No relatório final de avaliação do MEC em relação ao Provão de 2002, o Curso de Ciências Econômicas da UCG subiu para o conceito “C”.

Para completar essa análise desse momento histórico na vida do Departamento de Economia da UCG, que foi o fechamento de seu turno matutino, serão apresentados a seguir, os diversos

olhares de alguns dos entrevistados nesta dissertação, os quais vivenciaram e continuam vivenciando as conseqüências advindas desse evento.

O Prof. José Augusto Costa, diretor do Departamento de Economia da UCG na época em que o seu turno matutino foi fechado, explica como e porque isso aconteceu. Para ele, esse fato não foi exclusivo aqui da UCG, pois vários cursos matutinos no Brasil inteiro também foram fechados. A Reitoria o chamou, na época o Prof. Wolmir era o Vice-Reitor Acadêmico, e disse-lhe o seguinte: “professor, nós vamos ter que cancelar o Curso de Ciências Econômicas do turno matutino, porque a demanda não atingiu o número de vagas”. E tinha parece que trinta e poucos alunos inscritos, para cinqüenta vagas. E se contarmos a evasão que já tem no Curso, no terceiro semestre, nós vamos ter uma turma de um, dois alunos apenas. Então, o Prof. José Augusto solicitou ao Prof. Wolmir que explicasse isso lá na nossa Congregação. E ele esteve lá na Congregação realmente, explicando porque que estava fechando o Curso no período matutino. Coincidência ou não, nesse mesmo período, vários cursos matutinos no Brasil inteiro fecharam também, devido à questão de otimização do curso.

Quando ele fez aquela proposta para a implementação do Curso de Análise de Negócios, ele pesquisou várias universidades brasileiras. E a Mackenzie havia fechado, a Católica de Brasília já havia fechado. E várias outras universidades haviam fechado seu curso de manhã, exatamente por falta de demanda. Não foi um fenômeno só da Universidade Católica de Goiás. Ele tenta explicar da seguinte maneira: o Curso de Ciências Econômicas não é um curso de massa. É um curso para pessoas de uma certa maturidade. O Curso não atrai o adolescente.

A implantação de um novo curso poderia até ser um atrativo alternativo, porém, naquele momento, o mais importante era saber as verdadeiras causas da pouca demanda para o curso existente e procurar solucioná-las, no sentido de reverter a situação. Tanto isso é real, que a Congregação do ECO rejeitou a proposta para a criação de um novo curso apresentada pelo diretor do Departamento, preferindo melhorar a performance do curso já existente há muitos anos.

Para o Prof. José Augusto, a idéia de dizer que quando a economia brasileira vai bem, o Curso de Ciências Econômicas vai bem, não é verdade. Porque a baixa procura pelo Curso, não é um

fenômeno brasileiro, é um fenômeno mundial. O Curso de Ciências Econômicas, junto com o Curso de Administração da UCG, tem um convênio firmado com a Universidade de Sussex, da Inglaterra, e numa reunião junto com os professores daquela Universidade, eles desenharam um quadro do curso deles de Ciências Econômicas, que é exatamente igual ao nosso da UCG.

Então, ele acredita no seguinte: não há uma queda na procura pelos conhecimentos em Economia. Há uma queda na procura pelos atuais Cursos de Ciências Econômicas da maneira como eles estão formatados. Na maneira como eles são ministrados.

E mais, o Prof. José Augusto não acredita que o fechamento do curso de manhã tenha tido repercussão negativa na demanda pelo Curso como um todo. E que o Curso de Ciências Econômicas deva voltar a ser oferecido no turno da manhã. Porém, ele não acredita que volte agora, porque as causas que levaram ao seu fechamento continuam ocorrendo, e a principal delas é a falta de demanda.

Houve uma época em que o Departamento de Ciências Econômicas, com os três cursos, nós achávamos que ele era extremamente superavitário. Porque eu digo achávamos? Porque até hoje nós não sabemos quanto é que custa um curso nosso... Esse é um grande dilema da Universidade, um problema de gestão realmente, não é? Porque nós não temos a menor idéia de quanto custa cada curso pra gente... Todos os cursos da Universidade deveria ter uma planilha de custos, que diz exatamente quanto custa cada curso desses, até pra que ela possa ter um política de expansão. (Entrevista de José Augusto).

Para o Prof. Eduardo Rodrigues, atual diretor do Departamento de Economia da UCG, esse choque provocado pelo fechamento do turno matutino, foi de extrema importância para a melhoria do ensino de Economia da UCG. E uma das metas de sua gestão à frente do Departamento é a reabertura do Curso no turno matutino.

Primeiramente, ele fala que nessa época estava no mestrado, e morando em Campinas, no Estado de São Paulo, quando recebeu a notícia com muita tristeza na época, como todos os professores que receberam essa notícia. Mas na verdade, segundo palavras do Prof. Wolmir, não foi apenas a questão da demanda que levou ao fechamento do Curso. Na época, tinha cursos com menores demandas que o Curso de Ciências Econômicas. Outros fatores externos, que o Prof. Eduardo Rodrigues não sabe explicar, também contribuíram para a tomada da decisão.

Ele acha que hoje não cabe mais pensar se foi uma decisão correta, ou se foi uma decisão acertada. O fato é que esse procedimento desencadeou um processo forte de mudanças no Curso. Se isso foi ruim para o ensino de Economia ele não sabe, mas para o Departamento foi ótimo. Ótimo por quê? A partir desse choque, ele diz que houve um completo comprometimento dos professores no sentido de revitalizar o Curso, de re-estudá-lo, de procurar encontrar os seus pontos positivos e os seus pontos negativos, sendo que estes últimos, na época, eram muitos maiores que os pontos positivos. Em cima disso, trabalhou-se por mais de dois anos investigando profundamente as nossas deficiências. Até foi estudada a proposta da criação de um curso novo na época, e que a Congregação não aceitou, porque ela achou que na verdade o momento era de tratarmos de arrumar o que estava ruim e não colocar um outro curso, tentando ver a questão da nomenclatura, pra tentar reestabelecer o Curso de Ciências Econômicas.

Então, embora o Prof. Eduardo Rodrigues não tenha gostado da atitude do fechamento do Curso, no sentido de que era ruim para o Departamento, mas ele acredita que hoje isso foi extremamente importante. Ele diz que o Curso de Ciências Econômicas atualmente, quase quatro anos depois, é um Curso completamente diferente do que era naquele período. A integração dos professores aumentou muito mais o comprometimento deles com o Curso, com a atualização, com a revisão bibliográfica. Enfim, esse choque foi, no seu entendimento, de extrema importância para a melhoria do ensino de Economia da Universidade Católica de Goiás.

Porque, se num ciclo atingiu-se a parte inferior nesse período, de lá para cá, o Departamento está num processo de retomada do crescimento do ensino de Economia. E ele espera que muito em breve, agora com uma qualidade bem melhor, possa reabrir o turno matutino. Essa é a expectativa. Ela é uma de suas metas, aliás, uma das metas do Departamento de Economia, e da sua Congregação de professores.

Como é que seria essa questão? Primeiro, é preciso ter consciência de que para que seja reaberto o Curso no turno matutino, tem que se fazer um trabalho incisivo contra a falta de demanda dos alunos. E nesse sentido, o Prof. Eduardo Rodrigues afirma que vai iniciar nesse semestre um trabalho de visita junto às escolas. Ele já tem uma certa informação de onde

recebemos os nossos alunos que vão fazer vestibular para Ciências Econômicas. Portanto, irá se fazer um trabalho no sentido de tentar explicar, mesmo que de forma rápida, nos colégios de segundo grau, o que é o Curso de Ciências Econômicas, e o que faz um profissional de Economia. Porque tem-se plena noção de que isso é desconhecido por muitos daqueles que concorrem em vagas de vestibular. O segundo passo, é o de colocar um currículo mais ágil, mais flexível e mais atualizado. O que já foi feito em 2002/2. E o terceiro item, é o que teria de se melhorar a imagem do Curso perante a comunidade externa, melhorar a nossa participação no Provão. E isso já começou a ser realizado.

Portanto, se temos um Curso já razoavelmente avaliado pelo MEC. Se já temos um currículo, de agora quatro anos e não mais cinco. Igual aos demais cursos, não é, e além do que, flexível. O aluno pode escolher, a partir do quinto período, várias disciplinas optativas. E temos um aumento na demanda através de um trabalho direto com os alunos de segundo grau. Com essas três bases, acredito que nós criamos, novamente, uma situação favorável para a reabertura do turno matutino. O que esperamos fazer no primeiro semestre, na reunião do CEP (Conselho de Ensino e Pesquisa da UCG), no primeiro semestre de 2004, pedindo novamente a reabertura do Curso Matutino. (Entrevista de Eduardo Rodrigues da Silva).

O Prof. Délio Moreira entende que o fechamento do turno matutino contribuiu para a formação de uma imagem negativa do Curso de Ciências Econômicas da UCG. Recuperar a imagem é o grande problema atual para o Departamento de Economia resolver. Ele é favorável à reimplantação do turno matutino.

De certa maneira, sim ... Se houver demanda, sim. Agora, o problema é recuperar a imagem. Hoje em dia recuperar a imagem é uma coisa delicadíssima. Muito delicada. (Entrevista de Délio Moreira de Araújo).

O atual coordenador do Centro de Pesquisas Econômicas do Departamento de Economia da UCG, Prof. Luís Estevam, acredita que o fechamento do turno matutino do Curso de Ciências Econômicas aconteceu por falta de demanda e por uma conivência entre as direções do Departamento e da Universidade. E isso contribuiu, também, para a formação de uma imagem negativa do Curso.

Primeiro lugar, ele não seria fechado se ele tivesse demanda. O problema na verdade, você pode começar por esse aspecto primeiro... Agora, a diminuição não foi só de manhã, é à noite também. (...) Isso eu acho que é uma questão institucional. Porque houve uma conivência, não vou falar em conluio, em absoluto, houve uma conivência entre a direção do Departamento e a direção da Universidade. Porque, se não houvesse concordância da direção do Departamento, isso não teria acontecido. (...) Sem dúvida, sem dúvida. Você vê um curso fechando, e fica sabendo aí

fora... Ah vamos fazer... Algum possível candidato... Ah, não tem mais de manhã? Isso aí tem um efeito psicológico muito grande. (Entrevista de Luís Antônio Estevam).

Para o Prof. Goiaz do Araguaia, a Congregação dos Professores do Curso de Ciências Econômicas da UCG jamais fora convocada para discutir o fenômeno da perda de demanda do Curso. A decisão do fechamento do turno matutino foi uma surpresa para a maioria dos professores.

Segundo ele, o certo é que, numa reunião, fomos convocados pelo diretor, que teria a presença de um Vice-Reitor, e naquela reunião no final de ano, fomos notificados que o Curso de Ciências Econômicas fecharia o ingresso do seu turno matutino. Porque o número de demandantes para o vestibular era inferior à oferta. Com uma oferta de cinquenta vagas, menos de trinta candidatos fizeram a opção pelo Curso de Ciências Econômicas.

O certo também é que, na visão do Prof. Goiaz do Araguaia, a Congregação jamais fora convocada para discutir o fenômeno da diminuição de demanda pelo Curso. Isso não foi posto pra discutir. Afim de que se pudesse fazer uma análise mais aprofundada, mais rigorosa, identificando as causas. Foi uma surpresa pra maioria dos professores aquela decisão.

O Vice-Reitor naquela época, hoje é o Reitor da Universidade, o Prof. Wolmir, foi taxativo. Disse que a demanda era pequena, e teria que fechar o Curso no turno matutino. E se não revertêssemos o quadro, também o Curso no turno noturno seria fechado. Porque não poderia funcionar com aquele contingente de alunos. Eu usei chamar um pouco a discussão pra situações outras da Universidade, onde cursos de outras áreas, por muitos anos foram deficitários e não foram fechados. Usei até a argumentação de que por muito tempo o Curso de Ciências Econômicas, que tinha um contingente de aproximadamente mil e duzentos alunos, foi o responsável por fundos, pra formar receita pra Universidade. Que usou uma parte dessa receita, uma parte minúscula, porque não se gastava nada com o Curso de Ciências Econômicas, que não fosse custo fixo, que já está tudo depreciado, e a remuneração dos professores, papel para provas e giz. Não havia investimento, não havia mais nada. E durante esse período, nunca foi feito movimento contrário, para que recursos gerados pelo Departamento de Economia, fossem aplicados nos cursos deficitários. Se não seria o momento da Reitoria da Universidade, também levar em conta de que apesar de tudo que está-se passando com o Departamento de Economia, pode ser circunstancial. Se, mesmo com essa demanda declinante, não seria mais sensato manter o Curso, e estabelecer um prazo para que os professores pudessem agir. Pra ver se revertia a situação, se mudava o quadro, ou se o mesmo ficaria consolidado. Caso isso se confirmasse,

aí sim, teria de partir para uma solução mais drástica. Aí o Vice-Reitor foi taxativo: “está fechado e não tem mais discussão. E se o da noite também não tiver demanda vai ser fechado” (Entrevista de Goiaz do Araguaia Leite).

Para ele, a Congregação tomou ao pé-da-letra aquela expressão da autoridade citada, e por cerca de três anos, discutiu-se o Curso. Foram feitas muitas reuniões, mais de uma proposta foi elaborada de reformulação do Curso, tentativas de identificar os problemas, que no entender da Congregação, podiam ser apontados como os causadores da demanda pelo Curso de Economia. E isso resultou, no ano passado, da aprovação de uma nova grade curricular. Ele acha que a Congregação reagiu, talvez um pouco tardiamente, mas reagiu, fez uma proposta. Ele não sabe se apenas mudando a grade curricular, asseguraríamos aumento de demanda. Infelizmente nós fazemos parte de uma sociedade, estamos no curso de um processo que a fragmentação da consciência é cada vez maior. E uma sociedade de indivíduos indefesos. Hoje a propaganda faz o nosso comportamento. A propaganda faz o nosso pensar. A propaganda decide por nós. Nos tornou dóceis e absolutamente dominados pelo que aparece na propaganda. Como o Curso de Ciências Econômicas da UCG não faz propaganda e, na sua visão, é o que o redime. Porque não estamos seguindo um modismo de ir pra televisão, e dizer venham para o Curso de Ciências Econômicas, aqui é o paraíso. Nós não vendemos panacéia. Isso é um mérito da Congregação de não ter adotado esse recurso que, para ele, parece uma coisa muito desonesta. Ir para a televisão e dizer que o Curso de Ciências Econômicas garante o futuro da pessoa. E um diploma não vai garantir o futuro. O futuro está condicionado à estrutura de emprego da economia de mercado.

Eu defenderia a reabertura do Curso de Ciências Econômicas no período da manhã. Agora é preciso que nós, professores do Curso, estejamos muito mais engajados, muito mais comprometidos com o processo pedagógico. Com aquilo que nós fazemos dentro da sala de aula. (Entrevista de Goiaz do Araguaia Leite Vieira).

O Prof. Antônio Bandeira, nessa questão do fechamento do turno matutino do Curso de Ciências Econômicas da UCG, acha que é preciso pensar nisso considerando alguns aspectos. Primeiro, que faltou convencimento feito pela Congregação de que era importante manter o Curso matutino mesmo que se tivesse uma turma menor. À época, ele estava no mestrado, mas também se incorpora dentro dessa responsabilidade. Na sua opinião, sem nenhum tipo de constrangimento, temos poder de convencimento. Pelo tempo que o Curso existe dentro da Universidade, pelo papel que o Curso tem dentro e fora da Universidade, e pelo respeito que

o Curso tem da sociedade.

Eu entendo que a Congregação dos Professores foi omissa. E que foi preciso nós chegarmos ao fundo do poço para tomarmos uma posição (Entrevista de Antônio José Pôrto Bandeira).

Ele, como atual Coordenador da Coordenação da Pós-Graduação Lato Sensu da UCG, e no contato feito com os parceiros em nível do Estado, tem visto que, de fato, há um respeito muito grande pela Universidade, e há um respeito muito grande, uma expectativa muito grande da sociedade em relação ao Departamento de Economia da Católica.

Com muita sinceridade, o Prof. Antônio Bandeira afirma que, em algum momento no Departamento de Economia ele sentiu que se apostavam no fim do Curso de Ciências Econômicas. Ele acha que teve algum momento do Departamento que se jogou na direção de um suicídio coletivo do Curso. E essas coisas elas às vezes são mescladas em algumas inverdades. Então, por exemplo, um professor que em um determinado momento queria fazer uma pesquisa, ou que voltava de um mestrado, tinha dificuldades de atuar na sua área de formação, mesmo que essa área fosse uma área demandada pelo Curso de Ciências Econômicas.

Ele entende que tivemos que ter a nossa carga horária ameaçada. Infelizmente teve que ter essa perspectiva de uma carga horária ameaçada, e conseqüentemente, de salário ameaçado, para que a Congregação tomasse alguma posição. Ele reafirma que essa pesquisa que está sendo feita pelo autor dessa dissertação, proporcionou-lhe uma impressão muito positiva dela no começo, e que agora, ele vê o quanto ela pode contribuir muito para a gente sair inclusive de uma reflexão, que é uma reflexão emocional, e muito emocional, pra uma reflexão mais racional também. Que isso é importante, mas para uma reflexão mais calcada na realidade, sem procurar definir ou colocar as pessoas num chamado "paredão". Mas, pensar no Curso de Ciências Econômicas enquanto movimento, uma realidade. Um setor importante na Universidade Católica.

Nesse sentido o Prof. Antônio Bandeira tem razão. É sumamente importante fazermos uma reflexão da realidade do Curso de Ciências Econômicas desprovida de posições ideológicas radicais, visando ações concretas para revigorar o mesmo. Para isso, o que torna necessário é

a compreensão das falhas cometidas ao longo do tempo e o compromisso de saná-las dentro de um processo sistemático e dinâmico.

O Prof. Antônio Bandeira também acha que numa sociedade, especialmente essa contemporânea, que abre postos de trabalho pelo mundo afora, vê-se, por exemplo, que essa produção estado-unidense, não é feita só nos Estados Unidos, é feita pelo mundo globalizado. Eles estão abrindo e nós estamos fechando. Quer dizer, isso acaba contribuindo negativamente. Para ele, nós precisamos, inclusive, dinamizar mais as ações.

Precisava estudar um pouco mais essa coisa da demanda. Mas a gente poderia ter o turno matutino, e talvez ter com menos vagas que no noturno. Porque às vezes a gente acha que tem que ter o mesmo número de alunos, de manhã e à noite, né, mas nem sempre é isso. (Entrevista de Antônio José Pôrto Bandeira).

Já o Prof. Aristides Moysés entende que o turno matutino foi fechado por falta de gestão, de uma administração eficiente do Departamento de Economia. Para ele, o ECO estava fragilizado, e a direção da UCG virou as costas para o Departamento.

Para ele, se fechou o Curso porque não tinha demanda, então o Departamento como formador de profissionais que vão viabilizar condições, projetos, não poderia jamais tomar essa iniciativa. E nem permitir que isso acontecesse. Ora, se estava perdendo demanda, então o Departamento tinha que se organizar e reverter essa situação. E isso seria fácil de reverter. Tanto é que quando se fechou aqui, mais ou menos dois ou três cursos foram abertos no mesmo período na cidade de Goiânia. E todos eles têm demanda. Então foi problema interno. Segundo o Prof. Aristides Moysés, se estava havendo falta de demanda para o Curso de Ciências Econômicas da Católica, isso tem a ver com a qualidade do Curso que estava sendo oferecido. E essa qualidade estava tão ruim, que a avaliação do Provão acabou mostrando que o Departamento de Economia estava muito abaixo do que deveria ser. O Curso obteve três “D” consecutivos. O que estava ameaçado de fechar, inclusive, não era apenas o Curso da manhã, era o Curso todo.

Então, no seu entendimento, isso tudo se deve à gestão do Departamento. Ele acha que isso mostra muito mais a fragilidade em que se encontrava o Departamento de Economia naquele momento. Ora, se tem outros cursos com demanda baixa e que não foram fechados, é porque a direção, o conjunto de professores, alunos, juntos não permitiram que isso acontecesse. Se a coisa aconteceu no ECO à revelia, isso é mais grave ainda. Isso significa que o Departamento

de Economia, naquele contexto, estava completamente fragilizado.

Para o Prof. Aristides Moysés, o ECO não estava acéfalo, porque tinha uma cabeça. Ela poderia, talvez não estar correspondendo à altura, mas existia. Agora, isso mostra o quanto o Departamento de Economia é desorganizado. Ele é um Departamento antigo, tem história, tem tradição. Precisava ser mais respeitado. Nesse sentido, o respeito deve ser conquistado. Então, se isso aconteceu é mais grave ainda. Significa que a direção da Universidade deu as costas para o Departamento de Economia e este não fez nada.

Se nós tivéssemos fechado o Curso de Economia da manhã, pra poder tornar o Curso de Economia da noite o melhor do Centro-Oeste, ah, então se justificava. Mas não foi feito isso. Não foi. Tanto é que o Curso de Economia da manhã fechou, o que foi avaliado foi o que ficou. E o que ficou foi o que levou a imagem do Departamento pra baixo. (Entrevista de Aristides Moysés).

Fica evidente que nessa questão do fechamento do turno matutino do ECO da UCG, faltou gestão da direção do Departamento e da Congregação no sentido de dialogar mais com os responsáveis pela administração superior da Universidade. E isso já deveria estar acontecendo muito antes da decisão da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos de fechá-lo, no final de 1999.

Para o Prof. Joadir Costa, o Curso foi fechado no turno matutino exclusivamente por falta de demanda. Ele acha, também, que o Departamento de Economia, na época, poderia ter apresentado alternativas para o Universidade.

Para ele, se houvesse uma demanda grande pelo Curso de Ciências Econômicas, ele estaria funcionando, e a Universidade não teria nenhum problema a levantar contra o seu funcionamento no período matutino. Aliás, é interessante pensar, que se houvesse demanda também para o turno vespertino, o ECO estaria oferecendo, como está se oferecendo em outros Departamentos.

O Prof. Joadir Costa entende que, no nosso caso, faltou por parte do Departamento de Economia, uma maior oferta de alternativas para serem apresentadas à Universidade. Porque, a forma como a Universidade Católica de Goiás é administrada, é uma coisa muito interessante. Ele acha que é uma coisa que vem ainda do tempo dos jesuítas. Ainda é uma

influência dos jesuítas. A direção da UCG só decide a partir de propostas que vêm dos Departamentos. E isso é característica da forma de administrar dos jesuítas.

Ele acha que o problema não foi o fechamento do turno matutino, que tenha afetado a imagem do Departamento de Economia da UCG. O fato de aparecer outras instituições oferecendo o Curso de Ciências Econômicas, justamente numa época em que a demanda é baixa, isso mostra é que esses outros cursos passaram a oferecer, ou pelo menos a prometer, uma certa característica mais empresarial ou de negócios. Quer dizer, o marketing dessas instituições para vender vagas no Curso de Ciências Econômicas, foi justamente a preocupação de ter um curso voltado para a área de negócios. E o ECO da UCG não conseguiu assimilar essa visão, e continuou oferecendo um Curso mais voltado para a área pública.

É importante ressaltar que o Curso já vinha enfrentando problemas diversos que estavam refletindo na sua demanda. Numa conjuntura assim desfavorável, o fechamento de seu turno matutino, de forma unilateral, só vem reforçar a tese de que contribuiu para piorar a imagem do ECO da UCG, principalmente para aqueles que não o conhece e não o acompanha mais de perto. E isso, com certeza, continuará refletindo na demanda do Curso em seu turno noturno.

Continuando sua análise, o Prof. Joadir Costa também acha que não foi uma coisa positiva, foi uma crise. A UCG teve de fechar para não ficar mantendo cursos ou turmas deficitárias. A Universidade deve desenvolver cada vez mais essa idéia de que manter cursos deficitários, significa impor um custo sobre os outros cursos que apresentam superávits. Sua opinião é que essa mentalidade tem de mudar na UCG. Para isso, deve-se entender um pouco de sua história. Como ela é uma universidade católica, na realidade, a UCG torna-se uma universidade pública devido assim, ao papel social que ela desempenha.

Quanto à possibilidade da reabertura do turno matutino no ECO da UCG, ele justifica.

Se houver demanda, eu acho que nós devemos replantar o Curso. O problema é chegar e ir abrindo o Curso de novo, só pra garantir uma importância do Departamento, isso não teria sentido, não é? Se houver demanda, nós devíamos abrir o Curso, inclusive à tarde. Eu acho que seria muito importante, mas tudo vai depender da demanda pelo Curso. (Entrevista de Joadir Costa).

O Prof. Luiz Carlos, ex-diretor do ECO da UCG, acredita que a direção do Departamento, na

época, poderia ter se juntado à Congregação dos Professores, e solicitado à direção da Universidade um tempo para reverter aquele quadro negativo.

Eu não acompanhei o processo. E seria muito leviano da minha parte fazer qualquer colocação. Eu só faço um comparativo. Se a demanda é causa pra se fechar curso, eu já tive demanda de cursos da Universidade aqui, com dois, três alunos, na sala de aula. Nós tivemos épocas desse período. Eu não entendo é que tipo de demanda que pode-se fechar um curso em um turno. Eu posso até fechar uma sala, uma disciplina, uma turma. Mas se fechar um curso! Eu acho que faltou gestão, seja de quem for. Eu acho que, se foi uma decisão que deve ter um estudo, eu acho que esse estudo... Eu não vejo ainda... Ninguém me convenceu, não procurei também me convencer, porque eu estava fora do Departamento. Mas eu não... Não tem coisas plausíveis que me convençam a fechar um curso em função de demanda. E sendo que outras universidades estão criando Cursos de Economia. Algo tem... Não é explicado. É aquele velho ditado, ele é o diretor do Departamento, a determinação veio de uma Reitoria, cumpra-se, não é? (Entrevista de Luiz Carlos de Castro Coelho).

Para ele, se o Reitor deixou margem para discutir, como Diretor, com a devida máxima vênia ao Prof. José Augusto, que ele respeita e tem nele o maior conceito, não faria gestão idêntica à dele.

Nesse sentido, não. Eu não aceitaria esse encerramento. Eu juntaria com a Congregação dos Professores e trabalharia numa tentativa de reverter aquela decisão. Pediria ao Reitor, um prazo de pelo menos três a quatro semestres para corrigir a situação. Se dentro desses três semestres, se tivesse dado esse prazo, eu acho que o Curso de Ciências Econômicas estava vivo hoje, na parte da manhã. Então, o que faltou, na minha opinião, talvez foi uma decisão firme. Mas não houve uma resposta também firme de pedir um prazo, ou de uma aquiescência, porque é aquele velho ditado, manda quem pode, obedece quem tem juízo. Mas, se ele tem o apoio da sua Congregação, e esse que é o ponto central do Departamento, a gestão hoje do ECO tem que ser trabalhada muito com a Congregação, porque ela comanda, ela define, então a Congregação tinha que ter tomado uma atitude. Tinha que ter mostrado ao Reitor posições para se trabalhar dessa forma. Porque toda Congregação critica, e nessa hora, será que a Congregação tinha solução para essa situação? Quer dizer, se não aconteceu, e se não foi procurada a Congregação, ela sempre vai dizer, foi o Diretor que não teve força, que não quis, que foi complacente, que foi omissivo. Então, tem-se que dividir responsabilidades (Entrevista de Luiz Carlos de Castro Coelho).

Nessa questão do fechamento do turno matutino, segundo a Prof^ª. Nair de Moura, tudo aconteceu daquela maneira, porque nem o Departamento e nem a Congregação dos Professores, foram convidados para discutirem o problema.

No seu modo de entender o Curso de Ciências Econômicas foi fechado, mas na época, se a

gente olhar a estrutura da procura dos cursos, outros cursos estão em situação pior de procura do que o Curso de Ciências Econômicas. O Departamento e a Congregação não foram convidados para uma discussão. E não foi dada a eles a oportunidade de tentar resgatar essa demanda pelo Curso matutino. Então, ela acredita que foi simplesmente uma questão de decisão superior. Partiu da Reitoria da UCG e foi acatada pelo Departamento de Economia.

Talvez tenhamos cometido esse erro, em não nos empenharmos em termos procurado junto à Vice-Reitoria na época, defender o Curso no período matutino. (...) A imagem da Universidade ficou muito ruim. E para complicar ainda mais, nós tivemos, nesse período, e logo a seguir, um mal desempenho dos alunos no Provão. (Entrevista de Nair de Moura Vieira).

Para Ângelo Silva, aluno atual do Curso de Ciências Econômicas da UCG, o Departamento de Economia e sua Congregação dos Professores deveriam, naquela oportunidade, ter defendido a manutenção do turno matutino. Para ele, a concretização do fechamento do turno matutino do Curso, aliadas a outras derrotas sofridas, contribuiu para aumentar a imagem negativa do Departamento de Economia e de seu Curso.

Ele lamentou muito, achou muito ruim. E que perdemos muito com isso. O Departamento de Economia, com seus professores, deveriam ter dado uma resposta, deveriam ter melhor fundamentado, ter defendido o nosso Curso de Ciências Econômicas no sentido de mantê-lo. Porque a Economia está aí presente. A Economia tem um universo de campos colocados. De repente é um Curso que precisa ser ampliado, precisa ser aperfeiçoado, que vai desaparecendo, vai cortando, por meros princípios financeiros, que não tem demanda. Como não tem demanda? Para ele, é óbvio que tem demanda. A sociedade está exigindo bons economistas. E tem-se aí a Economia do Meio Ambiente, a Economia Sindical, a Economia Urbana, a Economia Rural. E tem-se um universo de coisas, e está se fechando. Por que está se fechando? Demanda? Temos um mundo aí fora. Não resta dúvida, que somou-se aí às inúmeras derrotas que o Departamento de Economia vinha obtendo nos últimos anos. Desde um grupo de professores que não eram interessantes, pela baixa produção na pesquisa, até às baixas notas obtidas no Provão. É a cereja do sorvete. Aí se fecha de repente o Curso matutino. Como é que a sociedade vai ver o Departamento de Economia?

Quanto à reabertura do Curso de Ciências Econômicas no turno matutino, Ângelo Silva considera que as condições atuais já são favoráveis para ações neste sentido.

Eu acho que nós já devemos retomar a discussão para estar reabrindo o

Curso no turno matutino, não é? Inclusive, não estamos aí com o currículo novo, não é? Tá o currículo novo, o Curso está se modernizando, o Curso está mais dinâmico, mais fluido e está mais presente. Então, eu acho que essa discussão deve ser retomada, e deve ir, né, pra fins de reabertura. (Entrevista de Ângelo Silva Cavalcante).

Quanto ao fechamento do turno matutino do Curso de Ciências Econômicas oferecido pelo Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás, anunciado oficialmente na reunião da Congregação dos Professores, no dia 14/12/1999, pelo Prof. Wolmir Amado, na época, Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos, de acordo com alguns dados fornecidos pela UCG, a Ata da reunião da Congregação e do relato de algumas fontes orais que participaram desse processo direta ou indiretamente, certos aspectos da questão podem ser evidenciados, tais como:

- A decisão do fechamento do turno matutino do Curso de Ciências Econômicas partiu da direção superior da UCG, sem nenhuma chance de diálogo, de negociação com a direção do Departamento de Economia e tampouco com a Congregação dos Professores;
- A direção do Departamento de Economia e a Congregação dos Professores simplesmente acataram a decisão da instância superior da UCG;
- De lá pra cá, tanto a direção do Departamento quanto a Congregação dos Professores desenvolveram várias ações no sentido de reverter este quadro;
- Há um consenso entre os entrevistados neste trabalho, que o fechamento do turno matutino, ao lado de vários outros fatores, contribuiu para realçar uma imagem negativa do Curso de Ciências Econômicas da UCG; e
- Também, é consenso, que é possível a reabertura do turno matutino, desde que, atendidos vários pré-requisitos ligados, principalmente, à qualidade do Curso, recuperação da demanda e equilíbrio econômico-financeiro-social.

Diante dessa análise, a seguir, será visto como e por que a demanda pelo Curso de Ciências Econômicas do ECO da UCG vem sofrendo um processo de redução na sua demanda.

3.7 – O Refluxo na Demanda pelo Curso de Ciências Econômicas da UCG

Depois de a situação do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás, a qualidade do ensino do Departamento de Economia da UCG, a importância da pesquisa na consolidação do ECO da UCG, a Lei nº 5.540/68 e os reflexos da departamentalização na vida do ECO da UCG, o papel das avaliações internas e externas, e o fechamento do turno matutino do ECO da UCG, agora, analisaremos o refluxo da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas da UCG.

Essa análise, ao lado de outros fatores já analisados nos tópicos anteriores desta dissertação, visa trazer uma compreensão maior e mais transparente do que levou o Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás, principalmente a partir da década de 1980, perder seu *status* de carro-chefe da Economia, Administração e Contábeis. Observando o ANEXO 6, percebe-se que o Curso de Ciências Econômicas, que diplomou 12 alunos na sua primeira formatura em 1954, vem formando menos profissionais nos últimos anos, comparado aos seus co-irmãos, os Cursos de Ciências Contábeis e o de Administração. Isso também se comprova no total de alunos formandos apresentado no período de 1954 a 2000/2, onde os referidos cursos apresentaram os seguintes números:

Curso de Ciências Econômicas	= 3.056	formandos
Curso de Ciências Contábeis	= 3.091	"
Curso de Administração	= 3.814	"

A análise pretende também configurar o contexto econômico-político do Brasil, de Goiás e da UCG, onde começa a ocorrer o refluxo na demanda pelo Curso de Ciências Econômicas.

Nesse sentido, utilizaremos as percepções e significados, das memórias dos entrevistados nesse trabalho. Tendo em vista que essas fontes orais, direta ou indiretamente, participaram e continuam participando desse processo de co-construção da vida do Departamento de Economia da UCG.

Para o economista Carlos Roberto de Castro, atual Presidente do COFECON, o fenômeno da redução da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas está presente no Brasil, principalmente a partir da década de 1990. Alguns Cursos foram até fechados. Ele acha que um dos fatores que contribuíram para que isso ocorresse, é o aparecimento do modismo, ou seja, os cursos que estão na moda. Além do que, o aluno atualmente está muito preocupado com o mercado de trabalho. E mais, o Curso de Ciências Econômicas é muito mais difícil de ser feito do que outros cursos, por exemplo, Administração e Contabilidade. Para ele, o COFECON está muito preocupado com essa questão e tem procurado desenvolver ações no sentido de reverter esse quadro negativo.

No mundo ele não sabe, mas no Brasil, com certeza, houve uma diminuição muito grande, principalmente na década de 1990. Naquele período, várias universidades fecharam o Curso de Ciências Econômicas. A universidade em que ele foi diretor do Departamento durante quinze anos, ela não oferece mais o Curso de Ciências Econômicas. A própria PUC de São Paulo, ela mantém, porque lá praticamente todos os cursos são deficitários, mas nela diminuiu muito a demanda dos alunos. Na USP também diminuiu a demanda. Na Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, aconteceu o contrário, eles passaram de quarenta para trezentos alunos no Curso de Ciências Econômicas. Mas eles estão oferecendo o curso com quatro anos.

Esse fenômeno da diminuição da demanda, está relacionado com alguns problemas. Tem o problema do modismo. Cursos que estão na moda. Tem o problema da preocupação do garoto que sai do colegial e vai para a faculdade, e está sempre pensando no mercado de trabalho. E ele não está errado, ele tem que pensar, todos temos de pensar, no mercado de trabalho. E aí o apelo de um curso como o de Administração, como o de Contabilidade, é um apelo mais imediato. E quando se faz um curso noturno, não precisa fazer em cinco anos, faz-se em quatro anos. Então, se é uma escola paga, ele vai ter um ano a menos, vai ser um curso mais barato do que o Curso de Ciências Econômicas. Inclusive, ele vai perceber que o Curso de Ciências Econômicas é muito mais difícil de ser feito do que os outros, como Contabilidade e Administração (Entrevista de Carlos Roberto de Castro).

Ele acredita que isso é temporário, que esses cursos da moda, daqui a pouco vão ter uma saturação. Então, de repente, vão perceber que não basta ter um título superior, tem que ter uma boa formação. Essa globalização, essa abertura de mercado, ela vai exigir profissionais cada vez mais com essa visão que a formação do economista propicia. Essa visão generalística. Vai-se viver muito mais em função de acordos comerciais. E esses acordos comerciais não é coisa de advogado, não é lei apenas. Envolve projeto, tem que conhecer a

teoria, fazer análise de mercado, de coeficiente de importação, de exportação, etc. Um processo *antidumping* exige um conhecimento macroeconômico e não apenas de legislação.

Embora ele acredite que esse modismo é temporário, vale ressaltar que a conjuntura é muito dinâmica. Isso exige que os cursos, principalmente aqueles já criados há vários anos, tenham que estar em pleno processo de atualização do conhecimento e da realidade do mercado de trabalho. É o caso do Curso de Ciências Econômicas do ECO da UCG.

O Presidente do COFECON também não acredita na relação da queda da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas com a crise econômica brasileira, porque se não os outros cursos sofreriam o mesmo problema. Não teria tantos cursos de Administração, de Comércio Exterior, de Contabilidade, se fosse um problema de estagnação econômica. É evidente que nós vivemos um processo de estagnação de quase vinte anos, da década de 1980 e década de 1990, com taxas de crescimento muito pequenas. Mas, segundo ele, essa não é a causa principal, para a opção pelo diploma do Curso de Ciências Econômicas.

Sem dúvida. Nós do COFECON estamos preocupadíssimos. Tanto estamos, que nós contratamos um especialista pra apresentar uma proposta de um Curso de Ciências Econômicas que nós julgamos satisfatório pra nossa realidade. Nós estamos muito atuantes, principalmente nessa área, né, e não só o Conselho Federal de Economia, mas os Conselhos Regionais também. Dão uma resposta muito positiva. (Entrevista de Carlos Roberto de Castro).

Nesse aspecto da relação da crise econômica com a redução da demanda pelo Curso, é bom lembrar que os altos índices de desemprego vivenciado pela economia brasileira nos últimos anos, tem levado muitas pessoas a procurarem cursos superiores que proporcione uma inserção no mercado de trabalho mais fácil e mais rápida. Essa opção, muitas vezes, se volta para os cursos de menor custo, porisso a busca também pelas universidades públicas. E, às vezes, por curso de menor duração para sua conclusão.

O economista goiano, Humberto Tannús, atual Conselheiro Efetivo do COFECON, acha que a diminuição da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas é um processo que vem ocorrendo há um longo tempo e é causado por vários motivos. Ele confirma que o COFECON vem desenvolvendo iniciativas no sentido melhorar a qualidade e a atratividade do Curso.

Ele acha que isso é um processo que vem ocorrendo há bastante tempo. A começar pelo

currículo adotado na época, que ele era dirigido não para o profissional social da Economia. Aqui no Estado de Goiás, por exemplo, ele era dirigido para o serviço público. Houve muitas mudanças rápidas na economia do país. Houve uma perda de espaço para outras profissões. No campo de atuação do economista, houve uma participação grande de profissionais da área de Contabilidade, da área de Administração, da área de Engenharia.

Nesse sentido relacionado pelo Humberto Tannús, tem que se levar em consideração que, devido principalmente às políticas neoliberais aplicadas no Brasil, o Estado vem perdendo gradativamente sua capacidade de planejar a economia e, conseqüentemente, de ser um grande empregador de mão-de-obra especializada, incluída a do economista. Daí, a necessidade de rever que tipo de profissional que o Curso de Ciências Econômicas quer formar.

Continuando sua análise, o Humberto Tannús afirma que as mudanças dessas últimas décadas tem sido tão rápidas, que o curso que estava em evidência num período, logo depois ele deixou de estar em evidência. Ele lembra, por exemplo, que trabalhou na área Geologia. Na época dos anos 70, era um dos cursos mais concorridos que existia. Quer dizer, hoje, pouquíssimas faculdades oferecem esse curso, não existe concorrência. Isso também é muito dinâmico. Por que a Administração se tornou um curso mais procurado? É porque a dinâmica é essa. Há um interesse maior nesse momento. Talvez daqui a cinco anos, dez anos, a coisa possa mudar.

O que eu posso dizer é o seguinte, que nesse dois anos, um ano e pouco que eu estou lá no Conselho Federal de Economia, o COFECON tem atuado diuturnamente em defesa dessa, vamos dizer, dessa melhoria. Quer dizer, por exemplo, só vou dar uma noção pra você, está em discussão agora no Conselho Nacional de Educação proposta até de desregulamentação de vários cursos de profissionais liberais, né? Então, há um problema sério hoje de desregulamentação, não só dos economistas. Por exemplo, existe hoje o Conselhão. O Conselhão é um Conselho formado por vários Conselhos. Então, você vê... Quer dizer, a gente continua em evidência, lógico... Nesse Conselhão, o Presidente, que foi escolhido por aclamação, é o Presidente do Conselho Federal de Economia. Então, o Conselhão é uma entidade grande que se reúne, eu acho que de sessenta em sessenta dias.

Por exemplo, hoje está em discussão aí esses cursos tecnológicos. Hoje você tem um curso de nível superior em dois anos. Nós não aceitamos de forma nenhuma, formar alguém do Curso de Ciências Econômicas nessas condições, e não vai se filiar de forma nenhuma no nosso Conselho. Isso já está definido. Quer dizer, é inaceitável que hoje você tenha formação num Curso de Ciências Econômicas com dois anos, né? (...) Então, eu acho que o Conselho, o sistema COFECON/CORECON's, eles têm realmente cumprido

os seus papéis. (Entrevista de Humberto Tannús Júnior).

Para o Presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de Goiás, Veríssimo Aparecido, essa questão da pouca demanda para o Curso de Ciências Econômicas está ligada à estrutura do ensino básico. Os alunos não adquirem uma boa base em relação à Matemática, e isso dificulta eles optarem pelo cursos onde ela é fundamental. Outra razão, na sua opinião, está relacionada com a situação econômica. O aluno precisa de estudar e trabalhar. Daí vem a opção por cursos que exigem menos dele. O SINDECON – GO em parceria com CORECON–GO/TO está desenvolvendo um projeto de colocação de profissionais à disposição das empresas.

Para ele, o que ocorre é que tem-se um problema estrutural/conjuntural, a partir do momento em que o ensino de primeiro e segundo grau apresenta algumas deficiências com relação à Matemática. Esses cursos que têm na sua estrutura basilar, o conhecimento de Matemática, como um dos principais fatores para que o cidadão ingresse neles e termine o curso com uma certa eficiência, isso faz com que a grande maioria das pessoas fujam desses cursos e do Curso de Ciências Econômicas. Mais, em função das dificuldades que terão de ter acesso a um vestibular, em que a Matemática tem um peso fundamental. Não só no ingresso, como ao longo do Curso, tem-se matérias que exigem um conhecimento dessas ciências e que acabou, principalmente nos países com deficiência de ensino básico, havendo esse distanciamento entre o aluno, o cidadão, e esses cursos que exigem um maior conhecimento teórico da Matemática, e prática, inclusive.

Outra coisa, segundo o Veríssimo Aparecido, é o fato de que pela situação econômica que o país está vivendo, grande parte dos alunos, quando chegam à idade que deveriam estar apenas estudando, eles já têm de trabalhar. E a opção é por esses outros cursos que são oferecidos com um menor tempo de duração. E a grande maioria das pessoas que estudam na escola noturna, e que têm de trabalhar no período da manhã e da tarde, eles realmente, não teriam condições de freqüentar um Curso de Ciências Econômicas. Porque ele exige uma dedicação maior, além daquelas horas que o aluno está na universidade. Então, isso afugenta um pouco os alunos desses cursos, que eles chamam de mais “pesados”, em termos de exigência do aluno, em função da dedicação, praticamente *full time* que o cidadão tem que ter.

É, nós temos feito uma parceria com o Conselho Regional de Economia para um projeto de colocação de profissionais à disposição de empresas. Então, nós estamos na fase de montagem ainda da estrutura. Nós vamos dar cursos

direcionados para economistas egressos da faculdade, no sentido de que a gente possa fazer um banco de economistas junto às entidades classistas já estabelecidas como a FACIEG, a FIEG e a FAEG. Em que a gente ouviria os empresários, em função da sua demanda, e nós estaríamos dando cursos direcionados pra que os jovens economistas egressos das universidades pudessem se habilitar a atender essa demanda empresarial... Nós já estivemos contactando com os presidentes dessas entidades e nós estamos pra estartar esse processo em parceria com os Cursos de Economias existentes aqui no Estado de Goiás. (Entrevista de Veríssimo Aparecido da Silva).

O economista Joacir Camêlo, no que diz respeito a uma demanda menor para o Curso de Ciências Econômicas, entende que a crise é exógena e que a Universidade deve-se adequar ao processo da modernidade. A crise emana de outros segmentos, e da própria conjuntura. O economista é apenas uma variável dentro dessa dela.

Para ele, o processo do conhecimento é dinâmico. É necessário que a Universidade se adeque às novas regras do conhecimento, das novas tecnologias de informação. A grade curricular deve estar sempre em mudança, acompanhando, fazendo as adequações do processo da modernidade. Sem isso não é possível ninguém sobreviver. Nem a Universidade, nem o profissional.

Essa proliferação de universidade é fruto aí da pressão da demanda. Mercado é mercado. Negócio é negócio. Hoje a universidade, como um segmento também de negócio, não deixa de não ser, na visão do pessoal de ensino aí, que está no ramo, eles acabam criando essas universidades, mais com o fito também de ganhar dinheiro. E a qualidade, de certa forma, fica comprometida... As universidades têm que ter qualidade. Eu acho que deve haver por parte do Governo uma supervisão, um acompanhamento, uma avaliação mais severa quanto a esse problema. (Entrevista de Joacir Camêlo Rocha).

Aluno atual do Departamento de Economia da UCG, Ângelo Silva, quanto a esse processo que vem ocorrendo de redução da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas, entende que a Economia está presente na vida das pessoas e que a instituição de ensino superior deve mostrar como essa ciência se interage com a sociedade, de uma forma bem simples.

Para ele, a Universidade tem vários canais de interlocução com a vida profissional, com a sociedade, os quais devem ser melhor explorados. A Economia está presente no dia-a-dia das pessoas, na cultura das pessoas, no relacionamento das pessoas. E ele acha que é preciso ter essa clareza, e saber como estar pegando esses elementos do cotidiano e estar trazendo para o

dia-a-dia acadêmico, pra tornar mais familiar esse Curso aos estudantes.

Então professor, eu acho que nós temos na Universidade canais de interlocução muito presentes aí na vida profissional. Nós temos, por exemplo, aqui nós temos a extensão, que é exatamente isso. Nós temos os campos de estágios, nós temos empresas, nós temos acordos que podem ser feitos, não é, estágios de vivências nas empresas. As coisas não são tão dissociáveis assim. Eu acho que passaria sim, primeiro, por um pré-planejamento, e por uma definição de rumos, e isso é fundamental, e depois custo e relação. Eu acho que, se a gente tiver capacidade de construir relação com a sociedade civil, com as empresas, né, não vai haver demérito. Não vai haver demérito, tá? (Entrevista de Ângelo Silva Cavalcante).

Para o Prof. Antônio Bandeira, atual coordenador da Pós-Graduação Lato Sensu da UCG, nessa questão de pouca demanda pelo Curso de Ciências Econômicas, o Departamento de Economia precisa estar mais próximo das entidades classistas, tanto empresarial quanto dos economistas. Precisa estar mais próximo do mercado de trabalho. Mais próximo até da Pós-Graduação Lato Sensu da UCG.

Ele diz que inclusive dentro da Pós-Graduação é preciso ter soluções criativas para atrair demanda para o Curso. Ele acha que, como pode-se constatar, o problema do Curso de Ciências Econômicas, em relação à redução da demanda, não é só um caso da UCG. É um caso nacional.

Segundo o Prof. Antônio Bandeira, se olhar para o mundo empresarial privado e para o mundo empresarial público, vê-se que a nossa contribuição é muito grande. Na realidade, o ECO precisa estar mais próximo do mercado de trabalho. Ter um poder de convencimento, enquanto Congregação, mais forte. Estar mais próximo do Sindicato dos Economistas, do Conselho Regional de Economia, inclusive porque no caso do Conselho Regional, ele tem um vínculo com o Conselho Federal de Economia. Trazer para dentro do Departamento de Economia discussões mais aprofundadas sobre o que acontece nos Cursos de Ciências Econômicas nos outros estados que têm uma certa similaridade conosco, e também com estados avançados como Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e o próprio Distrito Federal.

Para ele, é preciso que o ECO, junto com o Conselho Regional e com o Conselho Federal de Economia, tenham condições de analisar de forma mais cuidadosa os aspectos positivos e negativos que os Cursos de Ciências Econômicas têm passado diante desse problema. A parceria é fundamental.

Eu entendo que o Departamento de Economia, mais do que qualquer outro, pela sua formação, pelo que ensina, pode fazer uma pesquisa de mercado. Quem melhor do que os economistas, professores de Economia, pode fazer uma pesquisa de mercado sobre o Curso de Ciências Econômicas? Até para sentir que tipo de demanda que esse mercado quer. Não que o ECO deva se submeter ao mercado.

Então, é uma obrigação do Departamento de Economia ter uma relação com a ACIEG, com a FIEG, etc. São parcerias importantes na construção da economia do Estado de Goiás.

O Prof. Antônio Bandeira, como atual coordenador da Pós-Graduação Lato Sensu na UCG, diz que ela funciona da seguinte forma: ela não tem por praxe propor cursos, e sim, estimular os departamentos da Universidade a fazerem propostas de cursos. O que se faz lá é viabilizar junto à Vice-Reitoria de Pós-Graduação, que tem o Prof. José Nicolau Heck à frente, que essas demandas vindas dos departamentos sejam atendidas. E ele afirma uma coisa importante que a Universidade faz, e que às vezes não é do conhecimento de muitas pessoas. É que, *a priori*, quando vem do departamento proposta de cursos, estas são geralmente aceitas. Quer dizer, existe essa possibilidade dos cursos Lato Sensu. São cursos mais rápidos do que Mestrado e Doutorado, e que tem um vínculo muito forte com o mercado de trabalho.

Nós temos hoje dezessete cursos institucionais e vinte e três cursos em convênio. Totalizando quarenta cursos, não é? Dados pela, ou cancelados pela Universidade Católica através desta Coordenação. (...) Temos cursos ligados mais às áreas de Administração e Contábeis. Olha que coisa interessante, né, Administração e Contabilidade. O Conselho Regional de Contabilidade, por exemplo, é nosso parceiro aqui. Tem chancela nossa. O Conselho Regional de Economia não tem. O Sindicato dos Economistas não tem. E o Departamento de Economia neste momento tem um pré-projeto, que ainda está em fase de discussão. Mas isso confirma que nós somos muito tímidos. (Entrevista de Antônio José Pôrto Bandeira).

Na opinião do Prof. Délio Moreira, essa questão de redução da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas está muito relacionada com a expansão das instituições de ensino privadas. Para ele, a gratuidade também influencia muito.

Há demanda. Para o Curso de Ciências Econômicas caiu. Em Goiânia, especialmente por causa desse, não digo excesso, mas houve muita especialização. Como é que na USP não ocorreu isso, pelo menos nessa proporção daqui. Primeiro o curso é altamente conceituado. E segundo lugar, gratuito. A gratuidade influencia muito. Terceiro, a USP então, o diploma da

USP vale a pena. Fundação Getúlio Vargas vale a pena, também. A gente logo arruma uma vaga no mercado de trabalho. Agora, a Universidade Católica tem esse prestígio fora de Goiânia também? Fora de Goiás? Acredito que não. (...) Nós tivemos uma expansão imensa das instituições privadas. Às vezes, simplesmente uma expansão quantitativa. E depois, porque os instituidores dessas faculdades estão olhando mais o lado comercial. O que ocorre então, há às vezes uma certa queda da qualidade. Isso tem ocorrido mesmo. (Entrevista de Délio Moreira de Araújo).

O atual coordenador do Centro de Pesquisas Econômicas do Departamento de Economia da UCG, Prof. Luís Estevam, no que diz respeito à redução da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas, relaciona alguns fatores que afetam esse problema. Para ele, um é a formação dos professores, que exercendo outra atividade profissional fora da Universidade, restam-lhes pouco tempo para estudar e até para preparar melhor suas aulas. Outro fator, está relacionado com o contexto socioeconômico do Estado de Goiás, onde o desemprego é crescente. Isso faz com que o mercado de trabalho não absorva todos que detêm um diploma de curso superior. E um outro fator, diz respeito à falta de disciplina que reina na UCG.

Segundo o Prof. Luís Estevam, o ECO tem um corpo de professores muito bom, admiráveis valores individuais. Só que, por exemplo, se trabalharmos com o ideal, o ideal é que a pessoa tenha uma inserção no mercado profissional. Agora, depende da forma de inserção. Não adianta lá fora estar trabalhando em qualquer lugar, e vir ser professor no Departamento de Economia. Essa inserção tem que ser dentro da dimensão econômica. Por exemplo, a pessoa trabalha no Departamento de Pessoal de uma empresa, ou de um órgão do Governo, e vem dar aula de Economia no Departamento. Nesse caso, pouco irá acrescentar.

Outra questão para ele, é não tem tempo para estudar. E o professor tem que estudar a todo momento. Uma vez ele estava lá na UNICAMP. O Bresser Pereira estava numa sala, ao lado do João Manoel Cardoso de Melo, do Otaviano Canuto, dele e de dois colegas seus. Aí, alguém perguntou ao Bresser Pereira, como é que ele dava conta de escrever tanto sobre Economia? Toda hora ele publica um livro. Aí ele falou, "olha é simples, de manhã eu dou aula na PUC e na USP também. À tarde eu trabalho no Grupo Pão de Açúcar. E à noite eu escrevo". Foi quando o João Manoel Cardoso de Melo olhou para ele e disse: "e que hora que o senhor estuda?". Então, a pessoa tem um tempo "*full time*" lá fora. Dá aula à noite, porque de manhã não pode, está no outro trabalho. Ele faz a mesma pergunta, que hora a pessoa estuda?

Para o Prof. Luís Estevam temos um contexto socioeconômico em Goiás, em que o desemprego é crescente. Porque não temos indústria em Goiás para amparar essa população urbana. A economia informal então, ainda é maior que a economia formal. Por isso, os alunos buscam primeiro trabalhar. Goiás é um Estado pobre, relativamente, dentro do contexto nacional. E quem arruma emprego não pode estudar de manhã. Já tem esse impeditivo, porque ele tem de pagar o próprio Curso.

Na realidade, na maioria dos casos, podemos afirmar que isso acontece porque nós não temos um aluno-estudante e sim aluno-trabalhador. Ele opta pelo Curso por ser no período noturno para poder ter condições de custeá-lo. Isso não deixa de ser relevante no contexto da qualidade do profissional que está sendo formado para o mercado de trabalho. Que, por sua vez, a cada dia que se passa, tem-se tornado mais competitivo e mais seletivo. Porém, existem outros fatores que compõem essa análise.

Continuando, o Prof. Luís Estevam também acha que, quando o aluno ingressa no Curso de Ciências Econômicas, ele tem um desalento. Não é isso que ele entende de Economia. O aluno acha que a Economia é meramente uma escola técnica. E na verdade o nosso Curso não está voltado pra isso. Ele está voltado pra reflexões sobre a Economia.

Tem um diferencial da Universidade Católica que ele acha que não está sendo ainda observado. As pessoas entram nessas universidades, nessas faculdades que estão abrindo por aí, ele diz porque de vez em quando é chamado pra dar palestras, ou realizar outras atividades nesses locais, e vê uma coisa que a UCG não tem. Trata-se de uma rígida disciplina para os alunos. E a UCG tem perdido muito com isso. E a culpa disso, ele acha que é dos professores. Porque quando o aluno sai do cursinho, ele sai de uma situação rígida. Quando entra na Universidade, ele acha que ela é uma verdadeira feira livre. Porque ele vê os outros fazendo, sair e entrar na sala de aula a hora que quiser, ele vai e faz também. E poucos professores disciplinam esse comportamento.

Então a Católica tem sido falada lá fora, pelas outras faculdades, como a escola da bagunça. Você entendeu? Porque não temos disciplina. Eu tenho sempre falado com meus alunos, aprendi com o Renato Russo, “disciplina é liberdade”. Se você está aqui nesse momento de estudo seu, e você não consegue ficar quieto sem fazer bagunça, é porque você não é livre. A bagunça já tomou conta da sua vida, entendeu? Há momento pra tudo na

vida. E eu acho isso um pecado no nosso Curso de Ciências Econômicas. Nós devíamos começar, como uma medida comum, de todos os professores, pelo menos então, a partir do primeiro período, sabe, a inaugurar uma nova ética aqui dentro. Aí ganha o Curso, e ganha a Universidade. (Entrevista de Luís Antônio Estevam).

Para o Prof. Goiaz do Araguaia, o problema do processo de redução da demanda que vem ocorrendo no Curso de Ciências Econômicas é porque, no Brasil, o ensino de Economia é um ensino mal resolvido. Está relacionado, também, com o desemprego provocado pela economia capitalista. Com a estrutura de emprego da economia de mercado.

Ele entende que o ensino de Economia no Brasil é um ensino mal resolvido. Mal resolvido por quê? Porque a maioria das pessoas que buscam o Curso de Ciências Econômicas, desejam uma qualificação, um conhecimento, uma formação que permita a cada um deles demandar e conquistar uma vaga de trabalho. Não é expressivo o número daqueles que desejam seguir a carreira acadêmica. Fazer mestrado e doutorado para continuar atuando na instituição universitária. Isso aí é um número muito reduzido. E o Curso de Ciências Econômicas no Brasil, e em boa parte do mundo, ele é um Curso predominantemente acadêmico. O que não é defeito. Ele é acadêmico, é de muita reflexão. Analisa globalmente os fenômenos econômicos. E as matérias operativas, as matérias assim, de caráter profissional são poucas. E prevalece no meio esse entendimento de que a qualificação profissional, o aluno adquire rapidamente. E que é muito mais importante ele ter uma capacidade acadêmica bem desenvolvida, de analisar os fenômenos econômicos na sua totalidade. E, à medida que for se envolvendo no mundo profissional, ele vai, por matérias específicas, vai agregando o saber e exercer a profissão de economista.

O Prof. Goiaz do Araguaia porisso faz a analogia, que o Curso de Administração está para a Economia, assim como a Engenharia está para a Física. Física é o aparato teórico em que se deduz uma série de técnicas trabalhadas pela Engenharia. As Ciências Econômicas é o aparato teórico da qual se deduz uma série de técnicas, de procedimentos para a ação profissional. Agora, tendo em vista que a maior parte dos alunos desejam de fato uma ação profissional, o Curso de Ciências Econômicas do ECO da UCG não supre, até agora, essa especificidade técnica profissional. Ele perde para outros cursos que tenha essa formatação muito mais operativa, como por exemplo, a Contabilidade e a Administração. Então, como muitas matérias ali são desenvolvidas, os alunos vão encontrar nas instituições privadas e públicas, Departamento de Contabilidade, Departamento de Vendas, Departamento de Produção, tendo

assim uma correspondência. Com isso, eles se sentem muito mais identificados com esses cursos operativos, que representam, refletem boa parte da estrutura de emprego, do que o Curso de Ciências Econômicas. Para o Prof. Goiaz do Araguaia esse lado nós não conseguimos equacionar. De agregar ao núcleo teórico, as matérias instrumentais, de natureza quantitativa, as matérias operativas. A nossa solução curricular de Economia, isso é no Brasil inteiro, é uma solução mais voltada ao estudo acadêmico, mais voltado para a formação acadêmica do que para a formação profissional. Isto é um erro pedagógico? Ele não sabe dizer. Não concorda que é um erro, mas sim, que é uma insuficiência que o Curso tem.

Então, se o Curso de Ciências Econômicas perde aluno, se está nessa situação, ele não sabe se é por motivo interno, ou se são fatores exógenos. Agora, no mundo inteiro, por relatos nos congressos da nossa categoria, ouve-se que caiu a demanda pelos cursos de Ciências Econômicas. O Prof. Goiaz do Araguaia entende que isso tem a ver com a estrutura de emprego no mundo inteiro. O desemprego, a estrutura produtiva capitalista, ela vai movendo mesmo numa redução sistemática do fator humano. Porque busca uma forma competitiva e cada empresa se vê na obrigação de reduzir custos. É da natureza da economia de mercado. A economia capitalista não é para dar emprego a todas as pessoas. E não é ruindade, desumanidade do empresário capitalista. Ele, tanto quanto o trabalhador, é subordinado à lógica diabólica do capital. E o que determina quantos empregos uma firma necessita, não é a vontade boa ou ruim, filantrópica, sociológica do empregador, dono da firma, dos mentores, ou dos executivos da firma, é a necessidade que o capital fixo determina. Por exemplo, uma máquina não pode ser operada por quinhentos trabalhadores.

Para ele, na demanda declinante exclusiva do Curso de Ciências Econômicas no Brasil, isso foi uma regra. Como o crescimento demográfico no Estado de Goiás, ele é relativamente baixo. E como os demais cursos primam por muita propaganda, especialmente das escolas mais recentemente instaladas em Goiânia, muita propaganda fornecendo, acenando para o jovem que ele vai comprar uma mercadoria que tem um grande valor de uso. E que também tem um valor que ele pode recuperar quando concluir o curso, através de auto-remuneração, porque a empresa está precisando de mão-de-obra. A juventude está se encaminhando para esses cursos de rotulagem muito vistosa, mas sem absolutamente, sem nenhuma garantia, de que a estrutura de emprego no Estado de Goiás esteja evoluindo no sentido de absorver esse contingente de pessoas que hoje se encontram nas escolas superiores, cujo número cresceu,

significativamente, nesses últimos dez anos. Ele não tem, absolutamente, nenhum otimismo que esses jovens venham ser absorvidos, ocupando os empregos que aquele curso diz que está formando.

Agora, isso não significa dizer que nós hoje, num contingente de quinhentos, seiscentos alunos, estejamos produzindo desempregados mais do que o Curso de Administração. Porque, se ali eles têm mil e tantos alunos, não há nenhuma garantia de que os egressos do Curso de Administração estejam sendo absorvidos pela estrutura de empregos do Estado de Goiás, com muita mais fluência, com uma atuação mais elevada do que os economistas. (Entrevista de Goiás do Araguaia Leite Vieira).

Essa preocupação com o emprego para os alunos formados, também está presente entre os responsáveis pelo Curso de Administração da UCG. Na opinião do Prof. Francisco Paes, após ser desmembrado em 1987 dos Cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, o Curso de Administração cresceu e também se massificou. O Departamento de Administração da UCG criou os cursos de Administração em Turismo em 1998 e Administração de Agronegócios em 1999. Assim, o Curso de Administração tornou-se em um dos cursos mais procurado e que mais forma alunos na Universidade Católica de Goiás.

"O que eu digo é que nosso país é um país de modismo. O curso de Administração, no final da década de 80 e início da década de 90, virou moda. Ele não cresceu, ele inchou e isso é muito ruim, pelo número de formandos que estão aí na cidade sem perspectivas de emprego na área de Administração (...) Não há mercado de trabalho para todo mundo (...) Estão se formando muitos administradores e o mercado de trabalho não tem como absorver todos." - Entrevista do Prof. Francisco Paes (LIMA, 2001, p. 175).

Ressalte-se que essa questão particular dos cursos de Ciências Econômicas e de Administração da UCG, está inserida num contexto mais abrangente que trata do desemprego estrutural e do subemprego, que vem ocorrendo nos países capitalistas desenvolvidos e também nos subdesenvolvidos.

Para FRIGOTTO, os efeitos desse desemprego estrutural e subemprego tem uma forma mais perversa nos países do Terceiro Mundo, devido às frágeis forças de resistência e a degradação ecológica. Resultam de um movimento de reorganização e regionalização do capitalismo e da estruturação de um novo regime de acumulação capitalista (2000, p. 61).

Nesse sentido, há uma dependência desses países subdesenvolvidos em relação principalmente ao grupo dos sete países mais industrializados, do Fundo Monetário

Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Países e instituições consideradas como os novos senhores do mundo ou do governo mundial de fato.

Essa reorganização do capitalismo está relacionada com a natureza e especificidade da crise provocada pelo esgotamento do Estado de Bem-Estar Social e do modelo fordista de acumulação e regulação social.

É importante demarcar, neste primeiro item, que a crise dos anos 70/90 não é uma crise fortuita e meramente conjuntural, mas uma manifestação específica de uma crise estrutural. O que entrou em crise nos anos 70 constituiu-se em mecanismo de solução da crise dos anos 30: as políticas estatais, mediante o fundo público, financiando o padrão de acumulação capitalista nos últimos cinquenta anos. A crise não é, portanto, como a explica a ideologia neoliberal, resultado da demasiada interferência do Estado, da garantia de ganhos de produtividade e da estabilidade dos trabalhadores e das despesas sociais. Ao contrário, a crise é um elemento constituinte, estrutural, do movimento cíclico da acumulação capitalista, assumindo formas específicas que variam de intensidade no tempo e no espaço (FRIGOTTO, 2000, p. 62).

A diminuição da demanda que vem ocorrendo em relação ao Curso de Ciências Econômicas da UCG, para o Prof. Aristides Moysés, é própria da dinâmica do capitalismo. Ele acha importante a realização de uma pesquisa científica para melhor explicar essa questão.

Nesse sentido, um dos objetivos deste trabalho é exatamente discutir os vários aspectos que estão relacionados com o refluxo da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas. E já é possível perceber que as mudanças provocadas pelas práticas das políticas neoliberais, principalmente na América Latina, têm contribuído para que o mercado de trabalho não absorva-as, conseqüentemente, provoque alterações também na demanda pelos cursos superiores.

Para o Prof. Aristides Moysés, mesmo em outras universidades, a demanda pelo Curso de Ciências Econômicas, no Brasil todo, está sofrendo um revés muito forte. Está-se vivendo uma crise econômica, uma crise prolongada e nem sempre consegue-se uma resposta para isso. Então, ele acha que isso pode ter um pouco a ver também com relação a essa crise. Mas, ao mesmo tempo, quando você observa na mídia, o profissional que é requisitado para poder explicar determinados fenômenos que estão ocorrendo, seja no mercado financeiro, seja no mercado de trabalho, em geral é o economista. Não é o administrador, não é o contabilista, nem é o engenheiro.

Talvez porque há uma crença de que sendo administrador, eu tenha mais possibilidade no mercado de trabalho do que como economista. Possivelmente seja isso. Eu não saberia explicar, mesmo porque até acho que o Curso de Ciências Econômicas, como é um Curso auctador da realidade, também devesse realizar pesquisas no sentido de buscar explicações mais científicas sobre essa questão. (Entrevista de Aristides Moysés).

A Prof^a. Nair de Moura entende que, nessa questão da redução da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas, falta por parte do Departamento de Economia da UCG, uma maior divulgação sobre o campo de atuação do economista. Mostrar qual é o papel, a função do economista. Para ela, outra causa também, está relacionada com os chamados cursos da moda. As pessoas são muito levadas por modismos.

Ela acredita que o próprio Departamento de Economia tem que buscar junto à sociedade, mostrar o papel do economista. Muitas vezes, um aluno do segundo grau, que é o nosso futuro aluno, ele não tem claro qual é esse papel. Qual é o seu campo de atuação no mercado de trabalho. O ECO precisa realizar uma maior divulgação do campo do economista. Muitas vezes o aluno não conhece. O próprio aluno do Curso de Ciências Econômicas, se a gente entrar em sala e perguntar pra ele, qual é a função de um economista, muitas vezes ele fica perdido, e não sabe responder. Embora o ECO já vem trabalhando, nesse sentido, já com os alunos calouros. Desde o momento em que eles estão entrando para o Curso, o Departamento tem procurado repassar essa preocupação, para o aluno ir já pensando em qual mercado ele pretende atuar. Em que campo? Qual será sua atuação? O que ele pretende desenvolver? Onde ele se identifica mais? Porque existem realmente alguns campos de atuação profissional, que são chamados de campos nublados, que às vezes podem ser desenvolvidos por um economista, um contador, ou um administrador. Isso não fica muito nítido para as pessoas.

Então, o Curso de Ciências Econômicas, segundo a Prof^a. Nair de Moura, é um Curso realmente “pesado”. Porque o aluno tem de ter um conhecimento teórico profundo. Ele tem de conhecer de Administração, de Contabilidade e a parte econômica toda.

Olha, existem muitas causas, mas uma das que eu acredito que seja mais forte, é o fato que as pessoas são levadas muito por modismos. E muitos cursos entraram, vamos dizer, na moda. Por exemplo: é muito mais atual você dizer que é um aluno de Administração em Agronegócios, ou Administração em Turismo, do que um aluno de Economia. A Economia

ficou, parece que, como uma coisa ultrapassada. Agora, talvez se a gente desse roupagem nova, uma atualização, um nome do curso, talvez atrairia esse aluno de volta. Seria, por exemplo, uma Economia de Empresa, poderia atrair esse aluno para o Departamento de Economia. E não simplesmente um Curso de Ciências Econômicas. Junto com o nome tem que vir o conteúdo. Aí nesse caso, como esse exemplo que eu citei anteriormente, ele se fosse uma opção pelo Curso de Economia de Empresa, aí sim ele seria mais voltado para a área de economia de empresas. Mas podemos partir pra outras áreas. (Entrevista de Nair de Moura Vieira).

Para o Prof. Joadir Costa, essa questão do Curso de Ciências Econômicas da UCG estar vivendo um processo gradativo de redução de sua demanda, ao contrário do que aconteceu às vezes com o Curso de Administração, está muito relacionada com a natureza dessas duas profissões.

Sobre essa questão, ele acha que naturalmente a oferta de emprego para economistas sempre foi e vai ser menor do que para administradores, desde que surgiu o Curso de Administração. Mas isso também é assim, por causa da natureza dessas duas profissões. Na opinião dele, o Curso de Administração é um curso de natureza mais técnica do que o Curso de Ciências Econômicas. Enquanto o administrador está preocupado com lucros e perdas da empresa, o economista é com os lucros e perdas da sociedade. Ou seja, o economista recebe uma formação para ser um intelectual, já o administrador recebe uma formação para ser técnico. Nesse sentido, qualquer empresa, por menor que seja, ela vai precisar, por exemplo, de um contador. Então, o contador sempre vai ter emprego, porque mesmo que se trate de uma micro-empresa, ela vai acabar precisando de um contador. Agora, uma empresa pequena, ela pode ser administrada empiricamente, só com base na experiência. Então ela não precisa de um administrador, nem de um economista. Já uma empresa média, uma empresa do porte da Universidade Católica de Goiás, por exemplo, ela precisa de um administrador financeiro, de um administrador de pessoal, de um administrador de marketing, etc. Mas a rigor mesmo, ela não precisa de um economista. Ela pode dispensar o economista. Quer dizer, um economista passa a ser importante para uma empresa, quando ela é sensível a mudanças e alterações na política econômica. Aí sim, o economista passa a ter uma importância maior.

O Prof. Joadir Costa vai mais além. Ele acha que quanto mais uma região se desenvolve, mais ela vai precisar de administradores. Porque, na medida em que as empresas vão crescendo, vai abrindo campo de trabalho para os administradores em proporção maior do que para os economistas.

Agora, para ele, um Banco vai precisar de economistas, porque qualquer mudança, por exemplo, na política cambial de um país, vai afetar a situação do Banco. Então, as equipes de economistas do Banco passam a ser essenciais para o desenvolvimento daquela empresa.

É, eu acho inclusive que a legislação nesse ponto é um tanto ambígua, né? O campo financeiro, econômico-financeiro das empresas, hoje ele é disputado tanto pelo administrador como pelo economista. Isso por causa da legislação que permite, né? Agora, eu acho que o administrador financeiro, ele recebe uma formação, principalmente aqui na Católica, ele recebe uma formação que possibilita responder pela área de planejamento econômico-financeiro de uma empresa tão bem quanto um economista. Agora, já essa formação mais voltada pra política, na conjuntura econômica, etc, aí realmente o Curso de Administração deixa muito a desejar. Porque o enfoque deles é, vamos dizer assim, mais bitolado na visão empresarial. A visão social aí já deixa um pouco a desejar. (Entrevista de Joadir Costa).

Diante desse posicionamento do Prof. Joadir Costa, percebe-se que o Curso de Ciências Econômicas requer um aluno que esteja preocupado em obter uma visão mais abrangente da realidade que o cerca, incluindo aí os mundos econômico, político e social. Isso, com certeza, facilita a sua atuação profissional, proporcionando-lhe uma sensibilidade maior para o aspecto social. Porém, o mercado de trabalho tem optado mais pelos profissionais que dominam as técnicas voltadas para a obtenção do lucro empresarial, de preferência, num espaço de tempo o mais curto possível. Nesse sentido, outros cursos estão sendo mais atrativos do que o Curso de Ciências Econômicas, incluindo o de Administração.

Nessa questão do processo de redução da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas da UCG, o Prof. Luiz Carlos entende que houve influência da performance da economia do nosso país. Assim como, para ele, faltou mais gestão também. Tanto no sentido de um maior apoio da direção superior da UCG ao Departamento de Economia, quanto uma gestão mais eficiente do próprio ECO.

Para ele, a situação do Curso de Ciências Econômicas teve uma influência relacionada com o desempenho da economia do país. Num determinado período, houve um descrédito para com a economia brasileira. Os nossos cursos não tinham uma boa situação de demanda de mercado. O economista não estava encontrando mercado de trabalho. Por que isso acontecia? Porque os alunos começaram a procurar cursos superiores como a Administração, o Direito, a Contabilidade, que proporcionavam uma inserção maior no mercado de trabalho. Mas, o

Plano Real deu uma nova sustentação para a economia e, a partir daí, muitos estudos foram feitos, no sentido de reverter essa situação.

Então, de toda forma, o que eu acho também, é que neste trabalho a gente envolve um pouco mais de gestão também. A Universidade talvez esqueceu de apoiar um pouco mais o Departamento de Economia, né, de ajudar a crescer mais o Departamento, a sua própria gestão. Não é crítica aos diretores que estão vindo aí não, é que naquela época, nós tínhamos que procurar imediatamente algo, a resposta pra essa saída de alunos. Olha, o que não me deixa nem um pouco preocupado é o seguinte: como é que se está caindo tanto a demanda pelo Curso de Ciências Econômicas da Católica, estava caindo naquela época, e naquela mesma época, estava se criando Cursos de Economia em Goiás? Isso é que não dá para entender. (Entrevista de Luiz Carlos de Castro Coelho).

O Prof. José Augusto Costa acredita que não há uma queda na demanda pelo conhecimento de Economia mas, sim, uma queda na demanda pelo profissional de Economia que nós estamos formando. Para ele, o que tem afugentado as pessoas do Curso de Ciências Econômicas é porque o Curso é muito difícil, exige muita leitura e um grau de maturidade do aluno.

Para ele, nunca se demandou tanto conhecimento de Economia como atualmente. A prova disso é que ao se abrir um jornal hoje, pelo menos duas páginas dele estão dedicadas a assuntos econômicos, e não administrativos. Raramente se vê alguma matéria específica sobre a gerência de empresas, sobre a área de conhecimento específico da Administração. Todo dia os jornais e a televisão, os jornais televisivos também mostram, a predominância do assunto econômico. Nunca se procurou entender tanto de Economia como atualmente. Então, há uma demanda ainda extraordinária, talvez maior até do que era a alguns anos atrás, por conhecimento econômico.

Agora, a demanda pelo profissional que está se formando sim, essa tem caído. E por que tem caído a demanda pelo profissional de Economia? Por que os alunos não procuram o Curso de Economia, e procuram mais o Curso de Administração? A expectativa que o Prof. José Augusto tem é que isso não é um fenômeno apenas da UCG. Muito menos um fenômeno em Goiás, e menos ainda um fenômeno no Brasil. Esse é um fenômeno mundial, segundo ele.

E a causa dessa queda de demanda, ele entende que é porque o Curso de Ciências Econômicas é um Curso que exige um certo nível de maturidade do aluno. Ele não é um Curso da moda. Ele é um Curso difícil, que exige muita leitura. E por isso mesmo ele exige um certo grau de

maturidade do aluno. Segundo o Prof. José Augusto, a quantidade, de ex-alunos que abandonaram o Curso a quinze, vinte anos atrás, e que agora voltam, não é desprezível.

Essa opinião do Prof. José Augusto é muito importante. Ela vem comprovar que o Curso de Ciências Econômicas do ECO da UCG realmente estava precisando de uma remodelação, visando atender às necessidades da sociedade atual. Porque está bem evidenciado, que o conhecimento sobre a Economia é muito importante e necessário para as pessoas e para os profissionais que atuam no mercado.

Continuando e reforçando sua análise, o Prof. José Augusto afirma que o Curso de Ciências Econômicas do jeito que a maior parte das universidades estão ministrando hoje, forma um profissional que chega na empresa sem saber, ou tem um idéia muito fraca do que é um fluxo de caixa. O que é, por exemplo, fazer uma depuração de balanço, o que significa abrir o balanço da empresa e encontrar lá um caixa de dez mil reais, vinte mil reais. O que isso significa, o que pode indicar essa disponibilidade. Quer dizer, essas coisas muito elementares que os nossos alunos do Curso de Ciências Econômicas saem sem saber o que é. Então esses profissionais chegam lá fora no mercado de trabalho, e é óbvio que as empresas sentem o impacto da formação desses alunos.

Mas, de um modo geral, segundo o Prof. José Augusto, todos os alunos da graduação, quando entram no mercado de trabalho, eles também sofrem o impacto do mesmo. Por quê isso acontece? Porque os cursos de graduação estão tendo pouca relação com o mercado de trabalho. Para ele, nós vivemos numa ilha, cercada de mercado por todos os lados. A Universidade não pode se preocupar só com o mercado, mas a Universidade não pode esquecer também do mercado. Porque se não ela começa a formar pessoas que vão ficar extremamente frustradas.

Porém, ele acredita que isso seria facilmente resolvido se, ao invés de continuar insistindo em obter conhecimentos estanques, como por exemplo, Administração, Contabilidade, Comércio Exterior, Economia, nós juntássemos essas áreas e formássemos um profissional de negócios. Porque é esse tipo de profissional que o mercado está exigindo. Ele não pode ser um profissional que entenda especificamente de um pequeno assunto. Ele tem de ter uma visão mais aberta. Porque tudo isso são negócios.

Minha proposta é o seguinte: eu acho que nós devíamos oferecer o Curso de Negócios. Mas não significa que seria um único curso. Nós deveríamos manter o Curso de Ciências Econômicas, o Curso de Administração, e manter o Curso de Contabilidade. Mas nós devíamos criar uma área de negócios. Uma área na qual os profissionais de todos esses cursos poderiam conviver e produzir (Entrevista de José Augusto Costa).

Para o Prof. Eduardo Rodrigues da Silva, atual diretor do ECO da UCG, o processo de redução da demanda que vem ocorrendo em relação ao Curso de Ciências Econômicas, se deve a vários fatores. Um deles, é a criação de vários cursos novos que tem acontecido a partir dos últimos anos da década de 1980. Outro fator, na sua opinião, é que as pessoas têm vinculado a graduação diretamente ligada à possibilidade de obter um emprego. Por último, ele acredita que houve um certo processo de acomodação no Departamento de Economia da UCG.

Na verdade, para ele, isso vem acontecendo desde dois a três anos atrás, quando o programa de televisão "Casseta & Planeta", que sempre matava um economista na suas apresentações semanais, até à criação de uma gama muito grande de cursos novos, na atualidade. Portanto, existem no momento, cursos tradicionais e cursos novos. E há uma certa atração por parte das pessoas que vão pleitear uma graduação, de buscar coisas novas, coisas modernas, com o intuito de obter maior espaço no mercado de trabalho.

Ele acredita que essa seja a questão mais importante, o aparecimento de um número muito grande, num período muito curto, de vários cursos novos. Novos pelo menos no nome. Mas que são balizados, basicamente, pelo marketing feito, que de certa forma atraem a comunidade de uma forma geral.

E o estudo de Economia, apesar de estar sempre ligado na televisão, todos os jornais televisionados tem a parte de Economia, todos os jornais escritos, ou seja, a mídia de uma forma geral, trás a Economia muito presente. E às vezes com um linguajar meio complicado. Algumas pessoas chamam de "economês". Para o Prof. Eduardo Rodrigues, isso também, de certa forma, assusta os nossos jovens que estão a procurar uma profissão.

Porém, ele observa que a UCG, hoje, não é mais a única Universidade que oferece esse Curso. Atualmente, tem-se em Goiânia mais de duas dezenas de faculdades ou universidades prestando serviço de ensino superior, e na área de Economia. Então, logicamente, a demanda

de uma maneira geral, ela é repartida com essas outras instituições.

Mas, a própria idéia de um curso novo, como na área da Administração, que tem agora também Administração em Turismo, Administração em Agronegócios, o que de certa forma também contribui para dividir a concorrência dentro do próprio curso de Administração. Para o Prof. Eduardo Rodrigues, novamente um fator de nome, de nome externo, em que as pessoas vinculam uma possibilidade de emprego. Enquanto Administração denota que vou administrar alguma coisa, na Economia eu vou fazer o quê? Então tem essa dúvida na cabeça das pessoas. Principalmente, nos últimos anos, a Universidade está recebendo alunos cada vez mais novos. Alunos de quinze, dezesseis, dezoito anos. E essa procura por uma atividade profissional, ainda não é muito clara para muitos deles. Nota-se que o Curso de Ciências Econômicas tem turmas completamente heterogêneas. Tem-se desde pessoas maduras a adolescentes. E isso de certa forma tem também os aspectos positivo e negativo.

Por outro lado, segundo ele, o que acontece num Curso como o de Ciências Econômicas da UCG, de muitos anos de existência, é um processo de acomodação. E esse processo de acomodação não foi de uma única gestão ou de uma direção. Mas foi de um grupo de professores. Ele frisa o fato de que é o professor mais novo contratado no Departamento de Economia, e que nesse ano de 2003, ele faz já dez anos que está no ECO da UCG. Portanto, nesse período, não se contratou mais nenhum professor. E a maioria dos professores do Departamento de Economia foram seus professores durante a sua graduação. Isso é um fato importante. É um curso que já está, numa linha geral da Universidade, de certa forma, amadurecendo quanto ao que se refere à faixa etária dos professores.

Portanto, eu acho que se a gente for começar a enumerar aqui, tem vários fatores. E aí eu diria vários pecados, né, dentre eles o da acomodação, que acaba culminando numa situação que precisaria de um choque. E acredito que o choque foi dado, e que isso foi muito importante. Acredito que os nossos professores de Economia nunca estudaram tanto, igual estudaram de 1999 para cá. Resumindo, quando assumimos a gestão, nós tínhamos o seguinte quadro: um currículo sendo fechado, três notas “D” no Provão e uma demanda super baixa. Eu acho que eram os três principais problemas, porque o problema do comodismo já tinha, de certa forma, sido resolvido. Os professores já estavam trabalhando e isso não pode negar. O que tem acontecido hoje não é mérito meu. É mérito do Departamento de Economia, que tem trabalhado muito forte nisso. (Entrevista de Eduardo Rodrigues da Silva).

Pelo exposto através dos diversos olhares que nos ajudaram a ver de forma mais ampla o

objeto estudado nesta dissertação, no que se refere ao processo que vem ocorrendo, gradativamente, de redução na demanda pelo Curso de Ciências Econômicas, alguns aspectos foram realçados e considerados importantes.

Primeiro, é que esse fenômeno não é exclusivo do Curso de Ciências Econômicas da UCG. Ele tem acontecido também em certas partes do Brasil, com algumas Faculdades/Universidades chegando, inclusive a fecharem o curso inteiro.

Outra constatação, é a relação com o desempenho negativo da economia do país nas duas últimas décadas principalmente. A estrutura da economia capitalista, a chamada economia de mercado, tem provocado um índice crescente de desemprego. Isso tem exigido dos cursos, cada vez mais, um redirecionamento das suas grades curriculares, no sentido também de atender melhor as necessidades do mercado de trabalho.

Essa nova conjuntura, facilitou a abertura de novos cursos, de novas faculdades, de novas universidades. Isso contribuiu para o aumento, muitas vezes, de difícil controle da concorrência. Principalmente no que diz respeito à qualidade do ensino de Economia que é vendida na mídia e o verdadeiro ensino que é ministrado na prática. Situação de difícil controle até por parte do Governo Federal, através do MEC.

No caso específico do Estado de Goiás, essa proliferação de novos cursos no ramo da Economia, e de novas instituições de ensino superior, verificada nos últimos anos, aumentou o número de profissionais formados, diplomados e aptos a exercerem a profissão. Porém, a estrutura da base econômica estadual e o seu mercado de trabalho não têm crescido o suficiente para absorver toda essa nova mão-de-obra habilitada no nível superior.

Essa situação tem provocado mudanças, as mais variadas possíveis, no eixo da demanda pelos cursos superiores. No geral, os pretendentes a um diploma desses cursos têm optado por cursos que têm um custo menor nas suas mensalidades, que tenham uma duração mais curta e que sejam mais voltados para as necessidades atuais do mercado de trabalho.

Em particular, o Curso de Ciências Econômicas da UCG, tem sofrido diretamente os reflexos de todos esses aspectos já analisados. E mais, por ser um Curso que vem funcionando há mais de meio século, principalmente no cenário da economia goiana e da Região Centro-Oeste,

surge o processo de desgaste , e também de acomodação. Houve um desgaste das instalações físicas onde funcionava o Departamento de Economia da UCG. Porisso, foram construídos mais dois prédios e reformado o prédio da Biblioteca Central, atualmente onde funcionam os Blocos “E”, “F” e “G”, da Área 1. Embora, com mais salas de aulas e auditório, porém, ainda não é o ideal para as necessidades do ECO, pois tudo isso é compartilhado com outros Departamentos da UCG.

Em relação ao Curso de Ciências Econômicas, houve também um desgaste em sua grade curricular, na formação dos seus docentes, na atualização bibliográfica e na sua relação com o mercado de trabalho. As conseqüências diretas de tudo isso foram a queda de sua qualidade, avaliações não muito positivas nos Provões do MEC, a redução gradativa de sua demanda e o fechamento de seu turno matutino.

Porém, no que tange à sua gestão, a direção e a Congregação dos Professores do Departamento de Economia, respaldados pela administração superior da UCG, visando romper o processo de acomodação presente no ECO, fizeram um amplo diagnóstico dos problemas e vêm implantando várias medidas, no sentido de revitalizar o Curso e reverter esse quadro negativo.

Dentre as várias ações já implementadas destacam-se: a aprovação e divulgação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas; uma nova grade curricular para o Curso, com vigência a partir do 2º semestre de 2002 (conforme o ANEXO 9), conseqüentemente, desativando as grades curriculares de 1987/2, tanto diurna como noturna (conforme os ANEXOS 7 e 8, respectivamente); diversos professores do ECO estão fazendo especializações, mestrados e doutorados; uma revisão/atualização bibliográfica em todas as disciplinas do Curso; acompanhamento e orientação junto à direção da Biblioteca Central, no sentido de atualizar e ampliar o acervo das obras relacionadas aos assuntos econômicos; reforço da biblioteca setorial do Centro de Pesquisas Econômicas, além de obter um espaço físico maior para o mesmo; um apoio melhor aos alunos inscritos no Provão do MEC, ministrando gratuitamente aulas de reforço, em horários extras; uma atuação mais em conjunto com os representantes do Centro Acadêmico de Economia e do Diretório Central dos Estudantes da UCG; e a realização de palestras, seminários e outras atividades acadêmicas, voltadas para o campo da Economia.

Complementando toda essa análise apresentada, uma questão não foi muito explorada ou considerada de forma mais consistente nos depoimentos coletados por nós nesta dissertação, no que se refere ao fechamento do turno matutino do ECO da UCG e, principalmente, quanto à redução da demanda que vem ocorrendo pelo seu Curso de Ciências Econômicas. Trata-se das consequências advindas do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da prática das políticas neoliberais no mundo capitalista e, em particular, na economia brasileira, nos últimos anos.

Nesse sentido, ENGUITA entende assim a questão.

O capitalismo e a industrialização trouxeram consigo um enorme aumento da riqueza e empurraram as fronteiras da humanidade em direção a limites que antes seriam inimagináveis, mas seu balanço global está longe de ser inequivocamente positivo (ENGUITA, 1989, p. 5).

Assim considerando em relação ao capitalismo e à industrialização nos países ainda não desenvolvidos, o mesmo pode-se dizer quanto à prática das políticas neoliberais neles aplicadas.

O surgimento do neoliberalismo como movimento social organizado de reação, data do *Colloque Walter Lippmann*, realizado em Paris, em 1938 (FERRARO, 1999, p. 21).

Segundo FERRARO, a natureza do movimento neoliberal está explicitada em *O Caminho da Servidão*(1944), de Friedrich Von Hayek, um de seus primeiros e mais importantes formuladores e articuladores, quando afirma que "o princípio orientador - o de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que, de fato, conduz ao progresso - permanece tão verdadeiro hoje como no século XIX". Também está explicitado em *Capitalismo e Liberdade*" (1962), de Milton Friedman, quando afirma que liberalismo é questão de fé ou crença. Para ele, " a essência da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, em sua liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias escolhas sujeito somente à obrigação de não interferir com a liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo" (1999, p. 22).

Assim, as idéias dos neoliberais propõem, no geral, um retorno às idéias dos pensadores liberais dos séculos XVIII e XIX.

Em síntese, os neoliberais entendem que é necessário retornar ao *laissez-*

faire, ao livre mercado do fim do século XVII e do século XIX, pela simples razão de que, segundo eles, a liberdade é o meio mais efetivo de promoção da igualdade e do bem-estar. Rejeitam a interferência do Estado, tanto na produção, quanto na distribuição (FERRARO, 1999, p. 23).

Com a crise do modelo econômico do pós-II Guerra, em 1973, o mundo capitalista avançado entrou numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez, baixas taxas de crescimento, com altas taxas de inflação, fenômeno conhecido como estagflação. Nesse contexto, o receituário neoliberal ganha um espaço para a sua prática, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento. Essa política neoliberal se resumia em buscar a estabilidade monetária, ao lado da restituição dos incentivos essenciais promovidos pelo Estado, para que a economia voltasse a crescer.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação (ANDERSON, 1996, p. 11).

A Inglaterra, em 1979, através do governo de Margareth Thatcher, é o primeiro país a implantar um programa neoliberal, para contrapor às políticas keynesianas de busca do estado de bem-estar social, que vinham sendo aplicadas na maioria dos países da Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento - OCDE, na década de 1970.

Em seguida, no início da década de 1980, os EUA, a Alemanha, a Dinamarca, e quase todos os países da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, já haviam aderidos às políticas neoliberais. Elas foram reforçadas, mais tarde, de 1989 a 1991, com o fim do comunismo na Europa oriental e na U.R.S.S.

Na América Latina, o Chile, do governo de Augusto Pinochet, no início da década de 1970, é o primeiro país a adotar uma experiência neoliberal de forma bastante sistemática, passando pela desregulação, desemprego em massa, repressão sindical, distribuição de renda em favor das classes mais abastadas, privatização e até a eliminação da democracia, como pressuposto

básico.

Na década de 1980 e 1990, outros países da América Latina também aderiram às políticas neoliberais, como a Bolívia, México, Argentina, Venezuela, Peru e, inclusive, o Brasil.

Ainda considerando este contexto, em 1989, John Williamson, economista inglês e diretor do Institute for International Economics, promoveu um encontro em Washington (EUA), com a participação de diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano, que tinha como objetivo avaliar as reformas econômicas que estavam em andamento no âmbito da América Latina. As conclusões desse encontro, rotulado de "Consenso de Washington", é que várias medidas deveriam ser adotadas pelos países, como: disciplina fiscal, onde o Estado deveria eliminar o déficit público, focando seus gastos em educação, saúde e infra-estrutura; reforma tributária, com ampliação da base que incide a carga tributária, através de um peso maior para os impostos indiretos e uma menor progressividade dos impostos diretos; taxas de câmbio competitivas; os mercados financeiros domésticos devem determinar as taxas de juros do país; abertura comercial, com redução das alíquotas de importações; não restringir o investimento direto estrangeiro, incentivando o uso de capital e tecnologia externa; as empresas estatais devem ser privatizadas; os governos precisam desregular a economia e; por último, aplicar os direitos de propriedade.

Percebe-se, assim, que o Consenso de Washington representou nada mais do que um conjunto de reformas neoliberais, tendo como pontos centrais, a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e financeira, e a redução do tamanho e do papel do Estado.

Para FRIGOTTO, o processo de recomposição do capitalismo em face da crise do final do século XX engendra, ao mesmo tempo, um crescente grau de violência, destruição, exclusão e uma explicitação da necessidade de sua superação. Ao contrário do que a ideologia neoliberal tenta passar, o capitalismo não é o fim da história ou a forma desejável e perene de relações sociais. É apenas o fim da pré-história humana, a da sociedade de classes (2000, p. 206). Vê-se, assim, que a controvérsia continua.

É importante ressaltar que, no âmbito da América Latina, a democracia e o estado de bem-

estar social, ainda estão longe de chegar ao ponto ideal. O que está presente é a perda de várias conquistas da classe trabalhadora, reduzindo os direitos sociais, e uma distribuição de renda, onde fica evidenciado o seu caráter concentrador. Além do mais, historicamente, o Estado que deveria promover o equilíbrio social, tem sido um agente mais voltado para os interesses das classes dominantes.

Nesse sentido, FRIGOTTO compara as consequências das políticas keynesianas com a prática neoliberal e a alternativa do socialismo.

O Estado do Bem-Estar Social como sistema de acumulação e regulação social concentrou riqueza, miséria e exclusão. Mas, no plano das lutas e contradições, também firmou direitos sociais para além dos políticos. São estes direitos sociais que o neoliberalismo procura zerar como forma de restaurar taxas de lucro do capital transnacional sob a égide do capital financeiro. A construção democrática do socialismo tem como ponto de partida a necessidade de garantir e dilatar, na esfera pública, os direitos já alcançados pela luta das classes trabalhadoras dentro do Estado de Bem-Estar Social (FRIGOTTO, 2000, p. 206-207).

O neoliberalismo, segundo ANTUNES, também tem colaborado para a precarização do trabalho e outros aspectos negativos nos países capitlistas.

A sociedade contemporânea, particularmente, nas duas últimas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (In: GENTILI & FRIGOTTO, 2001, p. 35).

Segundo ENGUITA, a degradação do trabalho tem seu passo final quando acontece a subordinação real do trabalho ao capital ou a divisão manufatureira do trabalho, conforme afirmava Karl Marx.

Esta tem lugar quando o capitalista, em vez de limitar-se a aceitar os processos de trabalho estabelecidos e tratar simplesmente de aumentar a mais-valia extraída mediante a prolongação da jornada, reorganiza o próprio processo de produção. A mais-valia absoluta cede então caminho à mais-valia relativa, e a divisão de trabalho tradicional, herdada dos ofícios, à decomposição do processo de produção da mercadoria em tarefas parcelares. O trabalhador, que já havia perdido a capacidade de detreminar o produto, perde agora o controle de seu processo de trabalho, entra em uma relação alienada com seu próprio trabalho como atividade (ENGUITA, 1989, p. 15).

ENGUITA faz estas afirmações baseadas no que Karl Marx já explicava nos *Manuscritos: economia e filosofia*. Marx também já mostrava a diferença entre a divisão social e a divisão manufatureira do trabalho, o que nos facilita conhecer melhor a natureza da transição do artesanato independente ao trabalho assalariado.

O próprio idealizador do Consenso de Washington, John Williamson, reconheceu recentemente numa entrevista concedida ao correspondente do jornal Folha de São Paulo, nos EUA, no dia 09 de agosto de 2002, que aquele receituário proposto em 1989 carecia de políticas sociais. E que uma nova versão do Consenso de Washington, revista e mais "social" será apresentada no encontro anual do BID, a ser realizado em Milão (Itália) em 2003 (Jornal Folha de São Paulo, 30/01/2003).

Quando perguntado: "Já são 13 anos de Consenso de Washington. Diante das transformações pelas quais a economia mundial passou ao longo desse período, o que o senhor mudaria ou acrescentaria?". Ele respondeu:

"Nós temos um grupo de economistas que está trabalhando exatamente sobre isso. Uma agenda para políticas econômicas na América Latina para os próximos anos. Acho que haverá quatro pontos básicos. O primeiro é bem claro: a região tem que adotar como prioridade tentar se livrar dessas crises, adotar políticas que tornem os países menos vulneráveis a essas crises. Ou seja, política fiscal que dê superávit nos anos de prosperidade para ter espaço para déficit nos anos de crise. Na Argentina, por exemplo, seria muito agradável se fosse possível ter um déficit fiscal hoje, por causa da recessão. Mas, infelizmente, não é possível, porque a dívida pública aumentou demais nos anos de prosperidade. Outro ponto: evitar a entrada excessiva de capitais, como o Chile fez na década de 1990. O terceiro ponto, seria completar as reformas da primeira geração do Consenso de Washington, principalmente no mercado de trabalho, porque ainda há muitas restrições para que os trabalhadores do mercado informal possam ser absorvidos pelo mercado formal. O último ponto, seria dar mais atenção aos problemas da distribuição de renda, ajudar os pobres a entrar na economia de mercado oferecendo coisas que nós queremos comprar" (Entrevista de John Williamson, 2002).

Embora seja um balanço provisório, essa análise atual do movimento neoliberal, devido ainda estar inacabado, ANDERSON chama a atenção para os seus resultados nesses quase 15 anos de atuação nos países mais ricos do mundo. Para ele, economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado.

Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje (1996, p. 23).

Diante dessa análise dos efeitos negativos das práticas neoliberais, GENTILI & FRIGOTTO assim se posicionam.

Vivemos uma conjuntura marcada por transformações profundas e contraditórias. O impressionante avanço das forças produtivas aumenta as possibilidades de prolongar e melhorar a vida humana, ao mesmo tempo que mutila e torna precária a vida de quase metade dos habitantes do planeta. Milhões de seres humanos, especialmente do Terceiro Mundo, sofrem, ainda hoje, as consequências brutais da fome e de doenças endêmicas cuja cura já era conhecida desde a Idade Média. Mais de mil e duzentos milhões de adultos são violentados pelo horror político e econômico do desemprego estrutural, enquanto milhões de meninos e meninas são quotidianamente submetidos a maus-tratos e violência em um mercado de trabalho que os reduz a meros escravos, negando-lhes os mais elementares direitos humanos e desintegrando-os física, psicológica e afetivamente (GENTILI & FRIGOTTO, 2001, p. 9).

Percebe-se claramente o quanto são complexas as relações existentes entre o modelo educacional, as formas de qualificação postas em prática e o modelo de desenvolvimento econômico proposto e concretizado.

Nesse sentido, BRUNO adverte e confirma esse posicionamento, evidenciando a necessidade de uma análise mais profunda sobre a referida questão.

A relação existente entre a educação, qualificação e desenvolvimento econômico não é de nenhuma forma linear, e para compreendê-la em sua dinâmica, hoje, é necessário considerar não apenas os diferentes padrões de acumulação de capital que presidem o desenvolvimento econômico de diferentes países e regiões, mas também as transformações sem precedentes pelas quais vêm passando o capitalismo desde meados da década de 1970 (BRUNO, 1994, p. 1).

Ao relacionar a sociedade com o mundo do trabalho e o papel exercido pela escola,

ENGUIITA também reflete sobre algumas questões importantes. Dentre estas, ele aborda a motivação mediante recompensas extrínsecas, fala da competição inter-individual, da divisão do trabalho, da submissão a uma avaliação alheia, da distribuição de recompensas, da consciência estratificada e da igualdade/desigualdade, também conhecido como processo de dissuasão. Isso evidencia, segundo ele, que a escola exerce um papel importante (1989, p. 191).

Porém, existem contradições na relação entre a escola e o trabalho. Considerando que a sociedade é capitalista e, ao mesmo tempo, ela é democrática, pode-se afirmar que a sociedade é composta de três esferas diferenciadas: a economia, o Estado e a família. Essas três esferas são capazes de provocar relações diferentes de domínio e subordinação. Enquanto a esfera da produção capitalista representa a esfera do domínio do capital sobre o trabalho, a família como a esfera do domínio dos homens sobre as mulheres, o Estado, na sua forma liberal democrática, subordina a família e a economia (ENGUIITA, 1989, p. 225).

No Brasil, a estratégia optou pela diminuição do Estado em vários setores básicos da economia, ocorrendo algumas privatizações, principalmente na área das telecomunicações e do setor elétrico. A organização sindical perdeu muitas conquistas sociais e econômicas, aumentando as taxas de desemprego. No geral, a economia brasileira deixou de crescer a taxas condizentes com suas verdadeiras necessidades básicas.

Na educação, ao mesmo tempo em que o ensino público em todos os níveis sofre uma retração de investimentos e de incentivos gerais, há uma ampliação do ensino privado em todo o país. O que se vê são cursos sendo fechados, faculdades e universidades públicas funcionando sem os mínimos recursos necessários. Por outro lado, tem-se uma expansão quantitativa de novos cursos, faculdades e universidades privadas.

Com um Estado mais distante do processo produtivo nos níveis federal, estadual e municipal, e com menos planejamento para executar, o economista formado em Goiás e, principalmente em Goiânia, vê seu mercado de trabalho sendo reduzido drasticamente na área pública, até então, uma de suas maiores áreas de atuação profissional. Paralelamente, há um aumento da concorrência provocada pela instalação de novas faculdades e universidades privadas. Surge

daí, portanto, não só novos cursos mais atraentes, mas também uma gama imensa de novos profissionais visando preencher o mercado de trabalho goiano.

Além disso, no caso particular, do Curso de Ciências Econômicas, do Departamento de Economia da UCG, no decorrer já das décadas de 1980 e 1990, vê-se uma retração na demanda por este Curso. E, conseqüentemente, uma demanda maior para outros cursos próximos de sua área de atuação profissional, principalmente, para o Curso de Administração.

Na sua análise sobre a criação e consolidação do Curso de Administração da UCG, LIMA observa que o número de alunos formados pelo mesmo foi de 79 alunos na década de 1960, passando para 681 alunos na década de 1970, 1.232 alunos na década de 1980 e 1.655 alunos na década de 1990 (2001, p.191-192).

E a década de 90, representou o momento de expansão do curso, que chegou a ser o segundo maior curso em número de alunos da Universidade (LIMA, 2001, p.200).

Diante de tudo isso e de outras ações que ainda podem ser implementadas, espera-se que num menor espaço de tempo possível, o Curso de Ciências Econômicas do ECO da UCG, venha realmente ser revitalizado. Recuperando e ampliando não só a sua demanda e, principalmente, o seu grau de importância e prestígio, no sentido de se consolidar como uma referência no âmbito da economia goiana e da Região Centro-Oeste. Esse é o espírito reinante na direção e Congregação dos Professores do Departamento de Economia da UCG, constatado ao longo da pesquisa realizada para a elaboração dessa dissertação.

CONCLUSÃO

"A sabedoria só deve ter um fim: melhorar o ser humano"

Mohandas K. Gandhi (1869-1948)

Considera-se que a educação é um fenômeno histórico, e que ela contribui para o desenvolvimento do homem e da sociedade, através dos sistemas cultural, político, econômico e social. Ficou evidenciado nessa dissertação, a importância da utilização da história, numa conjunção de fontes escritas e orais, para um aprofundamento visando conhecer melhor o processo da trajetória do Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás, desde a criação da FCEG, em 1950, até aos dias atuais.

Depois da interação realizada entre as fontes históricas escritas e orais, acredita-se que as problematizações que foram surgindo ao longo desta dissertação, tenham sido todas elucidadas. Principalmente, o eixo básico, constituído de duas questões fundamentais. A primeira, tentando contextualizar o por que da criação de um Curso de Ciências Econômicas no cenário sócio-econômico-político do Estado de Goiás e de Goiânia, a partir da década de 1950. E a segunda, evidenciando o grau de importância do Curso de Ciências Econômicas no decorrer da sua trajetória de existência, assim como, o contexto econômico-político do Brasil, do Estado de Goiás e da UCG, onde começa a ocorrer o processo de refluxo na demanda por esse mesmo Curso.

Num primeiro momento, foi importante mostrar o surgimento e evolução da política educacional brasileira voltada para o ensino superior. Desde 1550, quando os jesuítas fundaram na Bahia, sede do governo geral, o primeiro estabelecimento de ensino superior do Brasil. Foi visto a evolução do ensino superior católico no nosso país, nos períodos colonial, imperial e republicano.

Procurou-se registrar o papel que desempenharam os jesuítas, a Igreja Católica e, principalmente, o educador Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, para a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás (atual Departamento de Economia) e de uma Universidade no Brasil Central (atual Universidade Católica de Goiás). Nesse sentido, destaca-se também, a contribuição do primeiro Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, e a grande

visão e ações concretas, que tiveram os empresários ligados à Associação Comercial do Estado de Goiás e da Federação do Comércio do Estado de Goiás.

Foi ressaltado ainda que, tanto a implantação da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, em 1950, quanto da Universidade de Goiás, em 1959, estão inseridas no contexto e importância que tiveram a “Marcha para o Oeste”, a transferência da capital do Estado de Goiás para Goiânia e da transferência da capital do país para Brasília.

Num segundo momento, procurou-se evidenciar a evolução da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás até se tornar no atual Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás.

Tudo começou com a criação da Fundação João Daudt de Oliveira, uma iniciativa arrojada de alguns empresários ligados à Associação Comercial do Estado de Goiás e à Federação do Comércio do Estado de Goiás. Aquela Fundação, posteriormente, foi transformada na Fundação Faculdade de Ciências Econômicas que, em 1958, se transformou na Sociedade Goiana de Cultura. A partir daí, a SGC passou a ser a mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás.

A Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás inicialmente oferecia apenas os Cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Este último, posteriormente, fora desmembrado em dois cursos específicos: Ciências Contábeis e Ciências Atuariais. Por falta de mercado de trabalho local para atuários, a Faculdade passou a oferecer somente o Curso de Ciências Contábeis, ao lado do Curso de Ciências Econômicas. A partir de 1963, a Faculdade implanta o seu Curso de Administração de Empresas.

Começa assim, uma longa trajetória de sucesso da Faculdade no ensino superior do Estado de Goiás. A partir de 1964, ela passa a denominar-se Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de Goiás.

Com a Reforma Universitária de 1968, implantada pelo Governo Federal, veio a departamentalização. A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas transformou-se no Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO). Em 19 de julho de 1971,

através do Decreto Presidencial nº 68.917, publicado no Diário Oficial da União, a Universidade de Goiás passou a se chamar Universidade Católica de Goiás.

Em 1979, tanto a denominação quanto a sigla do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO) foram alteradas para Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE), para atender a uma reivindicação do Diretório Acadêmico do curso de Contabilidade.

Em dezembro de 1987, o Reitor da UCG, Prof. Pedro Wilson Guimarães, autorizou o desmembramento dos Cursos do Departamento de Administração, Contábeis e Economia (ACE). Daí surgiram os três novos Departamentos, com seus respectivos cursos, que passaram a fazer parte da estrutura acadêmica da Universidade: Departamento de Administração, Departamento de Ciências Contábeis e Departamento de Economia.

O Departamento de Economia, que passa a ter a sigla ECO, a mesma de quando a Faculdade foi transformada em Departamento, começa a apresentar alguns sinais de que o seu Curso já não ostenta mais o *status* de carro-chefe, principalmente, da trilogia: Administração, Contábeis e Economia.

E um dos mais significativos desses sinais é, sem sombra de dúvida, o processo gradativo que passa a ocorrer, de redução na demanda pelo Curso de Ciências Econômicas. Isso começa a ser uma realidade no Departamento de Economia da UCG, e também, em algumas faculdades/universidades do Estado de Goiás e de outras regiões do Brasil.

No caso específico do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia da UCG, essa problemática passa a ter uma importância vital. O Curso que era oferecido em dois turnos, matutino e noturno, teve o anúncio oficial do fechamento do seu turno matutino, em 14/12/1999. Feito pelo Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos da UCG que, na época, justificava tal medida bastante radical, como causa principal, a baixa demanda pelo mesmo em relação ao número de vagas que eram oferecidas no vestibular.

E foi assim que, num terceiro momento, diante desse contexto importantíssimo, porém muito complicado, optou-se por uma utilização mais intensiva e extensiva ao mesmo tempo, das

fontes históricas tanto escritas como orais. Em relação às fontes orais, num total de quinze pessoas entrevistadas, procurou-se selecionar agentes que, de uma forma direta ou indireta, podem ser consideradas como alguns dos co-construtores da vida do ECO da UCG. E através das suas percepções, emoções e sentimentos (significados), buscou-se conhecer, refletir e aprofundar a compreensão dessa problemática, sob diversos ângulos possibilitados pela questão em foco.

Nesse sentido, analisou-se o Departamento de Economia da UCG em vários aspectos que, com certeza, fazem parte do seu cotidiano. Desde a importância do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás, a qualidade do ensino do ECO, a importância da pesquisa na consolidação do ECO da UCG, a Lei nº 5.540/68 e os reflexos da departamentalização na vida do Departamento de Economia da UCG, o papel das avaliações internas e externas, o fechamento do turno matutino do ECO, até o refluxo na demanda pelo Curso de Ciências Econômicas da UCG.

No que se refere às Ciências Econômicas, percebe-se que realmente estão permeadas do conhecimento de outras ciências e que são estreitamente ligadas ao ramo das Ciências Sociais. Com isso, uma de suas preocupações centrais está em como produzir e distribuir a riqueza, visando o bem-estar da sociedade.

Em relação à importância do Curso de Ciências Econômicas da UCG e suas contribuições para a economia goiana e regional, ao longo desse mais de meio século de sua existência, ficou claro o seu pioneirismo e suporte para o desenvolvimento no município de Goiânia, do Estado de Goiás e até da região Centro-Oeste, ao fornecer os recursos humanos mais preparados para atingir os objetivos almejados, seja na iniciativa privada, seja na iniciativa pública.

Quanto à qualidade de ensino praticada no Departamento de Economia da UCG, houve um consenso entre as fontes orais, em torno da formação, da qualificação de seu corpo docente. A formação do professor deve contemplar o saber específico, o saber pedagógico e o saber político-social. A Congregação dos Professores dever ter tanto docentes com dedicação integral ao ensino, quanto docentes que têm também uma inserção, uma experiência concreta na atividade econômica profissional, ou seja, no mercado de trabalho.

O Departamento de Economia na atualidade, inclusive, já atende à legislação do MEC, em relação ao número mínimo de professores com qualificação de especialização, mestre e doutor. Segundo seu diretor atual, o Prof. Eduardo Rodrigues, dos 29 professores efetivos do ECO, 14 deles são de dedicação integral à UCG. Isso demonstra um certo equilíbrio, comparado com a dedicação parcial de docência.

Ainda sobre a qualidade de ensino, outras observações feitas também são importantes. Por exemplo: o professor deve ser “*full time*”, ou seja, exercer o sacerdócio o tempo todo, em qualquer lugar; a docência deve ser exercida com responsabilidade e seriedade; o professor deve estar comprometido com a Instituição de ensino; deve haver uma orientação de Metodologia do Ensino Superior ou de Docência Universitária. Os diversos saberes devem ser complementares.

No que diz respeito à importância da pesquisa na consolidação do ECO, pelo que já foram produzidos pelo IPES, ECOS e CPE, o Curso de Ciências Econômicas da UCG já contribuiu muito para o desenvolvimento da economia goiana e regional. Porém, se o atual Centro de Pesquisas Econômicas do ECO, receber mais apoio institucional e se estruturar melhor, principalmente, no sentido de desenvolver uma pesquisa sistemática, dentro de uma linha de atuação previamente definida, ele realmente pode vir a tornar-se uma referência para a economia do Estado de Goiás e da Região Centro-Oeste.

Assim, dentro desse raciocínio, a pesquisa passa a ser o grande diferencial que o Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia da UCG, via CPE, apresenta frente a outros cursos, tanto interna quanto externamente.

Em relação à Lei nº 5.540/68 e os reflexos da departamentalização na vida do ECO da UCG, provocou profundas mudanças. Fruto também do acirramento das lutas ideológicas travadas internamente, primeiro, veio a transformação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas no Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas, provocada pela Lei nº 5.540/68. Segundo, veio a fragmentação desse Departamento em três novos Departamentos distintos e independentes. No geral, com essa separação departamental, ficou evidente a perda de autonomia, de identidade e da qualidade de ensino, dos cursos oferecidos tanto pelo Departamento de Economia, quanto pelos Departamentos de Administração e de

Ciências Contábeis. Houve um esfacelamento da unidade daquela área de negócios, formada pela Economia, Administração e Contabilidade. Assim, todos saíram perdendo. Há uma opinião, de que na UCG, se departamentalizou demais.

No que se refere ao papel das avaliações internas e externas, percebe-se claramente que ambas são importantíssimas para um melhor desempenho do processo educacional. Porém, tanto as avaliações desenvolvidas pela UCG, quanto aquelas feitas pelo MEC, principalmente o ENC (Provão), devem ser aprimoradas, no sentido de atingirem plenamente aos seus objetivos básicos. As avaliações que vêm sendo feitas pela UCG, tanto de seu corpo docente, como de seu corpo discente, ainda precisam de muitos aperfeiçoamentos. Mesmo reconhecendo o grande esforço que a direção superior da UCG vem desenvolvendo nesse sentido, é necessário que o processo de avaliação tenha seus objetivos e metas bem definidos e explicitados para todo o conjunto da Universidade. Além disso, é necessário também, que o processo de avaliação não só seja um processo científico, mas seja acima de tudo um processo dialético.

A importância desse processo ser dialético está em permitir que as informações, os dados coletados e tabulados, possam servir de base para um retorno a todos os agentes envolvidos no mesmo. Assim, cientes dos resultados a serem atingidos, as direções departamentais, as congregações de professores e os alunos, tenham todas as condições suficientes para uma orientação de suas ações no sentido de reforçarem os pontos fortes apontados no processo avaliativo, como também de eliminarem todos os pontos fracos.

Quanto às avaliações promovidas pelo MEC através do ENC (Provão), e das condições gerais de qualidade dos cursos oferecidos pela Universidade no que diz respeito às instalações físicas, grade curricular, formação do corpo docente, biblioteca, etc., é importante que a UCG e o ECO dê mais atenção e prioridade às mesmas. Pois, independentemente de suas imperfeições e como vão ser nesse Governo Federal que acaba de se instalar, elas também são importantíssimas para o processo de melhoria da qualidade de ensino dos cursos e das próprias instituições que os oferecem.

No caso específico do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia da UCG, é urgente a necessidade de mais investimentos na ampliação de seu espaço físico, na qualidade de seu ensino, na orientação didático-pedagógica ao seu corpo docente, na pesquisa

e extensão, e na motivação e integração de seus alunos.

No que se refere à questão do fechamento do turno matutino do Curso de Ciências Econômicas do ECO da UCG, nota-se que constituiu numa das primeiras e mais drásticas das conseqüências negativas do processo que vem ocorrendo de redução da demanda pelo Curso.

Com a decisão de tal fato sendo tomada pela direção superior da UCG, através da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, constatou-se que faltou, na época, uma abertura para se negociar com a direção do Departamento de Economia e com sua Congregação de Professores.

Essa medida tomada, ao lado de outros fatores, contribuiu para a formação de uma imagem negativa do Curso de Ciências Econômicas da UCG. Porém, por outro lado, ela teve o seu aspecto positivo. O impacto provocado pelo fechamento do turno matutino e seus desdobramentos, fizeram com que tanto a direção do Departamento de Economia quanto a sua Congregação de Professores reagissem, saindo daquela situação de aceitação e acomodação. Aquele estado de pura letargia que o ECO estava vivenciando, foi substituído por um elenco diversificado de ações que procuravam dar a volta por cima, no sentido de reverter aquele quadro negativo.

Por último, foi colocada em discussão a questão bastante complexa do refluxo que vem ocorrendo gradativamente na demanda pelo Curso de Ciências Econômicas da UCG. Vários fatores têm contribuído para que essa situação possa estar acontecendo.

Um desses fatores, que às vezes traz um certo alento, é que esse fenômeno não é exclusivo do Curso de Ciências Econômicas da UCG. Outras faculdades/universidades goianas e do nosso país, também, têm sido afetadas por essa redução da demanda pelo Curso de Ciências Econômicas.

Isso tem uma relação muito grande com o desempenho negativo da economia brasileira, principalmente, nas duas últimas décadas. A falta de um crescimento econômico, apresentando índices bem aquém dos níveis necessários, tem aumentado constantemente a taxa de desemprego geral de nossa economia. Foi mostrado também que, essa performance da

economia brasileira nesse período referenciado, tem uma relação muito estreita com o modelo de política econômica neoliberal, implantado nos países capitalistas avançados e também nos países da América Latina, incluindo o Brasil. Esse desempenho foi reforçado pelo Consenso de Washington, em 1989. Tanto é assim, que o seu idealizador, o economista inglês John Williamson, reconheceu recentemente que aquele receituário careceu de políticas sociais. E que, já está sendo preparada uma nova agenda de políticas econômicas para a América Latina, revisando e dando continuidade ao que ele chama de primeira geração do Consenso de Washington, com ênfase numa melhor distribuição de renda. Esta nova versão seria conhecida no encontro anual do BID, a ser realizado em 2003, em Milão (Itália).

Para fazer frente a essa estrutura da economia capitalista, isto é, da economia de mercado, os cursos existentes estão sendo exigidos no sentido de promoverem mudanças radicais em suas grades curriculares, objetivando um atendimento direto das necessidades do mercado de trabalho. Para isso, esses Cursos de Ciências Econômicas mais tradicionais, como é o caso do nosso aqui da UCG, que já tem mais de meio século de existência, têm procurado serem mais flexíveis e atentos a essas novas modalidades de demanda que o mercado de trabalho requer na atualidade. Contudo, procurando fazer todas essas alterações, sem no entanto, fugir de suas características básicas e originais.

Porém, essa conjuntura apresentada nos últimos anos em nossa economia, tem propiciado o surgimento de novos cursos e de novas faculdades/universidades, aumentando assim a concorrência. Agora, o que mais preocupa atualmente é que, na ânsia de atrair essas novas modalidades de demanda do mercado de trabalho, cursos e instituições são montados, muitas vezes, sem as mínimas condições de funcionamento e qualidade necessárias.

Isso tem provocado profundas mudanças no eixo da demanda pelos cursos superiores. Há uma tendência atual pela busca de cursos superiores com custos menores em suas mensalidades, com duração mais curta, que sejam oferecidos em horários que possibilite o aluno trabalhar, principalmente noturno, e que estejam voltados diretamente para as necessidades do mercado de trabalho.

O Curso de Ciências Econômicas da UCG, até pela sua condição de existir há mais de meio século, tem enfrentado todos esses obstáculos. E mais, quase que naturalmente, tem sofrido

um processo de desgaste e também de acomodação.

Houve um desgaste das instalações físicas onde funcionava o Departamento de Economia, sendo que a direção da UCG tem procurado reformar e construir mais prédios na chamada Área I. O Curso em si, também apresentou um processo de desgaste na sua grade curricular, na formação do seu corpo docente, na atualização bibliográfica e na sua relação com o mercado de trabalho. Frutos desses desgastes ao longo do tempo, são a queda da qualidade de seu ensino, quatro avaliações não muito positivas no Provão do MEC, uma redução gradativa da demanda pelo Curso e o fechamento de seu turno matutino.

Para sair desse processo de desgaste e acomodação, a direção do Departamento de Economia e a Congregação de seus Professores, respaldados pela administração superior da UCG, elaboraram um amplo trabalho no sentido de diagnosticar os pontos fracos e fortes do Curso e da instituição. Isso tem possibilitado várias ações no sentido de revitalizar o Curso e reverter esse quadro negativo.

Para se ter uma idéia da amplitude desse trabalho, diversas ações já foram implantadas, dentre as quais podem ser destacadas: a aprovação e divulgação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, em agosto de 2002; criação de uma nova grade curricular, com vigência desde o 2º semestre letivo de 2002, sendo mais flexível que a anterior e apresentando um Curso com duração mínima de quatro anos (o anterior era de cinco anos); vários professores do ECO foram incentivados a aprimorarem suas formações, fizeram e continuam fazendo mais especializações, mestrados e doutorados; foi feita uma revisão/atualização bibliográfica em todas as disciplinas do Curso; tem sido realizado freqüentemente um acompanhamento e orientação junto à direção da Biblioteca Central objetivando a atualização e ampliação do seu acervo de obras voltadas para os assuntos econômicos; buscou-se ampliar o espaço físico do seu Centro de Pesquisas Econômicas, além de reforçar sua biblioteca setorial; tem propiciado um apoio maior aos alunos inscritos no Provão do MEC, ministrando aulas de reforço gratuitamente e em horários extras; abriu-se espaços para uma atuação mais em conjunto com os representantes do Centro Acadêmico de Economia e do Diretório Central dos Estudantes da UCG; e a realização de palestras, seminários e outras atividades acadêmicas, direcionadas para o campo da Economia.

Assim, espera-se que num curto prazo, o Curso de Ciências Econômicas, com essas e outras ações necessárias, possa reverter o quadro negativo em que se encontra nos últimos anos. Recuperando e ampliando a sua demanda, e também voltando a consolidar seu grau de importância que sempre representou para a economia goiana e da Região Centro-Oeste.

Para concluir, o Prof. Antônio José Pôrto Bandeira, em sua entrevista, afirma que as dificuldades existem. Elas existem de todo tipo. Desde dificuldades individuais até às dificuldades coletivas. Porém, ele cita um poeta da UCG, Prof. Moacir Félix, que diz o seguinte: “Ou se vive por inteiro, ou pela metade se cresce o que não viveu”. Nesse sentido, o Prof. Antônio Bandeira acha que nós temos que viver por inteiro também o Departamento de Economia. E o autor dessa dissertação também comunga com esses pensamentos dos dois professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDERSON, Perry. **O Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ARAÚJO, Délio Moreira de. **Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás**. In: Revista ESTUDOS, UCG, v. 1, nº 1, 1973.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

BRASIL. MEC/INEP. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. RBEP, Brasília, MEC/INEP, 65 (150): 407 – 25, mai/ago, 1984.

BRUNEAU, Thomas C. **O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BRUNO, Lúcia. **Educação, Qualificação e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, julho, 1994.

CASTRO, Nivalde José de. **O Economista: a História da Profissão no Brasil**. Rio de Janeiro: COFECON; CORECON-RJ; CORECON-SP, 2001.

CHAER, Laura. **Relatório da Universidade Católica de Goiás (UCG)**. In: Revista ESTUDOS GOIANIENSES, UCG, nº 10, 1979.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. **Ensino Superior e Universidade no Brasil.** In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et alii (Orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas.** Goiânia: UCG, agosto/2002.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **A Face oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo.** Porto Alegre (RS): Artes Médicas, 1989.

ESTEVAM, Luís. **Entre o Sonho e a Realidade.** In: REZENDE, Iris (Org.). Pedro Ludovico: a saga da construção de Goiânia no coração do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2001.

FÁVERO, M.L.A (Org.). **Universidade do Brasil: Guia dos Dispositivos Legais.** Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000.

FERRARO, Alceu Ravello. **Neoliberalismo e Políticas Sociais: Um Pé em Malthus, Outro em Spencer.** Brasília (DF): Univ. Soc., v. 9, n. 20, 21-33, set./dez., 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **História Oral: Um Inventário das Diferenças.** In. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FLEURY, Pe. Nelson Rafael. **Discurso.** In: Revista ESTUDOS, UCG, v. 1, nº 1, 1973.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** São Paulo: Cortez, 2000.

GENTILI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho.** São Paulo: Cortez [Buenos Aires, Argentina], CLACSO, 2001.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 - 1985).** São Paulo: Cortez, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LIMA, Tereza Cristina M. Pinheiro de. **O Curso de Administração da Universidade Católica de Goiás: Criação e Consolidação**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Faculdade de Educação/UFG, 2001.

MARIA, Pe. José Pereira de. **Dom Fernando Vive entre Nós**. In: Revista da Arquidiocese, UCG, ano XXXVI, nº 2, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual do Provão: Exame Nacional de Cursos 2002 - Sistema de Avaliação do Ensino Superior**. Brasília(DF): INEP, 2001.

OLIVEIRA, Maurides B. M. Filho. **Mito e Sobrevivência no Garimpo - O Caso de Baliza 1922/1960**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

PAGNUSSAT, José Luiz. **O Baixo Desempenho dos Cursos de Economia no Provão 2002**. In: Revista de Conjuntura nº 12. Brasília (DF): CORECON/DF e SINDECON/DF, out./dez., 2002.

POLIANTÉIA. **Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás - A Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, Primeiro Arcebispo de Goiás, 1923 * 1948 - A Voz Agradecida de suas Obras**. Aparecida (SP): Of. Graf. de Arte Sacra, 1948.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

SÁ, Nicanor Palhares. **Política Educacional e Populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, s/d.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas**. Campinas (SP): Autores Associados, 2000.

SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA. **Dom Fernando: "Sem Violência e Sem Medo"**
* 1910 † 1985/1995. UCG, 1995.

SOUZA, João Oliveira. **Criação e Estruturação da Universidade Católica de Goiás: Embate entre o Público e o Privado - 1940-1960.** Dissertação de Mestrado. Goiânia: Faculdade de Educação/UFG, 1999.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado - História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória: Questões Sobre a Relação entre História Oral e as Memórias.** In. *Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica/SP.* São Paulo: PUC, abril/1997.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Plano Estratégico de Gestão - Primeira Versão.** Goiânia: UCG, Série Gestão Universitária nº 6, 2003.

_____. **Avaliação do Curso de Ciências Econômicas - Relatório Final.** Goiânia (GO): UCG, Caderno da VA - 32, maio, 2000.

VAZ, Pe. José Carlos de Lima. **Os Jesuítas - 25 Anos em Goiânia.** In: Revista ESTUDOS GOIANIENSES, UCG, nº 10, 1979.

VAZ, Ronaldo Ferreira. **A Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás.** In. OLIVEIRA, Maurides B. M. Filho (Coord.). *Projeto de Pesquisa: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e os atuais Departamentos de Filosofia e Teologia; de História, Geografia e Ciências Sociais; de Letras; e de Educação da Universidade Católica de Goiás - 50 Anos de História de uma Instituição.* Goiânia: UCG, 1999.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ATAS da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas (FFCEG).

ATAS da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás (FCEG)

ATA do Departamento de Economia, UCG: 1999.

ATO. Fixa a Estrutura e Funcionamento do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas. UCG: 1977.

CERTIDÃO DE ESCRITURA PÚBLICA DO CARTÓRIO DA 3ª CIRCUNSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA. Goiânia: junho, 1953.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS, 05/05/1950.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS, 20/07/1954.

ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE. UCG - VAD - DGE - 10/1985.

ESTATUTOS da Fundação João Daudt de Oliveira, 1950.

ESTATUTOS do Instituto de Pesquisa Econômica de Goiás (IPEG), novembro, 1951.

JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO", 09/08/2002. Site da "Folha On Line": <http://tools.folha.com.br>; 4 p.

JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO", 30/01/2003. Site da "Folha On Line Dinheiro": <http://www1.folha.uol.com.br>; 2 p.

REGIMENTO INTERNO. Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, 1950.

REGIMENTO INTERNO. Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, 1970.

RELATÓRIO de Criação e Organização da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, 1950.

A N E X O S

ANEXO 1

RELAÇÃO DOS DOCENTES QUE LECIONARAM NA FACULDADE/ DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DESDE SUA FUNDAÇÃO ATÉ O ANO DE 1985

Nº	PROFESSOR	PERÍODO
001	Abias de Andrade	1979 – 1985
002	Adelino Fernandes Gaspar Junior	1976 e 1977
003	Adelino Rodrigues da Cunha	1963 – 1974
004	Adelmo de Moura Café	1963
005	Adjair Lima e Silva	1967
006	Afonso Rocha	1974 – 1976
007	Alberto Cordeiro de Faria	1980 – 1985
008	Alberto Gladstone de Castro Barbo	1975 e 1976
009	Alberto Lima	1974 e 1975
010	Alcides Machado Rezende	1971 – 1974
011	Aldenor Martins Turíbio	1977 – 1985
012	Alexandre Gabriel	1950 – 1953
013	Aloíso Sayol de Sá Peixoto	1955
014	Altamir Raimundo Simões	1977 – 1982
015	Ana Cristina de Andrade Kratz	1973
016	Ana Lúcia da Silva	1967
017	André Macedo de Paiva	1978 – 1985
018	Antônio Alvim	1963 – 1967
019	Antônio Augusto Azeredo Coutinho	1962 – 1964
020	Antônio Borges	1950 – 1957
021	Antônio Carlos da Silva	1974
022	Antônio Carlos de Miranda	1978
023	Antônio Carlos Savino de Oliveira	1975
024	Antônio de Pádua Jotadiemel Reis	1978 e 1979
025	Antônio Fernando da Rocha Lima	1976 – 1978
026	Antônio Picó Skoda	1964 – 1974
027	Antônio Torquato da Silva	1978 – 1985
028	Antônio Vitalino Pereira	1976 – 1985
029	Arédio Teixeira Duarte	1964 – 1967
030	Ari Demosthenes de Almeida	1950 – 1955
031	Arlindo de Freitas Porciúncula	1977 – 1985
032	Artur Rodrigues, Pe., S.J.	1961
033	Augusto César	1976 – 1985
034	Avelino Corrêa	1980 – 1985
035	Bartolomeu Farias de Rego Lima	1980
036	Benedito dos Santos	1974 e 1975
037	Caetano Faria De Luca	1978 – 1985
038	Carlos Alberto de Souza	1974

039	Carlos Augusto Jorge	1983 – 1985
040	Carlos Fernando de Barros Jardim	1973
041	Carlos Gomes de Faria	1950 – 1959
042	Carlos Wagner Mesquita	1978 – 1984
043	Caub Feitosa Freitas	1976 – 1980
044	Celso Orlando Rosa	1978 – 1985
045	Ceres Líbano	1972 – 1974
046	Cláudio Hélio Rodrigues	1976
047	Cleomar Barros de Oliveira	1979 – 1985
048	Cleomar Rizzo Esselin	1957 – 1964
049	Cristovão Alvarez, Pe., S.J.	1962 – 1963
050	Dalton Santos Ferreira	1977 – 1978
051	Daniel Borges Campos	1967
052	Darlô Evaristo dos Santos	1979 e 1980
053	Davidson Torres	1969 e 1970
054	Deiry Diniz de Freitas	1974 – 1976
055	Délio Moreira de Araújo	1962 – 1985
056	Dinair Cavalcanti Mundim	1964 – 1967
057	Diógenes Cardoso Teixeira	1969 – 1974
058	Dirceu Antônio Mendanha	1974 – 1976
059	Domingos Juliano	1950 – 1959
060	Domingos Pereira dos Santos	1973 - 1975
061	Dormovil Ferreira	1974 e 1975
062	Dorothy Silva L. Arantes	1969 - 1974
063	Ducinaí Gomes Barbosa	1967 - 1974
064	Dugmar Evaristo dos Santos	1978 e 1979
065	Edson Alves de Souza	1957
066	Edson Marin	1976 - 1985
067	Edson Teixeira Alvares	1973
068	Eduardo Flavio de Almeida Taguatinga	1980 - 1985
069	Edward Rosa	1964 - 1967
070	Egídio Turchi	1953 - 1967
071	Elber Chaves de Oliveira	1974 - 1985
072	Eli Cleusa Percílio do Nascimento	1982 - 1985
073	Élio Garcia	1976
074	Elísio Taveira	1950 - 1963
075	Elmo Aécio Ferreira	1969
076	Elmon Porfirio de Oliveira	1978 - 1985
077	Emivaldo de Carvalho	1978 e 1979
078	Eugênio de Brito Jardim	1974 - 1985
079	Eurídice Batista da P. Santos	1980 - 1985
080	Eurípedes M. do Espírito Santo	1973 - 1975
081	Fábio Cirilo Barbato Martinez	1973 - 1985
082	Faremont Ramos Campos	1974 - 1976
083	Fernando Antônio Teatini de Souza Clímaco	1974 a 1975
084	Floraci Issi	1975 - 1985
085	Floriano de Menezes	1963 - 1985
086	Francisco Bauduino de Santa Cruz	1950 - 1966

087	Francisco Carlos Vélez Gonzalez	1971 - 1981
088	Francisco de Assis Gomes Costa	1973
089	Francisco Itami Campos	1973
090	Francisco José Coutinho Paes	1973 - 1985
091	Francisco José Taveira	1972 e 1973
092	Francisco Linhares Lima	1977 - 1979 1982 - 1985
093	Francisco Martins Benvindo	1973
094	Francisco M. Correa, Pe., S.J.	1961 e 1962
095	Francisco Paulo Pinto	1973 - 1974
096	Francisco Pereira da Silva	1982 - 1985
097	Gabriel Brayet Altimiras	1976 e 1977
098	Gabriel Ribeiro	1973
099	Gabriel Soares Filho	1973
100	Garibaldino Felipe Machado	1973 e 1974
101	Gercino Gomes Evangelista	1976 - 1978
102	Gesmar José Vieira	1980 - 1985
103	Gilberto Prata Soares	1978 - 1980
104	Gilson Alves de Souza	1950 - 1961
105	Goiano Tavares	1973
106	Goiaz do Araguaia Leite Vieira	1971 - 1985
107	Guaraci Pacheco Pe., S.J.	1973
108	Hamilton de Barros Velasco	1955
109	Hegesipo de Campos Meireles	1950 - 1965
110	Helena Mascarenhas Falluh	1956 - 1964
111	Hélio Antunes da Silva	1974 e 1975
112	Hélio de Araujo Lobo	1950 - 1959
113	Hélio França	1950 - 1959
114	Henrique Coe	1950 - 1954
115	Henrique de Bastos Curado	1950 e 1951
116	Hugo Caetano Júnior	1980 - 1983
117	Hugo Meireles	1963 - 1973
118	Ideon José de Aguiar	1974
119	Inácio de Araujo Siqueira	1967 - 1973
120	Irineu Gomes	1976 - 1980 1982 - 1985
121	Ivana Martelli	1983 - 1985
122	Ivan Araujo de Souza	1976 - 1977 1980 - 1981
123	Ivar Garotti	1963 - 1967
124	Jairo Bueno Gomes	1973 e 1974
125	Jairo Fernandes Martins	1982 - 1985
126	Jair Sardinha de Lisboa	1971 - 1974
127	Jesus de Matos Medeiros	1974 - 1979
128	Joacir Camêlo Rocha	1972 - 1975
129	Joadir Costa	1972 - 1985
130	João Batista Rodrigues de Oliveira	1957 - 1961
131	João Bosco Rocha	1975 - 1978

132	João Clementino de Arruda	1974 - 1985
133	João de Souza Artiaga	1975 e 1976
134	João Gualberto de Matos	1952 e 1953
135	Joaquim Câmara Filho	1950 - 1955
136	Joaquim Celso da Silva Pires	1973 - 1979
137	José Afonso Rodrigues Alves	1973 - 1982
138	José Augusto Costa	1972 - 1985
139	José Campos	1950 - 1959
140	José Cândido da Silva	1950 - 1959
141	José da Silva Neves	1980 - 1985
142	José de Assis Drummond	1950 - 1964
143	José de Siqueira Santos	1973
144	José Faria de Castro Junior	1973 e 1974
145	José Fernando Gontijo	1959 - 1973
146	José Firmino de Souza	1979 e 1980
147	José Gonçalves da Cunha	1961 e 1962
148	José Gonçalves Zuza	1950 - 1957
149	José Lindolfo Lopes Resende	1963 e 1964
150	José Lobo Filho	1956 - 1973
151	José Luis Castañeda	1964 - 1967
152	José Luis de Campos Curado	1957 - 1961
153	José Maria Corrêa, Pe., S.J.	1963 - 1970
154	José Mauro de Oliveira Ferreira	1979
155	José Porfírio Teles	1963 - 1973
156	José Rodrigues de Freitas	1959
157	José Rubens Garcia Gomes Ferreira	1975 - 1976 1980 - 1983
158	José Umbelino de Souza	-
159	José Umbelino dos Santos	1964 - 1973
160	José Zica dos Santos	1973 - 1985
161	Juan Navarrete Fernandez	1972 - 1974
162	Júlia Issy Abrão	1978 e 1979
163	Juraci Fernandes de Araujo	1975 e 1976
164	Kasue Iamaguchi	1977
165	Laudenor Jacó Gomes	1977 - 1980
166	Lázaro Anacleto de Souza	1976 e 1977
167	Lázaro Borges Peres	1978 - 1985
168	Leandro de Assis	1976 - 1985
169	Leovegildo Rodrigues	1971 - 1973
170	Lino Ferreira Neto	1964 e 1965
171	Lúcia Helena Rincón Afonso	1977 - 1985
172	Luciano Henrique de Andrade	1977 e 1978
173	Luis Antônio de Paula	1985
174	Luiz Augusto Sampaio	1963
175	Luiz Carlos Riccioppo	1977 - 1981
176	Luiz Eduardo Garcia	1979
177	Luiz Manoel Saraiva	1976 e 1977
178	Luiz Thomazi, Pe., S.J.	1975

179	Manoel Braz	1967 - 1974
180	Manoel Costa Lima	1975 - 1985
181	Manoel Ferreira Berto	1980 - 1985
182	Manoel Torres Neto	1958 - 1963
183	Marcelo Caetano da Costa	1955
184	Marcel Soares	1983
185	Marco Antônio Santos de Melo	1976
186	Marcos Machado Pimenta	1960 e 1961
187	Maria do Amparo Albuquerque Aguiar	1976 e 1977
188	Maria Aparecida Elvira Naves Rosa	1976 e 1977
189	Maria Arleth Pereira	1976
190	Maria das Graças	1984 e 1985
191	Maria Neci C. Silva	1977
192	Maria Yolanda do Amaral Bezerra	1960 - 1964
193	Mário Arruda da Costa	1971
194	Mário Fernando Camozzi	1974 e 1975
195	Mário de Freitas Carvalho	1973 e 1974
196	Mário Pires Nogueira	1961 - 1973
197	Marísia Abrão Helou	1980 - 1983
198	Maurício de F. Carvalho	1971
199	Maurício Ferreira	1976 - 1985
200	Maurício de Castro	1967 - 1974
201	Mauro César de Paula	1982 - 1985
202	Mauro Jardim de Amorim	1982 - 1985
203	Maximiano da Mata Ferreira	1950 - 1959
204	Michel Marie Pierre Crotté	1971 - 1977
205	Mozart Albuquerque Milhomem	1967 - 1974
206	Napoleão Costa Ferreira	1953 - 1964
207	Nazareno Rocha Júnior	1971 - 1985
208	Neila Maria Abrantes Jordão	1977 e 1978
209	Nelson Fernandes de Souza	1972 - 1974
210	Nelson Jorge da Silva	1952 - 1953
211	Nelson Teixeira Leão	1965 - 1969
212	Newton Vilhena Granado	1973
213	Nilson Pereira de Brito	1976 - 1981
214	Nivaldo José Mendes	1980 - 1985
215	Nyces Neiva	1974 - 1976
216	Oduvaldo Barbosa	1974 e 1975
217	Orismar Parreira da Costa	1984
218	Orlando Domingos Sampaio	1957 e 1958
219	Orris do Rego Luna	1958 - 1976
220	Oscar Ananias Carapina	1980 - 1985
221	Osmir Antônio Pontes	1962 - 1963
222	Othon Nascimento	1950 - 1955
223	Othon Nascimento Júnior	1976
224	Ot Vitoy	1974 - 1976
225	Ovídio Nogueira M. Júnior	1950 - 1957
226	Paulo Ângelo Azevedo Macri	1980 - 1985

227	Paulo Augusto Barbosa Garcia	1976 - 1985
228	Paulo Bertran Wirth Chaibub	1979 - 1982
229	Paulo de Tarso Nacca, Pe., S.J.	1959 - 1961
230	Paulo Roberto Vieira de Carvalho	1974 - 1979
231	Paulo Waschek	1973 - 1976
232	Pedro Cordeiro Valadares	1953 - 1959
233	Pedro de Alcântara Bernardes	1963 e 1964
234	Pedro Zorzetti	1964 e 1965
235	Percival Xavier Rebello	1954 e 1955
236	Pio Alves B. Sozinho	1955 - 1965
237	Pirineus de Souza	1976
238	Raimundo Pena Sena	1976 - 1985
239	Raimundo Pereira da Mata	1972 e 1973
240	Raul Carramaschi	1953
241	Raymar Leite dos Santos	1972 - 1974
242	Reinaldo Novais de Campos	1974
243	Reinaldo Fonseca dos Reis	1972 - 1975
244	Rodolfo Medeiros Neto	1965 - 1968
245	Samuel Caetano de Souza	1977 e 1978
246	Sebastião da Silveira	1967 e 1968
247	Sebastião de Carvalho	1960 e 1961
248	Sebastião Ribeiro	1954 - 1972
249	Sebastião Rodrigues Cabral	1972 - 1973 1975 - 1976
250	Sérgio Machado Mendonça	1971 1975 - 1976
251	Sérgio Sebastião Magalhães	1964 - 1973
252	Sílvio Edreira	1971 - 1976
253	Sílvio Fernando Leite	1978 - 1985
254	Sylvio José Micelli	1979 - 1985
255	Telma Guimarães	1973 - 1977
256	Tomás de Aquino Pereira	1976 - 1985
257	Valdivino José de Oliveira	1980 - 1985
258	Valdo Leão Teixeira	1952
259	Valter Estácio Maia	1977 - 1985
260	Vânia Suelene Abrão Normanha	1980 - 1984
261	Venerando de Freitas Borges	1950 - 1955
262	Vicente Batista Gomes	1979
263	Vicente de Paulo Umbelino de Souza	1950 - 1955
264	Vicente de Paulo Umbelino Lobo	1953
265	Vicente Luis Cardoso	1975 - 1985
266	Vicenzo Falcone	1952 - 1970
267	Virgínia Maria Gomide de Paiva	1977 e 1978
268	Waldir Luis Costa	1952 - 1959
269	Wagner Sampaio Palhares	1975 - 1980
270	Walkíria Laureano Brochado	1980 e 1981
271	Walter Nunes de Souza Filho	1976 - 1979

272	Wander Jesus de Souza	1974 – 1976
273	Wellington Vieira da Silva	1973 – 1984
274	Wirson Bento de Santana	1973 – 1985
275	Xavier Perez Enciso, Pe., S.J.	1963 – 1965
276	Zanderlan Campos da Silva	1973 – 1975
277	Zélio Fraissat	1976 – 1978
278	Zenas Gonçalves Pereira	1977 e 1978

FONTE: Revista ESTUDOS. UCG: nº especial, nov., 1985, p. 33-39.

ANEXO 2

UCG – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ECO – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CPE – CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

PESQUISAS RÁPIDAS REALIZADAS

PR-01 = Condutores de motocicletas, motonetas e bicicletas pioram seu comportamento no trânsito.

PR-02 = Infrações de tráfego em cruzamentos de Goiânia. Segunda pesquisa: Março / Abril de 2000.

PR-03 = Pesquisa do potencial de derivados de peixes de água doce.

PR-04 = A qualidade dos serviços de telefonia convencional em Goiânia segundo a opinião pública.

PR-05 = Rodoshopping: a opinião das circunvizinhanças.

PR-06 = Os candidatos à Presidência da República e a Crise Econômica: a opinião do eleitorado de Goiânia.

PR-07 = Probabilidade de frequência ao Rodoshopping pelos passageiros de ônibus de cidades periféricas.

PR-08 = O Transporte Urbano e fatores da sua eficiência.

PR-09 = Goiânia: fatores da atratividade do transporte alternativo.

PR-10 = UCG na *Pop List 2000*.

PR-11 = O corpo estudantil da UCG frente à religião.

PR-12 = Nível de conhecimento e avaliação sociológica das isenções tarifárias vigentes no transporte coletivo de Goiânia.

PR-13 = A UCG e seus estudantes: Fatores da Matrícula e Avaliação Básica da Universidade

PR-14 = Infrações de tráfego em cruzamentos de Goiânia. Terceira Pesquisa: Março / Abril de 2001.

- PR-15 = O Marketing através de adesivo: Avaliação da Eficiência Visual.
- PR-16 = O Biodiesel: uma experiência no Transporte Urbano.
- PR-17 = Provão 2001: Eficiência da camiseta e do apoio aos alunos de Economia da UCG.
- PR-18 = Avaliação de chaveiro.
- PR-19 = Eficiência da *Alfa*, Faculdade Alves Faria, no Marketing de seu curso de Economia.
- PR-20 = ENEM, UNIP e Faculdade Objetivo.
- PR-21 = O Flash na ótica ucegeana.
- PR-22 = Impacto mercadológico do folheto da *Faculdade Sul Americana*.
- PR-23 = Dificuldades para um bom emprego e profissões/ocupações desejadas segundo estudantes de escolas públicas de Goiânia.
- PR-24 = Marketing da Alfa em Pirenópolis.
- PR-25 = A lotação de automóveis de passeio, táxis e motos em Goiânia.
- PR-26 = A menção da UCG em paróquias, igrejas e capelas de Goiânia.
- PR-27 = A UFG e a UCG na *Pop List 2001*.
- PR-28 = O vestibulando 2002/1 frente à UCG: perfil da opinião e das sugestões.
- PR-29 = Tendências religiosas em Goiânia.
- PR-30 = Tópicos qualitativos parciais do transporte alternativo em Goiânia na opinião amostral dos usuários.
- PR-31 = Perfil parcial do usuário goianiense de automóvel frente ao transporte por ônibus.
- PR-32 = A fiscalização da SMT na Praça Universitária.
- PR-33 = Fiéis frente a própria religião: uma abordagem estatística em Goiânia.
- PR-34 = A alienação dos ciclistas no trânsito de Goiânia.
- PR-35 = Avenida 24 de Outubro: as modificações do trânsito na opinião pública.
- PR-36 = Igreja e religião no Brasil e em Goiás no Censo 2000.
- PR-37 = O protesto do Sintrago e da Coopermacs no dia 10 de Julho de 2002.
- PR-38 = O comportamento dos motociclistas em Goiânia: o perfil estatístico.

PR-39 = Goiânia: fatores majoritários da preferência por universidades e escolas superiores.

PR-40 = As modificações no transporte coletivo nas regiões do Parque Atheneu e Cruzeiro do Sul – Veiga Jardim: avaliação da desorientação inicial dos usuários.

FONTE: CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS / ECO / UCG.

ANEXO 3**REITORES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - 1959 a 2003**

ORD.	NOME DO REITOR	PERÍODO
01	Pe. Paulo de Tarso Nacca	1959/1962
02	Pe. Ormino Viveiros de Castro	1963/1967
03	Pe. Cristóbal Álvares Garcia	1968/1973
04	Pe. José Carlos de Lima Vaz	1973/1979
05	Pe. José Pereira de Maria	1979/1986
06	Prof. Pedro Wilson Guimarães	1986/1989
07	Prof. Dario Nunes Silva	1988/1989
08	Prof. Ivo Mauri	1989/1994
09	Profª Clélia Brandão Alvarenga Craveiro	1994/2001
10	Prof. Marivaldo Cortez Amado	2001/2002
11	Prof. Wolmir Therezio Amado	2002/2006

FONTE: ASSESSORIA DA REITORIA. UCG: 2003.

ANEXO 4

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DIRETORES DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE GOIÁS E DO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA - 1950/2003

ORDEM	NOME DO DIRETOR	MANDATO
01	Vicente de Paulo Umbelino de Souza	1950 - 1951 (Fevereiro)
02	Venerando de Freitas Borges	1951 - 1955
03	José Gonçalves Zuza	1955 - 1957 (Março)
04	Napoleão da Costa Ferreira	1957 - 1959 (Maio)
05	Pe. Paulo de Tarso Nacca (Jesuíta)	1959 - 1961 (Maio)
06	Pe. Francisco Martins Corrêa (Jesuíta)	1961 - 1962 (Dezembro)
07	Délio Moreira de Araújo	1962 - 1964 (Julho)
08	José Lobo Filho	1964 - 1969 (Fevereiro)
09	Orris do Rego Luna	1969 - 1972
10	José Umbelino dos Santos	1972 - 1974
11	Reinaldo Fonseca dos Reis	1974
12	Joadir Costa	1974 - 1979
13	José Mauro de Oliveira Ferreira	1979
14	Francisco Carlos Vélez Gonzales	1979
15	Eugênio de Brito Jardim	1979 - 1984
16	Silvio Fernando Leite	1984 - 1985 (Junho)
17	Nivaldo José Mendes	1984 (<i>Pro tempore</i>) 1985 - 1987 (Julho)
18	Valdivino José de Oliveira	1987 - 1989 (Agosto)
19	Luiz Carlos de Castro Coelho	1989 - 1995 (Julho)
20	José Augusto Costa	1995 - 2001 (Agosto)
21	Eduardo Rodrigues da Silva	2001 - 2004 (Agosto)

FONTES: Revista ESTUDOS. UCG: nº especial, novembro, 1985, p. 41-42.
 UCG/DRH/SARH, junho, 2003.

ANEXO 5

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - UCG
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA - ECO
PROFESSORES EFETIVOS - 2002

ORDEM	NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO
01	Antônio José Pôrto Bandeira	Mestre
02	Aristides Moysés	Doutor
03	Augusto César	Especialista
04	Carlos Leão	Doutor
05	Darlene Ramos Dias	Doutoranda
06	Délio Moreira de Araújo	Doutor
07	Éber Vaz	Mestre
08	Eduardo Rodrigues da Silva	Mestrando
09	Eurídice Batista da Paixão	Especialista
10	Fábio Cirilo Martinez	Especialista
11	Gesmar José Vieira	Mestrando
12	Goiáz do Araguaia Leite Vieira	Mestre
13	Jairo Martins Fernandes	Mestre
14	Jean-Marie Lambert	Doutorando
15	Jeferson de Castro Vieira	Doutor
16	Joadir Costa	Especialista
17	José Afonso Rodrigues Alves	Especialista
18	José Augusto Costa	Especialista
19	José Zica dos Santos	Mestrando
20	Luiz Alberto Gomes de Oliveira	Especialista
21	Luís Antônio Estevam	Doutor
22	Mauro César de Paula	Mestre
23	Mauro Jardim Amorim	Especialista
24	Miguel Rosa dos Santos	Mestrando
25	Nair de Moura Vieira	Mestre
26	Sérgio Duarte de Castro	Doutor
27	Vicente Luiz Cardoso	Especialista
28	Wilson Costa Ferreira	Especialista
29	Wirson Bento de Santana	Especialista

FONTE: PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS. UCG: ECO, agosto, 2002, p. 50.

ANEXO 6

**SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
SECRETARIA GERAL**

DEMONSTRATIVO DE FORMANDOS * 1954 - 2000/2

ANO	C U R S O S		
	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ADMINISTRAÇÃO
1954	12	06	-
1955	10	06	-
1956	05	04	-
1957	10	02	-
1958	12	05	-
1959	08	04	-
1960	04	04	-
1961	10	10	-
1962	13	06	-
1963	15	06	-
1964	18	15	18
1965	20	19	20
1966	10	09	10
1967	21	08	21
1968	19	11	19
1969	29	07	29
1970	31	05	31
1971	38	-	38
1972/1	-	-	-
1972/2	21	14	08
1973/1	-	-	-
1973/2	54	07	21
1974/1	-	-	19
1974/2	74	08	45
1975/1	-	-	52
1975/2	93	38	30
1976/1	11	07	06
1976/2	30	12	27
1977/1	26	03	30
1977/2	59	20	50

ANO	C U R S O S		
	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ADMINISTRAÇÃO
1978/1	65	42	60
1978/2	83	35	101
1979/1	87	38	69
1979/2	85	46	94
1980/1	71	53	61
1980/2	90	50	62
1981/1	62	61	53
1981/2	81	66	54
1982/1	48	50	69
1982/2	44	38	65
1983/1	41	68	56
1983/2	46	45	67
1984/1	61	54	36
1984/2	51	59	62
1985/1	52	54	77
1985/2	63	48	40
1986/1	44	27	44
1986/2	49	31	32
1987/1	45	37	25
1987/2	59	54	54
1988/1	80	66	73
1988/2	34	32	61
1989/1	59	83	79
1989/2	119	38	64
1990/1	33	62	67
1990/2	32	61	143
1991/1	76	94	78
1991/2	76	94	78
1992/1	23	34	-
1992/2	23	34	-
1993/1	64	100	116
1993/2	32	64	59
1994/1	33	51	-
1994/2	87	70	90
1995/1	40	47	66
1995/2	59	80	131
1996/1	34	79	25
1996/2	32	56	59
1997/1	24	72	17
1997/2	34	68	70
1998/1	19	65	130

ANO	C U R S O S		
	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ADMINISTRAÇÃO
1998/2	35	100	80
1999/1	39	138	210
1999/2	28	131	236
2000/1	6	41	92
2000/2	55	139	135
TOTAL	3.056	3.091	3.814

FONTES: 1 - Relatório/Resposta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Goiás, em 15/12/1963, atendendo ao Ofício nº 1.612, de 118/04/1963, do Diretor de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Dados referentes aos anos de 1954 (1ª Formatura) a 1963.

2 - Seção de Documentação e Registro de Diploma/SG - UCG. Dados referentes aos anos de 1964 a 2000/2.

A N E X O 7

GRADE CURRICULAR - 1987/2 (Matutino)

A N E X O 8

GRADE CURRICULAR - 1987/2 (Noturno)

ANEXO 9**GRADE CURRICULAR - 2002/2 (Noturno)**

A N E X O 10

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

ÂNGELO SILVA CAVALCANTE

Data da entrevista: 22/03/2003.

Local: sala do CPE/ECO/UCG.

Natural de Sampaio (TO).

Aluno do Curso de Ciências Econômicas da UCG, desde 1999/1.

Um dos atuais Coordenadores Gerais do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UCG.

Ex-Presidente do Centro Acadêmico do ECO/UCG.

ANTÔNIO JOSÉ PÔRTO BANDEIRA

Data da entrevista: 10/03/2003.

Local: sala da Coordenação de Pós-Graduação Lato Sensu da UCG.

Natural de Balsas (MA).

Graduado em Ciências Econômicas, pela UCG.

Especialização em Planejamento Social, pela Universidade Federal de Goiás; e em Teoria Econômica, pela UCG/UNICAMP.

Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Professor do Departamento de Economia da UCG, desde 1990.

Atual Coordenador da Pós-Graduação Lato Sensu da UCG.

Ex- Coordenador do CPE/ECO/UCG.

ARISTIDES MOYSÉS

Data da entrevista: 15/03/2003.

Local: sala do ECO/UCG.

Natural de Herculândia (SP).

Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia São Luiz (SP)/UCG.

Especialização em Teoria Econômica, pela UCG/UNICAMP. Foi o coordenador do Curso.

Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Estágio no Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa, em Lisboa (Portugal).

Professor do Departamento de Economia da UCG, desde 1985.

Representa o ECO na viabilização de um Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Planejamento Urbano na UCG, de caráter interdepartamental.

Participa do Comitê Assessor de Pesquisas (CAP) da UCG.

CARLOS ROBERTO DE CASTRO

Data da entrevista: 24/04/2003.

Local: sala do Crystal Plaza Hotel – Goiânia (GO).

Natural de Sorocaba (SP).

Graduado em Ciências Econômicas, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Mestrado incompleto em Desenvolvimento Econômico, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Atual Presidente do Conselho Federal de Economia – COFECON.

Ex-Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Fibras Artificiais e Sintéticas (ABRAFAS).

Ex-Chefe do Departamento de Economia da Universidade de Mogi das Cruzes (SP).

Ex-Professor do departamento de Economia da Universidade de Mogi das Cruzes (SP).

Ex-Professor da Faculdade de Economia São Luiz, em São Paulo.

DÉLIO MOREIRA DE ARÚJO

Data da entrevista: 18/02/2003.

Local: sala do CPE/ECO/UCG.

Natural de Ouro Fino (MG).

Graduado em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Mestrado em Administração, pela Universidade Loyola – Nova Orleans (EUA).

Doutorado em Economia, pelo Boston College (EUA).

Professor do Departamento de Economia da UCG, desde 1962.

Ex-Diretor do ECO/UCG.

Ex-Coordenador do CPE/ECO/UCG.

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA

Data da entrevista: 04/04/2003.

Local: sala do ECO/UCG.

Natural de Goiânia (GO).

Graduado em Ciências Econômicas, pela UCG.

Mestrado em Desenvolvimento Econômico, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Professor do Departamento de Economia da UCG, desde 1993.

Atual Diretor do Departamento de Economia da UCG.

GOIAZ DO ARAGUAIA LEITE VIEIRA

Data da entrevista: 27/02/2003.

Local: sala do CPE/ECO/UCG.

Natural do Distrito de Couto Magalhães, município de Araguacema (TO).

Graduado em Ciências Econômicas, pela UCG/Universidade Federal do Pará.

Especialização em Teoria Econômica, pela UCG/UNICAMP.

Mestrado em Economia, pela Universidade Federal da Paraíba.

Professor do Departamento de Economia da UCG, desde 1969.

Atual Coordenador de Monografias do ECO/UCG.

HUMBERTO TANNÚS JÚNIOR

Data da entrevista: 27/03/2003.

Local: sala da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás.

Natural de Canápolis (MG).

Graduado em Ciências Econômicas, pela UCG.

Especialização em Administração – Qualidade Total, pela Faculdade Cambury/Fundação Armando Alves Penteado; e em Planejamento Educacional.

Atual Secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás.

Atual Conselheiro Efetivo do Conselho Federal de Economia - COFECON.

Ex-Secretário Adjunto da Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

Ex-Presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de Goiás – SINDECON/GO.

Ex-Conselheiro Efetivo do Conselho Regional de Economia da 18ª Região GO/TO.

JOACIR CAMÊLO ROCHA

Data da entrevista: 21/03/2003.

Local: sala da Comissão Permanente de Licitação da SEPLAN-GO.

Natural de Natividade (TO).

Graduado em Ciências Econômicas, pela UCG.

Especialização em Planejamento e Economia Regional, pela Universidade de São Paulo.

Professor do Departamento de Economia da UCG, de 1972 a 1975.

Atual membro da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás.

Fundador e 1º Presidente do Conselho Regional de Economia da 18ª Região – GO/TO.

Fundador e 1º Presidente da Cooperativa dos Profissionais em Economia do Estado de Goiás.

Ex-Diretor do Sindicato dos Economistas do Estado de Goiás – SINDECON/GO.

JOADIR COSTA

Data da entrevista: 25/02/2003.

Local: sala do CPE/ECO/UCG.

Natural de Goiânia (GO).

Graduado em Ciências Econômicas, pela UCG.

Especialização em Docência Universitária, pela UCG.

Professor do Departamento de Economia da UCG, desde 1971.

Ex-Diretor do ECO/UCG.

JOSÉ AUGUSTO COSTA

Data da entrevista: 08/03/2003.

Local: sala do Departamento de Computação da UCG.

Natural de Goiânia (GO).

Graduado em Ciências Econômicas, pela UCG.

Especialização em Gestão Universitária, pela UCG.

Professor do Departamento de Economia da UCG, desde 1972.

Ex- Diretor do ECO/UCG.

Ex-Vice-Reitor para Assuntos Administrativos da UCG.

LUÍS ANTÔNIO ESTEVAM

Data da entrevista: 22/02/2003.

Local: sala do ECO/UCG.

Natural de Catalão (GO).

Graduado em Jornalismo, no Rio de Janeiro; e em Ciências Econômicas, pela UCG.

Especialização em Teoria Econômica, pela UCG/UNICAMP.

Doutorado em Economia Regional, pela UNICAMP.

Professor do Departamento de Economia da UCG, desde 1989.

Atual Coordenador do Centro de Pesquisas Econômicas do ECO/UCG.

LUIZ CARLOS DE CASTRO COELHO

Data da entrevista: 17/03/2003.

Local: sala do Departamento Jurídico da UCG.

Natural de Aloândia (GO).

Graduado em Ciências Econômicas, pela UCG; e em Direito, pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, de Goiânia (GO).

Especialização em Teoria Econômica, pela UCG/UNICAMP; e em Processo Civil.

Professor do Departamento de Economia da UCG, de 1988 a 1995.

Professor do Departamento Jurídico da UCG, desde 1995.

Ex-Diretor do ECO/UCG.

NAIR DE MOURA VIEIRA

Data da entrevista: 13/03/2003.

Local: sala do CPE/ECO/UCG.

Natural de Araguari (MG).

Graduada em Ciências Econômicas, pela UCG/Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (GO).

Especialização em Planejamento Educacional, pela Universidade Salgado de Oliveira do Rio de Janeiro.

Mestrado em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Professora do Departamento de Economia da UCG, desde 1991.

Ex-Coordenadora de Ensino do ECO/UCG.

Ex-Chefe de Gabinete da Reitoria da UCG.

VERÍSSIMO APARECIDO DA SILVA

Data da entrevista: 20/03/2003.

Local: sala da Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás.

Natural de Lins (SP).

Graduado em Engenharia Agrônoma, pela Universidade Federal de Goiás; e em Ciências Econômicas, pela UCG.

Especialização em Planejamento Agrícola, pela Fundação Getúlio Vargas (RJ).

Atual Superintendente de Planejamento Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás.

Atual Presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de Goiás – SINDECON/GO.

Ex-Conselheiro Efetivo do Conselho Regional de Economia da 18ª Região – GO/TO.

Ex- Presidente da Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG.

Ex- Superintendente de Estatística, Pesquisa e Informação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás.